UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

PRISCILLA RAMPIN DE ANDRADE

**Um cronista na tribuna: Joaquim Manuel de Macedo imprensa e política na
consolidação do Estado-nacional brasileiro**

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**Um cronista na tribuna: Joaquim Manuel de Macedo imprensa e política na
consolidação do Estado-nacional brasileiro**

Priscilla Rampin de Andrade
priscilla_rampin@yahoo.com.br

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Monica Duarte Dantas

São Paulo
2011
Exemplar Original

RESUMO

Joaquim Manuel de Macedo foi uma figura importante do Império brasileiro. Durante sua trajetória exerceu muitas atividades foi escritor, político, jornalista, professor, integrou o quadro de sócios IHGB e também foi membro do Conservatório Dramático e da Sociedade da Biblioteca Popular Itaboriense. Dessa maneira, Macedo foi exemplo de um tipo de figura característica do século XIX, que exercia várias funções, participava de muitas instituições e assim se envolveu nas principais discussões do período. Nesse sentido este trabalho procurou demonstrar como acompanhar a sua trajetória, principalmente sua atuação como político, jornalista e professor é um viés importante para compreender um período da história do Brasil, marcado por muitas discussões e mudanças, sobretudo no campo da política.

Palavras-chave: Brasil, Império, política, imprensa, século XIX.

ABSTRACT

Joaquim Manuel de Macedo was a major figure of the Brazilian Empire. Throughout his career has had many activities was a writer, politician, journalist, teacher, joined the IHGB the membership and also was a member of the Conservatory of Drama and Society Itaboriense Popular Library. Thus, Macedo was an example of one type of characteristic figure of the nineteenth century, who exercised various functions, participated in many institutions and so became involved in major discussions of the period. In this sense this paper was to demonstrate how to track your career, especially his role as politician, journalist and teacher bias is important to understand a period in Brazil's history, marked by many discussions and changes, especially in politics.

Keywords: Brazil, Empire, politics, press, the nineteenth century.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, irmão e amigos por todo apoio e incentivo que me deram durante essa minha caminhada. Não ousou citar os nomes de todos os amigos para não correr o risco de esquecer ninguém, mais agradeço igualmente a todos, principalmente pelo apoio e compreensão.

Agradeço minha orientadora Monica Duarte Dantas pela dedicação, sugestões, apoio e principalmente pelo respeito e incentivo, o que foi fundamental para a conclusão desse trabalho.

Agradeço aos professores Miriam Dolhnikoff e Bernardo Ricupero pela participação no exame de qualificação e as observações, questionamentos e sugestões feitos, pois foram de grande importância para o andamento e a conclusão da pesquisa.

Agradeço a todos os funcionários das instituições pela quais passei, principalmente Biblioteca da Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Sociais, Biblioteca do IEB, Arquivo Nacional do Estado de São Paulo, Biblioteca Nacional e IHGB. Embora não me recorde dos nomes, foram muito prestativos e auxiliariam em meu trabalho tornando-o mais fácil, por isso sou muito grata a todos.

Por fim agradeço a FAPESP pelo financiamento concedido, sem o qual a pesquisa não poderia ser desenvolvida, principalmente a realização da pesquisa documental feita no Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

Introdução	p.06
Capítulo 1 - As primeiras conquistas políticas	p.18
1.1 -Mudanças políticas e Conciliação	p.23
1.2 - Sistema representativo e eleições	p.36
1.3 - Fim do tráfico, colonização e agricultura	p.40
Capítulo 2 - Dedicção à História Pátria	p.53
2.1 - Brasil: um país desconhecido	p.55
2.2 - Os manuais de Macedo	p.68
Capítulo 3 – Ascensão e queda: da Câmara dos Deputados ao ostracismo político	p.95
3.1 – “Uma nova época política”: A Liga Progressista	p.95
3.2 – A Guerra e o Imperador	p.114
Capítulo 4 – Longe do Plenário, Próximo do Monarca: ostracismo político e obras de encomenda	p.132
4.1 – Da situação para oposição: o Centro Liberal e a oposição ao governo	p.134
4.2 – O Escritor do Estado: propaganda do país e defesa da monarquia	p.157
Considerações Finais	p.167
Fontes e Bibliografia	p.172
Fontes	p.172
Bibliografia	p.174

Introdução

Joaquim Manuel de Macedo foi um importante nome do Império Brasileiro. Muito conhecido em razão de seu livro *A moreninha*, obra que o tornou popular e que lhe abriu as portas para o mundo das letras. Considerado por parte da crítica literária como obra de inauguração do romantismo brasileiro, causou grande *frisson*, quando de seu lançamento em 1844, tendo sido uma das obras mais lidas do período. Segundo Tania Rebelo Costa Serra, o “romance foi um Best-seller na Corte. Todos queriam lê-lo e comentá-lo. Havia sido criado o primeiro ‘mito sentimental’ brasileiro, o da menina morena e sapeca, que vai desbancar as loiras e pálidas européias, e o público identifica-se deliciado com os personagens dessa obra singela”¹. O romance tornou-se tão importante que, de certa maneira, eclipsou o autor, relevando para segundo plano não só outras obras do Dr. Macedinho, como era conhecido entre seus contemporâneos, como toda uma trajetória na política imperial.

Formado em Medicina, pouco exerceu a profissão, optou por seguir outros caminhos foi escritor; jornalista; professor de história do Colégio Pedro II; também foi professor de história e português das princesas Isabel e Leopoldina; político (deputado provincial e geral); integrou o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), ocupando as posições de secretário, orador e vice-presidente e participando das comissões de trabalhos históricos; foi membro do Conservatório Dramático (responsável por autorizar as peças de teatro para que fossem encenadas); e também presidente da Sociedade da Biblioteca Popular Itaboriense. Quanto às funções de professor e membro do IHGB, ele as exerceu até o fim de sua vida, bem como a atividade de escritor.

Macedo foi exemplo de um tipo de figura comum ao século XIX, de homens que exerciam diferentes atividades, muitas vezes simultaneamente, que participavam de várias instituições (fossem de viés mais caracteristicamente político ou cultural) e que assim se envolveram nas principais discussões do período fossem elas políticas, econômicas, culturais, etc.

Definir essas figuras, caracterizá-las e especificar qual era o seu papel no quadro cultural e político do Império e o que representavam na época, não é tarefa fácil, e os estudos sobre esse tema tem demonstrado isso. Antônio Cândido de Mello e Souza, em

---

¹ Tania Rebelo Costa Serra. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: A luneta mágica do II Reinado*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004, 2^o edição, p.39.

seu clássico estudo *Formação da literatura brasileira*, ao tratar do surgimento do romantismo brasileiro movimento do qual Macedo fez parte, aborda a atuação de seus luminares na época. Para o autor, esses indivíduos tinham consciência sobre seu papel de formadores da literatura e acreditavam serem portadores de uma missão. Segundo Cândido, poderiam ser divididos em dois grupos. Um primeiro que surgira no pós-independência, sendo formado por homens que amadureceram durante a Regência e os primeiros anos da maioridade². Sua grande marca seria o fato de comporem uma “geração vacilante”, marcada pela dubiedade tanto nas atitudes como na prática: na literatura estavam entre o neoclassicismo e o romantismo, na política seguiam certo liberalismo, mas mantinham fidelidade ao monarca. Essa seria então uma marca da própria época em que viveram, “situada entre duas literaturas, dois períodos, duas eras políticas. Época de liquidação do passado e de rumos novos para o futuro, na arte e na vida social”³. O segundo grupo é caracterizado por ele como o dos responsáveis pela consolidação do romantismo⁴. Tal como seus antecessores, também acreditavam serem portadores de uma missão, a de mostrar a especificidade da realidade brasileira; dessa forma passaram a olhar para o Brasil, a falar da terra e do homem brasileiro, o que reforça, na opinião de Cândido, a idéia de que esses homens tinham consciência de que a literatura tinha importância para a construção de uma cultura.

Apesar das mudanças ocorridas principalmente na segunda metade do século XIX, e que proporcionaram o aumento do público leitor, o desenvolvimento da imprensa periódica e da indústria do livro, não era possível para esses autores viverem apenas “das letras”. Assim, desenvolviam outras atividades, principalmente funções de caráter público, pois essa era ao mesmo tempo uma forma de prestígio e de garantia da sobrevivência⁵.

Bernardo Ricupero em seu livro *O Romantismo e a idéia de Nação no Brasil*, também estudou esses homens. Os românticos, para Ricupero, na tentativa de estabelecer uma identidade nacional, tiveram que enfrentar um duplo problema, político e cultural, mas que marcara diferentemente dois grupos. O primeiro, do pós-independência, teria lidado com um problema essencialmente político, pois uma vez

---

² Segundo o autor fazem parte dessa geração nomes como Antônio Gonçalves Dias, Domingo José Gonçalves de Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre, Francisco Sales Tôrres Homem. Antônio Candido de Mello e Souza. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 4^o edição, vol. 2.

³ *Ibidem*, p. 47.

⁴ Nesse período são citados nomes como Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar e Manuel Antônio de Almeida. *Ibidem*.

⁵ *Ibidem*, v.1, pp.233-237.

feita a independência era preciso criar instituições que desempenhassem as funções atribuídas ao Estado. O segundo grupo, cujo período de atuação teria se iniciado em meados do século XIX, teria enfrentado uma questão eminentemente cultural, pois considerava que a eles cabia fazer com que os antigos habitantes da colônia se identificassem com a nova nação. No entanto, o autor faz questão de ressaltar que não é fácil separar a questão política da cultural, o que fica evidente em sua análise das principais figuras, pois muitos delas tinham dupla atuação, eram “políticos ou altos funcionários e escritores”⁶. Não bastasse isso, segundo Ricupero, os próprios homens da época consideravam que essas duas atividades se completavam “na tentativa de se construir a identidade nacional brasileira”⁷. Há um esforço por parte do autor em demonstrar como as atuações política e “intelectual” estavam ligadas, mais do que isso, como essas atuações se completavam na busca pela construção de uma “idéia de nação”.

Nota-se que apesar de dividirem os românticos em dois grupos existem diferenças significativas nas caracterizações que Cândido e Ricupero fizeram desses indivíduos. Sobre aqueles que apareceram no pós-independência, enquanto Cândido os considera uma “geração vacilante”, responsável pela inauguração do romance e da crítica, Ricupero destaca sua posição central na montagem do aparelho de Estado. Quanto ao segundo grupo, que surgiu em meados do XIX, Cândido entende-o como responsável pela consolidação do romantismo e pela tentativa de criação de uma literatura brasileira, enquanto Ricupero ressalta sua atuação na construção de uma identidade nacional. Partindo dessas diferenças e observando as análises realizadas pelos autores, podemos constatar que na apreciação feita por Cândido fica claro que seu foco era abordar apenas o campo “intelectual” onde esses indivíduos atuaram; demonstrando como a criação de uma literatura que destacasse toda a especificidade do Brasil contribuiu para a formação de uma cultura propriamente brasileira. Dessa forma esses personagens tinham uma atuação eminentemente “intelectual” e sua participação em outras atividades, como aquelas de caráter público, ocorria principalmente em

---

⁶ Reforçando essa idéia Bernardo Ricupero descreveu que o “brasileiro Francisco Sales Tôrres Homem será deputado, senador, ministro e visconde, mesmo título de nobreza que receberão o diplomata e deputado Domingos José Gonçalves de Magalhães e o diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, tornando-se barão o igualmente diplomata Manuel José de Araújo Porto Alegre. Joaquim Manuel Pereira da Silva, por sua vez, será deputado, senador e presidente de província, enquanto José de Alencar será deputado, ministro e membro do Conselho de Estado, ao passo que Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Manuel de Macedo serão deputados”. Ainda segundo o autor, essa situação não aconteceu apenas no Brasil, países como Chile e Argentina apresentaram circunstâncias semelhantes. Bernardo Ricupero. *O Romantismo e a idéia de Nação (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. XX.

⁷ *Ibidem*, p. XXII.

função das condições do período que, como colocado anteriormente, tornava-lhes impossível sobreviver apenas “das letras”. Ricupero, ao contrário (até pela diferença de abordagem), deixa claro que as atuações política e “intelectual” eram complementares e que, inclusive, seria extremamente difícil, para o período, distinguir onde começaria um campo e terminaria o outro; propondo, portanto, sua indissociabilidade da análise/entendimento.

Cândido e Ricupero tratam essencialmente, portanto, daqueles que viveram o pós-independência (adentrando pelo primeiro reinado e regência) e aqueles que atuaram em meados do século XIX, especialmente nas décadas de 1850 e 1860. Angela Alonso, em seu estudo sobre a geração de 1870, mostra, porém que alguns elementos que marcaram as gerações anteriores continuavam presentes. Segundo a autora, esse foi um período complicado, em que despontava o começo de uma crise que derrubaria o Império, momento que abriu caminho para o surgimento de um “movimento de contestação” da qual a geração de 1870 é representante. Mesmo assim, apesar da mudança de contexto, Alonso afirma que nesse período ainda não se podia separar a atuação política da “intelectual”, pois essa separação estava em processo mesmo na Europa; dessa forma dada “a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX brasileiro, toda manifestação intelectual era imediatamente um evento político”⁸. Para, além disso, os representantes da geração de 70 ainda não podiam viver apenas da “atividade intelectual”; seguir outras carreiras, “incluindo desde empregos no ensino até candidaturas ao parlamento”⁹, não era só comum, mais do que isso, para a autora, era quase que a regra.

Esses homens públicos também foram abordados sob outra ótica e não apenas sobre o ponto de vista da sua atuação como escritores, eles também foram estudados a partir de sua atuação institucional, principalmente na participação que tiveram no IHGB. Manoel Luís Salgado Guimarães, ao tratar do papel que a escrita da história teve na construção da nacionalidade brasileira, sendo o IHGB o lugar privilegiado onde essa escrita da história foi pensada, não só da instituição, como também dos membros responsáveis pela sua fundação. Ao fazê-lo, deixa transparecer um perfil desses personagens, que, segundo o autor, teriam sido escolhidos em razão de relações sociais e pessoais, mas cuja franca maioria desempenhava funções no Estado (eram

---

⁸ Angela Alonso. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil–Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 38.

⁹ *Ibidem*, p. 30.

magistrados, burocratas, militares). Para Guimarães, os cargos públicos que exerciam marcavam sua ligação com o Estado; assim, seguindo uma explicação de José Murilo de Carvalho¹⁰, apesar de constatar sua origem social diversa, pondera que entre eles havia uma equiparação, feita através da educação nos moldes de Coimbra e da carreira no aparelho de Estado¹¹. Assim o artigo de Guimarães demonstrou que havia uma ligação entre a atividade de escritor e a atividade política e que essa se refletiu tanto na participação desses homens no IHGB como na escrita da história pátria.

Análise mais detida sobre o IHGB e seus sócios foi apresentada por Lucia Maria Paschoal Guimarães. Em seu estudo, traça um perfil dos homens que participaram dessa instituição durante todo o Brasil Império. Segundo a autora, predominaram entre seus membros figuras de destaque no cenário político da corte, sendo que pessoas ligadas ao aparelho de Estado, políticos e indivíduos próximos a d. Pedro II tinham prioridade para ocupar as vagas de sócios. Observando a lista de sócios e comparando sua origem social e a atividade desenvolvida por eles (deixando claro que a autora considerou apenas a principal função exercida pelo sócio); Lucia Guimarães apontou que eles tinham uma origem social urbana e que, a despeito da grande maioria dos sócios serem essencialmente políticos, havia também professores, comerciantes, militares, médicos e advogados. Para ela, a presença de políticos é significativa, pois dentre eles saíram muitos dos dirigentes do país. Além disso, dos trinta e seis gabinetes que se sucederam durante todo o segundo reinado, apenas nove não tiveram a participação de homens filiados ao IHGB, o que revela o viés político que marcava os filiados, descortinando a faceta de “homens públicos” de sua atuação que durante muito tempo ficou escondida sob a “pretensa imparcialidade do historiador”¹². Mais do que isso, tal constatação ajuda a entender como essa atuação deixou suas marcas nas atividades que eles desenvolveram dentro do próprio Instituto¹³. A autora parece reforçar, assim, a idéia de que essa dupla atuação de “homens públicos” e “intelectuais” estavam ligadas, nas

---

¹⁰ Essa idéia é apresentada por José Murilo de Carvalho no seu clássico estudo *A construção da ordem: a elite política imperial*.

¹¹ Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional” in: *Estudos Históricos*, RJ, n^o 1, 1988, pp.5-27.

¹² Lucia Maria Paschoal Guimarães. “*Debaixo da Imediata proteção de sua majestade Imperial*”: *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1994, p. 301.

¹³ Para a autora essa atuação política pode ser vista na “censura e a rigidez das regras do ‘tribunal da posteridade’, a montagem da Revista e o problema da reduzida divulgação de obras históricas e a opção pela memória, em detrimento da História. A sustentação de um projeto político graças a uma militância intelectual homogênea, marcada pela fidelidade ao Imperador”. *Ibidem*, p.302.

palavras de Lucia Guimarães pelas “suas origens e pelas atividades que exerciam, os integrantes do Instituto tinham fortes vínculos com o governo. Estavam afetos a ele”¹⁴.

Nota-se, assim, o quanto é complexo analisar tais figuras, pois eram homens que atuavam em diferentes funções; primeiramente porque podiam fazê-lo, já que os campos não estavam definidos, tornando não só viável como complementar a participação mais propriamente política e a atuação numa frente que diríamos – emprestando o entendimento dos vários autores – cultural. Em segundo lugar, faziam-no também por necessidade, pois viver apenas “das letras” não era uma opção; o “emprego público” aparecia assim, não só como um fator de prestígio (já que lhes garantia destaque perante a sociedade), mas também como uma maneira de garantir a própria sobrevivência. Exatamente por essas razões tais indivíduos só podem ser entendidos naquele momento específico, pois o período proporcionou a situação necessária para esse tipo de atuação sem que eles parecessem contraditórios ou “vacilantes”, como Antônio Cândido bem definiu¹⁵.

É preciso destacar, no entanto, que todos esses estudos que abordamos tratam da atuação desses indivíduos como grupos ou gerações, sem se deter detalhadamente na atuação de tal ou qual figura. Há algumas pesquisas, porém, que buscaram estudar figuras específicas, abordando as diferentes facetas de sua atuação no Império, destacando assim a importância dessa atuação e, portanto, de seu estudo para se entender o século XIX no Brasil. É o que fez, por exemplo, Leticia Squeff ao tratar de Manuel de Araújo Porto Alegre, que, ao longo da vida, participou de instituições como IHGB e a Academia Imperial de Belas Artes, além de ter sido jornalista, pintor, escritor, diplomata, professor, etc. A partir da trajetória de Porto Alegre, Squeff desvenda a existência de diferentes projetos de Brasil então em discussão; dessa maneira se havia um objetivo comum aos homens daquele período, o de elaborar uma idéia de Brasil, a maneira de pensar essa tarefa era diferente. Nesse sentido, observar a trajetória de Porto Alegre “significa acompanhar as etapas de formulação e reelaboração de um projeto para o Império que tinha nas chamadas ‘belas-artes’, particularmente na pintura, na arquitetura e na estatuária/escultura, seus núcleos centrais de realização”¹⁶. Em sua análise a autora destacou a existência de algumas particularidades nas proposições que Porto Alegre fez sobre o Brasil, afastando-se, em alguns casos, das idéias que então

---

¹⁴ *Ibidem*, p.84.

¹⁵ Antônio Cândido de Mello e Souza, *op. cit.*, p.47.

¹⁶ Leticia Squeff. *O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879)*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004, p.25.

predominavam na corte, principalmente quando se referia aos grupos que deveriam compor a nação. Em suas reflexões o pintor afirmava que os negros tiveram participação nas primeiras manifestações artísticas do país, essa declaração se contrapunha ao que predominava então na sociedade do Império, que evitava “aproximações com tudo aquilo que destoava do modelo de ‘alta cultura’ oferecido pelas nações européias”¹⁷. Outra visão divergente apresentada por Porto Alegre referia-se à participação dos índios na formação da nacionalidade brasileira, pois se aproximava daqueles que buscavam minimizar o papel dos índios¹⁸; atribuindo-lhes pouco destaque, mencionando-os em raríssimas ocasiões e, assim, rompendo com o “programa indianista romântico” que creditava ao índio “mesmo inculto e diferente do europeu” um papel importante na formação da nacionalidade brasileira¹⁹. Tal “programa” era defendido por um grupo, composto por figuras como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhaes, que tinham todo apoio de d. Pedro (um dos grandes incentivadores dos estudos sobre os indígenas) e cuja visão gozava, portanto, de maior destaque na corte. Deste modo o que Squeff demonstrou em seu estudo sobre Porto Alegre foi a existência de diferentes formas de se pensar o país em construção, combatendo assim a idéia, que durante algum tempo predominou, de que existia apenas um projeto de Brasil para o século XIX. Além disso, ao destacar as particularidades propostas pelo pintor, a autora descortinou a existência de um espaço de atuação e expressão onde esses personagens podiam se manifestar sem estarem reduzidos a um compromisso com a corte; contrapondo-se assim à visão de que havia uma total falta de autonomia para a produção artística imperial. Por conseguinte, partindo da análise da trajetória de Manuel de Araújo Porto Alegre, questionando visões que durante muito tempo foram reiteradas, o livro de Squeff se mostra um estudo importante, que contribui para o entendimento de parte da história cultural do Brasil oitocentista.

Outro exemplo de pesquisa que abordou a trajetória de uma figura em particular, mas buscando entender como ela se enquadrava em um âmbito mais amplo, foi realizada por Antonio Edmilson Martins Rodrigues, acerca de José de Alencar²⁰. Partindo da análise dessa personagem o autor buscou dar um novo enfoque ao estudo da “biografia” de Alencar, procurando se desvencilhar das interpretações que o descreviam

---

¹⁷ *Ibidem*, p.222.

¹⁸ Segundo Squeff o grande expoente desse grupo foi Francisco Adolfo de Varnhagen. *Ibidem*, pp. 224 - 231.

¹⁹ *Ibidem*, p.227

²⁰ Antonio Edmilson Martins Rodrigues. *José de Alencar: O Poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

como um “escritor que ficou aprisionado em seu tempo e respondeu as interrogações sempre repetindo as verdades comuns sobre o Império”²¹. Para tanto, Rodrigues se propôs a estudar Alencar mostrando como as diferentes atividades que ele desenvolveu, como escritor, jornalista, político, etc; se articulavam, permitindo-lhe pensar o Brasil em seus diferentes aspectos. E mais do que isso, como a participação nessas diferentes atividades foi uma opção de Alencar e não algo imposto por sua “tradição familiar”, pois como explicou Rodrigues muitos dos críticos que estudaram Alencar afirmaram e reafirmaram que sua

vida foi a expressão de determinações que tiveram origem na atividade política de seu pai, velho revolucionário, que se envolveu nas principais questões políticas da primeira metade do século XIX. Essa associação determinou, segundo essa tendência explicativa, uma atitude de recolhimento e isolamento da política que seria responsável por sua opção literária²².

Dessa maneira, Rodrigues procurou destacar as particularidades das idéias de Alencar nos diferentes campos em que atuou, principalmente na literatura e na política. Na literatura, apesar de comumente descrito, juntamente com Gonçalves de Magalhães, Porto Alegre e Torres Homem, como um dos fundadores da “literatura nacional”, cujo objetivo maior seria chamar atenção para aquilo que era especificamente brasileiro; Rodrigues ressalta que a atuação de Alencar não se restringia apenas a isso, pois procurou estudar o Brasil com afinco destacando a paisagem do país ao mesmo tempo em que não deixava de observar e muitas vezes criticar a realidade brasileira. Deste modo,

Alencar propiciou uma mudança na literatura que, além de politizá-las, deu-lhe um novo conteúdo. De saída, ofereceu uma possibilidade de diferenciação linguística, em seguida forneceu elementos que exaltaram a paisagem física, dando-lhe uma dimensão pitoresca. Assim foi um dos primeiros a transpor para a ficção os dados comuns da realidade, fundando uma narrativa pitoresca capaz de construir um mito e uma tradição²³.

Na política sua atuação também foi redimensionada por Rodrigues que primeiramente fez questão de esclarecer que a entrada de Alencar na política não aconteceu em razão de sua polêmica com o imperador²⁴ e nem como homenagem a seu pai, visões várias vezes reiteradas, mas que, ao contrário, seu interesse pela política

---

²¹ *Ibidem*, p. 85.

²² *Ibidem*, p. 85.

²³ *Ibidem*, p. 100.

²⁴ A polêmica com o Imperador começou quando Alencar foi excluído da leitura, no Palácio da Quinta, do poema *A confederação dos Tamoios*, de Gonçalves de Magalhães. Para alguns estudiosos foi esse o motivo que levou Alencar a entrar no mundo da política. *Ibidem*, p.85.

decorria de sua percepção de que este seria o espaço privilegiado para a consecução de projetos para o Brasil. Daí sua desilusão em relação à eleição para o Senado, pois, segundo Rodrigues, Alencar “não chorava por não ter sido senador, mas porque, não sendo senador, perdia o lugar de onde poderia levar adiante o seu projeto”²⁵. Projetos que incluíam a associação entre modernização urbana e econômica com a “construção de uma base cultural própria, brasileira, capaz de definir os contornos da nova nação, liberta dos modelos clássicos e da subordinação aos ditames portugueses”²⁶. Assim, ao contrário de outras interpretações que apresentam-no como uma figura dicotômica, dividindo-o em literato e político, descrevendo o primeiro como mais suave, mais plácido, e o segundo como crítico, como um polemista preocupado com a política e com seu projeto de Brasil, Rodrigues buscou demonstrar como as atuações de Alencar se completavam, como ele se utilizou da “literatura, do teatro e da política como instrumento para pensar um projeto para o Brasil”²⁷, e dessa maneira seu estudo aponta para a complexidade existente no campo das idéias no oitocentos brasileiros.

Nota-se assim que ambas as personagens tinham em comum o fato de exercerem muitas funções que, como os autores demonstram, se completavam, utilizando-se então de diferentes meios/instrumentos para pensarem o Brasil, evidenciando a existência de espaços de debate, onde podiam expor suas idéias, mesmo se elas não estivessem em acordo com o que predominava naquele momento. Joaquim Manuel de Macedo também se assemelha a essas figuras e foi isso que essa pesquisa procurou demonstrar.

Partindo da análise da multifacetada atuação de Macedo foi possível perceber que ao desenvolver diferentes atividades, muitas delas simultaneamente, e participar de algumas das mais importantes instituições do Império, ele acabou por se envolver nas principais discussões de sua época; tais como as questões ligadas à emancipação, às mudanças políticas (como a Conciliação e o surgimento da Liga Progressista), aos questionamentos sobre o Poder Moderador, etc. Além disso, ficou claro que as diferentes atividades exercidas por ele em muitos casos se completavam e se influenciavam reciprocamente; por exemplo, o fato de Macedo integrar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acabou por influenciar na redação dos manuais de história que escreveu na década de 1860 e na aceitação que esses manuais tiveram, ao mesmo tempo em que também influenciou na atividade de professor de história que ele

---

²⁵ *Ibidem*, p. 106

²⁶ *Ibidem*, pp. 105-106.

²⁷ *Ibidem*, p. 109.

exercia no Colégio Pedro II. Já a atividade de cronista e jornalista completou a sua atividade de político, ao mesmo tempo em que foi um fator importante para que Macedo fosse eleito deputado provincial. Dessa maneira, acompanhar a sua trajetória ajuda a compreender essa figura tão peculiar ao século XIX, que tem uma participação ativa em vários campos, e como isso se dava de forma que cada atividade retroalimentava a(s) outra(s).

Ao contrário de outros personagens, certos aspectos da trajetória de Macedo permanecem ainda pouco explorados. Ele foi muito estudado enquanto literato, existindo uma série de artigos e livros que abordam não só sua obra mais conhecida, *A Moreninha*, mas também outros romances escritos por ele, suas peças teatrais e seus poemas²⁸. Seus manuais de história também foram objeto de algumas pesquisas, porém o foram preferencialmente pela ótica da educação²⁹. Diante disso essa pesquisa se centrou no estudo não só de sua atuação propriamente política, como deputado na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro e na Câmara dos Deputados do Império; mas também de seus escritos, suas crônicas e artigos publicados no jornal, suas sátiras políticas e seus compêndios de história do Brasil. Esses manuais de história foram escritos no âmbito de sua atuação no IHGB e também no Colégio Pedro II.

Ao abordar essas três frentes, ficou evidente o quanto sua atuação política acabou por influenciar e mesmo completar as demais atividades exercidas por ele, em

---

²⁸ Dentre os estudos existentes sobre o Macedo literato podemos citar: Alfredo Bosi. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2ª edição, 1979; Antonio Candido de Mello e Souza. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 4ª edição; Ernesto Sena. *História e Histórias*. Paris: s/d; Flora Sussekind. *O sobrinho pelo tio*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995; João Roberto Faria. *O teatro realista no Brasil: 1855-1865*. São Paulo EDUSP/Perspectiva, 1993; Jose Galante de Souza. *Machado de Assis e outros estudos*. Brasília: Livraria Cátedra Ed. E RJ: MEC/ INL, 1979; José Veríssimo. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954; Nelson Werneck Sodré. *História da literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª edição, 1964; Salvador de Mendonça. "Cousas do meu tempo" In: *Revista do Livro*, ano V, nº 20, dezembro de 1960, pp. 107-198; Silvio Romero. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio Ed.; Brasília: INL, 7ª edição, 1980; Tania Rebelo Costa Serra. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: A luneta mágica do II Reinado*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004, 2ª edição e Wilson Martins. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix/USP, 1977.

²⁹ Macedo escreveu dois manuais de história do Brasil destinados ao Colégio Pedro II e a instrução primária, são eles: *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II* (2 vols.- 1861 e 1863) e *Lições de História do Brasil para uso dos alunos das escolas de Instrução Primária* (1865). Os estudos existentes sobre esses manuais são: Selma Rinaldi de Mattos. *O Brasil em Lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000; Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1997 e Arlette M. Gasparello. *Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Editora Iglu, 2004.

um processo que não era, evidentemente, de mão única. E como a atuação política não se fazia apenas na tribuna, sendo a imprensa sua contrapartida natural na época.

A fim de analisar a trajetória de Macedo, enfatizando sua atuação nessas três frentes, utilizamo-nos da documentação que ele produziu justamente ao desempenhar tais funções – de político, jornalista e professor – ou seja, as Atas da Câmara dos Deputados e da Assembléia Provincial; as crônicas publicadas por ele no *Jornal do Commercio*, os artigos publicados nos jornais *A nação* e *A reforma*, as sátiras políticas *A carteira do meu Tio* e *Memórias do Sobrinho do Meu tio*; bem como seus manuais de história. Contudo, conforme o desenvolvimento da pesquisa, algumas outras obras foram incorporadas, uma vez que discutiam assuntos diretamente relacionados aos temas aqui discutidos³⁰.

Vale salientar que a presente pesquisa não teve a pretensão de esgotar a análise da trajetória de Macedo, e muito menos de sua vasta obra; o que pretendemos foi demonstrar que Macedo é exemplo de um tipo de figura característica do século XIX, que exercia várias atividades, integrava várias instituições e por isso participou das principais discussões do período; e nesse sentido acompanhar a sua trajetória se mostrou um viés importante para compreender um período da história do Brasil, marcado por muitas discussões e mudanças, sobretudo no campo da política.

Para um melhor entendimento e aproveitamento dividimos o estudo em quatro capítulos. No primeiro capítulo abordamos o início da trajetória política de Macedo, com sua eleição para a Assembléia Provincial e sua participação nas principais questões do período como a política de Conciliação, organizada pelo marquês de Paraná, o falseamento do sistema representativo e a necessidade de substituição da mão-de-obra escrava. No capítulo dois demonstramos a grande preocupação que Macedo tinha, com o pouco conhecimento que os brasileiros sobre o seu país e sua história, também analisamos os manuais de história escritos por ele e destinados aos alunos do primário e do secundário; lembrando que ao escrever esses compêndios o escritor procurou responder a demanda da época sobre a necessidade de escrita e divulgação de uma história pátria que colaborasse para a formação da idéia de nação (também em

---

³⁰ São elas os livros *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* de 1861, *As vítimas-algozes: quadros da escravidão* de 1869, *Noções de Corografia do Brasil* de 1873, *Ano Biográfico Brasileiro* de 1876; *Efemérida Histórica do Brasil* de 1877 e *Mulheres Célebres*, 1878; os manuais de história *Lições de História para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*, v. 1 de 1861 e v. 2 de 1863, e *Lições de História para uso das Escolas de Instrução Primária*, de 1865, e o artigo *Dúvidas sobre alguns pontos da História pátria*, publicado na revista do IHGB em 1862; além das cartas escritas por Macedo, *Carta para D. Pedro II*, março de 1868; *Cartas para o Conde D'Eu*, 12 de janeiro de 1869 e *Cartas para o Conde D'Eu*, 05 de dezembro de 1869.

construção no período). No seguinte falamos da volta de Macedo a tribuna com sua eleição para a Câmara dos Deputados, momento que coincidiu com a ascensão ao poder, do Partido Progressista, do qual o deputado fez parte; além disso, abordamos a sua participação nas discussões importantes do período, como a guerra contra o Paraguai e a emancipação dos escravos. Por fim abordamos um período marcado por transformações na trajetória do escritor que acabou sendo escolhido pelo imperador para escrever algumas obras de encomenda, assumindo assim a função de “escritor do Estado”. Esse também foi um momento de mudanças políticas, com a inversão partidária de 1868, que além de levar a uma reorganização partidária com o surgimento do Centro Liberal e depois do Partido Republicano (1870); também acirrou as discussões sobre o Poder Moderador, além da continuação das discussões sobre a emancipação dos escravos; todos esses assuntos foram discutidos pelo escritor, que durante toda a sua trajetória se preocupou em pesquisar soluções para os problemas do Império.

Capítulo 1 – As primeiras conquistas políticas

Joaquim Manuel de Macedo nasceu em 24 de junho de 1820, na vila de Itaboraí, província do Rio de Janeiro. Era filho de Severino de Macedo Carvalho e Benigna Catarina da Conceição. Seu pai foi juiz municipal substituto, juiz de órfãos e vereador algumas vezes. Macedo era o caçula de três filhos, sendo Francisco Antonio de Gouveia, o mais velho, negociante e João Coutinho de Macedo, farmacêutico e, como o pai, também vereador em Itaboraí³¹.

Sua formação inicial aconteceu em Itaboraí. Salvador de Mendonça, seu contemporâneo e amigo, afirmou que desde cedo Macedo demonstrou aptidão para a literatura. Segundo ele a primeira composição poética de Macedo, intitulada *O sete de Abril*, apareceu em 1831, quando ele tinha apenas 11 anos³². Posteriormente Macedo mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a cursar a faculdade de Medicina, sem se afastar, contudo, das incursões literárias. Em 1844 publicou *A moreninha*, sua obra de maior repercussão e que o tornou conhecido. Nesse mesmo ano formou-se em medicina, defendendo a tese *Considerações sobre a nostalgia*. Tese que, para Galante de Souza, já evidenciava as tendências românticas do autor, pois se tratava mais de uma obra romanesca do que científica³³.

Pouco tempo após sua formatura, Macedo retornou a Itaboraí onde passou a clinicar, mas não ficou lá por muito tempo. Em 1845, quando tinha apenas 25 anos, foi recomendado por Joaquim Norberto e Manuel de Araújo Porto Alegre para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Deste período também data o casamento de Macedo com Maria Catarina Sodré, considerada por alguns autores como a inspiradora de *A moreninha*. Maria Catarina era prima de Álvares de Azevedo e também do historiador Moreira de Azevedo, além de cunhada de outro poeta, o maranhense Odorico Mendes. Seu pai, Baltasar Sodré, era dono de uma fazenda com

---

³¹ Para uma biografia de Joaquim Manuel de Macedo ver: Antônio Cândido. *A Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. São Paulo, 1971; Ernesto Sena. “Joaquim Manuel de Macedo” In: *História e Histórias*. Paris: Editorial Hispano-Americana; Jose Galante Sousa. “Joaquim Manuel de Macedo” in: *Machado de Assis e outros estudos*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cátedra, 1979; José Veríssimo. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954; Proença Manuel Cavalcanti. “Cap. 3 – Joaquim Manuel de Macedo” In *Estudos Literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971; Salvador de Mendonça. “Cousas do meu tempo” in: *Revista do Livro*, nº 20, ano V, dezembro de 1960, pp. 107 – 192 e Tania Rebelo Costa Serra. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

³² Salvador de Mendonça, *op. cit.*, p.114.

³³ Jose Galante Sousa, *op. cit.*, p.134.

engenho de açúcar e aguardente, em Itaboraí; conta-se que ele só permitiu o casamento de Macedo com sua filha após dez anos de namoro e mesmo assim apenas porque a filha teria adoecido. Daí decorre o fato de alguns autores compararem a história de Macedo e Catarina com a d'*A Moreninha*³⁴.

Em 1849, Macedo foi nomeado professor da segunda cadeira de História e Corografia do Colégio Pedro II, o que fez com que ele se mudasse definitivamente para o Rio de Janeiro. Ainda nesse ano fundou com Porto Alegre e Gonçalves Dias a revista *Guanabara*. Segundo Tânia Serra, a *Guanabara* teria sido uma das revistas literárias mais importantes da época, sendo imprensa de 1 de dezembro de 1849 até fevereiro de 1856³⁵.

A volta ao Rio de Janeiro marcou dois novos aspectos na vida de Macedo, pois além do magistério, passou também a se dedicar à política. Atividades que, aliadas à de escritor, seriam, conforme Galante de Sousa, as principais ocupações a que Macedo se dedicou até seus últimos dias³⁶. Reforça-se assim a idéia de que Macedo foi um exemplo de figura comum ao século XIX que desenvolveu muitas funções, sendo que, como veremos, essas atividades se completavam e se influenciavam reciprocamente.

Como a maioria dos políticos da época, Macedo começou sua carreira parlamentar pleiteando uma vaga na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro. Sua primeira candidatura ocorreu na legislatura de 1850-1851, porém não conseguiu eleger-se, ficando apenas como suplente, o que novamente aconteceu na legislatura seguinte, de 1852-1853. Somente em 1854 veio a se eleger titular. Macedo candidatou-se sempre pelo partido liberal. Ainda que não existam declarações claras do porquê dessa escolha, uma coisa parece certa, Macedo acreditava em várias das propostas apresentadas pelos principais líderes liberais, principalmente em certas reformas que pretendiam fazer e que ele defendeu durante toda a sua trajetória, como se verá ao longo dos capítulos deste trabalho. É comum encontrar em seus escritos referências aos liberais, às suas políticas

---

³⁴ Essa comparação é feita porque o enredo da história *d'A moreninha* lembra em partes a própria história de Macedo. No romance, o jovem Augusto se apaixona por Carolina, conhecida pelas pessoas mais próximas a ela como moreninha devido à cor de sua pele, daí o nome do romance; porém o pai do rapaz era contra o envolvimento dos dois. Sendo obrigado a ficar longe de sua amada Augusto ficou seriamente doente. Seu pai, percebendo que iria perder o filho, resolveu então permitir o casamento entre os jovens, nota-se aí a semelhança com o que aconteceu entre Macedo e Catarina, mas com uma inversão, já que no caso do autor quem se opunha ao casamento era o pai de Catarina.

³⁵ Tania Rebelo Costa Serra. *op. cit.*, p.62.

³⁶ José Galante de Sousa, *op. cit.*, p.136.

e reformas, bem como ao fato de que, em sua opinião, os liberais eram os melhores preparados para assumir o governo³⁷.

Enquanto não conseguia se eleger, dedicou-se à publicação do jornal *A Nação*, que durou de 1852 a 1854, e que, segundo Salvador de Mendonça, era um periódico do partido liberal, redigido por Francisco Sales Torres Homem e Macedo, que além de redator era também o proprietário³⁸. Galante de Sousa explicou que a história *d'A Nação* começou em 20 de setembro de 1851 com o aparecimento do periódico *A Reforma*, que pertencia a Luís Antonio Navarro de Andrade e era redigido por Antonio Manuel de Campos Melo, Gabriel José Rodrigues dos Santos e Francisco Sales Torres Homem; contudo, depois de um desentendimento entre o proprietário e seus redatores, a publicação foi suspensa. Após muita discussão, os antigos redatores voltaram com um novo *A Reforma*, mas que doravante se definia como um “jornal político”, cujo último número saiu em maio de 1852, ano em que Macedo assumiu o referido jornal e mudou seu nome para *A Nação*³⁹. Em seu primeiro número foi publicada uma nota na qual se explicava que o periódico era o continuador não apenas da política liberal *d'A Reforma* como também de todas as suas obrigações comerciais, o que sugere, segundo Sousa, que Macedo comprou ou ao menos fez uma sociedade com os redatores (sem que existam, contudo, indicações de que os redatores tenham permanecido os mesmos; Macedo, ao menos, não fez qualquer referência quanto a isto). Para Sousa esse

---

³⁷ Salvador de Mendonça afirmou que o fato de Macedo ter escolhido os liberais estava ligado ao meio político no qual o autor crescera: “Quanto ao meio político em que se educou e cresceu, era o que pelos anos de 29 e 31 o primeiro Imperador chamava ‘o meu Pernambuco pequeno’. Efetivamente a antiga vila [Itaboraí] podia gabar-se de ser então um verdadeiro ninho de revolucionários. Lá vivia, sob a proteção de meu avô João Hilário de Meneses Drummond, o intemperato patriota, redator do ‘Pirajá’, que Antônio de Meneses, primo de meu avô, lhe consignara da Bahia, depois de uma longa viagem por terra, para escapar de ser preso e remetido para a Corte em companhia de Ratcliff. Com o ‘Pirajá’ que ainda hoje revejo na memória, velho, baixinho e violento, juntara-se mais tarde o Padre Caldas, o da Revolução dos Farrapos. Com estes faziam bom pé o meu dito avô, que virara costas ao Sr. Dom Pedro I, na Fazenda do Córrego Seco, na qualidade de oficial do chamado Batalhão do Imperador, o fora buscar na volta da sua viagem a Minas, em março de 1831, e seu irmão, Dr. José Augusto Gomes de Meneses, magistrado e republicano. Não é de admirar que tão arraigadas ficassem no ânimo de Joaquim Manuel de Macedo as idéias liberais, que sempre nutriu, e a integridade de caráter que o acompanhou sem desfalecimento”. Salvador de Mendonça, *op. cit.*, p. 114.

³⁸ *Ibidem*, p. 115.

³⁹ Como explicou Galante de Sousa a “Typographia da – *Nação*”, estabelecida na residência do próprio Macedo à Rua do Regente nº 1, apareceu primeiro sob o nome de *J. M. de Macedo, Colvill & Ca.*, trocada logo em seguida para *Macedo, Irmãos e Colvill*, posteriormente para *Macedo & Irmãos* e depois simplesmente para *Macedo*, permanecendo assim até 10 de agosto de 1853 quando o periódico passa a ser impresso na “Typographia Fluminense, de D. L. dos Santos”. Ainda segundo o autor, essa mudança ocorrida em 1853 coincide com o período em que Macedo foi eleito para a Assembléia Provincial do Rio de Janeiro e se mudou para Niterói. José Galante de Sousa, *op. cit.*, pp.139-140.

periódico foi importante porque contribuiu para que Macedo saísse de duas suplências seguidas e passasse à representação efetiva⁴⁰.

A *nação* era um jornal essencialmente político, no qual Macedo ao mesmo tempo em que buscava criticar a conduta do governo liderado, no momento de sua criação, pelos conservadores, defendia as propostas dos liberais.

Não era à toa que Macedo buscasse concomitantemente se eleger para a Assembléia Provincial e se preocupasse em comprar e escrever em um jornal que se declarava defensor da política liberal. A relação entre política e imprensa não era então recente, e pode ser observada no Brasil, desde os anos 1820, quando houve uma mudança no cenário político e na “cena impressa”. Como explicou Isabel Lustosa, após a Revolução do Porto de 1820 e o fim da censura prévia à imprensa em 1821, apareceram alguns jornais, agora independentes do governo, que começaram a abordar questões referentes à situação política do Reino⁴¹. Discutia-se inicialmente se a família real deveria permanecer no Brasil ou não, após o regresso de D. João a Portugal, e as exigências das Corte de Lisboa para que D. Pedro I também retornasse, com os jornais debatendo a necessidade de o príncipe aqui permanecer. Segundo Marco Morel, primeiramente não se falava em independência, o que a imprensa defendia era o reforço do papel do Brasil no interior do Reino português, no entanto, à medida em que as pressões sobre o país aumentavam, esse tema começou a aparecer, de maneira mais clara entre fins de 1821 e início de 1822, nota-se que a imprensa teve um papel importante nas atividades política que culminaram na Independência do Brasil e posteriormente na abdicação de D. Pedro I⁴².

É preciso lembrar que naquele período surgiram muitos jornais que defendiam opiniões diferentes sobre o mesmo tema, travando debates, defendendo suas opiniões e buscando ao mesmo tempo influenciar a opinião de outras pessoas, como afirmou Lustosa surgiram “as folhas dos que pretendiam influir sobre a opinião do príncipe, do

---

⁴⁰ *Ibidem*, p. 140.

⁴¹ Segundo Isabel Lustosa, a chegada da corte portuguesa ao Brasil em 1808 e a fundação da Imprensa Régia, no mesmo ano, marcam o surgimento da imprensa no Brasil; o primeiro jornal publicado foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, lançado em 10 de setembro de 1808, esse periódico era uma versão adaptada da *Gazeta de Lisboa* e se dedicava a publicação de decretos e fatos relacionados a família real, além de alguns artigos traduzidos da imprensa européia. Artigos esses que passavam antes de sua publicação por uma rigorosa censura da Imprensa Régia. Isabel Lustosa. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 68-69.

⁴² Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2ª edição, 2010, pp. 206 - 207.

ministério, da elite, do povo”⁴³, principalmente sobre a opinião de d. Pedro “a quem queriam conquistar para o projeto político que defendiam”⁴⁴. Percebe-se que a imprensa tinha um “caráter político”⁴⁵ e funcionava como um local para divulgação e debate de idéias, contribuindo decisivamente para a formação de um espaço público brasileiro e de uma opinião pública.

Segundo Morel, nesse período de mudança, quando os jornais se proliferaram e promoveram muitos debates em torno de questões políticas, observa-se, no Brasil, a

passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas dos Antigos Regimes (como as gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em alta voz, entre outros) para um espaço público onde se consolidavam debates através da imprensa (que nem sempre era vinculada ao poder oficial do Estado) e onde ganhavam importância as leituras privadas e individuais, permitindo a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão-leitor e representando uma espécie de somatório das opiniões.⁴⁶

Nesse contexto surgiu a chamada opinião pública que, para Morel, pode ser entendida como “recurso para legitimação de práticas políticas, como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral”⁴⁷, o que não significava que fosse homogênea⁴⁸. Sobre os responsáveis por formar essa opinião, no caso os redatores, o historiador descreve que eram os “membros da chamada República das Letras, os letrados, os *esclarecidos*”⁴⁹, que, se divergiam em várias questões como para que tipo de público se deveria escrever, tinham ao menos um ponto em comum: apresentavam-se “como cidadãos e escritores ativos, como construtores da

---

⁴³ Isabel Lustosa, *op. cit.*, p. 26.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 27.

⁴⁵ Segundo Isabel Lustosa, os jornais publicados em 1821 eram todos políticos, com exceção da *Sabatina Familiar de Amigos do Bem Comum* (agosto-dezembro de 1821), que tinha como objetivo criar “Companhias Domésticas dos Homens de Letras”; do *Jornal de Anúncios* (5 de maio a 16 de junho de 1821) e do jornal *O Voluntário* (1 de setembro a 31 de outubro de 1822) que tinha um caráter misto publicando anúncios, comentários políticos e fazendo propaganda da maçonaria. Após 1821 apenas o *Diário do Rio de Janeiro* (1 de junho de 1821 a 31 de outubro de 1878), não se envolveu nos debates políticos, o que não impediu que ele fosse atacado por outros periódicos que não concordavam com o fato de ele estar permanentemente ligado ao poder estabelecido. *Ibidem*, p. 27.

⁴⁶ Marco Morel, *op. cit.*, pp. 205-206.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 200.

⁴⁸ Como explicou Marco Morel definir o que era a opinião pública, não é fácil, pois seu significado mudou de acordo com o contexto no qual estava inserida. Assim, no Brasil, da década de 1820-1830, a opinião pública assumiu o sentido de “rainha do mundo” fundada na “supremacia da razão”; já na década de 1830 ela passou a ser entendida como “tribunal da opinião pública” algo comum e normativo que se identificava com a vontade da maioria. Mas como ponderou o historiador, essas definições não estavam rigorosamente separadas, em muitas ocasiões elas se encontravam. Sendo que a única que esses diferentes significados tem em comum é que trazem a “noção de opinião que se torna pública”. *Ibidem*, pp.210-212.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 208.

opinião que almejava levar a sociedade a algum tipo de progresso e de ordem nacional”⁵⁰.

Percebe-se assim a grande ligação existente entre a imprensa e a política, desde os anos de 1820. E ao se analisar a obra de Macedo, como faremos a seguir, essa ligação é evidente, tendo perdurado durante praticamente toda a sua vida.

1.1 - Mudanças políticas e Conciliação

O período em que se mudou para o Rio de Janeiro e o início de suas publicações em *A nação* coincidem com o momento de transformações políticas importantes, que se fizeram sentir na própria obra de Macedo; sendo que a partir de 1853 suas críticas não seriam feitas apenas na imprensa, mas também na tribuna da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1859⁵¹.

O ano de 1848 e a subida do gabinete de 29 de setembro sob a direção do Marquês de Olinda⁵² marcaram a volta dos conservadores ao poder, após um longo período de domínio dos liberais (1844-1848). O início do gabinete não foi tranquilo, pois, na câmara dos deputados, a maioria ainda era de liberais, o que acabou levando à sua dissolução em fevereiro de 1849. Seguiu-se então a eleição de uma nova câmara, agora com uma representação conservadora unânime, com apenas uma exceção, o deputado do Pará, Bernardo de Sousa Franco⁵³. O ministério também passou por mudanças, o marquês de Olinda deixou a presidência, que foi assumida pelo visconde de Monte Alegre; Paulino José Soares de Sousa assumiu a pasta de Estrangeiros, antes ocupada pelo marquês de Olinda e Rodrigues Torres, a da fazenda, em lugar de Olinda que também era responsável por essa pasta. Ilmar Mattos afirmou que, com essas

---

⁵⁰ *Ibidem*, p. 218.

⁵¹ Antes de se eleger deputado Macedo ficou como suplente em duas legislaturas, 1850-1851 e 1852-1853, sendo que de agosto a setembro de 1853 foi chamado para assumir uma cadeira na Assembléia, fato que é confirmado porque durante esse período o jornal *A nação* publicou os discursos proferidos por ele. José Galante de Sousa, *op. cit.*, pp. 139-140.

⁵² O gabinete de 29 de setembro era composto pelo Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda) presidente do Conselho a que também coube as pastas de Estrangeiro e da Fazenda; a pasta do Império ficou com José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre); a pasta de Justiça ficou com Euzébio de Queiroz Coutinho Matoso da Câmara; Manuel Felizardo de Sousa e Melo assumiu a pasta de Marinha e foi substituído em 23 de julho de 1849 por Manuel Vieira Tosta, (Barão de Muritiba); a pasta de Guerra também ficou com Manuel Felizardo. Barão de Javari. *Organizações e Programas Ministeriais*. Rio de Janeiro: Estado da Guanabara, 1962, 2ª edição, pp. 105.

⁵³ Joaquim Nabuco, *Um Estadista no Império*. Rio de Janeiro: Garnier, 1975, v. 1, p.113.

substituições, pela primeira e única vez a trindade saquarema assumiria em conjunto um gabinete ministerial, já que Eusébio de Queirós desde o início ocupava a pasta da Justiça⁵⁴.

A eleição de 1849 garantiu assim certa unanimidade, mas, que não teve vida longa. Devido a um surto de febre amarela, que causou dezenas de mortes, muitos suplentes foram chamados para assumir um lugar na câmara dos deputados, dentre eles estavam alguns liberais que se somaram a Bernardo de Sousa Franco na oposição; uma oposição pequena, porém, barulhenta e capaz de levantar vários debates⁵⁵.

Joaquim Manuel de Macedo reclamava em seu jornal que essa nova ascensão do partido conservador não teria se dado em conformidade com o sistema representativo, uma vez que os conservadores usaram de perseguição aos liberais e intrigas junto a coroa para conseguirem voltar ao poder. Ao fazer essa reclamação, Macedo parece se referir ao fato de que se utilizando do Poder Moderador o imperador poderia mudar o ministério caso ele estivesse em desacordo com a câmara ou dissolver a câmara se essa estivesse em desacordo com o ministério, e isso estava conforme com o sistema representativo. Durante muito tempo a historiografia que se dedicou a estudar a história política do Império atribuiu ao Poder Moderador exercido pelo imperador um caráter negativo, segundo essa visão “o governo representativo era falseado no Brasil na medida que, no exercício do Poder Moderador, o imperador nomeava livremente o ministério, sem compromisso com a maioria parlamentar, e na ausência desta, também como atribuição do quarto poder, dissolvia a Câmara dos Deputados”⁵⁶. No entanto, em estudo recente, alguns pesquisadores questionam essa visão tradicional, demonstrando que o Poder Moderador “tal como funcionava no Brasil, estava em harmonia com representação política, tal como entendida no século XIX”⁵⁷; desta maneira, mesmo com a existência/exercício de tal poder, a “monarquia constitucional brasileira preenchia os critérios definidos como essenciais para a existência de um governo representativo”⁵⁸.

---

⁵⁴ A trindade Saquarema era composta pelos principais líderes do partido conservador: Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Souza e Eusébio de Queirós. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 5ª edição, 2004, p.182.

⁵⁵ Francisco Iglesias. “Vida Política, 1848-1866” in: Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 1987, tomo 2, vol. 3, pp.14-18.

⁵⁶ Miriam Dolhnikoff *et alli*, “Representação política no Império”, artigo inédito cedido pelos autores.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Ibidem*.

Ao abordar tal questão Macedo afirmava que a ascensão do partido conservador estava em desacordo com o sistema representativo, justamente porque em 1848 tanto o ministério como a câmara estavam em alinhamento, ambos eram liberais. Contudo, ele não questiona o uso do Poder Moderador, pois, como veremos posteriormente, ele não acreditava ser esse o responsável pelo falseamento do sistema representativo; ele culpava os conservadores por tal ato. Uma vez que não haviam sido capazes de voltar ao poder através do voto, teriam passado a fazer intrigas junto ao imperador, acusando os liberais de “desordeiros”, conseguindo, após o pedido de demissão de Paula Sousa, então presidente do Conselho, que d. Pedro optasse por chamar um conservador para organizar o novo ministério. Isso causou uma inversão partidária, que culminaria posteriormente na dissolução da câmara e na eleição de uma nova deputação com a quase unanimidade de conservadores.

Segundo Francisco Iglesias, o imperador optou por levar os conservadores de volta ao poder porque os liberais, durante o período em que estiveram no poder, não conseguiram formar uma unidade e assim não foram capazes de votar reformas importantes; nem mesmo aquelas que compunham as principais teses liberais, como a reforma da Guarda nacional ou a reforma da lei de 3 de dezembro de 1841, isso porque não havia entre eles um consenso sobre tais questões⁵⁹. Além disso, Câmara e ministério não se entendiam, o que acabava atrapalhando na votação de qualquer projeto, diante dessa situação d. Pedro precisou apelar para os conservadores porque “não podia mais compor-se com a situação dominante, pela diversidade de vistas e choques dentro dela”⁶⁰.

Não bastasse isso, Macedo, como liberal que era, considerava que seus correligionários eram os melhores preparados para estar à frente do governo e prova disso era que durante o período em que estiveram no ministério, entre 1844 e 1848, o Brasil tivera apenas prosperidade; “o Brasil sentiu por mil maneiras a benéfica influência do partido liberal”⁶¹, responsável por regenerar as finanças e pacificar o Rio Grande do Sul, garantido assim a tranquilidade pública. Ainda segundo Macedo, os liberais teriam cometido apenas um erro, o de adiar as reformas necessárias, deixando “em pé leis anticonstitucionais e tirânicas que haviam sido forjadas pelos oligarcas e que nós toleramos e não soubemos destruir cometendo assim o erro mais palmar e

---

⁵⁹ Francisco Iglesias, *op. cit.*, pp.10-12.

⁶⁰ *Ibidem*, p.11.

⁶¹ *A Nação*, 29 de setembro de 1852.

indesculpável”⁶², ele se referia assim principalmente à reforma da lei de 3 de dezembro de 1841 e à reforma da Guarda Nacional. Já no governo dos conservadores, segundo o autor, o que se via era a desordem, o abuso de poder e o uso de violência; como exemplo dessas questões Macedo citava o uso de violência na realização das eleições.

Com suas publicações em *A Nação*, Macedo buscava justamente publicizar seu argumento de que o partido liberal era o melhor preparado e deveria ter continuado no governo, e divulgar o que considerava os principais erros dos conservadores.

Após três anos, e se dizendo desgastado, o gabinete pediu a sua exoneração, que foi aceita por d. Pedro, esse convidou então José Joaquim Rodrigues Torres para organizar o novo ministério⁶³, que continuou sob o poder dos conservadores. Os liberais mais uma vez reclamaram da sua organização, afirmando que ele era “antiparlamentar”, pois era composto por quatro senadores e apenas dois deputados. Além disso, exigiam explicações para a retirada do gabinete anterior, a organização do gabinete atual, com a manutenção de três ministros, e as substituições de Euzébio de Queirós na pasta da justiça, Manuel Felizardo de Souza e Melo na marinha, e José da Costa Carvalho no Império; sendo que a substituição de Euzébio de Queirós era a que mais intrigava os liberais que não conseguiam entender o porquê dessa mudança.

Oficialmente a explicação para essas substituições era que elas teriam ocorrido porque os ministros estariam cansados. No entanto, como afirmou Iglesias, aquela altura as idéias de Conciliação já circulavam e ganhavam força, o que teria levado à organização de um gabinete “mais flexível, com vistas a uma futura conciliação, afastando-se assim uma figura bem marcada de conservador como Eusébio, que dividia muito as opiniões”⁶⁴. Nota-se que a partir daí, mesmo com a eleição de uma câmara predominantemente conservadora, há uma constante oposição ao governo, vinda de parte dos conservadores que não apoiavam tal ministério, formando assim uma “oposição parlamentar”⁶⁵.

---

⁶² *A Nação*, 29 de setembro de 1852.

⁶³ O gabinete de 11 de maio de 1852 era composto por Joaquim José Rodrigues Torres, visconde de Itaboraí, que ficou com a presidência do Conselho e com a pasta da Fazenda; Francisco Gonçalves Martins (barão de São Lourenço) ficou com a pasta do Império; a da Justiça ficou com José Idelfonso de Sousa Ramos, visconde de Jaguari, que foi substituído em 14 de junho de 1853 por Luís Antonio Barbosa; a pasta de Estrangeiros ficou com Paulino José Soares de Sousa; a da Marinha com Zacarias de Góis e Vasconcelos e a da Guerra com Manuel Felizardo de Sousa Melo. Barão de Javari. *op. cit.*, pp. 111-12.

⁶⁴ Francisco Iglesias, *op. cit.*, p.22.

⁶⁵ *Ibidem*, p.25.

Diante desses acontecimentos, Macedo alertava, na imprensa, para a aproximação de uma crise política causada pela ruptura dentro do partido conservador:

O partido saquarema chegou a sua época de fracionamento, ou talvez de aniquilamento: cinco anos foram de sobra para apodrecer de todo uma política corruptora e corrupta. Partido composto em sua maior parte de facções desmoralizadas, que pesam sobre as províncias, tem em seu seio os germens de sua própria destruição: o laço, que os liga que os reúne em um só corpo é o egoísmo; era pois um laço bem fácil de rebentar no primeiro encontro de seus diversos interesses.

[...] Reina portanto a desordem nas fileiras saquaremas: uma inquietação geral invade todos os espíritos, e perturba todos os cálculos⁶⁶.

Para ele essa situação, de desagregação do partido conservador, tornava difícil a continuidade do ministério de Joaquim José Rodrigues Torres, uma vez que ele não tinha nem o apoio dos liberais, nem de parte dos conservadores; sendo assim, o ministério em questão não representava a maioria e, portando, não deveria continuar. A crise era, segundo ele, conhecida e declarada por todos, pois

Não é somente o pincel da oposição, que assim representava em quadro escuro e feio a atualidade. Não, tudo que tem uma voz, uma expressão, um gesto assinala a chegada do momento supremo: não é só na capital do império, é em todo o Brasil, que se observam os sintomas infalíveis de uma crise política⁶⁷.

Macedo já alardeava que uma nova organização política estava se desenvolvendo, e que a idéia da Conciliação ganhava força. Contudo, essa nova política também lhe parecia inadequada e contrária aos princípios do governo representativo.

O chamado gabinete de Conciliação assumiu em 6 de setembro de 1853, tendo como presidente Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês de Paraná⁶⁸, e unindo parte dos conservadores e dos liberais.

Ilmar Mattos defende a idéia de que essa política foi concebida e executada pelos conservadores e que era um complemento para a consolidação da direção

---

⁶⁶ *A Nação*, 11 maio de 1853.

⁶⁷ *A Nação*, 11 maio de 1853.

⁶⁸ Esse gabinete era formado por Honório Hermeto Carneiro Leão na presidência do Conselho; Luís Pedreira do Couto Ferraz (visconde do Bom Retiro) assumiu a pasta do Império; a da Justiça coube a José Tomás Nabuco de Araújo; a de Estrangeiros ficou com Antonio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté) substituído em junho de 1855 por José Maria da Silva Paranhos; a da fazenda coube inicialmente também ao marquês de Paraná, foi substituído de forma interina por Antonio Paulino Limpo de Abreu, substituído por João Mauricio Wanderley; a da guerra ficou com Pedro de Alcântara Bellegarde, substituído em 1855 por Luís Alves de Lima e a da marinha ficou com Pedro de Alcântara Bellegarde, substituído em 1853 por José Maria da Silva Paranhos, substituído em 1855 por José Mauricio Wanderley, substituído novamente por José Maria da Silva Paranhos. Barão de Javari, *op. cit.*, pp.113-15.

saquarema, marcando assim a vitória deste grupo⁶⁹. Sérgio Buarque de Holanda também acredita que a Conciliação é uma continuação da política saquarema, ainda segundo o historiador, a idéia da Conciliação era antiga, porém ela só foi colocada em prática nesse período porque a conjuntura era favorável a sua realização, além disso, essa política tinha o total apoio de d. Pedro⁷⁰.

Francisco Iglesias, por outro lado, descreve a Conciliação como uma junção dos elementos moderados dos dois partidos, mas uma união de homens e não de princípios, que implicava a continuidade dos dois partidos, mas com seus ímpetos acalmados. Contudo assim como Sérgio Buarque, Iglesias também acreditava que essa era uma idéia antiga, e que se realizou naquele período dado a conjuntura favorável, isso e a direção do marquês de Paraná que tinha todas as qualidades necessárias para executar essa política, além de contar com o apoio de d. Pedro⁷¹.

Já Roderick J. Barman considera como absolutamente central a intervenção direta de d. Pedro II. O historiador pondera que, com o aumento do poder pessoal do imperador, teria lhe sido possível impingir uma política que visava acabar com os partidos e a política partidária; responsáveis por uma situação na qual as idéias não eram discutidas de forma calma e racional, o que impedia que as decisões fossem tomadas visando a beneficiar o país como um todo, e não simplesmente vantagens partidárias⁷².

Bruno Fabris Estefanes, em dissertação recente, apresentou uma nova interpretação para a política da conciliação. Para ele essa política tem dois sentidos, primeiramente inaugura uma nova maneira de relacionamento entre d. Pedro e os ministros, em que o imperador tinha uma maior intervenção na política; e, em segundo lugar, representa uma tentativa de acabar com o controle que o partido governista tinha sobre as nomeações e as eleições. Segundo o autor para ser entendida em sua

---

⁶⁹ Ilmar Rohloff Mattos, *op. cit.*, pp.183-192.

⁷⁰ Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 8^o edição, 2008, tomo 2, vol. 7, pp.73-74.

⁷¹ Francisco Iglesias, *op. cit.*, pp.38-44.

⁷² Jeffrey D. Needell, assim como Barman, também defendeu que a Conciliação foi uma política imposta pelo imperador e que essa imposição foi possível devido ao aumento do poder pessoal de D. Pedro. Cf. Roderick J. Barman. *Citizen emperor. Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999, pp. 162-188 e Jeffrey D. Needell. *The party of order. The conservatives, the state and slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006, pp.169-200.

completude, ambos os sentidos devem ser analisados conjuntamente⁷³ e inseridos num quadro cronológico mais amplo, que difere da visão mais tradicional segundo a qual

o período do gabinete de seis de setembro de 1853, juntamente com os dois que o precederam, são comumente acomodados em uma chave de entendimento que acaba por limitar a dinâmica da leitura política da década de 1850. Os anos que vão de 1848 até adentrarem pelo gabinete do visconde de Paraná são interpretados quase sem questionamentos, como o tempo da consolidação do Estado monárquico sob o domínio conservador - o tempo saquarema, em uma definição bem difundida. O que desdobra disso é que a década de 1850 permanece como uma zona neutra, na qual se processa a consolidação do Império, limitada, de um lado, pelas brigas partidárias do passado e, de outro, pelo “renascer liberal” da década seguinte⁷⁴.

Dessa maneira pode-se entender que

o ministério da conciliação não dividiu duas eras, não foi resultado de um arrefecimento natural e evolutivo das paixões partidárias na sociedade. Precisa ser visto, antes de tudo, como um episódio das tentativas de reforma abertas ainda na década de 1840, contando com a participação direta de Pedro II, e que se desdobraram em um novo quadro político na década de 1860⁷⁵.

O período da Conciliação, 1853-1856, ao contrário do que afirmou Sérgio Buarque de Holanda, não teria sido então um tempo de “política sonolenta”⁷⁶, ao contrário, durante o gabinete Paraná foram discutidas questões importantes que causaram amplo debate entre os deputados e também entre eles e o governo; e não uma fase de calmaria quando teria ocorrido um arrefecimento das disputas partidárias, culminando assim num período de “águas paradas”⁷⁷. Das questões discutidas, duas tem grande destaque dada a repercussão que tiveram: a primeira foi tentativa de reforma judiciária em 1854 e a segunda foi a aprovação da lei de círculos de 1855.

Em 1854 o senador Nabuco de Araújo apresentou um projeto de reforma para a lei de 3 de dezembro de 1841 que visava colocar a justiça criminal nas mãos do magistrado vitalício, assim “a polícia perdia a atribuição de formar processo e de julgar, tirava-se ao júri o julgamento de uma classe numerosa de crimes, os afiançáveis. Com o que se tirava assim ao elemento policial por um lado e por outro ao popular constituía-

---

⁷³ Bruno Fabris Estefanes. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico. (1842-1856)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2010, pp. 165-180.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 169.

⁷⁵ *Ibidem*, pp. 192-193.

⁷⁶ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 74.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 105.

se a onipotência do juiz de direito”⁷⁸. Mas esse não era o projeto original pensado pelo senador, tendo sido “cortado” de forma a tentar evitar maior oposição à reforma, sendo

As diferenças principais entre o primitivo projeto e a proposta eram que o projeto atribuía aos juízes de direito o julgamento final nas causas cíveis, estabelecia indiretamente a incompatibilidade política dos magistrados, presumindo que renunciavam a magistratura os juízes de direito eleitos pelas províncias onde exercessem jurisdição, instituía para cada comarca um chefe civil, autorizava a nomeação dos juízes de direito dentre os advogados notáveis. Tudo isso tinha sido cortado⁷⁹.

Apesar disso o projeto desagradou conservadores e liberais, teve repercussões no Parlamento, na imprensa e também entre os grandes proprietários de Vassouras, que temiam que parte dos seus poderes e influência fossem afetados⁸⁰. Diante dessa situação o projeto não resistiu a tanta pressão e foi derrubado.

Em 1855 entrou em discussão outro projeto polêmico a lei dos círculos, que estabelecia que a eleição seria feita com o voto por distrito ou por Círculos eleitorais, com um representante eleito por circunscrição. Apesar de agradar alguns deputados, no geral a lei causou grande discórdia, sendo a principal justificativa de seus opositores sua suposta inconstitucionalidade, argumento que foi retomado e reforçado por vários deputados, tanto liberais como conservadores⁸¹. Já entre aqueles que defendiam tal lei o principal argumento era que “ela garantiria às minorias políticas possibilidades de representação”⁸², dessa forma o deputado representaria muito melhor o “verdadeiro espírito nacional”⁸³, uma vez que estaria muito mais próximo dos seus eleitores.

Temendo que uma nova derrota ocorresse, como em 1854, o presidente do Conselho transformou a reforma em questão de ministerial, o que impunha a seguinte situação: caso a reforma não fosse aprovada o imperador deveria optar ou pela dissolução da Câmara ou do ministério. Depois disso, e provavelmente sabendo que se

---

⁷⁸ Joaquim Nabuco, *op. cit.*, v. 1, p. 195.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 191.

⁸⁰ Em 1854 um grupo de fazendeiros da região de Vassouras, entregou ao Senado uma representação contra o projeto de reforma judiciária, que o gabinete da Conciliação tentava aprovar. Eles alegavam que os pequenos núcleos seriam prejudicados, pois o júri ficaria restrito aos maiores centros urbanos; para Iglesias, “falava nessa representação a grande propriedade, temerosa de perda de prestígio”. Tal acontecimento ficou conhecido como movimento de Vassouras e contribuiu para que o projeto fosse derrubado. Francisco Iglesias, *op. cit.*, p.45.

⁸¹ Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, p.184.

⁸² *Ibidem*, p. 181

⁸³ *Ibidem*, p. 181

tal situação se realizasse d. Pedro optaria por dissolver a Câmara, a proposta foi rapidamente discutida e aprovada⁸⁴.

A aprovação dessa lei foi a principal realização do gabinete de conciliação⁸⁵ e, segundo Miriam Dolhnikoff, o que estava por trás da discussão era a tentativa de “encontrar um mecanismo que impedisse as câmaras unânimes, ou seja, nas quais apenas um partido detivesse todas as cadeiras”⁸⁶.

Interessante notar que a despeito, de suas críticas ao gabinete de Conciliação, Macedo era favorável à aprovação da lei dos círculos. Em discurso na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, em 1 de setembro de 1855, declarou que o sistema eleitoral tinha muitos “vícios”, mas que “felizmente porém, é de se esperar que esse estado melhore, pois que acaba de se encetar a reforma eleitoral, e eu confio que as reformas iram adiante, como é necessário para o bem do país”⁸⁷.

Importante ressaltar que a aprovação dessa lei dividiu os deputados, opondo inclusive deputados do mesmo partido. Macedo era favorável a essa lei porque entendia que essa era a melhor política eleitoral para uma monarquia constitucional representativa; talvez porque acreditasse que a lei dos círculos garantiria uma maior representação política das minorias, uma vez que ao menos a intenção da lei era “dificultar as articulações partidárias majoritárias”⁸⁸, diminuindo a influência que cada partido poderia exercer sobre a província.

Durante os debates ocorridos na Câmara no período da Conciliação, como apontou Bruno Estefanes, nota-se que havia uma preocupação dos deputados em não apresentar suas defesas, contra ou a favor de determinado assunto em discussão, como uma questão de partido. Ao contrário, os representantes buscavam demonstrar que sua

---

⁸⁴ *Ibidem*, pp. 182-183.

⁸⁵ Após a aprovação dessa lei não “só os deputados passaram a ser eleitos por distritos pequenos, como o número total deles elevou-se de 113 (número de deputados na legislatura de 1853-1856), para 235 (número de deputados na legislatura 1857-1860). A bancada de cada província dobrou e algumas poucas tiveram sua representação aumentada para além do dobro. A província com maior representação na Câmara, Minas Gerais, passou a contar com 40 deputados, de 40 distritos. A segunda maior, Bahia, foi dividida em 28 distritos para formar uma bancada de 28 deputados. Pernambuco passou a contar com 26 deputados, São Paulo 18, Ceará 16”. Miriam Dolhnikoff. “Representação na monarquia brasileira” In *Revista Almanack Braziliense*, nº 9, maio de 2009, pp. 41-53. (versão online)

⁸⁶ *Ibidem*, pp. 48-49.

⁸⁷ Discurso proferido na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 1 de setembro de 1855, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 5 de setembro de 1855. Não foi possível localizar os Anais da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, para o período em que Macedo esteve na assembléia, 1853-1859, portanto os discursos aqui citados foram retirados do Jornal *Diário do Rio de Janeiro* onde esses discursos foram publicados, e também no *Jornal do Commercio*, onde passaram a ser publicados a partir de 1856.

⁸⁸ Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, p.191.

opinião estava acima dos partidos, era uma questão de “bem comum”. Isso pode ser observado principalmente durante as discussões sobre a reforma eleitoral, o que pode ser explicado “talvez porque a ordem do dia fosse a Conciliação”⁸⁹, e defender um partido, ou as idéias como sendo de um partido era, de certa maneira, se colocar em oposição a tal política. Mas isso não aconteceu apenas na Câmara dos Deputados, na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro tal situação também foi comum.

Ao se observar os discursos realizados na Assembléia, nesse período, nota-se que havia por parte dos deputados um receio em falar de partidos ou em falar de maioria e minoria. Mais do que isso, toda vez que tal expressão era usada, em seguida algum deputado fazia um aparte chamando atenção para o fato de que, com a nova situação política, tal diferenciação não existia. Um exemplo foi o que aconteceu na sessão de 21 de agosto de 1854, durante a discussão sobre atos do presidente referentes às finanças da província. Alguns deputados pediram que tal debate fosse adiado para quando se discutisse o orçamento provincial, a maioria concordou com o pedido, Macedo, porém, colocou-se contrariamente a tal adiamento, afirmando que nesse caso não estava de acordo com a maioria; fala que foi seguida então por uma pequena discussão entre os deputados sobre o uso de tal termo:

Outro Sr. Deputado – Aqui não há maioria nem minoria. Só temos em vista o interesse da província (Apoiados).

O Dr. J. M. de Macedo – Os nobres deputados desejam mostrar que não há maioria...

Um Sr. Deputado – Eu digo que não há.

Outro Sr. Deputado – Depois da conciliação não há minorias.

O Sr. J. M. de Macedo – Ai está o nobre deputado empregando uma palavra que não posso deixar passar despercebida. Senhores é verdade, no meio de tanta, conciliação, pode por ventura haver minoria? Não é possível; quando muito poderá haver algum protesto simples e fraco; pode-se levantar uma ou outra voz, como a minha para opor-se a esta ou aquela medida, mas voz que não tem significação alguma, principalmente porque parte de quem não tem bastante força para convencer⁹⁰.

Deixando de lado toda a retórica de Macedo, que se apresenta como alguém que não tinha uma voz tão forte dentro da Assembléia, essa discussão evidencia a preocupação que os deputados tinham em (não) falar sobre maiorias e minorias e também sobre partidos. Aliás, acompanhando os debates ocorridos nesse período, nota-se que poucos eram os deputados que declaravam a qual partido pertenciam, sendo

---

⁸⁹ *Ibidem*, p.191.

⁹⁰ Discurso proferido na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 21 de agosto de 1854, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 24 de agosto de 1854.

Macedo um deles – no caso, um deputado que seguia a política do partido liberal. Dessa forma ele era uma exceção dentro da Assembléia, uma vez que enquanto os demais deputados procuravam diminuir a questão partidária, Macedo fazia questão de deixar claro qual era a sua posição partidária e que idéias seguia.

É perceptível que a conciliação não era uma unanimidade entre os homens da época, sendo que alguns inclusive mudaram de opinião no decorrer do período de 1853-1856, inicialmente apoiando a política de Conciliação e posteriormente se colocando decididamente contrários.

Em março de 1854 o jornal *A Nação* publicou um artigo intitulado “o programa e os fatos”, em que analisava o programa proposto pelo marquês de Paraná e o que ele havia realizado até aquele momento. Como o artigo não está assinado, não é possível afirmar se Macedo participou da sua redação⁹¹, porém por declarações feitas posteriormente, que depois citaremos, é possível pensar que se não participou de sua escrita, estava sem dúvida alguma de acordo com o que foi publicado. No artigo o redator deixou transparecer que inicialmente a idéia da Conciliação não era de todo condenável, e que o partido liberal, ao menos parte dos seus integrantes, foi a favor de tal política. Contudo, com o passar do tempo, tornou-se perceptível que as promessas não haviam se realizado, ou seja, que se falava em Conciliação entre os partidos, mas o que ocorreu foi uma Conciliação entre determinados indivíduos. Assim, denunciava que

O Sr. Visconde de Paraná pregou idéias de conciliação, apresentando o seu programa, e por tal maneira o fez, que chegou a declarar que seu ministério não era Luzia nem saquarema. Entretanto como é que se tem procurado tornar efetiva essa conciliação?...

O Sr. Visconde de Paraná entendeu, que a sua conciliação só devia ter lugar entre os amigos arrufados, entre os membros do mesmo partido que domina: quanto aquele que se acha em oposição, esse que sofra a gema, esse que continue a ser vítima da opressão dos senhores feudais das províncias, esse que viva ainda a vida dos proscritos.

Os fatos aí estão: tinha havido um cisma entre os saquaremas, os homens mais violentos desse partido, aqueles que não podem triunfar, e dominar em suas províncias sem o emprego da opressão e do terror levantaram-se contra o ministério do Sr. Rodrigues Torres, porque este resistira a algumas de suas intoleráveis exigências os cismáticos formaram uma coisa que em horas de ridícula vaidade eles chamaram partido parlamentar. Pois eis aí com que se

---

⁹¹ Segundo JGalante de Sousa e Tania Serra, biógrafos de Macedo, até 1853 é possível estabelecer a participação de Macedo em *A Nação* como proprietário e redator, porém quando ele assumiu uma cadeira na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, em 1853, e se mudou para Niterói, período que coincide com a mudanças na tipografia que publicava o periódico para a “Typographia Fluminense, de D. L. dos Santos”; não é mais possível saber se Macedo continuou ou não na redação do jornal, ainda que não se encontre qualquer nota onde conste que ele tenha vendido ou mesmo se afastado do jornal, que durou até 1854. José Galante de Sousa, *op. cit.*, pp. 139-140 e Tania Rebelo Costa Serra. *op. cit.*, pp. 69-70.

entendeu a conciliação do Sr. Visconde de Paraná foi com os parlamentares e com eles exclusivamente.

[...] Quando nas primeiras semanas que se seguiram a organização do atual gabinete, vimos um, ou dois, ou três dos nossos aliados escolhidos para alguns empregos, nos protestamos logo que não entendíamos a conciliação de certos indivíduos, mas de partidos, que não queríamos que se entendesse só ao mérito de um ou outro dos nossos, mas sim que abrisse francamente o campo a opinião liberal, que se desse a nação liberdade plena para se pronunciar que a convidasse a pronunciar-se e mais nada⁹².

E mais

Acusado pelo ilustrado Sr. D. Manoel de não haver cumprido as promessas do programa, na parte relativa ao partido liberal, não contestando que esse partido continua proscrito o Sr. Visconde de Paraná defendeu-se com as seguintes palavras: “Ao que o governo se propôs não foi ao que supôs o Sr. Senador, mas seria considerar com muita prudência e moderação todos os atos da administração, e a conciliar alguns amigos do partido, que se achavam em divergência com o ministério que teve a honra de substituir”⁹³.

Segundo o autor do artigo, quando não cumpriu a sua promessa de fazer de fato uma Conciliação entre partidos, e não entre indivíduos como se observava, o presidente do Conselho perdeu todo o apoio que tinha de parte dos liberais.

Macedo parece compartilhar da mesma posição, pois em discurso na Assembléia Provincial, em 18 de setembro de 1854, pouco tempo depois do referido artigo ter sido publicado, quando perguntado por um deputado se também estava “conciliado” ele respondeu que não, mas que aproveitava a ocasião para declarar que “com muito prazer estou pronto para me conciliar com o atual ministério, ou com outro qualquer que saia das fileiras do partido saquarema, com a única condição de que esse ministério realize as idéias do partido liberal. Desta maneira concilio-me”⁹⁴.

Parece, pelo que foi apresentando no jornal e pelo discurso de Macedo, que o fato de alguns liberais inicialmente apoiarem a política de Conciliação estava ligado à questão de que algumas das propostas do gabinete remetiam a demandas há muito pedidas pelos liberais, sendo a principal a reforma da lei de 3 de dezembro de 1841. Porém, quando essa reforma não se realizou, como mencionamos anteriormente, esse apoio de parte dos liberais foi retirado e passou-se então a fazer oposição ao ministério e sua política.

---

⁹² *A Nação*, 08 de março de 1854.

⁹³ *A Nação*, 24 de junho de 1854.

⁹⁴ Discurso proferido na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 18 de setembro de 1854, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 21 de setembro de 1854.

Macedo estava entre esses homens que fizeram forte oposição à Conciliação, apesar de ter apoiado o gabinete na aprovação da lei de círculos, única ocasião em que se mostrou favorável à política exercida por Honório Hermeto Carneiro Leão, já que em todas as outras oportunidades fez críticas, declarando-se sempre contra o ministério e sua política. Anos depois de findo o gabinete da Conciliação, em discurso na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, ele explicou porque se opunha tão veementemente a tal política. Para ele o grande problema era que a Conciliação era contrária aos princípios do sistema representativo porque ameaçava a existência dos partidos; sistema esse que pressupunha, justamente, a existência de ao menos dois partidos para que eles pudessem mutuamente se policiar, evitando exageros que qualquer uma das partes pudesse cometer. Assim, a existência de mais de um partido garantia, necessariamente, a existência de uma oposição, sendo que,

uma oposição regular é uma necessidade indispensável tanto para o país como para o próprio governo (apoiados) porque essa oposição ao mesmo tempo que fiscaliza os atos do governo, dá lugar a sua defesa une as fileiras de seus defensores, facilita ao governo as ocasiões de manifestar suas idéias políticas, seus planos, seus pensamentos sobre o futuro, e enfim essa oposição pondo em frente um do outro pelo menos dois partidos, faz com que ambos se observem, se estudem, e portanto receando ambos as censuras um do outro moralizam-se engrandecem-se, e servem ao Estado (Apoiados). Essa oposição é, pois, uma condição essencial do sistema representativo, e é exigida por todas as conveniências públicas. (Apoiados)⁹⁵.

No mesmo discurso ele reforçou sua posição sobre a política do marquês de Paraná, declarando “nunca segui, nem acredito na política da conciliação”⁹⁶. Importante destacar que Macedo em nenhum momento, em suas críticas, falou do apoio que, segundo a historiografia, d. Pedro teria dado à Conciliação; o que parece indicar, como ficará claro posteriormente, que as críticas de Macedo tinham limites, elas tinham como objetivo apenas o governo e seus atos, nunca resvalando no imperador e nem tão pouco na monarquia; o que talvez adviesse da própria proximidade de Macedo com a família real.

Nesse discurso, proferido em 1859, Macedo abordou um tema com o qual ele demonstrou grande preocupação durante toda a sua vida, o falseamento do sistema representativo, questão de grande importância no período e que mereceu grande atenção

---

⁹⁵ Discurso proferido na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 30 de agosto de 1859, publicado no *Jornal do Commercio* em 17 de setembro de 1859.

⁹⁶ *Ibidem*.

por parte do deputado. Passemos então para o exame de como tal questão foi abordada pelo deputado.

1.2 – Sistema representativo e eleições

Uma análise dos escritos de Macedo evidencia que ele tinha uma preocupação constante com o sistema monárquico representativo brasileiro, ou melhor, com determinados costumes políticos que predominavam naquele momento, e que em sua opinião, desmoralizavam todo o sistema político brasileiro. Essa inquietação perpassa todos os seus escritos do período, desde seus artigos, suas crônicas até peças de teatro e obras literárias. Macedo, por meio de seus personagens, criticava o que ele achava que estava errado e deveria ser melhorado. Nesse sentido, duas obras publicadas por ele, naquele período, ganham destaque, exatamente por levantarem essas questões, são elas a sátira *A Carteira do Meu Tio*, de 1855⁹⁷, e a peça cômica *A Torre em Concurso*, de 1857⁹⁸.

A leitura de tais obras nos permite perceber que, para o autor, a forma como a política era conduzida desmoralizava e desacreditava o sistema representativo. A começar pela realização das eleições. Na peça de 1857, a personagem Henrique reclamava que os pleitos eram marcados por violência e abuso de poder, que os eleitores eram coagidos a votar naqueles políticos indicados pelos potentados locais. A principal crítica relacionava-se ao uso da ameaça de recrutamento como arma eleitoral; tema que Macedo retomou em outras ocasiões, destacando os problemas decorrentes do sistema de recrutamento então utilizado. Daí a fala do personagem Henrique acerca da necessidade de eleições livres 9o que também era uma demanda do partido liberal) uma vez que o voto livre era uma peça essencial dentro do sistema representativo, ele declarava

---

⁹⁷ Luiz Paulo Vasconcelos define a sátira como sendo “qualquer escrito ou discurso que ridicularize alguém ou alguma coisa. Especificamente, um modo de escrever DRAMA que, através da crítica e do humor, atribui às instituições e às pessoas os males da sociedade. Pode-se dizer que é uma forma de comédia cujas armas são o humor espirituoso e ridículo, e cujo o principal estímulo é a insatisfação com o *status quo*”. Luiz Paulo Vasconcelos. *Dicionário de Teatro*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987, p. 173.

⁹⁸ Patrice Pavis define a comédia como um “gênero dramático espanhol a partir do século XV. A comédia é dividida habitualmente em três jornadas. Sua temática gira em torno de questões amorosas, de honra, de fidelidade conjugal e de política. Existem vários gêneros de comedia, sendo um deles a comédia satírica (*comedia de figuron*) que dá uma imagem caricatural da sociedade. Patrice Pavis. *Dicionário de Teatro*. Trad. J. Guinsburg e Maria Lúcia Pereira, São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

E eu lhe respondo com a pureza e santidade do direito. O sistema eleitoral é a bela e grandiosa consagração da soberania do povo; é o órgão pelo qual a voz da nação se faz ouvir, manifestando os seus sentimentos e a sua vontade; é o princípio sagrado da força dos governos e da nobreza e da honra dos governados; mas para que assim seja é indispensável que a verdade se respeite, e a lei se cumpra à risca, pronunciando-se ampla e livremente o voto do povo, e falando as urnas sem peias, nem violência, nem ilusões, nem depravação, nem torpezas⁹⁹.

Essa fala do personagem Henrique remete a uma questão que alguns anos antes da publicação da peça havia, como apontamos, causado ampla discussão, a aprovação da lei de círculos de 1855 que estabeleceu a eleição de um deputado por círculo. Apesar da sua aprovação, essa lei não agradou a todos, causando muita discussão, tanto assim que logo após a eleição da primeira legislatura sob a nova lei, ela foi novamente reformada. Em 1860 foi aprovada uma nova lei que aumentou o tamanho dos distritos, segundo Miriam Dolhnikoff, a nova reforma

pretendia chegar a um arranjo intermediário: nem o grande distrito provincial, nem o pequeno distrito de 1855. Distritos maiores favoreciam a escolha de representantes considerados melhores qualificados para definir o interesse geral por não se confundirem com os poderes locais, ao mesmo tempo em que se procurava garantir a representação das minorias, considerava inviável com o voto provincial. A província, assim, era dividida em distritos, mas consideravelmente maiores do que aqueles previstos em 1855¹⁰⁰.

Como já afirmamos, Macedo foi favorável à lei de círculos de 1855, porque acreditava que ela traria benefícios já que diminuiria a influência que os políticos teriam nas províncias e dessa maneira também diminuiria a violência usada nas eleições, o que garantiria maior liberdade de voto; para ele essa questão era importante porque ajudaria

---

⁹⁹ *A Torre em Concurso* foi escrita em 1857, e encenada em 7 de setembro de 1861, no Teatro Ginásio. O enredo da peça gira em torno dos equívocos provocados pela teimosia de uma cidadezinha do interior em insistir que apenas um engenheiro inglês poderia ser o responsável por construir a torre da igreja. Dois atores desempregados, se aproveitam da situação para se disfarçarem e se apresentam como engenheiros ingleses; começa então uma disputa para decidir quem deveria ser o escolhido. Tal disputa acabou por dividir a cidade em dois “partidos”, o “partido da casaca vermelha” e o da “nítzia amarela”, ao que parece um artifício do autor para se referir ao partido conservador e ao liberal. Segue-se então a tentativa de realização de uma eleição para a escolha do engenheiro que seria responsável pela construção da torre e após muitas brigas entre os representantes de cada “partido”, os falsos engenheiros acabam por serem desmascarados. Escolhe-se então Henrique, um cidadão local, engenheiro, mas brasileiro, para finalmente iniciar a construção da torre da igreja. Partindo dessas disputas entre os dois “partidos”, Macedo traçou em sua peça um quadro da política brasileira daquele período. Henrique é na peça o personagem responsável por apontar todos os “erros” que estavam sendo cometidos, desde a preferência pela escolha de um engenheiro inglês, em detrimento do que era nacional, até todos os desmandos ocorridos durante a tentativa de eleição; ao mesmo tempo em que aponta os erros, Henrique também diz qual deveria ser a atitude correta a ser tomada naquela situação. Joaquim Manuel de Macedo. “A torre em concurso”, In: *Teatro Completo*. Rio de Janeiro, MEC/SNT, Tomo I 1979, pp. 174-237.

¹⁰⁰ Miriam Dolhnikoff. “Representação na monarquia brasileira”, *op. cit.*, p. 51.

a resolver o problema do falseamento do sistema representativo. No entanto, ele chamou atenção para outra questão, que durante a política de Conciliação, em sua opinião, ganhou destaque, a falta de verdadeiras disputas por idéias políticas e a busca única e exclusiva pelo poder.

Segundo Macedo, as disputas partidárias que se observavam não significavam disputas por idéias, mais sim por poder. Como consequência dessa busca pelo poder, os políticos mudavam frequentemente de partido, não porque mudassem de idéia, ou porque passassem a defender determinados princípios políticos, mas sim porque queriam pertencer ao partido que estivesse no poder. Essa, ao menos, é a imagem passada em sua obra de 1855, *A Carteira de meu tio*, que a princípio apareceu de maneira anônima n’*A Marmota fluminense*, a partir de 19 de janeiro de 1855 e que em dezembro do mesmo ano ganhou sua versão em livro ¹⁰¹. Nota-se que essa obra apareceu em um período de predomínio da política de Conciliação, aliás, o narrador da obra fez várias referências a essa política, em sua maioria negativas.

Interessante pensar que em um período em que se evitavam críticas à política do gabinete, ao menos na tribuna, a imprensa era um local privilegiado de discussão, reforçando a idéia de que a imprensa era um complemento da atuação no Parlamento, sendo o local por excelência para a formação da “opinião pública”, onde questões mesmo polêmicas eram debatidas.

Voltando à questão da falta de idéias e da constante mudança de partido, o “sobrinho do meu tio” como se denomina o narrador de *A Carteira do meu tio*, declarou que esse fato acontecia porque os deputados eram mal preparados para assumirem qualquer cargo público; primeiro porque desconheciam o país e segundo porque o que determinava a escolha desses políticos não eram suas qualidades, seus conhecimentos, ou seus méritos, e sim a indicação de pessoas influentes; sendo o apadrinhamento a grande chave para se alcançar qualquer cargo. Para o narrador essa busca apenas pelo poder era o que permitia que idéias como a da Conciliação ganhasse força, pois já que

---

¹⁰¹ O enredo de *A Carteira do Meu Tio* trata de um sobrinho cujo tio financiou seus estudos na Europa, porém ele apenas aproveitou a vida e não se preocupou em estudar. Quando retorna ao país é inquirido pelo tio sobre qual seria o seu futuro. Ele decide-se então entrar na política, porque acreditava que essa era a melhor maneira de ter poder e enriquecer, sem tem que trabalhar muito. O tio exige que antes de ingressar na vida pública o sobrinho faça uma viagem, à cavalo, pelo Brasil para que ele possa conhecer seu povo e suas necessidades, a impressões que o sobrinho tivesse sobre as coisas que via deveriam ser anotadas na “carteira” que o tio lhe deu, daí o nome da obra. O narrador, o “sobrinho do meu tio” como ele se apresenta no início da obra, é quem conta a viagem que fez, e durante essa narrativa traça um quadro da política e dos políticos da época. Joaquim Manuel de Macedo. *A Carteira do Meu Tio*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

os políticos não defendiam nenhum princípio político, mas sim um cargo no governo, conciliar era uma boa forma de alcançar esse objetivo. Ou como dizia o “sobrinho do meu tio”

Quem tiver sua fome, não se envergonhe de ir vender a sua opinião, e sacrificar os seus princípios a troco de um prato da mesa ministerial; porque tudo isso se explicará convenientemente. As palavras compra e venda não serão por certo empregadas, e o faminto que se deixou conquistar pela política da barriga, em vez de dizer: ‘desertei de minhas fileiras’, ‘bandeei-me’, ‘atraítoei minhas bandeiras’, pode muito bem exclamar com um angélico sorriso nos lábios: ‘fiz uma conciliação’¹⁰².

Para o narrador essa situação advinha do fato de que a Constituição não estava sendo cumprida, pois ela continha todos os mecanismos necessários para garantir que o sistema representativo fosse respeitado e principalmente para evitar os abusos de poder. Porém, ainda segundo narrador, muito se falava em Constituição, mas poucos a seguiam de fato; razão pela qual a considerava uma “defunta”, que nem tivera a chance de viver, pois logo após seu nascimento já fora enterrada

Eis, aí, pois a santa mártir, meu sobrinho: quando ela nasceu, o povo inteiro saudou-a, como fonte inesgotável de toda sua felicidade; como o elemento poderoso de sua grandeza futura; saudou-a com o entusiasmo e a fé com que os hebreus receberam as doze Tábuas da Lei: pobre mártir! Não a deixaram nunca fazer o bem que pode: apunhalaram-na, apunhalam-na ainda hoje todos os dias, e entretanto cobrem-se com o seu nome, e fingem amá-la, os mesmos sacrilégios que a desrespeitam, que a ferem, que a pisam aos pés!...¹⁰³.

Ao que parece, por meio do narrador de *Carteira do Meu Tio*, Macedo buscou reforçar a idéia de que a política que se fazia naquele momento não estava de acordo com o que estabelecia a Constituição e esse era o ponto mais importante a ser resolvido; porque o não cumprimento da Constituição, a falta de definição política e de a ausência de voto livre levavam ao falseamento do sistema representativo, o que colocava esse mesmo sistema em perigo. E como declarou o narrador, as consequências do falseamento do sistema representativo eram perigosas porque

a desmoralização tocará o seu auge; e por outro lado o sistema representativo que, graças a Deus, nos foi dado, arrancado de seus eixos, não podendo fazer o bem que deveria, e podia, transtornado, sofismado, convertido em uma coisa que ninguém entenderá, servindo de base ao poder oligárquico de um círculo egoísta, desacreditar-se-á na opinião do povo, que não raciocina, e que lançará sobre o sistema as culpas dos desorganizadores do sistema: o caos político substituirá a ordem, a descrença mirará o coração do povo, que, não tendo mais nem fé nem esperança, acabará também por não ter caridade, passará da

---

¹⁰² *Ibidem*, p. 94.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 20.

descrença ao desespero, e depois[...] do desespero do povo a uma revolução há só um passo a dar; e desde que o vulcão revolucionário prorromper os melhoramentos materiais, as fontes da riqueza pública, as verdades e as mentiras, os bons e os maus, tudo enfim ficará à mercê de Deus. Oh! Sim!... Não basta o progresso material; é preciso também progresso moral e político; é preciso sobretudo que se moralize o povo, e para isso é essencial que se moralize a si próprio o governo em primeiro lugar”¹⁰⁴.

Nessa passagem Macedo, por meio de seu narrador, alerta para uma questão ao qual ele voltaria a tratar, posteriormente, o perigo de que o falseamento do sistema representativo pudesse levar ao questionamento desse mesmo sistema, ameaçando assim o próprio país. Nota-se, como apontado anteriormente, que em nenhum momento Macedo criticou à monarquia ou imperador; ao contrário, mostrava-se sempre preocupado em defendê-los e isentá-los de qualquer questionamento, pois para o autor ambos estavam, acima de qualquer crítica.

1.3. Fim do tráfico, colonização e agricultura

Ainda que se mostrasse especialmente preocupado com a política do gabinete de Conciliação e com a questão eleitoral, essas não foram as únicas questões tratadas por Macedo como deputado à Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, entre 1853 e 1859¹⁰⁵. Sua participação na assembléia foi ativa, esteve presente em praticamente todas as sessões, e participou das principais discussões que ocuparam o plenário, como a divisão e criação de novas freguesias e municípios; a fixação da força policial da

---

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 130.

¹⁰⁵ Às Assembléias Provinciais, criadas pelo Ato Adicional de 1834, cabia determinar as despesas municipais e provinciais; estabelecer impostos cujas rubricas não fossem exclusivas do Império; fiscalizar o emprego efetivo das rendas públicas; promover obras públicas necessárias para o desenvolvimento da província; criar a força policial necessária para manter a segurança da população; e promover a instrução pública. Além disso, também era sua função controlar os empregos municipais e provinciais, ficando a seu encargo criar ou suprimir tais empregos e além de estabelecer seus ordenados; bem como legislar sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da província; determinar os caso de desapropriação por utilidade municipal ou província; gerir a administração dos bens da província; promover, juntamente com a Assembléia e o Governo Geral, a organização de estatísticas da província, a catequese e civilização dos índios, e o estabelecimento de colônias; e representar, perante a Assembléia e o Governo Geral, contra leis de outras províncias que atingissem seus direito. A composição das Assembléias eram proporcionais a população das províncias, assim Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo tinham 36 deputados; Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Sul tinham 28, as demais províncias tinham 20 deputados. As eleições desses deputados ocorriam da mesma maneira que a eleição para a Assembléia Geral. Miriam Dolhnikoff, *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, p.97-100 e Maria de Fátima Silva Gouvêa, *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2008, p.19.

província; e o estabelecimento de um sistema de ensino obrigatório. Além disso, Macedo também se colocou, diversas vezes, em defesa de interesses de seu município natal, Itaboraí, além de ser crítico contumaz da atuação do presidente da província que, para ele, costumava descumprir de suas obrigações.

Contudo, naquele período, para além da política de Conciliação e das mudanças na legislação eleitoral, outro tema de grande repercussão, tanto na imprensa quanto nas instituições de representação, era a questão da necessidade de substituição da mão-de-obra escrava; que ganhou especial centralidade depois da aprovação da lei nº 581 de 4 de setembro de 1850, que colocou um fim ao tráfico atlântico de africanos¹⁰⁶. E como apontou Maria de Fátima Silva Gouvêa, no âmbito da Assembléia Provincial, a década de 1850 caracterizou-se por debates que decorriam da aprovação dessa lei¹⁰⁷.

Essa característica apontada pela historiadora parece se confirmar quando observamos que muitos foram os debates na Assembléia Provincial durante a década de 1850 que discutiram questões relacionadas à necessidade de substituição da mão-de-obra escrava. Macedo participou ativamente, inclusive apresentando projetos, que em sua opinião ajudariam a resolver o problema.

Foi na década de 1830 que a discussão sobre a substituição da mão-de-obra ganhou destaque¹⁰⁸. Dentre as possibilidades, muito se discutiu sobre a promoção da imigração de europeus para substituir os cativos¹⁰⁹. Mesmo que foco de amplos debates,

---

¹⁰⁶ Segundo essa lei “o tráfico foi juridicamente equiparado à pirataria. Os traficantes foram colocados sob jurisdição de um tribunal especial – a Auditoria de Marinha - ficando sujeitos a penas de prisão e pagamento das despesas de reexportação dos africanos eventualmente embarcados de volta a África. Os senhores de escravos que comprassem africanos, entretanto, passariam a ser julgados em outra categoria penal: ficariam na alçada da justiça comum, certamente mais branda, escapando da Auditoria da Marinha. Os homens que coadjuvassem os negócios negreiros, apesar de reconhecidas suas culpas, não eram mais incluídos na categoria de ‘donos do negócio’”. Jaime Rodrigues. *O Infame Comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de Africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT/FAPESP, 2000, pp.117-8.

¹⁰⁷ Maria de Fátima Silva Gouvêa, *op. cit.*, p. 161.

¹⁰⁸ Principalmente após a aprovação da lei de 7 de novembro de 1831 que colocava fim ao tráfico de africanos, se é certo que como afirmou Jaime Rodrigues sua promulgação “não foi sinônimo de proibição definitiva do tráfico”, a existência da possibilidade de fim do tráfico levantava questões sobre a necessidade de se pensar em projetos para a substituição da mão de obra escrava. Jaime Rodrigues, *op. cit.*, p.89.

¹⁰⁹ Jaime Rodrigues apontou que na década de 1830 quando se começou a falar em substituição da mão-de-obra escrava uma das possibilidades era a utilização da mão de obra indígena, segundo o autor na “década de 1830 ao mesmo tempo em que a visão da escravidão africana como agente corruptora dos costumes consolidava-se, ocorria paralelamente a valorização do trabalhador nacional como possibilidade de mão-de-obra. Nada era mais ‘nacional’ do que o indígena, presença que surge nesse período no discurso da elite política como opção de trabalhador idealizado para substituir o escravo africano”. Já para Emília Viotti da Costa a única alternativa possível para a substituição do escravo era a imigração, para a autora “tradicionalmente dependentes do trabalho escravo, as classes senhoriais não encontravam outra alternativa, a não ser o recurso à mão-de-obra estrangeira: a imigração”. Emília Viotti da Costa. *Da*

essa não era uma questão de consenso, havia diferentes projetos sobre como a imigração deveria acontecer e quem deveria arcar com os seus custos.

Se alguns defendiam a idéia de que o governo deveria arcar com os custos da colonização em larga escala e permitir ao colono o acesso à terra¹¹⁰, outros, porém, acreditavam que a imigração deveria ser dirigida para a obtenção de mão de obra para as lavouras. Um dos defensores desse ponto de vista foi o senador Nicolau de Campos Vergueiro, “pioneiro na criação de colônias de parceira”¹¹¹. Muitas foram as tentativas feitas pelo governo no sentido de incentivar a imigração e a colonização dos europeus, porém, dadas as dificuldades encontradas – como, por exemplo, o envio dos colonos para regiões de difícil acesso, com solos ruins e afastados dos mercados consumidores – muitos acabaram abandonando os lotes cedidos pelo governo, levando ao fracasso das primeiras tentativas de colonização¹¹².

Apesar disso, os projetos de colonização continuaram e o governo passou a incentivar cada vez mais as províncias a se dedicarem à questão. Exemplo disso foi a lei nº 313 de 1846, votada pela Assembléia Provincial de São Paulo que autorizava o governo da província a

contratar com a Casa Comercial de Delrue e Companhia de Dunquerque ou outra qualquer casa ou indivíduo o estabelecimento de colônias agrícolas na província para o que era concedido, a título de aforamento, 25 léguas quadradas de terras escolhidas, entre aquelas que não estivessem ocupadas. Os colonos importados, logo que tivessem satisfeitos seus empenhos com a referida firma, tornar-se-iam proprietários das terras em que se instalassem.

Ano após ano, o poder central concitava os presidentes das províncias a apoiarem as iniciativas de colonização e manifestava claramente seus propósitos¹¹³.

Dessa maneira, como apontou Emilia Viotti da Costa, apesar dos insucessos nas primeiras tentativas de promoção da imigração e da colonização de europeus,

A ameaça, que pairava sobre o tráfico desde 1831 e que se tornou realidade na década de 1850, serviu, entretanto, para estimular o prosseguimento das tentativas de colonização. A expansão cafeeira obrigava a pensar em alguma solução que importasse a substituição do braço escravo¹¹⁴.

Senzala à Colônia. São Paulo: Editora da Fundação UNESP, 1998, 4ª edição, p.109 e Jaime Rodrigues, *op. cit.*, p.45.

¹¹⁰ Emilia Viotti da Costa, *op. cit.*, p.110.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 110.

¹¹² *Ibidem*, pp.110-111.

¹¹³ *Ibidem*, p. 112.

¹¹⁴ *Ibidem*, p.121.

Talvez isso ajude a explicar porque na década de 1850, como colocou Gouvêa, o assunto tenha se tornado uma constante no legislativo da província do Rio de Janeiro, tema do qual participou ativamente o próprio Macedo, como apontamos anteriormente.

Na legislatura que assumiu em 1853 o primeiro deputado a abordar o tema na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro foi Alexandre Viera de Carvalho, Barão de Lages, que fez um requerimento pedindo à Assembléia a nomeação de uma comissão que ficasse responsável por indicar e formular medidas necessárias para promover a vinda de colonos para a província do Rio de Janeiro. O barão enfatizou que o fim do tráfico era uma realidade, daí a necessidade de se promover projetos para a substituição da mão-de-obra para que a lavoura não fosse prejudicada, pois segundo o deputado, “o que mais carecemos é da substituição de braços, que nos vai faltando a olhos visto”¹¹⁵. O deputado Carlos Arthur Busch Varela se opôs ao requerimento apresentado, alegando que não havia tempo para a discussão e elaboração de tal projeto. Macedo entrou então na discussão e apoiou o requerimento, dizendo que essa era uma matéria de grande importância e que afetava não apenas o Rio de Janeiro, mas todo o país. Respondendo ao deputado Varela, afirmou que se não havia tempo para elaboração de um projeto era necessário ao menos começar a sua discussão, já que

a história dos progressos da humanidade demonstra que a origem da riqueza das nações é a agricultura; é da agricultura, que nasce o comércio, e é das relações comerciais da animação e atividade do comércio, que depois provem todos os elementos de progresso e riqueza nacional¹¹⁶.

Sendo assim, proteger a agricultura e garantir os meios para que ela não fosse prejudicada era essencial, a começar por garantir que não faltasse a mão-de-obra necessária. Macedo ainda comparou a situação do país com a dos Estados Unidos, afirmando que lá eles estavam mais avançados nessa questão exatamente porque já vinham discutindo há muitos anos. O deputado João Nepomuceno Castrioto também secundou o requerimento, bem como as observações feitas por Macedo, reforçando que essa era uma questão acima dos partidos; todos deviam se preocupar com tal assunto independentemente do partido ao qual pertenciam, pois quando o espírito de partido

---

¹¹⁵ Discurso proferido na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 24 de agosto de 1853, publicado no Diário do Rio de Janeiro em 24 de agosto de 1853.

¹¹⁶ *Ibidem*.

predominava “o verdadeiro interesse fica de parte e só prevalece o interesse do partido”¹¹⁷, sendo essa uma matéria que preocupava e atingia a todos.

O Barão de Lages voltou à tribuna para defender o requerimento e em seu discurso apontou todas as dificuldades que haveria para que se pudesse promover a imigração e colonização na província do Rio de Janeiro. Para o deputado, era preciso elaborar leis, escolher o melhor sistema. Em seu discurso afirmou que

Não é senhores, com uma lei, com um regulamento, nem talvez com dez ou vinte, que o objeto que temos em vista se conseguira; para que a colonização prospere no Brasil, são necessárias muitas leis, muitos regulamentos; é necessário fazermos um código de colonização, são precisas medidas muitas vezes sem relação aparente com esse objeto ou conexão entre si, porém que entretanto o auxiliem não só; senão lhe são condições essenciais de existência. V. Ex. sabe que para a colonização, temos de tratar da demarcação e distribuição das terras, temos de tratar dos meios de condução e subsistência dos colonos, temos de escolher mesmo, quais os melhores meios para se fundarem as colônias; se isoladas ou aglomeradas; se devemos adotar o sistema de parceria e nesse caso quais as garantias damos aos colonos e quais ao proprietário. Apresenta-se a necessidade da fácil naturalização dos mesmos colonos, em fim há mil questões a resolver, diversas providencias a tomar, algumas que estão na órbita de nossas atribuições, outras teremos de pedir a assembléia geral¹¹⁸.

Os deputados demonstravam grande consternação em relação ao tema, porém mesmo sem a aprovação efetiva de medidas que contribuíssem para a solução do problema, a preocupação com uma crise que poderia atingir a agricultura era evidente. Macedo lembrava que

Na época da nossa independência assinamos um tratado com a Inglaterra determinando a cessação do tráfico de africanos, sem que ao mesmo tempo nos lembrássemos de que a par dessa medida reclamada pela razão e por todas as considerações de justiça estávamos na obrigação de tomar outras que facilitassem e promovessem a introdução de outros braços que viessem encher o vácuo que os braços escravos deviam deixar. Isso foi um erro. [...]Enfim o tráfico de escravos cessou de uma vez e não mais duvidoso que dentro em pouco tempo passaremos por uma crise¹¹⁹.

Na continuação dos trabalhos o deputado Angelo Thomaz do Amaral propôs que todos os projetos sobre colonização fossem enviados juntos para a comissão de comércio, agricultura e indústria para análise (nesse escopo estavam incluídos os

---

¹¹⁷ Discurso proferido na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 22 de agosto de 1853, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 25 de agosto de 1853.

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ Discurso proferido na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 09 de agosto de 1854, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 16 e 17 de agosto de 1854.

projetos para demarcação de terra, criação de colônias, criação de uma escola de agricultura, e incentivo da imigração). Já o deputado Luiz de Almeida Brandão lembrava as dificuldades existentes para atrair os colonos para o Brasil, sendo duas as causas principais. A primeira consistia na existência de uma desconfiança recíproca entre fazendeiros e colonos; e a segunda advinha do fato de os Estados Unidos oferecerem melhores condições para os imigrantes, o que fazia com que preferissem a América do Norte ao Brasil. Para Almeida Brandão, essa questão deveria ser resolvida com a criação de uma lei de colonização, que incentivasse a imigração e resolvesse o problema da falta de mão-de-obra.

Contudo, nem todos eram favoráveis à colonização como forma de resolver esse problema, o deputado Jerônimo José Teixeira Junior concordava com a necessidade da substituição da mão-de-obra, mas não acreditava que o incentivo à colonização fosse a melhor maneira de resolver questão. Alegava que não só já existiam medidas de auxílio à colonização, como elas não resolviam a questão da falta de mão-de-obra uma vez que colonizar significava propiciar o aparecimento de núcleos separados, cujos moradores não prestariam serviços aos fazendeiros. O referido deputado também reforçou a dificuldade de incentivo à imigração em decorrência das melhores condições oferecidas pelos Estados Unidos.

Assim, embora os discursos apontassem para uma percepção das dificuldades que poderiam advir do fim do tráfico atlântico de escravos, que implicava a necessidade de se pensar em formas de substituição da mão-de-obra, não havia uma unanimidade de como essa mudança deveria ser feita. Macedo defendia a necessidade de se abordar a questão da substituição pensando em maneiras de incentivar a imigração, ele também acreditava que a colonização era a melhor maneira de resolver esse problema, contudo, para isso, era preciso estabelecer medidas de incentivo e auxílio à colonização, para que ela viesse a ocorrer de maneira adequada.

Mas Macedo não se preocupou apenas com a substituição da mão-de-obra, ele também demonstrou grande apreensão com a agricultura como um todo, principalmente com o que considerava sua possibilidade de progresso e desenvolvimento. Já em 1853 apresentou à Assembléia um projeto que continha medidas para o melhoramento da lavoura. Segundo ele, o destaque que os produtos do Brasil tinham na Europa não

adivinha da sua qualidade, mas sim da quantidade, desta forma, desenvolver meios para o melhoramento de sua qualidade valorizaria os produtos brasileiros¹²⁰.

Em seu projeto propôs que de dois em dois anos fosse realizada na província do Rio de Janeiro uma exposição agrícola, aberta à participação de todas as províncias, sendo que caberia ao presidente da província do Rio de Janeiro comunicar os demais presidentes sobre a data da exposição e seu regulamento. Feita a exposição, aqueles cujos produtos se destacassem por sua qualidade e excelência seriam premiados. Após sua realização, deveria ser publicado um extenso e detalhado relatório sobre o evento.

Isso tudo, Macedo descreveu no primeiro parágrafo de seu projeto. Ademais, propunha também, no segundo parágrafo, que a província do Rio de Janeiro escolhesse seis jovens fluminenses, que se destacassem por sua inteligência e talento e de preferência fossem filhos de lavradores da província, para mandá-los estudar agricultura em alguma escola conceituada da Europa. Tais jovens, terminados seus estudos, deveriam formular um projeto para o estabelecimento de uma pequena colônia agrícola; aquele ou aqueles que tivessem seu projeto aprovado receberiam apoio do governo da província para a sua implantação. Ao fim de três anos após o estabelecimento dessa ou dessas colônias, deveria ser criada, na província do Rio de Janeiro, uma escola agrícola de teoria e prática, em que os referidos jovens atuassem como professores.

No parágrafo terceiro estipulou a criação de uma premiação para aqueles que conseguissem, num prazo de três anos, apresentar meios capazes de combater a moléstia que atacava a cana de açúcar e que era chamada pelos lavradores de “praga”; sendo que, para receber o prêmio, era preciso comprovar a eficácia do método apresentado¹²¹.

Macedo tinha consciência de que seu projeto não traria benefícios imediatos, que se tratava de um projeto para o futuro, ainda assim o defendeu e conseguiu colocá-lo em discussão. Contudo, poucos deputados o apoiaram, pois a maioria considerava que ele causaria grandes gastos com os quais a província não poderia arcar naquele momento. Desta feita, o projeto acabou rejeitado¹²².

---

¹²⁰ “Sr. Presidente é preciso que confessemos uma verdade os produtos da nossa agricultura que tem nome na Europa, não é pela sua qualidade, mas por sua quantidade. Ora se pudesse empregar algum meio que desse esse resultado o melhoramento da qualidade desses produtos, entendo que seria em serviço”. Discurso proferido na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 30 de agosto de 1853, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 10 de setembro de 1853.

¹²¹ Discurso proferido na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 30 de agosto de 1853, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 10 de setembro de 1853.

¹²² *Ibidem*.

Isso não impediu que Macedo fizesse, em seus discursos, livros e crônicas, constantes referências sobre a necessidade de melhoramento e proteção da agricultura, já que considerava que “o essencial de toda nossa riqueza é a agricultura”, pois “quem diz Brasil, diz agricultura”¹²³.

Essas questões, tornadas prementes pelo fim do tráfico, tinham para Macedo tanta importância que não ficaram restritas apenas aos seus discursos na Assembléia, sendo também tratadas em suas crônicas. Em 1856, Macedo passou a publicar, no *Jornal do Commercio*, uma coluna intitulada “*A semana*”, uma série de crônicas divulgadas sempre aos domingos, que continuou a escrever até 1859.

É preciso destacar que a crônica foi um gênero de grande destaque, publicada nos rodapés dos principais jornais. Segundo vários autores, esse gênero tinha como característica o uso de uma linguagem leve, sendo sua matéria prima os pequenos acontecimentos da semana, fossem eles literários, políticos ou sociais¹²⁴. Assim,

ao cronista cabia a responsabilidade de buscar dentre os acontecimentos sociais de maior relevo e divulgação, capazes de formar entre escritor e público códigos compartilhados que viabilizassem a comunicação, temas que lhe permitissem discutir questões de seu interesse¹²⁵.

Dessa forma os cronistas dialogavam com outros sujeitos e estavam diretamente envolvidos nas discussões das principais questões do seu tempo, estabelecendo com seu público uma relação de mão dupla, influenciando-os, mas sendo também por ele influenciados¹²⁶. Para muitos estudiosos, Joaquim Manuel de Macedo, juntamente com José de Alencar, José Maria da Silva Paranhos (visconde de Rio Branco), Francisco Otaviano de Almeida Rosa, França Junior, Ferreira de Menezes e Machado de Assis são considerados os principais cronistas da segunda metade do século XIX¹²⁷.

---

¹²³ Discurso proferido na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro em 20 de agosto de 1853, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 24 de agosto de 1853.

¹²⁴ Ariane P. Ewald, Aurea Domingues Guimarães, Camila Fernandes Bravo e Carolina Bragança Sobreira. “Crônicas Folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia”, in: Tânia Maria Bessone da C. Ferreira, Marco Morel e Lucia Maria Bastos P. Neves (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP & A: Faperj, 2006, p. 246.

¹²⁵ Sydney Chalhoub, Margarida de Souza Neves e Leonardo Afonso de Miranda Pereira. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, p.11.

¹²⁶ Essa idéia se opõe aquela que predominou durante muito tempo de que as crônicas eram apenas textos ligeiros e sem importância e por isso estavam restritos e deveriam ser esquecidos nos jornais. O que as novas pesquisas demonstram é que a crônica e o cronista não apenas dialogavam com a realidade na qual estavam inseridos como “tentava analisa-la e transformá-la, valendo-se, para isso, de um tom leve, que atraísse o leitor, e da penetração social das folhas nas quais eram publicadas”, e por isso o estudo desse gênero merece atenção. *Ibidem*, pp. 10-13.

¹²⁷ Ariane P. Ewald, Aurea Domingues Guimarães, Camila Fernandes Bravo e Carolina Bragança Sobreira, *op. cit.*, p.94.

Em suas crônicas Macedo reproduziu muitas das preocupações que foram discutidas na Assembléia. Tratou da necessidade de incentivo para a imigração e explicou que essa era uma questão que há muito tempo deveria ter sido discutida, mas ponderou que as facilidades trazidas pelo tráfico, bem como as riquezas geradas por ele, fez com que fosse posta de lado. Além disso, reconhecia que havia grandes dificuldades para a substituição da mão-de-obra escrava, pois a concorrência com os Estados Unidos dificultava a vinda de imigrantes para o Brasil, uma vez que eles ofereciam melhores condições para esses imigrantes; somava-se a isso o fato de que no país predominavam os hábitos do trabalho escravo, que faziam com que os lavradores exigissem dos trabalhadores livres a mesma submissão que desfrutavam dos escravos¹²⁸.

Macedo citou o exemplo da Casa Vergueiro que, segundo ele, prestara alguns bons serviços no incentivo à imigração européia, mas que cometeu um grande erro ao deixar alguns colonos suíços à mercê de um fazendeiro que os maltratou¹²⁹. Aliás, esse era, para ele, um grande erro, pois comprometia a imagem do país no exterior e dificultava ainda mais a imigração. Cabia ao governo identificar esses erros e castigá-los, além de, amparar esses imigrantes. Considerava, assim, que era preciso criar um sistema de colonização para que a imigração viesse a ocorrer de forma organizada. Ele também destacou que essa era uma questão nacional, o que significava que qualquer partido que estivesse no poder deveria cuidar de tal assunto, pois uma crise afetaria a todos¹³⁰.

---

¹²⁸ *Jornal do Commercio*, 29 de junho de 1856, 13 de julho de 1856 e 10 de agosto de 1856.

¹²⁹ Em 1847, o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, com um empréstimo concedido pelo governo, para incentivo a imigração, conseguiu levar para a sua fazenda Ibicaba, em Limeira, um grande número de colonos alemães e suíços, que deveriam trabalhar sob o regime de parceira, o que significava a divisão da produção entre proprietários e colonos. Segundo esse sistema, os colonos deveriam cuidar de um determinado número de pés de café, recebendo metade dos rendimentos da venda da safra, sendo-lhes também permitido o plantio de pequenas culturas de subsistências, cuja produção excedente deveria ser dividida com o proprietário da terra. Os colonos também tinham a viagem e o transporte até a fazenda pagos pelos proprietários, assim como as despesas de manutenção, a título de adiantamento até que eles comessem a produzir para o seu sustento, a partir de então deveriam pagar por todas essas despesas incluindo o adiantamento para a viagem e transporte. Logo nos primeiros anos começaram os conflitos entre colonos e proprietário, mas o auge desses confrontos ocorreram em 1856 quando liderados por Thomaz Davatz, os colonos começaram a questionar os valores das suas dívidas, os critérios para a divisão dos lotes e também os valores para a venda das sacas de café. Foi preciso a intervenção do governo para estabilizar a situação. Como resultado dessa “revolta” os governos da Suíça e das regiões da futura Alemanha proibiram a imigração para o Brasil e o sistema de parceria ficou desgastado. Nos anos posteriores a esse acontecimento os fazendeiros demonstraram pouco interesse em retomar a importação de trabalhadores livres e outros poucos fazendeiros mantiveram colônias, mas sob outro regime. Demorou muitos anos para que essa tentativa de importação de trabalhadores livres ocorresse novamente com a vinda de um grande fluxo de imigrantes para o Brasil. Warren Dean. *Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp.95-124.

¹³⁰ *Jornal do Commercio*, 13 de julho de 1856.

A questão da necessidade de imigrantes e da substituição da mão-de-obra levou Macedo a escrever também sobre temas correlatos. O fim do tráfico não se restringia, portanto, a problemas da lavoura, uma vez que a soberania nacional também estava em jogo.

A repressão ao tráfico acarretou incidentes com navios norte americanos e ingleses. O primeiro incidente ao qual ele se referiu foi a apreensão, na costa da Bahia, pelo governo brasileiro, do navio norte americano *Mary Smith*, que tinha mais de 370 africanos a bordo¹³¹. O segundo incidente foi a fuga de um navio, também com bandeira dos Estados Unidos, que não deveria ter deixado o país porque dois de seus marinheiros respondiam a um processo; no entanto, aproveitando-se de um descuido da polícia o navio conseguiu fugir¹³². Macedo destacou que os norte americanos eram filhos dos ingleses e como tal se julgavam superiores aos outros povos do mundo, não bastasse isso, a fuga ocorreu exatamente dois dias após se completarem onze anos da imposição, pela Inglaterra, do *Bill Aberdeen*¹³³.

Houve ainda um incidente que envolveu o ministro de estrangeiros brasileiro e o diplomata inglês W. Stanford Jerningham, o encarregado na corte dos negócios ingleses. Após tomar conhecimento de que africanos haviam sido roubados em Serinhaem, o diplomata britânico teria dirigido ao ministro da pasta de estrangeiros uma nota acusando o Brasil por tal fato e por acobertar os traficantes. Ao que o ministro respondeu que o Brasil não era responsável pelo caso, alegando também que o país estava fazendo de tudo para coibir o tráfico de africanos¹³⁴. Ao que parece, Macedo, ao escrever sobre tais questões, tinha por intenção demonstrar que o fim do tráfico não havia ocorrido por imposição dos ingleses, e sim porque os brasileiros queriam de fato o seu fim. Para Macedo, o único responsável pelo fim do tráfico no Brasil era o seu governo, que havia entendido estar na hora de colocar um fim a tal prática.

Como apontou Jaime Rodrigues, a pressão inglesa para o fim do tráfico foi entendida e discutida naquele período em termos de defesa da soberania nacional; principalmente após a imposição do *Bill Aberdeen* os deputados perceberam que era

---

¹³¹ *Jornal do Commercio*, 04 de fevereiro de 1856.

¹³² *Jornal com Commercio*, 10 de agosto de 1856.

¹³³ Foi promulgada em 8 de agosto de 1845 e “tratava-se de uma lei que autorizava o governo inglês a julgar os navios brasileiros como piratas, em tribunais ingleses, quaisquer que fossem os locais onde ocorressem as capturas. A lei foi promulgada ignorando os protestos da legação brasileira em Londres”. Jaime Rodrigues, *op. cit.*, p.115

¹³⁴ *Jornal do Commercio*, 26 de maio de 1856.

preciso debater essa questão¹³⁵. As discussões iniciadas logo após a imposição do *Bill Aberdeen* culminaram na aprovação da lei de 1850, porém como Rodrigues deixou claro em sua pesquisa, não foi a pressão inglesa a única responsável pelo fim do tráfico¹³⁶.

A pressão inglesa, juntamente com outros fatores como os argumentos econômicos e humanitários que apareceram para a defesa do fim do tráfico, aliados ao fato de que o gabinete então no poder, dirigido pelos saquaremas, dispunha dos meios necessários, como a credibilidade junto aos proprietários de escravos para convencê-los a adotar uma medida que os atingia diretamente, foi o que criou as condições necessárias para a aprovação de uma lei, que deveria ser efetivamente cumprida¹³⁷.

Macedo parecia apreensivo em como essa influência inglesa seria entendida pelos brasileiros, buscando demonstrar que a abolição fora um ato do governo brasileiro. Mesmo quando se referiu à imposição do *Bill Aberdeen*, deixou claro que isso ocorreu apenas porque naquele momento o Brasil não tinha condições de se envolver em uma guerra contra os Ingleses, sendo o país forçado a aceitar aquela imposição. Aliás, segundo ele, essa fora uma medida prudente, pois, se envolver em uma guerra contra a Inglaterra, naquele momento, poderia ter trazido graves consequências para o país.

Com efeito fez anteontem onze anos que lord Aberdeen obteve do parlamento inglês o Bill que sujeitou os navios e súditos brasileiros suspeitos de se

---

¹³⁵ Jaime Rodrigues, *op. cit.*, pp.114-115.

¹³⁶ Segundo Jaime Rodrigues, dentre as motivações que explicavam a aprovação da lei de 1850 e sua maior efetividade em relação a lei aprovada em 1831 estavam “a maior coesão de parcelas da elite política; o esgotamento do projeto de construção do mercado de mão-de-obra baseado exclusivamente no escravo como alicerce da produção; a vinculação estreita entre ‘corrupção dos costumes’ e escravidão; a manutenção do direito sobre a propriedade existente; a pressão inglesa e a necessidade de garantir a soberania perante ela”. *Ibidem*, p.118.

¹³⁷ Para Jeffrey Needell tal credibilidade vinha da atuação de homens do partido conservador, na resolução de levantes promovidos por escravos e na investigação de rumores sobre conspirações escravas. Especificamente o estudioso se referiu a Francisco Gonçalves Martins que reprimiu o levante dos Malês de 1835; Francisco Peixoto de Lacerda Werneck que acabou com a insurreição quilombola ocorrida em Vassouras, em 1838 e Eusébio de Queirós, que como chefe da política do Rio de Janeiro, durante as décadas de 1830 e 1840, investigou e dissipou rumores de insurreições escravas. Tâmis Peixoto Parron alegou que para além dessa conduta dos conservadores na resolução das insurreições escravas, como apontado por Needell, outro fator também contribuiu para a criação dessa credibilidade dos conservadores juntos aos proprietários, “o papel fundamental que exerceram na reabertura do contrabando negreiro em nível sistêmico, anulando eventuais resistências no centro de operações do Estado Brasileiro”. Segundo Parron, a reabertura do tráfico de escravos, levou prosperidade ao Vale do Paraíba, que entre 1837 e 1850, se transformou no maior produtor de café, além disso, “as vilas de Presídio, Paraíba do Sul, Valença, Vassouras, Resende, Barra Mansa e Bananal, todas elas politicamente organizadas pela reabertura do contrabando, forneceram a base territorial, bem como os recursos materiais e humanos, para que o governo montasse sua ação repressora contra os liberais insurrectos de 1842. Pode-se dizer, assim, que o capital político acumulado por meio do contrabando deu aos saquaremas ascendência enorme sobre os proprietários, que sabiam dever sua fortuna à atuação de seus líderes parlamentares”. Jeffrey D. Needell, *op. cit.*, p.149 e Tâmis Peixoto Parron. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2009, pp. 192-193.

empregar no tráfico de Africanos a serem julgados pelos tribunais ingleses, e punidos pelas suas leis como piratas.

[...] Depois cessou definitivamente o tráfico de Africanos, e cessou porque os Brasileiros quiseram que cessasse, mas apesar de tudo, o Bill Aberdeen continua a fazer parte da legislação inglesa, é a prova ao mundo que a nação que pretende ser a mais livre de todas é em contradição a mais tirana e opressora que atualmente existe.¹³⁸

Macedo aproveitou essa crônica para reafirmar a posição do governo brasileiro e ao mesmo tempo criticar a conduta da Inglaterra, reafirmando que o fim do tráfico fora uma escolha do governo brasileiro, porque havia entendido que era chegado o momento de colocar um fim a tal prática.

Ao mesmo tempo em que defendeu as atitudes tomadas pelo governo brasileiro para acabar com o tráfico, Macedo apontou para as atitudes acertadas dos liberais com referência a essa questão. Quando da imposição do *Bill Aberdeen*, em 1845, o governo estava sob o domínio dos liberais, e para Macedo eles acertadamente, ao contrário do que alguns deputados pediam, não entraram em confronto com a Inglaterra.

Segundo o deputado, se os liberais tomavam as melhores atitudes para beneficiar país, o mesmo não se poderia observar no governo dos conservadores, que pouca atenção davam as necessidades do país, tanto que não foram capazes de evitar os recentes incidentes que aconteceram, como a fuga do navio norte americano; para ele essa fuga era consequência da falta de cuidado do abandono daquele governo para com o país, em sua crônica ele alardeava

triste estado devem achar-se as nossas fortalezas, pois que um simples navio mercante não fez caso dos seus tiros, e foi-se embora muito a fresco, rindo-se de nós, e tendo-nos tratado com verdadeiro desprezo.

Pensei que o governo tem obrigação de aproveitar-se das lições da experiência, e providenciar de modo que mais nunca se repitam fatos que com este se pareçam¹³⁹.

Por essa fala fica claro que Macedo identificava o gabinete da Conciliação com os conservadores, apesar da participação de alguns liberais, pois quando escreveu essas crônicas era o gabinete de Conciliação que estava no poder.

Além disso, ao chamar atenção para o fato de os liberais sempre estavam preocupados com o país e em tomar atitudes que visassem a sua melhoria, enfatizando

---

¹³⁸ *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 1856.

¹³⁹ *Jornal do Commercio*, 10 de agosto de 1856.

os erros cometidos pelos conservadores, Macedo buscava reforçar sua opinião de que os liberais eram os melhores indicados e preparados para assumir o governo.

É perceptível que durante o período em que esteve na Assembléia Provincial as principais questões discutidas por Macedo, tanto na tribuna como na imprensa, estavam diretamente ligadas às mudanças políticas ocorridas naquele período e às questões que essas mudanças suscitaram. Longe da tribuna, após o término do seu último mandato como deputado, Macedo continuou com as funções de cronista, escritor e professor do Colégio Pedro II. Nessa nova fase o autor retomou um tema, para o qual ele já tinha apontado anteriormente, mas que ganhou naquele período uma maior atenção de sua parte, o pouco conhecimento que os brasileiros tinham de seu próprio país, principalmente da sua história. Assim, no próximo capítulo vamos abordar como Macedo tratou dessa temática e como seus escritos refletiam essa preocupação.

Capítulo 2 – Dedicção à História Pátria

Após terminar o seu último mandato como deputado provincial, em 1859, Macedo continuou com as suas funções de professor de história do colégio Pedro II e orador do IHGB, ao mesmo tempo em que também prosseguiu escrevendo para o *Jornal do Commercio*. Nesse jornal, além de continuar a publicação de suas crônicas semanais, iniciou, em 1861, a publicação de uma coluna intitulada “Um passeio”, que durou de 31 de janeiro a 17 de agosto; no ano seguinte essas crônicas foram reunidas e publicadas no livro *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*¹⁴⁰.

Nessa coluna, explorou um tema sobre o qual já havia escrito anteriormente, mas que mereceu naquele momento uma maior atenção por parte do autor: a falta de conhecimento que os brasileiros tinham de seu próprio país. Apesar de já ter feito referência a esta questão quando publicou, em 1855, *A carteira do meu tio*, foi a partir da publicação do folhetim que ele se dedicou de forma mais detida ao assunto.

Segundo Macedo, “nós os brasileiros conhecemos muito pouco a nossa terra, e não nos esforçamos bastante por conhecê-la, como, aliás, é preciso”¹⁴¹; Isso para ele era um grande erro, já que era preciso conhecer o país para valorizá-lo, para apreciar o que seria “nacional”. Além disso, essa falta de informação fazia com que os brasileiros simplesmente aceitassem tudo que era dito sobre o país pelos estrangeiros que o haviam visitado, o que configurava um equívoco, pois muitas dessas narrativas continham “inexatidões” sobre o Brasil.

Em suas crônicas ele esclareceu que não se conheciam vários aspectos do Brasil, como sua história, a história de suas instituições, ou mesmo seu território. Aliás, sobre o território declarava que a ignorância era total, pois se desconhecia até mesmo os arredores do Rio de Janeiro. Em muitos momentos criticou o governo e o colocou como responsável pela situação, dizendo que não havia incentivo para que essa circunstância se modificasse. Como exemplo, dessa falta de empenho do governo, lembrou a tentativa que se fizera de mandar uma comissão científica para explorar as províncias brasileiras, mas que acabou fracassando por não ter os meios necessários para a conclusão do projeto. Escreveu ele:

---

¹⁴⁰ José Galante de Sousa, *op. cit.*, p.108.

¹⁴¹ Apesar da publicação inicial dessa obra ter ocorrido no jornal, entre janeiro e agosto de 1861, optamos por utilizar a versão já reunida em livro, lembrando que a versão em livro saiu no ano seguinte, 1862, ao término da publicação no jornal. Joaquim Manuel de Macedo. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2005, p. 26.

Tenho bem de memória que em 1859, quando pela primeira vez apareceu a idéia de se mandar uma comissão científica brasileira explorar essas províncias do Império, fez-se disso objeto de escárnio e de sarcasmo, e a pobre comissão, que partiu no ano seguinte da nossa capital, levando consigo quantas pragas e maus agouros puderam lançar sobre ela os homens práticos e sabichões do Estado e do próprio governo, que já não pouco havia despendido para fazê-la encetar os seus trabalhos, ficou em breve tão desestimada que até às vezes achou-se sem recursos para prosseguir nas explorações; e por fim de contas, foi obrigada a parar em meio da obra, porque era inevitável que se apagasse a lâmpada, quando não lhe puseram mais azeite¹⁴².

E ainda completou afirmando que

Devemos contentar-nos com as comissões dessa natureza que têm sido e hão de ser mandadas ao Brasil por nações estrangeiras; nós não temos a menor necessidade de conhecer a nossa própria casa: basta que os estranhos nos ensinem o que ela é e o que temos dentro dela¹⁴³.

Segundo Macedo, além da falta de incentivo do governo, as facilidades que se tinha para uma viagem à Europa eram maiores do que para uma viagem para dentro do próprio país, o que contribuía para que houvesse um total desinteresse em conhecê-lo.

Se no outro tempo era grande essa antipatriótica falta de curiosidade, agora é muito pior: os paquetes a vapor e a facilidade das viagens ao velho mundo tiram-nos à vontade de passear os nossos, e é mais comum encontrar um fluminense que nos descreva as montanhas da Suíça e os jardins e palácios de Paris e Londres do que um outro que tenha perfeito conhecimento da história de algum dos nossos pobres edifícios, da crônica dos nossos conventos e de algumas das nossas romanescas igrejas solitárias, e até mesmo que nos fale com verdadeiro interesse dos sítios encantadores e das eminências majestosas que enchem de sublime poesia a capital do Brasil¹⁴⁴.

Antes de começar a escrever “Um passeio”, Macedo no mesmo *Jornal do Commercio*, publicou, durante o ano de 1860, outra coluna sob o título de “O labirinto” que durou de 20 de maio a 17 de dezembro¹⁴⁵. Nessa coluna suas crônicas destacavam outra questão importante para ele, a necessidade de valorização do que era “nacional”. Segundo explicou, cada vez mais se apreciava o que vinha de fora e isso podia ser notado em diferentes áreas. O governo, por exemplo, preferia, em sua opinião, apoiar as apresentações que seguiam o modelo italiano ao invés de estimular aqueles que buscavam fazer um “modelo brasileiro” de teatro. A educação também era uma área que

---

¹⁴² *Ibidem*, p.27.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 28.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p.29.

¹⁴⁵ Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.338.

sofria com isso, pois os livros usados em sua maioria seguiam o modelo francês, deixando de apreciar, assim, o que seria propriamente brasileiro. Declarava

Hoje que uma triste moda, uma falsa educação nos leva a estudar e a aprender tudo por livros exclusivamente franceses, admiramo-nos, indignamo-nos, até, contra o ousado que se aventura a falar e a escrever de alguma coisa grandiosa, de alguma idéia civilizadora, de alguma descoberta que revolucione o mundo, e dá a seu autor outro nome que não seja francês, outra mãe que não seja a França! Degradamo-nos de nosso próprio brio nacional, esquecemos as realezas que brilham na nossa pátria, e, cegos como vista, como os cegos mais das Escrituras, desprezamos o que é nosso, e revemo-nos nas glórias alheias¹⁴⁶.

Tal situação parecia-lhe grave, pois “assim se vão perdendo a verdade das tradições, a história e a poesia dos costumes peculiares de cada nação, e o verdadeiro sabor das coisas nacionais”¹⁴⁷. Era preciso então inverter esse quadro, os escritores deveriam ter maior incentivo para escrever suas obras, principalmente os manuais escolares; o teatro brasileiro deveria receber maiores estímulos; e tanto os viajantes, como as obras estrangeiras por eles escritas deveriam ser vistas de forma mais crítica, uma vez que os “estrangeiros que recebemos como os braços abertos, que hospedamos e obsequiamos como sabemos fazê-lo, vão de volta para seu país divertir-se escrevendo extravagâncias e calúnias contra o nosso país e o nosso povo”¹⁴⁸, o que não deveria ser aceito.

Para Macedo essas duas questões estavam ligadas e se completavam, pois só se poderia apreciar o que era nacional conhecendo o país e todas as suas potencialidades, e para isso o incentivo do governo era fundamental.

2.1 - Brasil: um país desconhecido

As idéias apresentadas por Macedo deixam claro que o escritor demonstrava grande inquietação com a falta de conhecimento do país e de sua história, e mais, com o que os estrangeiros estavam escrevendo sobre o Brasil, em seus respectivos países. Para o autor nem tudo que os estrangeiros escreviam correspondia à verdade, passando, assim, uma imagem do país que não era exata e que poderia ser contrária aos interesses nacionais, já que seus escritos influenciavam a forma como as demais nações do mundo

---

¹⁴⁶ *Jornal do Commercio*, 23 de abril de 1860.

¹⁴⁷ *Ibidem*.

¹⁴⁸ *Jornal do Commercio*, 26 de novembro de 1860.

viam o Brasil. Essa questão, contudo, não era uma preocupação apenas de Macedo, o IHGB, instituição que ele integrava, há muito já chamava atenção para tal problema.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) surgiu em 1838, tendo a proposta para a sua criação partido da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), especificamente de Raimundo José da Cunha Matos e do Cônego Januário da Cunha Barbosa¹⁴⁹. A partir da leitura de seu estatuto, fica claro que a principal preocupação do IHGB era com a geografia e a história do Brasil; o que explica sua meta de coletar, arquivar e publicar documentos que contribuíssem para o conhecimento do território brasileiro e para a produção de uma história do Brasil¹⁵⁰.

O surgimento do IHGB se deu em um momento em que a preocupação com a história era uma questão em debate em vários países. Segundo Manoel Salgado, o século XIX foi marcado pelas discussões sobre a formação da nação, atribuindo-se então à história um papel central, isso porque fornecia, para os diversos países, os elementos necessários para ajudar a forjar essa nacionalidade em construção. Daí a preocupação naquele momento com os estudos de natureza histórica.

O Brasil também se inseria dentro desse debate, destacando-se então a criação do IHGB. O Brasil seguiu o modelo europeu, sobretudo do *Institut Historique* de Paris, criado em 1834. Instituição com a qual os membros do IHGB mantiveram grande contanto, o que incluía troca de publicações e correspondência, além do fato de que o

---

¹⁴⁹ A proposta para a criação do instituto foi apresentada em 18 de agosto de 1838, sua aprovação se deu em assembléia geral realizada em 19 de outubro e sua instalação definitiva ocorreu em 21 de outubro de 1838, e ocupou provisoriamente instalações cedidas pela própria SAIN. Em 15 de dezembro de 1849 o IHGB ganhou novas instalações no Paço da cidade, instalações essas cedidas pelo imperador. Essa mudança marcou uma transformação também nas relações existentes entre o instituto e D. Pedro II; se até aquele momento a presença do monarca era restrita apenas às reuniões anuais para a comemoração de sua fundação; a partir de então ele passou a ser presença assídua no instituto, inclusive com a sugestão de temas para estudo e discussão. Esse momento foi tão significativo que o dia 15 de dezembro passou a ser comemorado como data de aniversário do instituto. Lucia Maria Paschoal Guimarães. “A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” In: *Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH – História e Cidadania*. São Paulo: Humanitas, ANPUH, vol. II, 1998 e Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 1, 1988.

¹⁵⁰ Nesses estatutos também se encontram descritas as pretensões da instituição em manter contanto com instituições congêneres, fossem elas nacionais ou internacionais, além da criação de outros institutos históricos províncias, assim o IHGB se converteria em centro e canalizaria as informações sobre as diferentes províncias do país. Para uma análise detalhada sobre a criação do IHGB ver: “BREVE notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro” In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, 2ª ed. Rio de Janeiro, tomo I, 1839; Lucia Maria Paschoal Guimarães. “A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *op. cit.* Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto histórico e geográfico brasileiro*. São Paulo: USP/ FFLCH Tese de doutorado, 1994; Lilia Moritz Schwarcz. “Os institutos históricos e geográficos: ‘Guardiões da história oficial’”, In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1993, pp.99-140 e Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *op. cit.*

Institut Historique de Paris abriu espaço em sua revista para a publicação de temas relativos ao Brasil¹⁵¹.

No entanto, como explicou Salgado Guimarães, enquanto no Brasil, a partir do final de década de 1830, a produção historiográfica teve como espaço de debate o IHGB¹⁵², no velho continente essas discussões começavam naquele período a ocorrer no âmbito das universidades. Ainda segundo o estudioso, essa diferença traria duas marcas importantes na produção historiográfica brasileira, a primeira era que por ser herdeira da tradição iluminista, a história seria tratada como um processo linear e marcado pela noção de progresso. E, segundo, essa produção não estaria comprometida com as regras acadêmicas em que o recrutamento tinha por critério “certo saber específico”; no Brasil esse recrutamento estaria atrelado a critérios que passavam pela teia das relações pessoais e sociais¹⁵³.

Dentre os sócios do IHGB havia a presença de muitos homens públicos, principalmente políticos. Seu estatuto definiu em número de cinquenta os membros ordinários, sendo 25 na seção de história e 25 na de geografia; também previa um número ilimitado de sócios correspondentes nacionais e estrangeiros, além dos sócios de honra¹⁵⁴.

---

¹⁵¹ O IHGB também tinha uma revista, considerada por seus sócios um meio importante para a difusão e divulgação do que estava sendo produzido em seu interior. Na revista eram publicadas as atividades do instituto, artigos, biografias, resenhas de obras, além de fontes primárias consideradas necessárias para a produção da história. O próprio Joaquim Manuel de Macedo chamou atenção para a importância dessa publicação, “Não é um arrojo de orgulho, é uma verdade incontestável: a coleção de nossas revistas se tem tornado em um cofre precioso, onde se guardam em depósito tesouros importantíssimos; e a leitura delas será muitas vezes frutuosa para o ministro, o legislador e o diplomata, e em uma palavra para todos aqueles que não olham com indiferença para as coisas da pátria”. Segundo I Salgado Guimarães, é possível notar que na revista há a incidência de três temas principais, a problemática indígena, as viagens de exploração e o debate da história regional. Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *op. cit.*, p.20 e Joaquim Manuel de Macedo. “Relatório do primeiro-secretário do IHGB, por ocasião das comemorações do aniversário da instituição em 15 de dezembro de 1852”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 (8): 480-515. Out./dez. 1852.

¹⁵² Segundo Salgado Guimarães, o espaço de produção historiográfica no Brasil estava mais próximo do modelo da academia de ilustrados, que na Europa tiveram seu auge entre o final do século XVII e o século XVIII; nesse modelo o espaço de produção era marcado pela presença de homens “eleitos” e “escolhidos” a partir de suas relações sociais, não estando assim submetidos à competição acadêmica que marcará o espaço das universidades. Dessa maneira, segundo Guimarães, no Brasil o lugar para a produção historiográfica ficou durante muito tempo “vincado por uma profunda marca elitista, herdeira muito próxima de uma tradição iluminista”. Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *op. cit.*, p.5.

¹⁵³ *Ibidem*, pp. 6-9.

¹⁵⁴ Segundo Lucia Guimarães, dentre os 27 membros fundadores do instituto, 14 eram políticos renomados. Sendo que alguns começaram a sua carreira ainda no período reinol tal como o Visconde de São Leopoldo e os Marechais Raimundo da Cunha Mattos e Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim; outros tiveram destaque durante o movimento de independência como o cônego Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira; outros por sua vez iniciaram sua carreira na vida pública durante a

Para os membros dessa instituição, a produção do conhecimento histórico e sua difusão eram importantes porque contribuiriam para que não apenas os brasileiros conhecessem o seu país, mas também para que as outras nações pudessem ter uma imagem “correta” sobre o Brasil. Januário da Cunha Barbosa, um dos seus sócios fundadores e secretário perpétuo, no discurso de abertura do instituto declarou

Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e desta arte mostrarmos às nações cultas que também prezamos a glória da pátria propondo-nos a concentrar, em uma literária associação, os diversos fatos da nossa história e os esclarecimentos geográficos do nosso país, para que possam ser oferecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexatidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros¹⁵⁵.

Para que esse intuito fosse alcançado, para que essa “purificação” ocorresse, a escrita da “História Pátria”, feita por brasileiros, era fundamental. Essa história teria como função ajudar a criar a idéia de um país unido, de uma nação.

Salgado Guimarães assinalou que foi o “processo de consolidação do Estado Nacional”¹⁵⁶ que viabilizou a existência de um projeto para se pensar a história do Brasil de maneira sistemática, isso porque a história era “o meio indispensável para forjar a nacionalidade”¹⁵⁷. Segundo o estudioso, naquele momento o pensar a história estava inserido em um quadro mais amplo onde “a discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque”¹⁵⁸, o que influenciou o trabalho dos “historiadores” que se dedicaram a escrever a história pátria. Para o autor, essa história deveria ajudar a explicar a gênese da nação brasileira, pois uma vez implantado o Estado era preciso traçar um perfil de “nação brasileira” que fosse capaz de diferenciá-la de outras nações. Esse era o papel da história, e esse era um trabalho duplo, já que era necessário definir o Brasil interna e externamente; nas palavras do autor “articulada ao projeto de construção

---

Assembléia Constituinte de 1823, como Caetano Maria Lopes Gama, Cândido José de Araújo Vianna, José Antonio da Silva Maia e Francisco Gê de Acaiaba Montezuma. Por fim havia ainda um grupo que ganhou destaque após a abdicação, são eles Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Benta da Silva Lisboa (filho do Visconde de Cairu), Joaquim Francisco Vianna e Rodrigo de Sousa da Silva Pontes. Lucia Maria Paschoal Guimarães. “A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *op. cit.*

¹⁵⁵ Januário da Cunha Barbosa. “Discurso”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, tomo 1, 1839, p. 10.

¹⁵⁶ Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *op. cit.*, p.6.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p.14.

¹⁵⁸ *Ibidem*, p.4.

da Nação, a escrita da história tem assim os seus destinatários, não apenas no plano interno, como também no externo. E é nessas duas frentes que ela se constrói”¹⁵⁹.

E foi a esse papel que se dedicaram os homens reunidos no IHGB, homens esses que como apontamos eram em muitos casos figuras políticas de destaque, ligadas ao aparelho de Estado, o que demonstra, na opinião de Salgado Guimarães, uma aproximação entre eles, o Estado e a Monarquia¹⁶⁰. Lucia Maria Paschoal Guimarães destacou que os integrantes do IHGB tinham grande preocupação com a construção de uma Memória Nacional que ajudasse a “dotar o país, carente de unidade e recém-saído da condição de colônia, de um passado comum”¹⁶¹. Assim, a memória nacional deveria permitir que todos os elementos da elite dominante fossem capazes de se identificar como pertencentes a uma mesma nação¹⁶². A autora apontou ainda que esses homens preocupavam-se não apenas com a construção dessa memória, mas também com a sua difusão¹⁶³.

Apresentava-se, deste modo, com explicou Bernardo Ricupero a necessidade de se escrever uma História do Brasil, que deixasse de lado as “histórias particulares das províncias”¹⁶⁴, para fazer uma “história geral do Brasil”, o que impôs uma mudança no significado que se dava ao termo história. Segundo Ricupero,

a historiografia que surge no IHGB reflete uma nova concepção de história, ligada ao fim do Antigo Regime. A partir da segunda metade do XIX, o emprego do termo história passa a ser singular e não mais coletivo de histórias particulares juntando-se numa história comum¹⁶⁵.

Esse foi o grande desafio enfrentado pelos homens do IHGB, uma vez que os “historiadores” tinham se dedicado a escrever histórias das províncias, mas sem juntá-las em uma história comum¹⁶⁶.

Isso explica o grande destaque que o IHGB deu à necessidade de produção de uma história do Brasil, feita por um brasileiro, já que as únicas disponíveis haviam sido

---

¹⁵⁹ *Ibidem*, p.13.

¹⁶⁰ Segundo Salgado Guimarães essa ligação com o Estado e com a Monarquia pode ser observada nos cargos públicos e nas bolsas concedidas pelo imperador e que serviam para viabilizar o trabalho desses homens reunidos no IHGB. Além disso, é preciso lembrar que o imperador tinha uma atuação ativa no instituto, onde ele sugeria temas, estabelecia prêmios para os trabalhos científicos e dava um grande apoio financeiro ao instituto. *Ibidem*, pp. 10-11.

¹⁶¹ Lucia Maria Paschoal Guimarães. “A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, *op. cit.*, p. 474.

¹⁶² *Ibidem*, pp. 471-474.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 474.

¹⁶⁴ Bernardo Ricupero, *op. cit.*, p.117.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p.114.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 117.

escritas por estrangeiros. As principais obras que existiam sobre o Brasil eram a *História do Brasil*, em três volumes, de Robert Southey¹⁶⁷, que teve sua versão em português publicada apenas em 1862 (apesar de a edição inglesa datar de 1810); a *História do Brasil* de John Armitage¹⁶⁸, publicada em dois volumes em 1831, cujo subtítulo indica que o autor pretendeu fazer uma continuação da obra de Southey - *História do Brasil: Desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808 até a abolição de D. Pedro I, em 1831, compilada á vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil de Southey*. Há, contudo uma diferença importante entre os autores, Armitage esteve no Brasil, onde redigiu seu livro, posteriormente publicado em Londres; enquanto Southey escreveu sua obra sem nunca ter visitado o país.

Ferdinand Denis¹⁶⁹ foi outro estrangeiro que se dedicou a escrever sobre o Brasil; em 1838, publicou o livro intitulado *Brasil*, mas diferentemente das obras dos outros dois autores, sua obra acabou servindo como “fonte de consulta” para outros viajantes que resolveram escrever sobre o país, e também para brasileiros que se dedicaram a estudar a história do Brasil. Segundo Maria Helena Rouanet, isso teria acontecido porque Denis foi um dos primeiros europeus, no século XIX, a escrever sobre o país¹⁷⁰. Além disso, outro ponto que o diferenciava era que, ao contrário dos outros autores, Denis teve a sua obra aprovada e recomendada pelos membros o IHGB. Pensando no que foi dito, anteriormente, sobre a preocupação do IHGB com as obras estrangeiras e com os possíveis erros que elas poderiam conter a respeito do Brasil, ter o seu livro reconhecido e recomendado era algo que o colocava em destaque.

---

¹⁶⁷ Robert Southey nasceu na cidade de Bristol, Inglaterra, em 1774, e morreu em 26 de março de 1843. Foi historiador, prosador e poeta. A primeira história que pensou em escrever foi a História de Portugal, projeto que acabou não concluindo, no entanto, enquanto pesquisava a documentação, teria lhe ocorrido o roteiro para escrever a História do Brasil. Sobre Robert Southey e sua obra ver: Brasil Bandecchi. *Prefácio*. In: Robert Southey. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977, 4º ed, vol. I e Maria Odila da Silva Leite Dias. *O Fardo do Homem Branco: Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

¹⁶⁸ John Armitage nasceu a 27 de setembro de 1807 em Failsworth, e morreu em Manchester a 17 de abril de 1856. Trabalhava para a casa de Philips, Woods & Cia que o mandou para o Brasil, para sua filial no Rio de Janeiro. Foi durante esse tempo que esteve no Brasil que escreveu seu livro. Sobre John Armitage e sua obra ver: Eugênio Egas. *Ao leitor*. In: John Armitage. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981, 3º ed.,

¹⁶⁹ Ferdinand Denis nasceu em Paris no ano 1798, e foi nessa mesma cidade que veio a falecer em 1890. Denis passou um longo tempo no Brasil, e foi após a sua volta a Paris que escreveu a obra *Brasil*. Sobre Ferdinand Denis ver: Ferdinand Denis. *Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980; Maria Helena Rouanet. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991, pp.137-240.

¹⁷⁰ Maria Helena Rouanet, *op. cit.*, p.131.

Apesar disso, na opinião dos sócios do IHGB, tais obras, mesmo a de Denis, continham inexatidões sobre o Brasil que precisavam ser corrigidas. Sendo que o modo de fazê-lo, na opinião deles, era justamente pela redação, por um brasileiro, de uma história do país, que ao mesmo tempo corrigisse essas inexatidões e principalmente contivesse os elementos necessários para se traçar a gênese da nação brasileira¹⁷¹.

Essa questão era tão importante para aqueles homens que o instituto lançou, em 1840, um concurso para premiar aquele que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. Contudo, a premiação só aconteceria sete anos depois, em 1847, sendo que o vencedor foi o alemão Carl F. P. Von Martius com o texto *Como se deve escrever a história do Brasil*¹⁷².

Segundo Salgado Guimarães, em seu texto Martius lançou as diretrizes para a escrita de uma história que fosse capaz de identificar a especificidade da nação brasileira. Essa já poderia ser observada na formação da população, que ocorreu a partir da mistura de três raças (brancos, índios e negros)¹⁷³. Ele também propunha uma maneira como cada um desses grupos deveria ser tratado. Sobre os indígenas era

---

¹⁷¹ No discurso de abertura dos trabalhos do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do instituto, já chamava atenção para a necessidade de se escrever uma história do Brasil que acabasse com as “inexatidões” que continham muitos dos relatos feitos sobre o Brasil. Ao mesmo tempo em que descrevia qual era o papel dessa história, em seu discurso afirmou “se conhece quão profícua deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos, e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes aglomeram a parcialidade, o espírito de partidos, e até mesmo a ignorância. [...] Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos; nós vamos assinalar, com a possível exatidão, o assento de suas cidades e vilas mais notáveis, a corrente de seus caudalosos rios, a área de seus campos, a direção de suas serras, e a capacidade de seus inumeráveis portos. [...] A nossa história, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários amos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da nossa civilização”. Januário da Cunha Barbosa. “Discurso”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, tomo 1, 1839, pp. 11-12.

¹⁷² Apesar de apenas ser premiado em 1847, o texto de Martius já havia sido publicado na revista do IHGB em 1844. Carl Friedrich P. Von Martius, nasceu em 1874 e morreu em 1868, foi médico, botânico e antropólogo, foi um importante pesquisador sobre o Brasil. Em 1817 integrou a missão científica enviada ao Brasil, juntamente como Johann B. Von Spix, percorreu o país durante 3 anos, o material reunido por ele, lhe permitiu a publicação de uma extensa obra sobre o país. Sobre Martius ver: Carl F. P. Von Martius. “*Como se deve escrever a História do Brasil*” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo 6, 1844 e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo 2, 1840, pp.381-403; Francisco Iglesias. *Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: UFMG. IPEA, 2000, pp.65-72. José Honório Rodrigues. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957; Karen Macknow Lisboa. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil, 1817-1820*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997; Lília Moritz Schwarcz. “Os institutos históricos e geográficos: ‘Guardiões da história oficial’”, In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1993, pp.99-140 e Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *op. cit.*

¹⁷³ Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *op. cit.*, p.14.

necessário fazer um estudo minucioso da sua vida e história, antes mesmo da chegada dos colonizadores, pois somente dessa forma poderia ser entendido, de forma correta, o estado em que eles se encontravam quando aportaram os portugueses. A partir daí, seria possível examinar de que maneira eles influenciaram os índios, e qual o papel que os nativos da América tiveram “no desenvolvimento das relações sociais dos portugueses emigrados”¹⁷⁴.

A história dos negros, como a dos índios, também deveria começar em um período anterior; porém, previamente à análise da influência dos negros no Brasil, era preciso examinar a intervenção que Portugal exerceu sobre a África. Assim, a história dos negros no Brasil deveria começar pela história dos portugueses na África¹⁷⁵, sendo necessário também conhecer a condição dos escravos, seus costumes, superstições, defeitos, virtudes, etc.; pois apenas desta maneira seria possível estabelecer a influência que tiveram no Brasil e se essa foi positiva ou negativa¹⁷⁶. Aos brancos por sua vez, cabia um papel de destaque uma vez que “o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor”¹⁷⁷, responsável por conduzir o processo de civilização. Acompanhar a história da colonização ajudaria a entender como o Brasil foi se

---

¹⁷⁴ Para Martius fazer a história dos índios, antes da chegada dos portugueses, ajudaria a entender o estado em que os índios estavam naquele momento, que era o estado de degradação. Segundo ele, ao contrário do que alguns afirmavam, os índios não estavam em um estado primitivo, e sim em um estado de degradação, ou seja, já tinham vivido o auge de uma grande civilização, mas por algum motivo precipitara-se sua decadência, e era isso que as pesquisas minuciosas sobre a vida e a história desses índios deveria ajudar a entender. Para tanto, essas pesquisas deveriam incluir o estudo da língua, pois, segundo ele, o que predominava ainda era a língua tupi, um resquício de uma língua que deveria se estender por um vasto território. Desta forma, todas as tribos que usavam essa língua em tempos remotos deveriam pertencer a um “único e grande povo, que sem dúvida possui a sua história própria, e que de um estado florescente de civilização, decaiu para o atual estado de degradação e dissolução”. A arqueologia também deveria contribuir para essas pesquisas, pois através dela poderiam ser encontrados monumentos, como os que existiam no México, que comprovariam que em tempos remotos, também no Brasil, existira uma civilização superior. Aliás, Martius afirmou que o fato desses vestígios ainda não terem sido encontrados no Brasil, até aquele momento, não significava que este tipo de civilização não tinha existido no país, daí a necessidade de se investir em estudos arqueológicos, para que esses vestígios pudessem ser encontrados. Carl F. P. Von Martius, *op. cit.*, pp. 384-389.

¹⁷⁵ Carl F. P. Von Martius, *op. cit.*, pp.397-399.

¹⁷⁶ Para Salgado Guimarães, Martius refletiu em seu texto uma visão que ganhava força naquele momento, na qual o negro era visto como um impedimento ao processo de civilização. Talvez isso ajude a explicar o cuidado que ele teve ao falar da influência que os negros exerceram no mais, deixando em aberto inclusive o fato de que se essa influência teria sido benéfica ou não. Contudo, Martius é categórico em afirmar que não é possível falar do Brasil, sem falar da mescla das três raças, branco, índio e negros. Carl F. P. Von Martius, *op. cit.*, p. 383 e Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *op. cit.*, p.17.

¹⁷⁷ Carl F. P. Von Martius, *op. cit.*, p. 383

desenvolvendo e ganhando destaque, até mesmo entre as demais nações do “novo mundo”¹⁷⁸.

Segundo Martius, o historiador que se dedicasse a essa tarefa deveria ter em mente que essa mescla de raças foi importante para a constituição do Brasil. Em sua visão foi dessa mescla que surgiu a população do país, e por isso mesmo ela tinha características tão particulares; porém as três raças – cor de cobre ou americana, branca ou caucasiana e preta ou etiópica – não haviam influenciado igualmente na formação da população, para ele os portugueses tinham um papel de destaque. Em seu texto explicou

O sangue português, em um poderoso rio, devera absorver os pequenos confluente das raças índia e etiópica. Na classe baixa tem lugar essa mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o Império do Brasil é chamado¹⁷⁹.

Além disso, ao se fazer a história do Brasil, era preciso abordar as particularidades do país. Para tanto, tal história deveria ser ao mesmo tempo geral e regional, pois assim ressaltaria as diferenças das províncias, sem deixar de mostrar que elas faziam parte de um todo que as integrava; permitindo que todos se reconhecessem como brasileiros. Martius afirmou ainda que a história tinha o poder de despertar sentimentos de patriotismo, e esse deveria ser o objetivo ao se escrever a história do Brasil, essa seria a tarefa do historiador que se propusesse a escrever sobre o país¹⁸⁰.

Dessa forma, segundo Salgado Guimarães, Martius apresentou um projeto para a escrita da história que ia de encontro com as aspirações daqueles homens que integravam o IHGB, pois em seu texto definiu as linhas “mestras de um projeto

---

¹⁷⁸ Para Martius a história do descobrimento e da colonização no Brasil, tem que ser entendida como parte da história Universal, pois ela faz parte do período onde as grandes navegações estavam acontecendo, e o mesmo espírito que levou o português em direção as Índias, também o conduziu para o Brasil; dessa forma a história do Brasil, não é algo isolado, ela estava ligada a história Universal. Carl F. P. Von Martius, *op. cit.*, pp.390-391.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p.383.

¹⁸⁰ Para Martius eram importante que essa história despertasse nos brasileiros o sentimento de pátria, pois só assim eles se reconheceriam como pertencentes a um mesmo país, um mesmo império. Reforçar o papel da monarquia, sua contribuição para a preservação da unidade e a necessidade de sua manutenção também deveria ser questão de suma importância para que fosse escrever a história do Brasil. *Ibidem*, pp. 399-403.

historiográfico capaz de garantir uma identidade – especificidade à Nação em processo de construção”¹⁸¹.

Francisco Adolfo Varnhagen¹⁸², sócio do IHGB, foi o primeiro a responder a essa demanda por uma história pátria, publicando *A História Geral do Brasil*, obra em dois volumes, sendo o primeiro de 1854, e o segundo de 1857. Segundo Nilo Odalia, Varnhagen escreveu uma história do Brasil em que buscou destacar o papel do Estado na formação da nação e do homem brasileiro, reforçando também a existência de uma unidade desde a colonização. Dessa maneira, como destacou Odália, toda “*História Geral do Brasil* se constrói de forma concêntrica, tendo o Estado como centro impulsionador do esforço e do processo históricos que devem terminar com a realização da Nação brasileira”¹⁸³. Para Francisco Iglesias, Varnhagen, em sua obra, seguiu em linhas gerais as propostas apresentadas por Martius em seu texto de 1844¹⁸⁴.

Apesar disso, é necessário destacar que a obra de Varnhagen não teve total aceitação, algumas idéias apresentadas pelo autor, principalmente referentes aos índios, sofreram muitas críticas¹⁸⁵, e posteriormente causaram acirradas discussões entre Varnhagen e os denominados indianistas.

---

¹⁸¹ Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *op. cit.*, p.16.

¹⁸² Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu em São João do Ipanema, Sorocaba, em 17 de Fevereiro de 1816, filho de estrangeiros, Varnhagen viveu pouco tempo no Brasil, tendo partido para Portugal em 1823. Em Portugal estudou no Real Colégio da Luz em Lisboa, de 1825 a 1832 e, a seguir, ingressou na Academia de Marinha, cujo curso frequentou em 1832 e 1833. Em 1840 retornou ao Brasil e em seguida tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde posteriormente ocupou o cargo de 1º secretário. Em 1842 ingressou no serviço diplomático Brasileiro; sua carreira diplomática se desenvolveu tanto na Europa quanto na América do Sul. O fato de Varnhagen ter sido diplomata foi de grande importância para a produção de suas obras, pois isso lhe permitiu ter maior acesso a arquivos, o que facilitou o levantamento de documentos que contribuíram para seus escritos sobre o Brasil. Aliás, esse é um ponto importante dentro da obra de Varnhagen, em seus textos ele busca provar/comprovar seus argumentos através de documentos, daí a grande citação que há de documentos e arquivos (como a Torre do Tombo); além é claro de outras obras de história, de memórias e relatos publicados pelo IHGB. Em 1842 Varnhagen foi agraciado com o título de barão e em 1874 com o de visconde de Porto Seguro. Varnhagen morreu em 29 de junho de 1878, foi militar, historiador e diplomata. Arno Wehling, *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Francisco Iglesias. *Os Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*. *op. cit.*, pp.72-94; Nilo Odalia (org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1977, pp. 7-31; Nilo Odalia. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, pp.11-113.

¹⁸³ Nilo Odalia. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. *op. cit.*, p. 85

¹⁸⁴ Francisco Iglesias. *Os Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*. *op. cit.*, p.75.

¹⁸⁵ Segundo Arno Wehling, os principais críticos da obra de Varnhagen, com referência à questão dos indígenas, foram João Francisco Lisboa e Domingos Gonçalves de Magalhães. Ainda segundo o autor, Varnhagen tinha consciência de que sua opinião sobre os indígenas desagradaria os indianistas, porém ele as defendeu tanto no *História Geral do Brasil* como no *Memorial orgânico*. Arno Wehling, *op. cit.*, p.195-197.

O indianismo buscava na figura do índio a identificação de um símbolo da pátria que estava em construção, mas não era qualquer índio. Como explicou Pedro Puntoni, as raízes desse indianismo estavam na idealização do indígena, encontradas nos tempos do mito do homem natural e na poesia clássica portuguesa; ainda segundo o historiador, esse índio era mitificado e visto por aqueles homens como referencial, como “o símbolo privilegiado da especificidade da pátria”¹⁸⁶. Por outro lado, os não indianistas criticavam exatamente essa mitificação, afirmando que ao fazerem isso, deixava-se de tratar dos indígenas reais que ainda existiam no território brasileiro¹⁸⁷. É necessário destacar que o indianismo contava com a simpatia de d. Pedro II¹⁸⁸.

Varnhagen integrava essa corrente que se opunha ao indianismo, tanto que em sua *História Geral do Brasil*, fez uma leitura nada lisonjeira sobre os índios, na qual afastava qualquer tentativa de incluí-los na categoria de brasileiros¹⁸⁹. Para Américo Jacobina Lacombe, “o indianismo romântico não era considerado por Varnhagen só um erro, mais um perigo, pondo em dúvida a validade de toda a obra política portuguesa e brasileira”¹⁹⁰. Talvez por essa leitura tão negativa sobre os índios, a obra de Varnhagen tenha sofrido duras críticas e não tenha tido uma ampla recepção, o que, aliás, causou protestos por parte do autor. Em sua correspondência é possível identificar certa frustração por não ter alcançado todo reconhecimento oficial que julgava merecer¹⁹¹.

Porém, para os homens da época, não bastava apenas discutir temas relacionados à história do Brasil no âmbito do Instituto, era também preciso publicizar textos e

---

¹⁸⁶ Pedro Puntoni. “O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”, In: István Jacsón (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Editora Hucitec/ FAPESP, 2003, p.638.

¹⁸⁷ Segundo Manuela Carneiro da Cunha, os homens daquele período tinham que lidar com dois tipos de índios, o primeiro era o índio vivo e “bravio”, chamado de botocudo, que “não só era um índio vivo, mas aquele contra quem se guerreava nas primeiras décadas do século: sua reputação é o de indomável ferocidade”; e o segundo era o índio que já estava morto “os tupis e os guaranis, já virtualmente extintos ou supostamente assimilados, que figuram por excelência na auto-imagem que o Brasil faz de si mesmo. É o índio que aparece como emblema da nova nação em todos os monumentos, alegorias e caricaturas. [...] É o índio bom e convenientemente o índio morto”. Manuela Carneiro da Cunha. *Legislação Indigenista no século XIX: uma compilação 1080-1889*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992, p.8.

¹⁸⁸ Bernardo Ricupero, *op. cit.*, p. 138; Leticia Squeff, *op. cit.*, p.224; Pedro Puntoni. “O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”, *op. cit.*, p.641.

¹⁸⁹ Entre os indianistas podemos citar Gonçalves Dias, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre e posteriormente José de Alencar. Houve acirradas polêmicas entre os indianistas e os não indianistas, sendo que a principal polêmica sobre esse tema aconteceu entre Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco A. Varnhagen.

¹⁹⁰ Américo Jacobina Lacombe. “A construção da historiografia brasileira o IHGB e a obra de Varnhagen” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 152(370), jan/mar 1991, pp.245-264.

¹⁹¹ Nilo Odalia. *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*, *op. cit.*, p.67.

debates, o que faziam por meio da *Revista*, e, mais ainda, garantir sua transmissão para as futuras gerações. Nesse ponto, o Colégio Imperial de Pedro II assumiu um papel central. Há de se destacar que muitos dos sócios do IHGB eram também professores no colégio, como o próprio Macedo¹⁹², o que reforçava o laço entre a produção de uma história e a sua difusão.

O Colégio Pedro II foi criado em 1837 para o desenvolvimento do ensino secundário brasileiro, devendo servir como modelo para os demais estabelecimentos de educação, tanto da corte como das demais províncias, e também como difusor das idéias de história produzidas no âmbito do IHGB. Segundo Vera Lucia Cabana de Querioz Andrade, o colégio era assim um importante instrumento civilizatório da monarquia¹⁹³.

O colégio era o lugar de formação da elite dirigente do país e como tal era um aparelho de transmissão de um projeto de Estado Nacional. De acordo com esse modelo de atuação, o ensino da história da civilização e da história pátria seria “a base da construção da identidade e da formação do cidadão”¹⁹⁴. O próprio discurso de abertura das aulas do Colégio Pedro II, proferido por Bernardo Pereira de Vasconcelos, já deixava claro que o objetivo dessa instituição seria o de educar a elite da qual sairiam os futuros dirigentes do país. Utilizando para isso de todos os métodos que contribuíssem para a difusão de princípios e valores que assegurassem a formação do bom cidadão; valores como a moral, respeito à religião, a monarquia, etc.¹⁹⁵.

Joaquim Manuel de Macedo, como sócio do IHGB e professor de história no Colégio Pedro II, esteve diretamente envolvido com essas questões, e buscando responder às demandas daquele momento escreveu dois manuais de história destinados aos alunos do colégio. Por representar essa instituição o modelo de educação a ser seguido no resto do país, os manuais didáticos adotados pelo colégio também deveriam ser utilizados nas demais instituições de ensino espalhadas pelas províncias, o que confere ainda mais importância a obra de Macedo.

Antes da publicação desses manuais, o colégio Pedro II utilizava o *Compêndio da História do Brasil* de José Inácio de Abreu e Lima¹⁹⁶. Apesar disso, seu

---

¹⁹² Poderíamos citar além de Macedo, o Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, professor de retórica, poética e literatura nacional.

¹⁹³ Vera Lucia Cabana de Querioz Andrade. *Colégio Pedro II. Um lugar da memória*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1999, p.I.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 18.

¹⁹⁵ José Murilo de Carvalho (org.) *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, Série Formadores do Brasil, 1999, pp. 244-46.

¹⁹⁶ O general José Inácio de Abreu e Lima nasceu em Pernambuco, em 1796. Foi militar, político, escritor e jornalista. Abreu e Lima viu o pai ser fuzilado pelas forças da Coroa Portuguesa durante a Revolução

Compêndio sofreu muitas críticas, entre elas a de ter plagiado autores como Alphonse Beauchamp e Robert Southey; críticas que, segundo Circe Bittencourt, partiram especialmente do cônego Januário da Cunha Barbosa e de Varnhagen¹⁹⁷.

Justamente por isso, muito se apregoava a necessidade de produção de manuais didáticos, uma vez que aqueles que existiam ou bem apresentavam somente uma cronologia dos fatos históricos, ou eram simples resumos de obras estrangeiras.

Visando resolver essa questão, Macedo publicou *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II* em dois volumes, respectivamente em 1861 e 1863; e, em 1865, suas *Lições de História do Brasil para uso dos alunos das escolas de Instrução Primária*, ambos adotados pelo colégio. Tais obras permaneceram como manuais oficiais durante todo século XIX, sendo premiados, reeditados inúmeras vezes e também traduzidos para o alemão e para o francês¹⁹⁸. As obras de Macedo só seriam substituídas no começo do século XX, quando da publicação de *História do Brasil* de João Ribeiro¹⁹⁹.

Pernambucana, em 1817. Depois disso abandonou o Brasil e embarcou para os EUA, em 1818. Seguiu então para a Venezuela, alistou-se no exército de Simón Bolívar que o consagrou general, pela sua participação nas campanhas libertadoras da Venezuela e Colômbia. Ele viveu na Colômbia até a morte de Bolívar, em 1830, realizando, desse modo, toda a campanha da independência colombiana. Depois de ter realizado feitos de grande coragem e heroísmo da Venezuela ao Peru, regressou ao Brasil com condecorações e títulos como “Libertador de Nova Granada” e “Membro da Ordem dos Libertadores da Venezuela”. Fixou-se no Rio de Janeiro e foi reintegrado através da legislação nos direitos de cidadania brasileira e no posto de general. Em seguida transferiu-se para o Recife. Por ter defendido a instituição do casamento civil foi considerado inimigo da Igreja Católica. Quando morreu, em 1869, a instituição religiosa proibiu que seu corpo fosse sepultado no cemitério público da cidade. Abreu e Lima foi então enterrado no cemitério anglicano. José Honório Rodrigues. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1965.

¹⁹⁷ Circe Maria Fernandes Bittencourt. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutorado/Departamento de História - FFLCH, São Paulo: USP, 1993, p.199.

¹⁹⁸ Segundo Bernardo Ricupero, “*Lições de História do Brasil* [foi] logo adotado no Colégio Dom Pedro II, o livro, inspirado na História Geral do Brasil, passou a ser, por todo o país, a base do ensino secundário de história do Brasil, suas idéias básicas ainda persistindo nos manuais de nossos dias”. Bernardo Ricupero. *op.cit.*, pp. 150-1.

¹⁹⁹ A primeira edição desse manual é de 1900, ou seja, em um momento de mudança de regime, sendo necessário então que uma nova história brasileira fosse pensada e trabalhada, demanda à qual o manual procurava responder. Ciro Flavio de Castro Bandeira de Melo. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1997, pp.1-2 e Selma Rinaldi Mattos. *O Brasil em Lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000, p.119.

2.2 - O manuais de Macedo

Os manuais de Joaquim Manuel de Macedo se destinavam aos alunos do primário e do secundário, ou nas palavras do autor a “meninos” e “estudantes”. Estruturalmente, contudo, eram parecidos, apresentando uma seleção de temas semelhante, a mesma ordenação dos capítulos (muitos deles com nomes idênticos) e o uso de quadros sinóticos e de perguntas a serem respondidas ao fim de cada lição²⁰⁰.

A diferença básica entre eles era que aquele destinado ao secundário tinha lições mais longas e com uma linguagem mais elaborada, pois, como explicou, o autor eram destinados a alunos “mais habilitados”²⁰¹. Exatamente por isso, o manual primário tinha uma seção intitulada “explicações”²⁰², que se destinava, de acordo com Macedo, a esclarecer aos “meninos” o significado de algumas palavras que julgava importante, já que esses alunos só poderiam ter uma compreensão da lição que estavam estudando se conseguissem entender “o que significam as palavras que repetiu de cor”²⁰³.

Seguindo em grande parte as diretrizes estipuladas pelo IHGB, e por Martius, Macedo procurou em seus manuais contar a história do Brasil de forma que fosse possível identificar como se deu a formação do povo e da nacionalidade, destacando o importante papel do Estado na formação da nação. Assim, buscou descrever a trajetória do país de maneira que seu ponto de chegada já estivesse determinado, ou seja, que toda a história se encaminhasse desde o início para a consolidação do Império do Brasil²⁰⁴. É

---

²⁰⁰ Esses quadros sinóticos sintetizavam o que não deveria ser esquecido, destacando personagens, acontecimentos e datas; as perguntas, por sua vez, buscavam destacar os principais elementos do texto, ajudando a fixar o que havia de mais importante em cada lição.

²⁰¹ O manual do secundário era composto por 34 lições e o do primário por 39, essa diferença se explica porque as três últimas lições do primário eram na verdade quadros cronológicos sobre o período de 1823 a 1852. Além disso, alguns dos temas que no manual do secundário ocupavam apenas uma lição, no do primário foram divididos em duas. As lições destinadas ao primário tinham textos mais curtos e simples, ao passo que no manual do secundário os textos eram mais extensos, por isso o manual destinado ao secundário era maior do que o do primário; Macedo explicou essa diferença dizendo “com tudo este segundo compêndio mais extenso, mais detalhado, e, quer nos parecer, mais filosófico do que o primeiro; e assim desde o principio tínhamos calculado que fosse, pois que devíamos escrever para estudantes mais habilitados”. Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*. RJ: Tipografia Domingos Jose Gomes Brandão, 1863, 2º vol, prefácio e Selma Rinaldi Mattos, *op. cit.*, pp.90-98.

²⁰² Essas explicações trazem o significado de termos importantes para o autor, como as palavras nação, civilização, selvagem, gentio; além de explicar algumas expressões ligadas ao conhecimento geográfico do país, conhecimento esse que assim como a história também estava no centro das preocupações da época.

²⁰³ Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primaria*. RJ: Tipografia Domingos Jose Gomes Brandão, 1865, prefácio.

²⁰⁴ Selma Rinaldi de Mattos, *op. cit.*, pp.73-74.

evidente que ao optar por este caminho, o escritor fez escolhas, privilegiando alguns temas, períodos e personagens, e silenciando sobre outros.

Macedo deu especial destaque ao tema dos indígenas, ou “gentios” – termo usado por ele para se referir aos índios²⁰⁵ –, que, como já apontamos, era objeto de grande discussão no período²⁰⁶, destacando-se a questão de se eles deveriam ou não integrar a categoria de brasileiro.

Em seu manual destinado ao secundário os índios aparecem na “Lição V – O Brasil em Geral: Povos que o habitavam na época do seu descobrimento”; texto que se inicia com uma breve descrição sobre o Brasil que os colonizadores encontraram, destacando-se as “maravilhas” que existiam, como a diversificada vegetação, a riqueza do solo, da “zoologia” e dos rios. Para o autor, toda essa “grandiosidade” se contrapunha aos primeiros habitantes da região, os gentios, que eram “o que se apresentou de menos digno de admiração, mais pequeno, mais mesquinho”²⁰⁷. Ao proceder dessa forma, Macedo parece querer colocar em relevo dois pontos importantes para a continuação da sua narrativa. Primeiramente, buscava demonstrar que as potencialidades encontradas quando da descoberta do “país” já apontavam para o fato de que ele estava destinado a um futuro grandioso; e, em segundo, buscava evidenciar que, uma vez que os habitantes que aqui estavam eram desprovidos de civilização, foi apenas com a chegada de homens civilizados – os portugueses – que se tornou possível a realização desse futuro grandioso. Essas questões eram extremamente relevantes porque serviam para que, nas lições seguintes, o autor pudesse justificar a “dominação dos portugueses sobre os índios”²⁰⁸.

Na continuação do texto, Macedo fez uma descrição dos índios, abordando diferentes aspectos, suas características físicas, vícios, virtudes, trabalho, sua

---

²⁰⁵ Macedo atribuía um caráter negativo a essa palavra, nas “explicações” ele afirmou que “*Gentio* quer dizer a gente bárbara que não tem fé, nem conhece a lei de Deus”. Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*. op. cit., p.47.

²⁰⁶ Essa discussão se dava tanto no campo das letras como no político. No campo político, como explicou Manuela Carneiro, se até 1822 as questões e discussões que envolviam os índios giravam em torno do uso da mão-de-obra indígena, após a independência essa discussão ganhou um novo contorno, se tornando então uma discussão sobre a terra. Essa nova questão influenciou as políticas adotadas pelo império brasileiro e os discursos que foram feitos sobre os índios. Já no campo das letras ou das idéias passou a se discutir questões como a animalidade ou humanidade dos índios e sua da perfectibilidade, além é claro da questão da integração ou não desse na categoria de brasileiros. Manuela Carneiro da Cunha. *Legislação Indigenista no século XIX: uma compilação 1080-1889*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

²⁰⁷ Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*. RJ: Tipografia Domingos Jose Gomes Brandão, 1861, 1º vol, p. 58.

²⁰⁸ *Ibidem*, p. 59.

organização, relações sociais, governo e religião. Ao longo da descrição, o autor deixou claro que os índios não poderiam ser vistos de uma forma “romanceada”, como haviam feito certos autores; mas também não deveriam ser confundidos com animais, que seguiam apenas seus instintos, como julgavam outros. Dessa maneira, Macedo acabou por se afastar das duas interpretações oitocentistas mais comuns acerca dos indígenas; uma que negava aos índios qualquer característica humana; e a outra que descrevia o índio de forma a apresentá-lo como um símbolo da nacionalidade.

Para Macedo, os índios tinham características humanas, eram capazes de boas e até nobres ações, mas eram selvagens²⁰⁹ e, por isso, precisavam ser civilizados; nesse sentido, eram tão somente os primeiros habitantes do Brasil. Ao fazer tal afirmação, o autor também se afastou da interpretação de seu “predecessor”, José Inácio de Abreu e Lima, que em seu *Compêndio da História do Brasil*, descreveu os índios como “brasileiros”²¹⁰. Abreu e Lima foi um dos poucos, senão o único, a afirmar em uma obra de história, naquele período, que os índios eram brasileiros. Nem os autores anteriores a ele, como os estrangeiros Southey e Denis, nem os posteriores, como Varnhagen e Macedo, fizeram tal afirmação. A identificação, ou a transformação do índio em “representante da nacionalidade brasileira”²¹¹ era algo que também estava em construção. Como explicou Puntoni,

Movimento de valorização e *invenção* do indígena, enquanto elemento original, símbolo da independência e particularidade do país, o indianismo brasileiro, na verdade, vinha de longe, ficando raízes na idealização do índio própria dos tempos do mito do homem natural, e na poesia clássica portuguesa. Quando o problema nacional ainda não se colocava, no século XVIII, os poemas pioneiros de Basílio da Gama (*O Uruguary*, de 1769) e de Santa Rita Durão (*O Caramuru*, de 1781), já haviam trazido o índio para o plano da epopéia, como expressão das cores locais e em razão dos interesses imediatos que patrocinavam as obras²¹².

Porém, o indianismo romântico que ligava o índio à questão do projeto nacional começou por volta de 1846, com Gonçalves Dias. Ainda segundo Puntoni,

o indianismo romântico tendia a particularizar os grandes temas da literatura ocidental, querendo como que aclimatá-los à realidade local, segundo intenções

---

²⁰⁹ Em suas “Explicações”, Macedo definiu selvagem como “os povos que ignoram a arte de escrever, que não tem polícia, que não tem religião, ou professam religião absurda, e que vivem em plena liberdade da natureza”. Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária*, op. cit., p.59.

²¹⁰ José Inácio de Abreu e Lima *Compêndio da História do Brasil*, op. cit., pp. 29 e 32.

²¹¹ Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, op. cit., p.21.

²¹² Pedro Puntoni. “A Confederação dos Tamoyos de Gonçalves de Magalhães: A poética da história e a historiografia do império”, in: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 45:119-130, julho de 1996, p. 120.

claras de produzir um discurso implicado no projeto nacional. O índio, uma vez fisicamente desaparecido (na errônea visão corrente do século), devia se prestar ao papel de elemento referencial na reconstrução historicista da literatura romântica, e de símbolo privilegiado da especificidade da pátria²¹³.

Esse indianismo romântico trabalhava com um índio idealizado e que, portanto, não existia mais; nesse sentido, os indianistas, principalmente aqueles ligados à literatura, não só deslocavam para o passado a busca por esse índio que deveria representar a “independência e particularidade do país”²¹⁴, mas paralelamente faziam deles uma descrição que “mais o aproximavam dos ideais nobilitantes de nossa elite do que da crua descrição, etnográfica dos povos indígenas (diversos, heterogêneos) que, concretamente, ainda habitavam no espaço (considerado) como nacional”²¹⁵. Decorre daí, como apontou Ricupero, que o debate indianista, ocorrido principalmente entre o final da década de 1850 e início da década de 1860, também era um debate entre história e literatura, pois os historiadores afirmavam que os literatos tinham maior liberdade e podiam “valorizar a imaginação”, enquanto eles deveriam se ater aos “fatos reais do passado”²¹⁶.

Como apontou Salgado Guimarães, a história no século XIX passou por transformações, dando-se ao discurso historiográfico “foros de cientificidade”²¹⁷ onde “as fontes primárias desempenharam para o trabalho do historiador um papel central”²¹⁸. O próprio Macedo, ao iniciar sua narrativa sobre os índios, chamou atenção para essa necessidade de olhar para os documentos, e mais de criticá-los, evitando assim erros e exageros que pudessem levar a uma interpretação equivocada sobre os índios e seu papel na história do Brasil. Assim, afirmou

O gentio do Brasil, como o encontrarão os portugueses, apenas pode ser julgado e representado na história por deduções nem sempre muito seguras tiradas da comparação e crítica de informações de escritores e cronistas que são muitos, mas que se contradizem nos pontos mais importantes [...] A verdade não pode estar em nenhum destes extremos, e para acertar ou pelo menos escapar mais vezes ao erro, o estudo e a crítica dos escritos antigos dão em resultado uma apreciação, que se afaste de ambos esses extremos²¹⁹.

---

²¹³ *Ibidem*, p.120

²¹⁴ Pedro Puntoni. “O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”, *op. cit.*, p.637.

²¹⁵ *Ibidem*, p.637.

²¹⁶ Bernardo Ricupero, *op. cit.*, p.141.

²¹⁷ Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”, *op. cit.*, p.5.

²¹⁸ *Ibidem*, p.18.

²¹⁹ Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*, *op. cit.*, 1º vol., p. 58.

Ao mesmo tempo em que falava da necessidade de se olhar criticamente para as fontes, ao afirmar que era preciso se afastar de “ambos os extremos”, Macedo parece se referir às duas principais interpretações existentes no período sobre os índios, aquela que o colocava como símbolo da nação e a outra que negava aos índios qualquer traço de humanidade.

Talvez isso explique porque é difícil encontrar no texto de Macedo uma posição clara acerca da questão, pois se, por um lado, ele estava em acordo com os preceitos da moderna história, o que implicava analisar os “fatos reais” e, portanto, olhar com cautela o indianismo; por outro, ele sabia que se declarar abertamente contra os indianistas poderia comprometer a recepção de seu manual, tal como aconteceu com Varnhagen e sua *História Geral do Brasil*. Além disso, na narrativa que fez sobre os índios fica claro que ele não acreditava que eles fossem desprovidos de qualquer traço de humanidade, e talvez, justamente por isso, ele tenha preferido adotar uma terceira opção, que o afastasse dos dois extremos das polêmicas envolvendo a questão indígena.

Nota-se, assim, que apesar de ter grande destaque, muito devido à simpatia que d. Pedro tinha pelos indianistas, nem todos os contemporâneos eram a favor do discurso produzido por eles. Como apontou Puntoni, as críticas feitas ao indianismo tinham dois pontos principais, o primeiro era “a rejeição ao discurso historiográfico romântico, compreendido como metodologicamente limitado”²²⁰ e a segunda era a “denúncia de uma operação que mistificava o indígena, e, por isso recusava lidar com a realidade da presença indígena no território que se tinha por nacional”²²¹. Sendo que o fato dos índios, idealizados pelos indianistas, não condizerem com a realidade, era o argumento mais utilizado, por aqueles que se opunham ao indianismo, para explicar a sua posição.

Varnhagen se utilizou desse argumento para explicar a sua mudança de posição, pois inicialmente ele defendia o estudo e ensino da cultura indígena, mas mudou de idéia quando percebeu que esses índios (do indianismo) não condiziam em nada com a realidade dos índios que existiam no país²²². A partir de então ele passou a fazer

---

²²⁰ Pedro Puntoni. “O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”, *op. cit.*, p.638.

²²¹ *Ibidem*, p.638.

²²² Segundo Pedro Puntoni em sua juventude Varnhagen defendeu, ainda que de maneira atenuada, a necessidade do estudo e ensino da cultura indígena como uma forma de expressão da nacionalidade, dessa maneira ele se alinhava ao programa indianista. Porém após uma viagem a sua província natal, em 1840, ele se viu diante da ameaça de ataque de índios bravos; após esse episódio que o colocou em contato com índios reais, ele teria percebido que os indianistas não travam de um índio real, passou então a se dedicar a estudos sobre índios para poder criticar a posição dos indianistas. Pedro Puntoni. “O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”, *op. cit.*, pp.641-646; ver também: Bernardo Ricupero, *op. cit.*, p.144.

denúncias ao que ele chamava de “ilusões indianistas”²²³, e sua visão sobre os índios passou a ser completamente negativa. Em sua *História Geral* ele os descreveu como vingativos, nômades e antropófagos²²⁴. É preciso lembrar que na primeira edição de sua obra, em 1857, havia um texto intitulado “*discursos preliminares*”²²⁵, retirado nas edições posteriores. Nesses *discursos*, Varnhagem apresentava uma visão francamente negativa dos índios²²⁶, afirmando que eles não eram os “verdadeiros Brasileiros puritanos”²²⁷, como alguns insistiam em afirmar, nem eram os legítimos donos da terra porque “em vez da habitar, percorriam nômades”²²⁸. Para ele os índios não podiam sequer ser considerados Bárbaros, pois eram tão simplesmente selvagens²²⁹. Assim defendia uso da força como um instrumento necessário para sua civilização²³⁰. Em resumo declarou:

os índios não eram donos do Brasil, nem lhe é aplicável como selvagens o nome de Brasileiros: não podiam civilizar-se sem a presença da força, da qual não se abusou tanto como se assoalha; e finalmente de modo algum podem eles ser tomados para nossos guias no presente e no passado em sentimentos de patriotismo ou em representação da nacionalidade²³¹.

Dessa maneira Varnhagen procurou defender que a história nacional deveria estar ligada aos europeus e não aos índios como queriam alguns.

---

²²³ Pedro Puntoni. “O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”, *op. cit.*, p.643.

²²⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H. Laemmert, 1854, vol. 1, 1ª edição, pp. 97-137.

²²⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen. “Discurso Preliminar. Os índios ante a Nacionalidade Brasileira”, *in: História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Em Caza de E. e H. Laemmert, 1857, vol. 2, 1ª edição, pp. XV-XXVIII.

²²⁶ Para Pedro Puntoni, o “texto que Varnhagen incluiu no segundo volume de sua História é, sem dúvida, o ataque mais substancial e elaborado contra a poética indianista e, por consequência, contra a política romântica para com os povos indígenas ainda presentes no território tido por nacional”. Pedro Puntoni. “O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”, *op. cit.*, pp. 656-657.

²²⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen. “Discurso Preliminar. Os índios ante a Nacionalidade Brasileira”, *op. cit.*, p. XV.

²²⁸ *Ibidem*, p. XVI.

²²⁹ Devido às muitas críticas que recebeu, Varnhagen acabou retirando o “discurso preliminar” quando publicou a segunda edição de sua *História Geral*, em 1877. Pedro Puntoni. “O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”, *op. cit.*, p. 669.

²³⁰ Para rebater o texto de Varnhagen, Domingos José Gonçalves de Magalhães publicou em 1860, na revista do IHGB, o texto “*Os indígenas do Brasil perante a História*”. Segundo Magalhães, seu texto pretendia “reabilitar o elemento indígena que faz parte da população do Brasil, e ao qual devemos o incremento da nossa civilização”; de uma maneira geral ele defendeu que os índios contribuíram para a construção da unidade do império, visto que permitiram a manutenção do território e o desenvolvimento de uma só língua. Assim, era para ele evidente que os indígenas integravam a nação brasileira, mas, apesar disso, reconhecia que os índios seus contemporâneos não eram iguais aos da época dos primeiros colonizadores, o que, todavia, não diminuía o papel importante que tiveram na construção do país. Domingos José Gonçalves de Magalhães. “Os indígenas do Brasil perante a História. Memória oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil”. *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, tomo XXIII, 1860, pp.3-66.

²³¹ Francisco Adolfo de Varnhagen. “Discurso Preliminar. Os índios ante a Nacionalidade Brasileira”, *op. cit.*, p. XVIII.

A despeito, contudo, das diferenças de posição, ou de clareza de exposição de opiniões, entre Varnhagem e Macedo, é possível apontar ao menos uma semelhança entre suas obras, especificamente quanto à organização dos assuntos. Ambos dedicam um longo capítulo para descrever diferentes aspectos da vida dos índios, que vão de questões mais gerais, como suas características físicas, vícios, virtudes e costumes, até pontos mais específicos, como a questão da guerra e da antropofagia. Porém, o que chama de fato mais atenção é a diferença existente entre os dois autores, enquanto Varnhagen faz uma caracterização negativa dos índios, se declarando de maneira clara contra o indianismo, Macedo preferiu outra alternativa, a adoção de um discurso sobre o índio que se não estava em acordo com a proposta dos indianistas, também não a negava completamente. Para Selma Rinaldi de Mattos, a descrição que Macedo fez dos índios se não foi suficiente para “negar aos primeiros habitantes o atributo de humanidade, assemelhando-os animais, bastam, no entanto para identificá-los como gente bárbara ou selvagem e reservar-lhes um lugar diferente”²³².

Ainda no que se refere a questão indígena, Macedo, em seu manual, buscou reforçar a idéia de que os índios não tinham lei, nem fé nem Rei, ausências que eram explicadas pela falta em sua língua das letras L, F e R. Para Macedo, essas ausências eram significativas, e ajudavam a justificar a sua interpretação de que os índios não eram civilizados antes da chegada dos portugueses. Macedo, contudo, ao se utilizar deste argumento, voltava a uma idéia que vinha há anos sendo reapresentada.

O primeiro a propor essa idéia foi o cronista Pero de Magalhães Gandavo, quando em 1570, explicou que “a língua deste gentio todo pela costa é uma; carece de três letras: não se acha nela nem F, nem L, nem R, coisa digna de espanto porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente”²³³. Depois dele essa idéia foi retomada diversas vezes por muitos autores brasileiros quando se referiam aos índios.

Interessante destacar que quando faz referência a essa questão em seu manual, Macedo parece estar rebatendo as afirmações feitas pelos escritores estrangeiros, Southey e Denis. Em suas obras esses escritores questionaram essa afirmação de que os índios não tinham em sua língua as consoantes f, l e r porque não tinham fé, lei, nem rei, era inexata. Alegavam ainda que tal formulação teria sido usada pelos portugueses

---

²³² Selma Rinaldi de Mattos, *op. cit.*, p.104.

²³³ Pero de Magalhães Gandavo. *Tratado da terra do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1964, p. 87.

porque servia a seus propósitos de colonização; mas, para Southey e Denis, uma análise da vida dos índios demonstrava que esse pensamento não tinha fundamento²³⁴.

Macedo, ao contrário, reiterava essa opinião e a utilizava para reforçar a imagem de atraso na qual os índios viviam. Não apenas Macedo, mas outros autores como Varnhagen também reiteraram tal opinião reforçando que essa ausência era um indicativo da falta de civilização dos índios. Se, nesse ponto, as narrativas pareciam se assemelhar, o futuro visconde de Porto Seguro ia mais longe, dizendo que não eram apenas as consoantes que lhes faltavam, pois os índios também não sabiam contar para além do número cinco; ausências que, para ele, eram indicativos “do estado de atraso intelectual”²³⁵ em que os índios viviam.

Além disso, assim como Martius²³⁶, para Macedo os índios eram provenientes de um único “tronco”; eles formavam “uma só nação, não formavam, porém, um só corpo”²³⁷. Isso significava que, apesar de formar uma nação, os índios não tinham um governo organizado, nem laços sociais que os ligassem, além dos laços de família. Isso porque, como o próprio Macedo explicou, para ele nação era

um grande número de famílias que habitam o mesmo solo, vivem debaixo das mesmas leis, e falam ordinariamente a mesma língua. Também se diz - nação – para significar um povo de uma mesma origem e falando a mesma língua, e como designando-se uma casta ou uma raça²³⁸.

Já laços sociais significavam “aqueles que se ligam uns aos outros os homens que vivem na sociedade, obedecendo as mesmas leis”²³⁹; dessa forma ser uma nação não significava necessariamente ter uma organização, ter laços de união, quesitos fundamentais, na visão de Macedo, para o desenvolvimento da civilização.

---

²³⁴ Southey afirmou “Não tem *f*, *l* nem *r*. Esta deficiência da língua tupi forneceu aos autores portugueses um conceito favorito, repetido por uns após os outros, que os selvagens não tinham nenhuma destreza lettras, porque também não tinham *fé*, *lei*, nem *rei*”; Denis também compartilha dessa idéia e em sua obra escreveu “Era costume, no século XVI, decidir-se aprioristicamente que os povos selvagens nenhuma idéia tinham da divindade. Alguns escritores, aliando a mais falsa idéia as mais bizarras concepções, iam repetindo que a língua dos brasileiros era desprovida de certas letras, tais como o F, o L e o R, porque eles eram sem fé, sem lei e sem rei. Todavia, quando se examina a mitologia dos povos da raça tímica, ficamos espantados com o desenvolvimento metafísico, que parece caracterizá-la”. Robert Southey, *op. cit.*, p. 175. e Ferdinand Denis, *op. cit.*, p.34.

²³⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*, *op. cit.*, vol.1, p.110.

²³⁶ Em seu texto, “como se deve escrever a história do Brasil”, Martius afirmou “não podemos duvidar que tais as tribos que nela [língua tupi] sabem fazer-se inteligíveis pertencem a um único e grande povo, que sem duvida possui a sua História própria”. Carl F. P. Von Martius, *op. cit.*, p. 401.

²³⁷ Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*. *op. cit.*, 1º vol., pp.79-80.

²³⁸ Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primaria*, *op. cit.*, p. 59.

²³⁹ *Ibidem*, p.58.

É provável que ao fazer uma descrição dos índios marcada pelos elementos que lhes faltavam, Macedo tomasse como referencial de contraposição a vida daqueles a quem os manuais eram destinados, seus alunos; ou seja, em oposição à falta de organização encontrada entre os indígenas, estava a “boa sociedade imperial” com sua organização, seus costumes, hábitos e valores²⁴⁰. Procedendo dessa maneira, o autor justificava o descobrimento, a conquista e a colonização como fatores necessários para a civilização do gentio; ao mesmo tempo em que destacava a importância da existência de um governo, um “Rei”, e de leis que deveriam ser seguidas por todos, elementos que garantiam os laços entre todos os brasileiros, para além da família e, quem sabe, de interesses regionais²⁴¹.

Se os índios mereceram uma análise longa e detalhada nos manuais de Macedo, o mesmo não aconteceu com os negros, sendo raríssimas as referências a seu respeito. A primeira alusão aos negros aparece na Lição XIII, que, entre outros assuntos, tratava da “Destruição dos Palmares”. Vale destacar que o autor começa falando da destruição do quilombo, tema essencial de grande parte da lição. Em nenhum momento ele fez uma descrição das “características físicas”, ou dos costumes dos quilombolas ou dos africanos em geral, como fez no caso dos índios.

Conforme a narrativa de Macedo, esse quilombo surgiu durante as guerras holandesas, aproveitando-se da desorganização causada por elas alguns escravos fugiram e foram para a Serra da Barriga, onde formaram o quilombo; com o tempo, outros escravos se juntaram a esses “procurando assim livrar-se da opressão do cativeiro”²⁴². Porém, não só, criminosos e desertores também se reuniram aos quilombolas, que, chegando “ao número de alguns mil”, ali formaram um agrupamento cujo “chefe” era conhecido como Zumbi. Eles causaram alguns transtornos, pois atacaram os fazendeiros da região, o que forçou o governo a agir, determinando então a destruição do quilombo, o que de fato só ocorreu após inúmeras tentativas, em 1697.

Ao falar do quilombo, Macedo buscou questionar relatos nos quais se afirmava que os Palmares conseguiram se organizar em um governo forte com grande articulação, e que por isso representavam uma ampla ameaça, principalmente para as regiões à sua volta. Para o autor, essa era uma visão “romanceada” dos acontecimentos,

---

²⁴⁰ Selma Rinaldi de Mattos, *op. cit.*, pp.104-105.

²⁴¹ *Ibidem*, pp. 105-106.

²⁴² Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II. op. cit.*, 2º vol., p.163.

que servia apenas para causar curiosidade e até certa “admiração” em relação ao episódio²⁴³.

Dessa forma Macedo parece rejeitar principalmente as narrativas feitas por Southey e Denis. Para eles o quilombo foi uma fonte de grande perigo para a sociedade do período, pois, após se organizarem, passaram a atacar as regiões vizinhas, causando inúmeras destruições. Tal situação teria gerado um temor na população que não tinha meios para combatê-los, o que alimentava a idéia de uma “periculosidade” representada pelos negros²⁴⁴; ressaltada pelo fato de que teriam sido capazes de se unir de forma tão elaborada a ponto de enfrentarem os brancos.

Southey aproveitou o episódio para condenar a escravidão, pois, segundo ele, foi tentando fugir desse “nefando sistema de escravidão” que os negros conseguiram criar o quilombo; o que demonstrava que tal sistema era fonte de grandes males²⁴⁵. Denis também usou esse acontecimento para condenar a escravidão, sua narrativa, que se aproxima à de Southey, também reforçava a imagem de que esses negros haviam representado um perigo real²⁴⁶. O texto de Abreu e Lima, apesar de ser ele brasileiro, também lembrava as interpretações dos autores estrangeiros. Para ele a questão do quilombo era importante, pois os Palmares, além de se constituírem “em Estado independente e soberano”, eram extremamente violentos, o que acentuava o perigo representado por eles²⁴⁷. Macedo por sua vez se aproxima da narrativa feita por Varnhagen em sua *História Geral*²⁴⁸. Como esse autor, Macedo também buscou amenizar a ameaça que “palmarianos” representavam.

---

²⁴³ *Ibidem*, p. 164.

²⁴⁴ Para Southey o quilombo alcançou uma organização complexa, “Tinham os negros dos Palmares o seu chefe eletivo, que escolhido tanto pela sua índole justiceira como pelo seu valor, ocupava por toda a vida o cargo. Por conselheiros tinham quanto sendo dotados de experiência, gozavam de boa nomeada, e todos lealmente obedecidos (...) Tinham também seus oficiais e magistrados”. Robert Southey. *op. cit.*, pp. 20-1.

²⁴⁵ *Ibidem*, pp. 20-21.

²⁴⁶ Segundo Denis, o fato de praticarem raptos de mulheres na região, demonstrava como os negros eram perigosos “A vila dos palmares cresceu, ao que parece, sem obstáculos, mas homens recentemente libertados do cativeiro não tinham podido fazer participar da sua sorte numero suficiente de mulheres. Procuraram companheiras com, os romanos, e, posto que Rocha Pita afirme, com suas perpetuas reminiscências de antiguidade, que o rapto das sabinas não foi mais amplo nem mais completo, sabe-se que os palmares se apoderaram simplesmente, a mão armada, das mulheres de cor e mesmo brancas que se achavam nas roças dos arredores. Infelizmente não se contentaram com isto, e imitaram dos antigos senhores do mundo, pilhando seus vizinhos”. Ferdinand Denis, *op. cit.*, p. 263.

²⁴⁷ José Inácio de Abreu e Lima, *op. cit.*, pp.90-91 e pp.145-147.

²⁴⁸ Varnhagen reconhecia que o quilombo atingiu alguma organização, mas também afirma que muitos escritores acabaram por exagerar quando se referiram a eles. “Que os mocambos e quilombos dos Palmares vieram seriamente a constituir um ou mais estados no Estado não é possível pôr em duvida; entretanto, temos que exageram os que, amigos do maravilhoso, os apresentam como organizados em república constituída com leis especiais, e subordinados a um chefe que denominavam *Zombi*, expressão

Sabemos que os quilombos não se restringiram a Palmares, sendo que no próprio século XIX havia em vários lugares organizações desse tipo, mesmo no Rio de Janeiro - capital do Império -, e que constituíam motivo de grandes preocupações para as autoridades. Tanto era assim que, segundo Flávio dos Santos Gomes, “ainda na segunda metade do século, mais propriamente no ano de 1859, as autoridades da província [fluminense] discutiam medidas para a destruição daqueles quilombos”²⁴⁹. É possível então que a interpretação de Macedo visasse a minorar o impacto dos discursos acerca do perigo dos quilombos e, mais ainda, das insurreições escravas em geral²⁵⁰; além do grande temor dos fazendeiros de que quilombolas se tornassem “aliados providenciais nas revoltas organizadas por cativos”²⁵¹.

Os negros aparecem então nos manuais de Macedo apenas no episódio dos Palmares e depois quando trata da participação do negro Henrique Dias na guerra contra os holandeses. Assim, ao mesmo tempo em que minorava a periculosidade do referido quilombo, também parecia querer transferir para o passado possíveis ameaças advindas da presença dos negros e, portanto, da própria escravidão. Por outro lado, ao se referir a Henrique Dias, Macedo parecia propor uma interpretação que demonstrava a existência de negros “civilizados”, pois, ao descrevê-lo, exaltava seus “bons sentimentos” e sua dedicação à “pátria”, fazendo dele um representante já civilizado dos negros. Agora, se Henrique Dias era o negro civilizado, seu congênere indígena era Antonio Felipe Camarão, ao lado dos quais guerreara o branco André Vidal de Negreiros, todos unidos e lutando em conjunto para a expulsão de um inimigo comum, o holandês. Como veremos posteriormente, esse episódio foi usado frequentemente por muitos autores brasileiros, inclusive Varnhagen, para demonstrar que naquele momento surgiu um

---

equivalente à com que na língua conguesa se designa a Deus”. Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil. op. cit.*, vol. 2, pp. 95-98.

²⁴⁹ Flávio dos Santos Gomes. *Quilombos no Rio de Janeiro do século XIX*. In: João José Reis &, Flávio dos Santos Gomes (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 271.

²⁵⁰ Esse medo das insurreições escravas estava relacionado também com as discussões sobre a abolição do tráfico, e depois disso com os debates acerca da necessidade de substituição da mão-de-obra escrava, assuntos que geraram acalorados debates durante quase todo o século XIX. Além disso, é preciso lembrar que em fins da década de 1820, houve um aumento estrondoso no número de escravos que desembarcaram no Brasil. Para Jaime Rodrigues, esse grande aumento fez crescer no Brasil um sentimento que estava adormecido, o medo da africanização. Tal incremento coincidiu com um aumento do número de insurreições escravas, sendo uma das mais importantes a ocorrida em 1835, conhecida como Revolta dos Malês lembrando os acontecimentos da antiga colônia de São Domingos. Ainda como destacou Jaime Rodrigues, esse “medo” passou a ser utilizado como um dos argumentos principais, para a defesa do fim do tráfico de escravos, já que um aumento da quantidade de escravos, naturalmente inimigos dos seus donos, colocava em risco a “segurança interna e o domínio branco”. Jaime Rodrigues, *op. cit.*, pp. 50-62.

²⁵¹ Flávio dos Santos Gomes. *Quilombos no Rio de Janeiro do século XIX, op. cit.*, p.277.

sentimento comum que uniu as diferentes raças que formavam o país. A intenção era, como explicou Selma Rinaldi de Mattos, mostrar que aparecia então uma “consciência nacional”, e que ajudava a explicar a unidade do país²⁵², ou, ao menos, a unidade que os homens do oitocentos queriam demonstrar que já existia desde tempos remotos.

Se na obra de Macedo os negros aparecerem pouquíssimas vezes, o mesmo não aconteceu na *História Geral* de Varnhagen. Ao contrário do silêncio que encontramos em Macedo, Varnhagen tratou tanto da questão dos negros como da escravidão. Para ele a escravidão deveria ser analisada levando em conta suas duas facetas: uma boa e outra ruim. A boa era que a escravidão proporcionava aos negros melhores condições do que ele tinham na África, isso porque

nessas nações a liberdade individual não estava assegurada; pelo que os mais fortes vendiam os fracos, os pais os filhos, e os vencedores, com muito maior razão, os inimigos vencidos. Assim, ainda passando tais gentes ao Brasil, com as condições da escravidão romana, isto é, de serem coisa venal ou bem móvel, melhoravam elas de sorte²⁵³.

Já o ponto negativo era que a escravidão foi prejudicial ao Brasil, pois os negros “pervertiam os costumes”²⁵⁴. Assim, Varnhagen advogava que a questão da mão-de-obra deveria ter sido resolvida por meio da utilização dos índios, que tornaria desnecessária a introdução de escravos africanos. E isso só não aconteceu porque os jesuítas interferiram “protegendo” os índios, e os colonos sem alternativa tiveram que recorrer a escravos negros.

No que tange à questão dos Palmares, assim como nos manuais de Macedo, o assunto é tratado de forma rápida e sem muito destaque. Varnhagen reconhece que os Palmares teriam alcançado uma grande extensão, porém nega que tivessem uma organização complexa como alguns autores haviam tentado demonstrar²⁵⁵.

Essas narrativas sobre os negros permitem levantar questões importantes, a primeira delas acerca da defesa da escravidão feita por Varnhagen. Como apontou Bernardo Ricupero, o futuro visconde fez uma defesa aberta da escravidão ao demonstrar que ela tinha um lado positivo “sobre as suas aparentes vítimas, tanto indígenas como africanas, ao retirá-las do estado de barbárie”²⁵⁶. Porém, posicionar-se

---

²⁵² Selma Rinaldi de Mattos, *op. cit.*, p.114.

²⁵³ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*, *op. cit.*, vol.1, pp. 183-184.

²⁵⁴ *Ibidem*, p.186.

²⁵⁵ Dentre os autores que defendiam que o quilombo dos Palmares havia alcançado uma complexa organização e por isso eram fonte de grande perigo podemos citar os estrangeiros Robert Southey e Ferdinand Denis e o brasileiro Jose Inácio de Abreu e Lima.

²⁵⁶ Bernardo Ricupero, *op. cit.*, pp. 147-148.

de tal maneira, em um momento em que essas questões estavam em discussão e provocavam acalorados debates, era algo complicado, sendo talvez um dos motivos das duras críticas feitas à obra de Varnhagen. Conforme Puntoni, o autor foi muito criticado principalmente pela “elite liberal, desconfortável em pactuar com ideologias escravistas”²⁵⁷, o que acabou por se refletir num “certo isolamento intelectual”²⁵⁸ do autor, o que ajuda a explicar a pouca receptividade de sua obra.

Outro ponto a ser observado é que essas descrições apontam para dois temas que foram usados para defender o fim do tráfico: a corrupção dos costumes e o medo de insurreições escravas. Como já apontamos naquele momento havia um medo da elite em relação às insurreições escravas, sobretudo africanas, medo que ganhou ainda mais destaque após a Revolta dos Malês, ocorrida em 1835²⁵⁹. Como apontou Jaime Rodrigues essa revolta teve grande impacto porque “trouxo o medo da haitianização para um campo mais próximo, espacial e temporalmente”, e dessa maneira tudo que remetia para uma possível organização por parte dos escravos remetia a esse assunto²⁶⁰.

Já a “corrupção dos costumes”, segundo Rodrigues, foi um tema que surgiu já na primeira metade do século XIX, mas que ganhou maior destaque nas décadas de 1830 e 1840²⁶¹. Tal discurso tinha, contudo, diferentes sentidos, pois, enquanto alguns autores acreditavam que era a “natureza bárbara” dos africanos a responsável por essa corrupção, outros diziam que a culpa era da escravidão²⁶².

Ainda que a questão da corrupção dos costumes tenha sido um dos argumentos, segundo Rodrigues, para justificar a abolição do tráfico, esse argumento retornou nos anos seguintes, quando das discussões acerca da emancipação, sendo que o próprio Macedo fez dele uso em sua obra as *Vítimas Algozes*, de 1869, da qual trataremos mais adiante. Em seus manuais, contudo, nem a questão dos costumes e tampouco o medo das insurreições escravas aparecia como um problema. É possível que tal ausência, nas obras destinadas ao primário e ao secundário, se justificasse em decorrência do projeto

---

²⁵⁷ Pedro Puntoni. “O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”, *op. cit.*, p.662.

²⁵⁸ Bernardo Ricupero, *op. cit.*, p.138.

²⁵⁹ A Revolta do Malês ocorreu entre os dias de 25 a 27 de janeiro de 1835, em Salvador, ganhou esse nome porque assim eram chamados os negros muçulmanos que a organizaram. Sobre essa revolta ver: João José Reis. *Rebelião Escrava no Brasil - A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²⁶⁰ Jaime Rodrigues, *op. cit.*, p.56.

²⁶¹ Segundo Jaime Rodrigues, “Os diferentes aspectos dessa suposta corrupção começavam a definir com maior precisão as diferenças entre brancos e negros no campo da cultura e do comportamento”. *Ibidem*, p.31.

²⁶² *Ibidem*, p.39.

de Macedo de escrita da história pátria e também em razão do próprio publico a que se destinava.

Para Selma Mattos, a elaboração de uma história do Brasil impunha um método, que se apresentava de três maneiras diferentes e complementares, em primeiro lugar era preciso “recolher analisar e arquivar uma documentação. Em segundo lugar, devia ser revelado o sentido geral da formação e evolução de um povo ou nação. E por fim devia-se traduzir este sentido geral de modo a fazer da história a pedagogia da formação do Povo”²⁶³.

Segundo a autora, Macedo reuniu em seus manuais os dois últimos pontos e dessa maneira ele “traduzia a unidade de duas práticas vividas de modos complementares: a de sócio do IHGB e de professor do I. C. Pedro II”²⁶⁴. A história de Macedo seguiu, portanto, em linhas gerais, as propostas feitas pelo IHGB para a realização da tarefa de se escrever uma história do Brasil. Assim, sua história tinha como preocupação explicar a formação do povo e da nação, e

Macedo procurava explicar para os alunos do Império do Brasil a formação do povo brasileiro; estava interessado em narrar para cada um dos seus jovens leitores a ‘biografia da Nação brasileira’, desde o seu ‘nascimento’ (o Descobrimento) até a ‘fase adulta’, na qual já era capaz de andar com seus próprios pés (a Independência do Brasil)²⁶⁵.

Sempre apresentando essa “evolução” como uma continuidade entre o passado colonial e o presente da nação independente²⁶⁶. Além disso, para escrever essa história era preciso fazer escolhas acerca de quais temas deveriam ser abordados e quais deveriam ser esquecidos, para que se pudesse chegar ao objetivo que o autor já tinha determinado que era demonstrar o “apogeu do Império do Brasil”²⁶⁷.

A questão da escravidão entrava, assim, nessa categoria dos temas que deveriam ser esquecidos ou, ao menos, colocados em segundo plano, pois tratava-se de questão polêmica, causa de muita discórdia e acalorados debates, e que portando não cabia nessa história que queria apresentar a gênese da nação enfatizando a sua unidade. Além disso, como explicou Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo, se o objetivo era tratar a formação da nação era preciso destacar aqueles agentes que tiveram participação nessa formação e para Macedo os negros não estavam incluídos nessa categoria. Ainda

---

²⁶³ Selma Rinaldi de Mattos, *op. cit.*, p.69.

²⁶⁴ *Ibidem*, p.70.

²⁶⁵ *Ibidem*, p.115.

²⁶⁶ *Ibidem*, p.74.

²⁶⁷ *Ibidem*, pp.73-74.

segundo Melo, ele não “tratou de qualquer abordagem do negro como copartícipe na construção da nação brasileira, tão importante para ele. Sua preocupação era definir os foros de civilização que a monarquia carregava e o negro não era passível de tal assimilação”²⁶⁸.

Se os negros deveriam ser esquecidos, dois outros assuntos mereciam grande destaque: a descrição dos heróis que fizeram parte dessa história e as lutas que ocorreram principalmente para a expulsão dos estrangeiros do “território brasileiro”, isso porque contribuía, na visão de Macedo, para explicar o surgimento da nação. Nesse sentido os heróis eram importantes porque forneciam os exemplos de virtudes, possuíam os “valores” que deveriam ser seguidos por todos; e as lutas porque permitiam identificar o surgimento de sentimentos de pertencimento. Para Macedo, ao se unirem contra um inimigo comum - os estrangeiros -, os habitantes da colônia puderam tomar medida de si e do território que ocupavam.

Aqueles homens que figuravam na categoria de heróis deveriam ser verdadeiros modelos a serem seguidos, eram exemplos de grandeza, coragem e patriotismo; sendo esta última a principal característica para que alguém pudesse ser visto como herói. Esse patriotismo parece ser entendido por Macedo como um “amor a terra”, ao território em que se habitava o que implicava que o herói estivesse disposto a fazer qualquer sacrifício, sendo capaz de “grandes abnegações”, para defender esse território.

Januário da Cunha Barbosa em seu discurso de abertura do IHGB, já chamava atenção para a importância de não deixar que essas figuras caíssem no esquecimento²⁶⁹. Essa questão era tão importante que, na revista do IHGB, havia uma parte destinada à descrição da vida desses personagens, com especial ênfase às qualidades; parte intitulada, “*A biografia dos brasileiros distintos por letras armas, virtudes e etc*”.

Macedo procurou seguir essa orientação, destacando como heróis aqueles que possuísem qualidades essenciais como coragem e patriotismo, cuja conduta fosse um modelo a ser seguido. Um exemplo de herói, para Macedo, era Matias de Albuquerque²⁷⁰, de quem “a história não pode esquecer”, pois seus atos são todos

---

²⁶⁸ Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo, *op. cit.*, p.270.

²⁶⁹ Januário da Cunha Barbosa. “Discurso”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 2ª edição, Rio de Janeiro, tomo I, 1856, pp. 16-17.

²⁷⁰ Matias de Albuquerque foi governador da capitania de Pernambuco (1624-1625), quando cedeu o posto a Diogo Luís de Oliveira. Chamado à corte após crescerem os rumores de que uma invasão holandesa ao nordeste brasileiro estaria sendo arquitetada, Matias de Albuquerque foi mandando de volta ao Brasil para organizar uma resistência. Inicialmente obteve sucesso, porém, com poucos recursos, não conseguiu resistir por muito tempo, tendo que recuar. Joaquim Manuel de Macedo. “Dúvidas sobre alguns

exemplos de “energia”, realizados “com abnegação, com a virtude, com paciência, com bravura”²⁷¹. Outros exemplos de heróis que podem ser encontrados no manual de Macedo são Jeronimo de Albuquerque Maranhão, André Vidal de Negreiros e José Bonifácio²⁷². Interessante observar que ao lado dessas figuras, como apontando anteriormente, Macedo colocou um índio, Antonio Filipe de Camarão, e um negro, Henrique Dias²⁷³, também como pertencentes à categoria de heróis.

Ao fazê-lo, Macedo parecia destacar que caso negros e índios fossem “civilizados” e capazes de atos extremos, eles poderiam entrar no panteão dos heróis do país, representando ainda a possibilidade da união das diferentes “raças” que formavam o país. Assim, essas personagens congregavam todos os “valores” que deveriam ser ensinados aos alunos, tratavam-se de “modelos” em que a “mocidade” deveria se espelhar, principalmente por sua coragem e patriotismo na defesa do território contra o estrangeiro invasor.

Essa questão dos heróis remetia a outro papel que era atribuído a história, e para o qual Januário da Cunha Barbosa também chamou atenção no seu discurso de abertura do IHGB, a idéia da história *magistra vitae*, segundo a qual a história deveria fornecer exemplos para nortear a conduta dos contemporâneos, sendo então “mestra daqueles que ‘tem ao seu cargo a direção dos negócios da pátria’”²⁷⁴. Nesse sentido, construir a galeria dos heróis era importante exatamente porque eles eram modelos a serem seguido uma vez que, como afirmou Nilo Odália, eles resumiam “em si as qualidades dos cidadãos e da Nação”²⁷⁵ que se queria difundir no período.

---

pontos da História Pátria”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXV, 1862, pp.6-14.

²⁷¹ Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*. op. cit., 2º vol., p. 84.

²⁷² Jeronimo de Albuquerque Maranhão foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos franceses do Rio Grande do Norte. André Vidal de Negreiros nasceu na cidade da Paraíba, e também teve grande destaque na guerra contra os holandeses no século XVII. José Bonifácio foi destacado por Macedo devido a sua ativa participação na questão da independência do Brasil. Joaquim Manuel de Macedo. *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876, vol. 1 pp.177-181 e 429-440; vol. 2 pp.465-468.

²⁷³ Henrique Dias era filho de africanos, nascido no Brasil, também teve grande destaque na luta contra os holandeses, com atos considerados de heroísmo, principalmente após mandar que amputasse a sua mão ferida por uma bala, para que ele assim pudesse voltar a batalha. Antonio Felipe de Camarão era um índio, que também participou da guerra contra os holandeses, comandando um grupo de índios dispostos a lutar contra o estrangeiro invasor, teve grande destaque durante as batalhas. Joaquim Manuel de Macedo. *Ano Biográfico Brasileiro*, op. cit., vol. 2 pp.535-538 e vol. 3 pp. 123-127.

²⁷⁴ Selma Rinaldi de Mattos, op. cit., p.66.

²⁷⁵ Nilo Odália. *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*, op. cit., p.57.

Vale destacar que quando escreveu seus manuais, a situação das fronteiras do país não estava totalmente resolvida; como afirmou Arno Wehling, “vários territórios fronteiriços mal delimitados constituíam motivo de preocupação do governo brasileiro nas décadas posteriores a 1850”²⁷⁶. Nesse sentido, dar destaque a figuras que teriam lutado para manter o território era importante porque contribuía para demonstrar para a “mocidade” como ela deveria agir diante de problemas semelhantes que ameaçassem a integridade do território brasileiro. Macedo parecia então passar a mensagem que era preciso defender a unidade como outros já haviam feito em tempos remotos.

As lutas, por sua vez, descreviam episódios em que os primeiros traços de uma identidade nacional poderiam ser identificados. Segundo Macedo, ao se unirem contra um inimigo comum aqueles homens teriam passado a se ver como “brasileiros”, o que fica especialmente claro quando fala da expulsão dos holandeses da América portuguesa. Esse assunto é extensamente abordado pelo autor, ocupando sete lições, o que reforça o relevo que o autor atribui ao tema. Relevo esse que pode ser confirmado se atentarmos para o fato de que foi sobre esse tema que Macedo publicou, na *Revista do IHGB*, um de seus poucos trabalhos de caráter propriamente histórico. Em 1862, saiu impresso seu texto *Dúvidas sobre alguns pontos da História Pátria*, em que buscou esclarecer algumas dúvidas que pairavam, em sua opinião, sobre determinados acontecimentos referentes à guerra contra os holandeses²⁷⁷. Macedo preocupava-se com o fato de que se ensinava nas aulas de história pátria uma versão dos acontecimentos que não condizia com a verdade, e isso era de extrema importância, segundo ele, porque “não convém induzir ao erro aqueles que de ordinário acreditam piamente no livro que lêem, e no professor a quem ouvem”²⁷⁸. Tanto o autor, como os sócios do IHGB em geral, como mencionado anteriormente, tinham especial preocupação com que erros

---

²⁷⁶ Arno Wehling, *op. cit.*, p.93

²⁷⁷ Nesse texto Macedo partiu de três questões principais: a primeira era sobre a acusação repetidamente feita a Matias de Albuquerque, de que ele não se preocupou em fortalecer a capitania de Pernambuco como lhe foi ordenado; a segunda questionava se João Fernandes Viera de fato teve papel importante na defesa do forte de São Jorge, como alguns escritores afirmam; e a última era quais os motivos que levaram a deserção de Domingo Fernandes Calabar. Ao buscar esclarecer essas dúvidas Macedo chamou atenção a falta de documentos para o estudo do período colonial; sendo que devido a essa ausência, os estudos sobre esse período se utilizavam apenas das narrativas feitas pelos cronistas. Ao mesmo Macedo destacava a necessidade de se fazer críticas ao se utilizar dos escritos desses cronistas, não apenas sobre a questão da guerra contra os holandeses, para o autor era preciso olhar esses relatos como muita atenção, pois eles nem sempre eram exatos. Por fim ele reforçou o papel dos heróis para a resolução da guerra e a preocupação com o ensino da história pátria. Joaquim Manuel de Macedo. “Dúvidas sobre alguns pontos da História Pátria”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXV, 1862, pp.2-41.

²⁷⁸ *Ibidem*, p.14.

contidos nas obras de história, principalmente naquelas escritas por estrangeiros, fossem perpetuados, influenciando a maneira como o Brasil era visto.

Mas, antes de Macedo, Varnhagen já havia abordado a guerra contra os holandeses, chamando a atenção, em sua narrativa longa e detalhada, para como esse episódio foi importante porque “estabeleceu, mais união e fraternidade, em toda a família já brasileira”²⁷⁹. Como apontou Odália, se nas narrativas das guerras de conquista já podia ser observado um primeiro momento “da constituição da nação e da nacionalidade”²⁸⁰, teria sido, segundo Varnhagen, nas guerras de reconquista, empreendida contra os estrangeiros – franceses e holandeses –, que esse sentimento “pátrio” de união se consolidou e fortificou²⁸¹. Nesse sentido, a guerra contra os holandeses merecia especial destaque, pois, para o futuro visconde, foi durante essa luta que esse sentimento “pátrio” apareceu de maneira mais clara. Ainda segundo Odália, Varnhagen procurou em sua narrativa destacar que terminada a luta não havia mais colonos e reinóis, mas apenas “brasileiros que se irmanaram num esforço comum”²⁸², reforçando assim a idéia do nascimento de uma “Nação que deve surgir, pelo esforço de todos, pela união e sentimento comuns”²⁸³.

Desta feita, a narrativa de Macedo sobre essa guerra se aproxima daquela feita antes por Varnhagen, sendo que o primeiro também parecia acreditar que acompanhar esse episódio era de extrema importância já que ali se podia identificar o surgimento de sentimentos de união e identificação capazes de fazer com que todos os “brasileiros” se reconhecessem como integrantes de uma mesma “pátria”.

Esse sentimento de união se reforçava ainda mais porque foi durante essa guerra que pela primeira vez elementos das três “raças” que estavam presentes no “território brasileiro” se aproximaram. Varnhagen, em sua narrativa, já havia destacado a relevância dessa união, pois se as diferentes “raças” eram “dessemelhantes no início da luta, elas se aproximaram pela luta comum e pelo fato de que as barreiras que antes existiam entre elas começam a desabar para que possa surgir o homem brasileiro”²⁸⁴.

Mais uma vez, a narrativa de Macedo se aproximou daquela feita por Varnhagen. Em seu texto destacam-se dois pontos sobre essa união das diferentes raças.

---

²⁷⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil*, op. cit., vol. 2.

²⁸⁰ Nilo Odalia (org.). *Varnhagen*, op. cit., p.20.

²⁸¹ *Ibidem*, p.20

²⁸² *Ibidem*, p.21.

²⁸³ Nilo Odalia. *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*, op. cit., p.57.

²⁸⁴ *Ibidem*, p.56.

Como apontou Ciro de Mello, esse foi o único momento em que negros e índios teriam servido como soldados, como “elementos” atuantes na história do Brasil; e, paralelamente, apesar de afirmar que durante a luta as qualidades positivas de índios e negros teriam se manifestado, isto ocorreu somente em razão da existência de figuras já “civilizadas”, portadoras de atitudes e “sentimentos nobres” que os aproximavam dos brancos²⁸⁵. Assim, não eram “gentios” (termo que, como colocado anteriormente, assumiu na obra de Macedo um sentido pejorativo), mas “índios”.

Apesar disso, o elemento branco continuou em relevo na narrativa de Macedo, como agente organizador da resistência aos holandeses, sendo seu principal representante, nessa luta, Matias de Albuquerque; ao lado de quem lutou o índio Antonio Filipe de Camarão que, por seus grandes feitos durante a guerra, recebeu do “rei Filipe IV a graça do título de Dom para ele e seus herdeiros, o foro de fidalgo, o hábito da ordem de Cristo, com uma pensão pecuniária, e a patente de capitão-mor dos índios”²⁸⁶. Os negros foram representados por Henrique Dias, possuidor, segundo o autor, de tão nobres sentimentos que foi capaz de cortar uma mão ferida para continuar a batalha. Para, além disso, Macedo fez questão de destacar que, se Henrique Dias não teve qualquer reconhecimento em Portugal, o mesmo não aconteceu no Brasil onde foi “nomeado mestre de campo de um regimento de negros da Bahia, regimento que nunca se extinguiu e que perpetuamente se chamaria de Henrique Dias”²⁸⁷. Ao que parece, ele destacou que os brasileiros reconheceram a atuação de Henrique Dias porque eles sabiam reconhecer seus heróis, sabiam dar o devido valor para aqueles homens que tanto se dedicaram a defender o país.

Macedo terminou sua narrativa afirmando que o triunfo dos brasileiros, significou o repúdio à forma de governo “republicana”²⁸⁸ e que, caso o desenlace tivesse sido outro, o Brasil

hoje não formaria, como forma, um império vastíssimo, e forte e unido pela homenagem de religião, da língua, da educação, dos costumes, das aspirações e tendências, da história, de todas as suas províncias, laços de

---

²⁸⁵ Ciro Flávio de Castro Bandeira de Mello, *op. cit.*, pp. 165-166.

²⁸⁶ Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*. RJ: Tipografia Domingos Jose Gomes Brandão, 1863, 2º vol, p. 168.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 167

²⁸⁸ Em suas “explicações”, Macedo definiu o termo republica como “o estado em que não há rei, e o povo ou seus representantes escolhem os cidadãos que devem governar”. Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primaria. op. cit.*, p.148.

admirável e providencial fraternidade, que podem ser invejados pelos mais orgulhosos impérios do mundo²⁸⁹.

Nesse ponto Macedo se aproximou da narrativa, sobre esse episódio, encontrado na revista do IHGB, no texto escrito pelo o cônego Fernandes Pinheiro, “*O Brasil Holandês. Estudo Histórico*”, e publicado em 1860. Nele, o autor destacou a importância da expulsão dos holandeses para a manutenção da unidade do Brasil, ponderando que, caso os holandeses tivessem conseguido se estabelecer de maneira definitiva no Brasil, eles teriam causado uma cisão no país. Mas, mediante a sua expulsão, permaneceu “inalteráveis as três unidades da grande epopéia nacional: temos uma só religião, falamos uma só língua, obedecemos a um só monarca”²⁹⁰.

Nota-se assim que a narrativa de Macedo se aproxima daquela encontrada na *Revista do IHGB* e também na obra de Varnhagen, em que se considerava a expulsão dos holandeses como essencial para a manutenção da “unidade do território”, questão fundamental para se explicar a formação do Brasil.

Visão divergente tinha Abreu e Lima que, em seu manual, ao tratar da guerra contra os holandeses, limitou-se a destacar o quanto a falta de auxílio por parte da Espanha dificultou a tarefa de expulsão dos holandeses do Brasil. Assim, Abreu e Lima, ao contrário dos outros, não se preocupou minimamente em identificar esse momento como o do surgimento de algo que poderia ser chamado de patriotismo, como fizeram os autores brasileiros posteriores a ele. Essa diferença marcante talvez se devesse ao fato, como sugerem alguns autores, de seu manual ser essencialmente uma cópia de autores como Beauchamp e Southey; estrangeiros que, ao tratarem do Brasil, não estavam preocupados com as questões nacionais, e mais ainda, haviam escrito suas obras quando sequer isso era uma questão, pois o livro de Beauchamp é de 1815 e o de Southey de 1810. Interessante observar que Southey, ao narrar o episódio da guerra contra os holandeses, faz uma descrição longa e detalhada da luta, porém chega à conclusão de que ela na verdade foi desonrosa para ambos os países envolvidos e que seu fim significou, na verdade, a consolidação de um patrimônio português.

Assim como no princípio da luta há muita coisa que desonra ambas as partes, também o desfecho para nenhuma delas é honroso: os holandeses foram expulsos do país com as armas na mão e os portugueses sujeitaram-se a pagar a

---

²⁸⁹ Joaquim Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*, op. cit., 2º vol, p. 145.

²⁹⁰ Cônego Dr. D. C. Fernandes Pinheiro. “O Brasil Holandês. Estudo Histórico”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo XXIII, 1860, p. 102.

vitória que haviam ganho (...) Por outro lado a reconquista de Pernambuco deixou Portugal na indisputada posse duma das mais extensas e favorecidas região do mundo, de um império o que em todas as imagináveis circunstâncias de desgoverno tem continuado a crescer em população e industria, que progride agora rapidamente, e que, sejam quais forem as revoluções porque esteja destinado a passar, ficara sempre sendo o patrimônio dum povo português, que fale a língua de Fernão Lopes, de Barros, de Camões e de Vieira”²⁹¹

Nota-se que, pelos motivos colocados, sua visão era completamente divergente das interpretações que os autores brasileiros fizeram sobre a guerra. O único dos escritores estrangeiros a escrever um texto que se aproximava das idéias posteriormente defendidas pelos escritores brasileiros foi Ferdinand Denis que, em sua obra, caracterizou a guerra contra os holandeses como um momento de união entre os “brasileiros”²⁹².

A descrição que Macedo fez sobre a guerra contra os holandeses buscou reforçar a imagem de que foi naquele momento que as primeiras noções de uma “consciência nacional” apareceu, ao fazê-lo, como explicou Selma Mattos, Macedo transformou o que seria uma memória “nativista, uma história regional”²⁹³ em memória nacional. Dessa forma ele colocava em prática a idéia de que a história deveria ser capaz de fazer com que todos os elementos da “sociedade brasileira” se identificassem como pertencentes a um mesmo país, uma mesma “nação”.

Percebe-se que durante toda narrativa de Macedo, a questão da manutenção da unidade do território aparecia como tema central, pois para ele essa unidade era um dos fatores que ajudavam a explicar a grandeza que o Império Brasileiro havia alcançado no século XIX. A questão da união era significativa e extremamente importante, pois, através dela, era possível deslocar para o passado, no caso o período colonial, não apenas a “formação da nação”, como a constituição do território que ela deveria ocupar.

Como explicou Antonio Carlos Robert Moraes, uma “forte visão territorialista acompanha a concepção de país ao longo da formação brasileira. Essa visão concebe o Brasil como um espaço e não como uma sociedade, isto é, o país é identificado com seu território”. Segundo o autor, isso advinha do fato de que o Brasil, antes da colonização portuguesa, não possuía nenhum elemento de “identidade” comum, ou seja, não havia

---

²⁹¹ Robert Southey. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977, 4ª ed, vol.2, pp. 149-50.

²⁹² Para Denis “Então, como se a Providência quisesse convidar para a obra de restauração nacional todas as raças que compunham a população do Brasil, de repente apareceram quatro homens resolutos, que representavam a nacionalidade brasileira, e que a nação honrou com o título de seus libertadores”. Ferdinand Denis, *op. cit.*, p.64

²⁹³ Selma Rinaldi de Mattos, *op. cit.*, p.113.

características naturais capazes de fornecer um traço de união, como tampouco havia uma “unidade cultural” entre aqueles que aqui habitavam; pois o que existia era “uma variedade de povos diferenciados, dispersos e autônomos, que falavam línguas distintas distribuídas em vários troncos linguísticos”, e que não se agrupavam sob qualquer autoridade comum²⁹⁴. Somente com o início da colonização foi que se criou um elemento de união para o Brasil, pois a partir de então ele passou a ser entendido como “um território colonial do império português”, que ganhou corpo ao longo do século XVIII quando

as diferentes regiões do território colonial passam a trabalhar para o abastecimento das áreas mineradoras, ativando os fluxos entre as capitanias e estruturando as bases de um mercado interno no espaço brasileiro. A geração de riqueza também estimula a maior presença do controle estatal metropolitano nessa parte do império, incrementando suas relações com o reino e a imigração de reinóis²⁹⁵.

Isso e outras medidas tomadas ainda nesse século - como a criação de vilas, novas divisões territoriais, a urbanização de certas regiões, a expansão do território, a delimitação de fronteiras, e a mudança da capital para o Rio de Janeiro - contribuíram para a formação dessa “unidade” – desse território. Nessa lógica, a monarquia ganhou papel de destaque, e por isso a defesa da sua manutenção após a independência se tornou um argumento importante para se garantir a coesão do território.

Assim, quando da independência em 1822, o novo país que surgiu reivindicou uma “herança colonial” identificada com o território que ocupava. Para Moraes,

a própria continuidade da monarquia bragançina permitiu o uso do argumento da soberania dinástica na legitimação do novo estado e de seu domínio sobre o território colonial. Com a forma adotada, apesar de independente, o Brasil permanecia como parte do patrimônio territorial da Casa de Bragança²⁹⁶.

Desta maneira, em um país de grande diversidade de “raças”, a existência de um território comum aparecia como um argumento de destaque para explicar o surgimento da “pátria”.

Gonçalves de Magalhães chamou atenção para o papel que o território tinha na explicação do surgimento da identidade nacional quando escreveu “*Os indígenas do Brasil perante a história*”. Como apontou Puntoni,

---

²⁹⁴ Antonio Carlos Robert Moraes. “Nação e Território: Ideologias Geográficas na Formação Histórica do Brasil” in: Instituto Prometheus (org.), *Rumos da cidadania. A crise da representação e a perda do espaço público*. São Paulo, Instituto Prometheus, 2010.

²⁹⁵ *Ibidem*.

²⁹⁶ *Ibidem*.

Para o poeta, a identidade nacional era o resultado de uma determinação geográfica. Independentemente da origem de cada elemento que a compunha, a sociedade brasileira deveria edificar-se em torno da idéia da unidade territorial. Todas as dimensões ditas ‘raciais’ do problema da formação de um povo resolvia-se no fundamento territorial da soberania ‘a terra é que dá a nacionalidade a seus filhos, e não as raças adventícias que a povoam; e dessa nacionalidade não são excluídos os que primeiro aqui nasceram antes dos filhos dos seus conquistadores’ [...] em seus termos, ‘a pátria é uma idéia, representada pela terra que nascemos. Quanto a origem das raças humanas, isto é questão de história, pela qual não se regula o patriotismo’²⁹⁷.

Até mesmo por isso, todo o processo de colonização que levou à expansão e, posteriormente, à definição das fronteiras foi valorizado pelos escritores brasileiros. Varnhagen foi um desses escritores que demonstrou grande preocupação com essas questões. Segundo Wehling, ele considerava positivas e merecedoras de elogios todas as “situações, combates e posições que tivessem por fim a expansão do território colonial, a consolidação das fronteiras (uma das razões de seu entusiasmo por Pombal), sua defesa e os tratados que reconheciam e sancionavam os desdobramentos físicos do país”²⁹⁸; Varnhagen via, assim, no processo de colonização e na delimitação das fronteiras os elementos fundamentais da formação brasileira²⁹⁹.

Visão parecida tinha Macedo, pois ele também valorizou todas as questões que envolveram a expansão do território, sua fronteira e principalmente os episódios ligados à defesa desse território. O destaque por ele dado a tais episódios é tão mais central na medida em que se percebe que tratava-os como berços de heróis da pátria; homens que haviam feito de tudo para proteger o “território brasileiro”.

Decorre daí outro ponto muito destacado por Macedo e antes dele por Varnhagen, o papel fundamental exercido pela monarquia e o Estado no desenvolvimento e a manutenção dessa unidade territorial. Para Varnhagen, o Estado e monarquia haviam tido um grande papel centralizador, como agentes aglutinadores que haviam proporcionado e ainda proporcionavam a manutenção da unidade do Brasil, que, segundo ele, existia mesmo antes da independência. Como explicou Wehling, ele não atribuiu esse papel a qualquer monarquia, mas sim à bragantina, “pois à sua atuação histórica devia o país a unidade política e extensão territorial”³⁰⁰. Nesse sentido, como ponderou Odália, Varnhagen apresentava o Estado brasileiro como continuador do

---

²⁹⁷ Pedro Puntoni. “O Sr. Varnhagen e o Patriotismo Caboclo”, *op. cit.*, pp. 661-662.

²⁹⁸ Arno Wehling, *op. cit.*, p. 189.

²⁹⁹ *Ibidem*, p.193.

³⁰⁰ Arno Wehling, *op. cit.*, p. 101.

Português, inclusive na tarefa civilizatória iniciada com a colonização lusa. Desta forma, buscava destacar que mesmo com a independência não houvera ruptura desse quadro, ao contrário, o que ocorreu foi uma continuidade perceptível na manutenção da monarquia e da dinastia reinante³⁰¹. Não era a toa, então, que Varnhagen defendesse a monarquia como o tipo de governo correto para o país pois, ao contrário, no caso da escolha pela República, o que se veria seria a fragmentação, tal como ocorreu na América espanhola³⁰².

Mais uma vez a narrativa de Macedo se aproximou daquela de Varnhagen, pois em seu manual afirmou que para a manutenção da unidade do Brasil dois fatores haviam sido essenciais: a centralização do poder e o papel do Estado e da monarquia na condução de todo processo que levou a formação da “nação”. Todo o texto de Macedo sobre o desenvolvimento administrativo do Brasil (capitanias hereditárias, governo geral) tinha por objetivo descrever a gradual reunião do poder nas mãos do Estado; ou seja, monarquia e governo eram os grandes construtores do “território” e, portanto, da “nação” brasileira³⁰³.

Por isso Macedo descreveu a continuidade da monarquia, no pós-independência, à maneira como fez Varnhagen, como a melhor escolha feita pelos brasileiros, pois essa manutenção garantiu a integridade do “território” do país. Buscando reforçar sua argumentação, o autor comparou a situação do Brasil com a América espanhola, afirmando que logo após a independência, dada a escolha de governo que fizeram os hispano-americanos, ela se fragmentou, sendo dividida em várias repúblicas “tumultuosas e anárquicas”. Já a antiga colônia portuguesa, ao optar pela permanência de d. Pedro no governo, conseguiu

a independência e a liberdade política de que não podia, em caso algum devia prescindir, e teve justamente a monarquia, antemural contra a anarquia, contra ambições turbulentas, contra separação das províncias, contra borrascas, de que não é possível calcular todas as consequências; com D. Pedro teve enfim um governo com as nobres e grandiosas idéias do século dezenove e a educação e costume do seu povo³⁰⁴.

Segundo Bandeira de Melo,

---

³⁰¹ Nilo Odalia (org.). *Varnhagen*, op. cit., pp.22-23 e Nilo Odalia. *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*, op. cit., pp.63-67.

³⁰² Arno Wehling, op. cit., p. 101.

³⁰³ Varnhagen também fez uma narrativa sobre o desenvolvimento administrativo do país, visando destacar a centralização do poder nas mãos do Estado.

³⁰⁴ Manuel de Macedo. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*, op. cit., 2º vol., p.300.

Ao encerrar seu texto didático com esta conclusão, Macedo fixa uma mensagem que lembra ao súdito seu dever de lealdade para com o Estado monárquico e seu Rei. Não são palavras diretas sobre o assunto, mas palavras para demonstrar que a pátria brasileira fora criada e preservada pela ação de um Rei, por si mesmo símbolo de unidade, e aí estava sua principal razão de continuar a existir. Como autor didático, Macedo construiu seu livro para atingir um objetivo: educar o súdito, ensiná-lo a respeitar a figura do rei como a do pai, e aprender a separá-lo dos atos diretos de governo, preservando a imagem do monarca³⁰⁵.

A conclusão apresentada por Melo deixa transparecer a importância que Macedo deu para a monarquia como responsável pela manutenção da unidade do Brasil e, mais, como ela foi importante para o grande desenvolvimento do país. Essa era justamente uma das razões que levou Macedo a ser um árduo defensor da monarquia, sempre buscando preservar o monarca de qualquer crítica. Assim, em seu manual,

ao se defrontar com questões conflitantes, tinha sempre a saída do expediente jurídico, das leis, dos tribunais que aplicavam as penas aos delitos, sem pensar ou pesar o momento crítico. Daí dos erros serem mais dos funcionários da lei que do próprio sistema a que serviam³⁰⁶.

Dessa maneira ele separava os atos do governo do monarca. Mas tal defesa não ficou restrita apenas aos manuais, ela foi recorrente na obra de Macedo, aparecendo em seus livros, artigos e crônicas. D. Pedro e a monarquia estavam sempre acima de qualquer crítica, de qualquer questionamento. Como vimos no capítulo anterior, Macedo assim procedeu em relação a política de Conciliação, poupando o monarca de críticas e dirigindo-as para o ministério ou para questões relativas ao sistema representativo. Anos mais tarde ele faria o mesmo, no final da década de 1860 e início de 1870, quando surgiram fortes questionamentos ao poder moderador exercido pelo monarca, aos quais Macedo respondeu defendendo o imperador e acusando a degeneração do sistema representativo pelos problemas.

Macedo e Varnhagem concordavam, portanto, quanto ao papel do Estado e da monarquia, porém mais do que isso, como vimos, pareciam compartilhar também das opiniões acerca do papel que as guerras contra o estrangeiro tiveram na construção da nacionalidade brasileira; e dos heróis enquanto possuidores de sentimentos de coragem e patriotismo e por isso verdadeiros modelos a serem seguidos pelos “brasileiros”. Contudo, a despeito de tais semelhanças, fica evidente, pelas análises feitas neste

---

³⁰⁵ Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo, *op. cit.*, p.259.

³⁰⁶ *Ibidem*, p. 67.

capítulo, que os manuais de Macedo não eram, como tanto já se repetiu, simples versões didáticas da obra de Varnhagen. Tal visão parece ter surgido com Capistrano de Abreu, quando de seu pronunciamento ao assumir a cadeira de professor de história do Brasil no Colégio Pedro II, cargo que passou a ocupar justamente após a morte de Macedo. Capistrano de Abreu afirmou que era preciso elaborar um novo programa e um novo compêndio de história do Brasil para assim “quebrar os quadros de ferro de Varnhagen que introduzidos por Macedo no Colégio Pedro II, ainda hoje são a base do nosso ensino”³⁰⁷.

O que podemos notar, no entanto, é que apesar das semelhanças, as obras dos escritores tinham diferenças importantes, principalmente quanto à questão dos índios e dos negros. Enquanto Macedo procurou silenciar sobre os negros evitando abordar um tema polêmico e que era causa de grandes discussões, principalmente após a abolição do tráfico; e ao mesmo tempo apresentou uma leitura sobre os índios na qual se não acreditava que os índios eram o símbolo da nação como queriam os indianistas, também não eram desprovidos de qualquer traço de humanidade; dessa forma ele procurou se afastar das principais interpretações sobre esses assuntos, evitando polemizar sobre essas questões e buscando posições que o afastasse dos dois extremos das discussões. Varnhagen por sua vez optou por deixar clara sua posição frente a esses assuntos, por isso defendeu abertamente a escravidão dos negros e a guerra contra os índios³⁰⁸, duas posições polêmicas que o afastou das principais interpretações que vigoravam no período e o colocou em conflito com os defensores de tais interpretações. Essas diferenças, eventualmente, permitem explicar porque tais obras foram recebidas na época de formas tão distintas, já que enquanto Varnhagen amargou certa frieza, Macedo teve seus manuais muito elogiados pelos contemporâneos.

Porém, mais do que isso, as diferenças existentes, não apenas entre Macedo e Varnhagen, mas entre eles e o que outros autores publicaram na *Revista do IHGB* e até mesmo o que foi escrito por Abreu e Lima, demonstram que apesar de imbuídos de um projeto de construção do Estado-nacional, isso não implicava uma concordância entre todos. Acerca dos vários temas, colocavam-se posições divergentes e até mesmo conflitantes, e que para sua implementação demandavam intensos debates e

---

³⁰⁷ Apud Vera Lúcia Cabana de Queiroz Andrade. *Colégio Pedro II. Um lugar da memória*. Tese de doutorado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1999, p. 44.

³⁰⁸ Francisco Iglesias. *Historiadores do Brasil*, *op. cit.*, p.83.

pressupunham constantes negociações entre os homens pertencentes à elite intelectual e política do país.

As idéias de Macedo, ele as defendeu em vários espaços, no exercício de diferentes funções; assim, enquanto se dedicava a redigir suas crônicas, escrever seus manuais e dar suas aulas no Colégio, preparava-se para voltar novamente ao cenário político, agora como deputado geral, em um período de transformações políticas importantes.

Capítulo 3 – Ascensão e queda: da Câmara dos Deputados ao ostracismo político

Aclamado como escritor, reconhecido professor do Colégio Pedro II e sócio do IHGB, além de importante cronista do *Jornal do Commercio*, Macedo buscou na década de 1860 alçar vôos mais altos. Aproveitando as mudanças políticas que abriram caminho para que parte dos liberais pudesse voltar ao poder após longo período de ostracismo, Macedo conseguiu, em 1863, se eleger para seu primeiro mandato como deputado geral, fato que se repetiu na legislatura seguinte, de 1867.

Mesmo antes de ser eleito, já chamava atenção na imprensa para a inauguração de uma “nova época política”³⁰⁹, com o surgimento de um novo “partido” conhecido como Liga Progressista, que unia liberais moderados e conservadores moderados, e tinha como primeiro intuito fazer oposição aos chamados conservadores “emperrados”³¹⁰, que há alguns anos dominavam o cenário político brasileiro.

3.1 – “Uma nova época política”: A Liga Progressista

A nova época política anunciada por Macedo, marcada pelo surgimento da Liga Progressista, teria começado, segundo sugerem alguns estudos, entre o final de 1860 e início de 1861. Para Silvana Mota Barbosa, foi no contexto da disputa eleitoral ocorrida nesse período, “de formação de estratégias para as eleições e de problemas econômicos vivenciados pela praça comercial que começaram a aparecer as primeiras referências à Liga Progressista”³¹¹. A Liga se organizou “por meio de reuniões abertas nas casas dos

---

³⁰⁹ Em texto publicado em 1863, Macedo anunciava que “Porquanto realmente brilha a todos os olhos o raio de uma nova época política e no meio das gravíssimas dificuldades com que lutamos, no meio das provações por que temos passado, acende-se no futuro uma luz de suave esperança que anima os corações”. Joaquim Manuel de Macedo, “Crônica política”, in: *Biblioteca Brasileira*, ano 1, nº1, 1863. A *Biblioteca Brasileira* era uma revista dirigida por Quintino Bocaiúva e teve apenas um número. Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.* p.123.

³¹⁰ Segundo Cecília Helena de Salles Oliveira, durante os anos da liga os conservadores passaram a se designar “conservadores constitucionais” para se diferenciarem dos progressistas e combater os apelidos de “emperrados” e “vermelhos”, epítetos empregados por seus opositores; já os liberais que se opunham aos progressistas se designavam “liberais históricos”. Cecília Helena de Salles Oliveira. “Introdução”, In: *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002, p.12.

³¹¹ Silvana Mota Barbosa, “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860”, in: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (organizadores), *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009, p. 297.

políticos da Corte, e também por intermédio da imprensa”, especialmente do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio de Janeiro*³¹². Mesmo durante esse período de organização, a Liga conseguiu, já no pleito de 1861, a eleição de seus primeiros deputados. No entanto, como colocou a historiadora, não “tinham um grupo bem definido e enfrentavam críticas tanto do lado conservador quanto do liberal”³¹³. José Antonio Saraiva teria sido o primeiro a denominar o grupo como “partido progressista”, em discurso proferido em uma sessão da câmara dos deputados em maio de 1862³¹⁴.

Em seu programa, publicado apenas em 1864, propunham: a regeneração do sistema representativo e parlamentar, incluindo a responsabilidade dos ministros pelos atos do poder moderador; a realização prática da liberdade individual; a defesa dos direitos e interesses locais da província e do município; economia dos dinheiros públicos; a responsabilidade efetiva dos empregados públicos; a severa punição dos crimes; a reforma e sincera execução da lei eleitoral; reforma da organização judiciária, com a separação da polícia e da justiça; o reestabelecimento da competência do júri para julgar todos os delitos, com a garantia de que absolvições pelo júri continuassem vigorando a despeito da eventual nulidade do processo; a organização de um código civil; a reforma hipotecária e o estabelecimento de um “crédito territorial”; a revisão do código comercial; reforma municipal, separando-se a deliberação da execução; eleição de administradores nos municípios com renda acima de 1000:000\$; reformas da Guarda Nacional e da educação; e, finalmente, a regeneração do clero³¹⁵. Nota-se que grande parte das demandas dos liberais, das décadas anteriores, foi incorporada a esse programa³¹⁶.

---

³¹² *Ibidem*, p. 306

³¹³ *Ibidem*, p. 303

³¹⁴ *Ibidem*, p.316.

³¹⁵ Segundo Américo Brasiliense, este “programa foi publicado no discurso do Sr. Silveira da Mota, que o leu e fez comentários a diversos artigos na sessão do Senado a 6 de junho de 1864”. Américo Brasiliense. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979, pp. 25-30.

³¹⁶ Na década de 1840 os chamados liberais não constituíam um grupo homogêneo (Como tampouco seus opositores), com divergências entre os liberais das diferentes províncias, apesar disso, podemos apontar a existência de algumas demandas comuns a todos; tais como a reforma da lei de 3 de dezembro de 1841 (que incluía a separação da polícia e da justiça), a reforma da guarda nacional, e a redução das atribuições do poder moderador. Demandas que continuaram em pauta na década seguinte, sendo que no Gabinete de 6 de setembro de 1853, o chamado Gabinete da Conciliação, algumas dessas demandas foram retomadas, principalmente com a tentativa de reforma da lei de 3 de dezembro, que acabou não acontecendo, e com a reforma da lei eleitoral que culminou na aprovação da lei de círculos de 1855. Posteriormente, como podemos notar pelos programas que surgiram, tanto da Liga Progressista (em 1864), como o do Centro liberal, de 1869, as demandas pela reforma da guarda nacional, da lei de 3 de dezembro e da lei eleitoral eram uma constante preocupação daqueles que se consideravam liberais. Ver: Américo Brasiliense, *op. cit.*; Bruno Fabris Estefanes. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a*

Seus principais líderes foram Nabuco de Araújo, ex-membro do gabinete de Conciliação de 1853, no qual foi nomeado para a pasta da justiça³¹⁷; Zacarias de Góis e Vasconcelos, que participou das articulações que “dentro e fora do parlamento sustentaram a chamada ‘conciliação’”, além de ter sido nomeado por esse gabinete para organizar a recém-criada província do Paraná³¹⁸; e Teófilo Otoni um velho político liberal “das Minas Gerais e agitador histórico”³¹⁹ conhecido por sua participação na Revolução Liberal de 1842³²⁰; o que aponta para a grande heterogeneidade existente nesse grupo indicado como os principais responsáveis pela formação da Liga. É interessante destacar ainda, como apontou Silvana Barbosa, que durante o ano de 1861 Zacarias de Góis e Vasconcelos e Nabuco de Araújo foram, respectivamente, na Câmara dos Deputados e no Senado, os principais críticos a formação da Liga, sendo que, no ano seguinte, passaram a ser seus principais organizadores; para a historiadora, essa mudança representava a existência de uma cisão entre os conservadores³²¹.

Ainda que não exista um estudo sistemático sobre o tema, alguns autores se debruçaram sobre o assunto, apresentando interpretações sobre essa experiência política, ocorrida, aparentemente, entre 1861 e 1868; experiência da qual Macedo participou (sendo um dos seus defensores) e que contribuiu para que ele alcançasse uma cadeira na câmara dos deputados.

Francisco Iglesias descreveu a Liga como sendo “uma nova tentativa de conciliação, sem apelo a todas as forças em que se compõem liberais e conservadores moderados”³²². Apesar da aproximação que fez entre a Liga e a Conciliação, para Iglesias, havia uma diferença marcante entre os dois períodos, pois para o autor a Conciliação teve o predomínio dos conservadores, enquanto que a Liga Progressista contou com uma maior ascendência dos liberais (aparentemente, a despeito dos

---

política de Conciliação no Brasil monárquico. (1842-1856). Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2010 e Miriam Dolhnikoff, *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

³¹⁷ Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, pp. 176-177.

³¹⁸ Importante destacar que a partir de 1862 o próprio Zacarias de Góis e Vasconcelos passou a declarar que havia aderido “às fileiras liberais” deixando assim de pertencer ao grupo dos “emperrados”. Cecília Helena Salles de Oliveira, *op. cit.*, p.12-25.

³¹⁹ Silvana Mota Barbosa, *op. cit.*, p.301.

³²⁰ Segundo José Murilo de Carvalho, Teófilo Otoni “era uma legenda viva do velho liberalismo, um luzia histórico, presente no cenário político desde os tempos da *Sentinela do Serro*, no início da regência. Mantivera-se calado desde a subida dos conservadores em 1848”. José Murilo de Carvalho, “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove”, *Working Paper 87 Centre for Brazilian Studies*, University of Oxford, 2007, p.3.

³²¹ Silvana Mota Barbosa, *op. cit.*, p.309.

³²² Francisco Iglesias, “Vida Política, 1848-1866” In: Sérgio Buarque de Holanda (dir.). *História Geral da civilização Brasileira*. São Paulo: DIELFEL, Tomo II, vol. 3, 1997, 6ª edição, p.85.

anteriores de seus principais líderes). Ao que parece, ao fazer essa afirmação Iglesias estaria considerando primeiro a posição que os líderes da Liga assumiram, principalmente Zacarias de Góis que passou em 1862 a se declarar liberal, e também Nabuco de Araújo que foi cada vez mais se afastando dos conservadores e se aproximando dos liberais; além disso, o número de liberais que aderiram a Liga, para o autor, era maior do que o de conservadores moderados. Talvez isso explique o fato de Iglesias considerar que a Liga foi um período de predomínio dos liberais.

Leitura diferente fez Sérgio Buarque de Holanda, para quem, a Liga foi uma aliança “dos conservadores moderados com os destroços do velho Partido Liberal”, contra o predomínio dos “conservadores puritanos”, ou saquaremas, que há muito tempo estavam no poder³²³. Para o historiador, a despeito de a Liga aparentemente ter o mesmo intento que a Conciliação, ao seja, acalmar as paixões partidárias, a sua organização precisa ser entendida dentro de um quadro de transformações. Após o período de “política sonolenta” da Conciliação, quando houve um entorpecimento das disputas partidárias, na década de 1860, houve um retorno dessas disputas que deram “fisionomia nova ao jogo político e partidário” e foi nesse quadro que apareceu a Liga Progressista³²⁴.

Insatisfeitos com os rumos que os saquaremas vinham tomando, parte dos antigos correligionários vão começar a fazer oposição a esse grupo; esses opositoristas, para se distinguirem dos demais conservadores, são identificados como conservadores moderados. Após se afastar dos saquaremas, esses conservadores moderados se uniram aos liberais também moderados para se opor ao domínio dos “emperrados”, daí surgiu a Liga, inicialmente uma “aliança de emergência” que depois se transformou em Partido Progressista³²⁵.

Ainda para o historiador essa nova aliança era mal articulada e apesar das figuras eminentes que a compunham como o liberal Teófilo Otoni, e os conservadores dissidentes Zacarias de Góis, Nabuco de Araújo e Saraiva, faltava a essa organização um “chefe”, de fato, como tinham os “conservadores ortodoxos”. Além disso, para

---

³²³ Para Sérgio Buarque de Holanda o período de predomínio dos saquaremas foi longo, começou em 1848, quando reassumiram o poder após a queda dos liberais; e continuou mesmo durante o período da Conciliação e depois. Para o historiador apenas em 1862, quando Zacarias de Góis e Vasconcelos organizou o gabinete de 24 de maio é que houve uma mudança nessa situação. Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, Tomo II, vol.5, 1997, 5^o edição, p. 31.

³²⁴ *Ibidem*, pp. 29-30 e 74.

³²⁵ *Ibidem*, p. 32.

Sérgio Buarque, não era possível afirmar que aquele foi um período de predomínio dos liberais, como afirmou, por exemplo, Francisco Iglesias; pois em sua opinião, apenas o gabinete Furtado (31 de agosto), pode de fato ser chamado de liberal, os demais gabinetes eram um agregado de elementos moderados dos dois partidos que se uniam de acordo com “a conveniências do momento”. Isso e o fato de que os principais nomes da Liga, como apontado, vinham da ala dissidente dos conservadores e não das hostes liberais, contribuíam para que o historiador contestasse a idéia de que a Liga foi um período de predomínio dos liberais, ou o “segundo quinquênio liberal” como sugeriam alguns autores. O historiador argumentou ainda que embora a aliança surgida com a Liga, tenha, de certa forma, procurado se afastar das posições partidárias mais extremadas, e por isso tinha o apoio de d. Pedro, ela não foi fomentada por ele como a Conciliação. Por tudo isso Sérgio Buarque entendeu que a Liga não era uma continuidade da política de Conciliação, e sim outro tipo de aliança, que reuniu os membros moderados dos dois partidos³²⁶.

José Murilo de Carvalho na leitura que fez sobre a Liga, afirmou existir uma aproximação entre a Liga e Conciliação, entretanto o historiador esclareceu que o ponto em comum entre esses dois período era a reorganização partidária que aconteceu nesses dois momentos³²⁷. Para Carvalho, o marquês de Paraná, durante o gabinete da Conciliação e com o apoio de d. Pedro, buscou “romper com a tradição das lutas regências e refundar o sistema partidário”; começou organizando seu ministério com políticos jovens e que não faziam parte daqueles conhecidos por serem os “sustentáculos da política Saquarema”, como Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queiróz. Posteriormente, conseguiu a aprovação da lei de círculos o que desestabilizou as bases políticas “das lideranças nacionais”, causando um “processo de redefinição” da política partidária, que continuaria durante o período da Liga. Aliás, a formação da Liga, para o autor, insere-se dentro desse processo de redefinição. Não houve, porém, entendimento entre aqueles que formaram a Liga - liberais moderados e conservadores moderados -, o que pode ser notado na grande instabilidade ministerial que marcou esse período. Sendo assim, para Carvalho o experimento que teria começado com o marquês de Paraná, quando ele tinha em mente

---

³²⁶ *Ibidem*, pp.29-37.

³²⁷ José Murilo de Carvalho, “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove”, *Working Paper 87 Centre for Brazilian Studies*, University of Oxford, 2007, pp.1-6.

não acabar com os partidos políticos mais sim redesenhá-los acabou não acontecendo, sendo que

a dinâmica da conciliação, entre 1853 e 1858, apontava na direção de nova bipolarização, mas agora entre conservadores dissidentes e liberais moderados, de um lado, e liberais históricos, de outro, com eliminação dos velhos conservadores. A nova balança política inclinava-se para o lado do reformismo. O ressuscitamento dos conservadores repôs o conflito nas bases anteriores, operando um segundo regresso, de consequências mais graves do que o de 1837³²⁸.

Contudo, todas as três abordagens parecem não responder à questão na medida em que deixam de lado as especificidades de cada momento, colocando o entendimento desses períodos dentro de um grande bloco que teria como objetivo explicar a política do Império das décadas de 1850 e 1860. Ao proceder dessa maneira, tais análises parecem deixar em segundo plano os embates que precederam a formação tanto do gabinete de Conciliação, quanto da própria Liga Progressista.

Roderick Barman e Jeffrey Needell³²⁹ também discutiram o tema. Para os dois estudiosos, o momento de formação da Liga, assim como o da Conciliação, contou com uma grande influência de d. Pedro II, que teria sido central em ambas as ocasiões. Needell vai além, descrevendo a Liga como sendo um partido articulado pelo próprio imperador. Essas interpretações, porém, tal como as anteriores, também não abrangem os embates e acontecimentos que acabaram por contribuir para a formação da Liga e sua permanência no poder ao longo de sete anos. Contudo, é preciso destacar que Needell aponta para o fato de que, apesar de ter surgido no Rio de Janeiro, a Liga teria conseguido angariar partidários em várias partes do Império; idéia que parece ser acertada, uma vez que o exame da composição da câmara dos deputados, entre 1863 e 1868, demonstra que representantes de diferentes províncias se declararam pertencentes à Liga Progressista.

Já Wilma Peres Costa propõe que a Liga foi uma coalizão partidária dos escalões superiores dos dois partidos, aproximando os moderados de ambos, unidos contra um inimigo comum, os conservadores “emperrados”. A explicação da historiadora, no entanto, não leva em consideração o fato de a Liga ter permitido a entrada na câmara de deputados novos, políticos como o próprio Joaquim Manuel de Macedo, que conseguiu,

---

³²⁸ *Ibidem*, p.5

³²⁹ Roderick J. Barman. *Citizen emperor. Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999; e Jeffrey D. Needell. *The party of order. The conservatives, the state and slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

como já colocado, na eleição realizada em 1863, se elegeu deputado para sua primeira legislatura. Costa, contudo, destaca uma questão importante para se pensar o período de experiência política da Liga, qual seja a ausência de uma base eleitoral sólida, o que teria lhes impedido alcançar maioria na câmara, não sendo possível impedir a eleição de liberais históricos e conservadores; que embora representassem a minoria fizeram-lhe forte oposição³³⁰.

Recentemente, a historiadora Silvana Mota Barbosa apresentou uma nova interpretação do movimento, rejeitando a idéia de que fosse uma continuação da Conciliação. Para a historiadora, a comparação desse período com aquele da Conciliação serve principalmente para diferenciar esses dois momentos, e não para aproximá-los, como sugerem muitos estudiosos. Barbosa oferece, portanto, uma nova interpretação sobre a questão, desvencilhando seu entendimento da política de Conciliação e demonstrando que a organização da Liga não foi algo natural, ao contrário, demandou negociação e esforço por parte dos seus defensores. Nesse sentido, ressalta que sua organização não só causou estranheza entre os políticos, como destaca, tal como indicado também por Needell, que a Liga não ficou restrita à Corte, e que muitos dos seus candidatos levaram suas idéias para suas respectivas províncias³³¹.

Há, no entanto, um ponto de concordância entre os estudiosos que se dedicaram a pesquisar o tema, todos apontam para o fato de que a união proporcionada pela Liga foi instável e frágil; fato que pode ser comprovado, mediante apreciação dos discursos proferidos na câmara, mesmo quando essa era composta com a maioria de “ligueiros”.

A Liga obteve seu primeiro ministério já em 1862, com a escolha de Zacarias de Góis e Vasconcelos para presidente do conselho, em 24 de maio, substituindo o gabinete de Luís Alves de Lima e Silva, o marquês de Caxias. No total, entre 1862-1868, foram seis os gabinetes ligueiros, sendo seus presidentes, Zacarias de Góis e Vasconcelos, por três vezes (24 de maio de 1862, 15 de janeiro de 1864 e 3 de agosto de 1866); Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, por duas vezes (30 de maio de 1862 e 12 de maio de 1865); e Francisco José Furtado apenas uma vez (31 de agosto de 1864)³³².

---

³³⁰ Wilma Peres Costa, “Política e guerra” In: *A espada de dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora da Unicamp, 1996, pp. 221- 264.

³³¹ Silvana Mota Barbosa, *op. cit.*, pp.295-324.

³³² Sobre a organização dos gabinetes ver: Barão de Javari. *Organizações e Programas Ministeriais*. Rio de Janeiro: Estado da Guanabara, 1962, pp.129-149.

Quando Zacarias de Góis e Vasconcelos assumiu o gabinete de 24 de maio, a situação na câmara dos deputados era complicada, havia uma grande cisão interna que dificultava a manutenção do ministério. A impossibilidade de se alcançar uma maioria fora, inclusive, a causa da queda do gabinete anterior, presidido por Caxias. A câmara eleita em 1861 era constituída por conservadores, liberais e já também alguns “ligueiros”; sendo que essa “divisão de forças na câmara”, segundo Sérgio Buarque de Holanda, “punha em perigo a solidez de qualquer composição ministerial”³³³. O marquês de Caxias, ciente da cisão e, portanto, da impossibilidade de governar, pediu a dissolução da câmara temporária; o imperador, contudo, não achou oportuna a medida e preferiu a organização de um novo gabinete, chamando o político baiano, e líder da oposição na câmara, Zacarias de Góis e Vasconcelos para presidente do conselho. Porém, sem apoio, seu gabinete durou apenas três dias, caindo diante de um voto de desconfiança; devido a sua curta duração ficou conhecido como o “gabinete dos anjinhos”³³⁴.

Para seu lugar, d. Pedro chamou Pedro de Araújo Lima, o marquês de Olinda, que assumiu o ministério em 30 de maio de 1862. Seu gabinete teve inicialmente maior apoio, devido ao seu aparente caráter de neutralidade e ao medo dos conservadores “emperrados” de que d. Pedro optasse dessa vez, pela dissolução da câmara e que novas eleições viessem a favorecer os progressistas. Assim, o gabinete conseguiu terminar o ano de 1862, porém, após a abertura dos trabalhos da câmara, em 1863, a oposição manifestou-se, pedindo mais uma vez a derrubada do ministério; mas, “desta vez, a Coroa, que resistira ao marquês de Caxias, que resistira a Zacarias de Góis e Vasconcelos, consentiu em desembaraçar o gabinete de uma câmara que o hostilizava e a 12 de Maio de 1863 foi lido em plenário o decreto de dissolução e da convocação em sessão extraordinária da nova câmara para 1º de janeiro do ano seguinte”³³⁵.

Realizadas as eleições, o novo partido conseguiu maioria; só que o marquês de Olinda, alegando considerar cumprida a missão de seu gabinete, pediu então sua demissão, que foi aceita por d. Pedro. O imperador chamou, mais uma vez, para presidir o conselho, Zacarias de Góis e Vasconcelos, que assumiu a frente da política ligueira

---

³³³ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 23.

³³⁴ Francisco Iglesias, *op. cit.*, p. 79 e ss.

³³⁵ Sérgio Buarque de Holanda *op. cit.*, p. 25.

pela segunda vez.³³⁶ A “nova época política” anunciada por Macedo revelava a sua face.

Com a abertura da câmara cabia ao novo presidente do gabinete apresentar o seu programa e Zacarias de Góis assim o fez. Ao expô-lo, disse que se tratava do mesmo programa apresentado no seu gabinete anterior, de 24 de maio de 1862, mas com uma diferença, a existência agora de apenas um partido, o Partido Progressista. Em sua fala afirmou que em

[...] 1862 o ministério aludia ao concurso de duas opiniões com que contava para levar por diante o seu pensamento político. As duas opiniões políticas, porém, que este salão viu naquela quadra, após debates públicos e solenes, aliarem-se, sem quebra de princípios, nem da dignidade de ninguém (*muitos apoiados*); forma hoje uma só opinião (*muitos apoiados*), um só partido, cujo alvo é promover sinceramente, sem nada alterar na constituição do império, a prosperidade do país³³⁷.

O presidente do conselho tentou, em seu discurso, demonstrar que a situação naquele momento era estável, que o novo ministério que se iniciava era forte³³⁸; e que não existia mais a “Liga” e sim um partido, o Partido Progressista. Apesar de sua declaração, os questionamentos que se seguiram, e que partiram tanto dos liberais históricos como dos conservadores, evidenciavam a falta de unanimidade dentro da Câmara.

Essa foi a situação encontrada por Macedo ao chegar ao plenário, sendo que tais questionamentos, e a consequente falta de unidade, permaneceram durante todo o período de duração da Liga, se agravando na fase final de sua existência. Uma vez na Câmara, Macedo se aproximou de outros deputados que buscaram fazer a defesa dessa

---

³³⁶ Segundo Sérgio Buarque de Holanda, d. Pedro optou pela dissolução da câmara porque acreditava que, naquele momento, em razão da questão Christie, que havia causado um desentendimento entre o Brasil e a Inglaterra e que poderia trazer consequências graves para o país, era aconselhável a realização de novas eleições ao invés da mudança política que a substituição do gabinete poderia causar. Contudo, em janeiro de 1864, essa questão estava relativamente resolvida e a nova câmara eleita tinha uma maioria de progressistas, então “o imperador pode voltar-se com mais segurança para um Zacarias, que nessa época parecia de concerto com Olinda, e que já tinha agora mais possibilidade de governar com a maioria da casa temporária”. *Ibidem*, p. 27.

³³⁷ Anais da Câmara dos Deputados, 1864, sessão de 18 de janeiro.

³³⁸ O gabinete foi organizado da seguinte forma, Zacarias, além de presidente do conselho, era o titular da pasta da Justiça, chamando José Bonifácio de Andrada e Silva, o moço, para a ministério do Império, Francisco Xavier Pais Barreto para pasta de Estrangeiros (substituído, em 9 de março, por João Pedro Dias Vieira), José Pedro Dias de Carvalho para a Fazenda, João Pedro Dias Vieira para pasta da Marinha (substituído, em 31 de março, por Francisco Carlos de Araújo Brusque), José Mariano de Matos para a Guerra (substituído, em 31 de maio, por Francisco Carlos de Araújo Brusque) e Domiciano Leite Ribeiro (visconde de Araxá) para a da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (substituído, em 20 de julho, por João Pedro Dias Vieira). Barão de Javari. *Organizações e Programas Ministeriais*. Rio de Janeiro: Estado da Guanabara, 1962, pp. 136-139.

nova aliança, refutando as acusações feitas pela oposição e reafirmando a transformação da Liga em um partido forte e seguidor dos princípios liberais; e que conseguiu maioria na última eleição sem fazer uso de qualquer forma de violência, nem de perseguição política, como a oposição queria fazer acreditar.

Os principais deputados responsáveis por essa defesa foram, além de Macedo, José Antonio Saraiva, Joaquim Saldanha Marinho, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Martinho Alvares da Silva Campos, e Leandro Chaves de Melo Ratisbona. Para reforçar sua posição, e acabar com as dúvidas, os deputados acreditavam ser necessário definir o que era o Partido Progressista e como havia surgido. Leandro Chaves de Mello Ratisbona foi quem se encarregou dessa explicação, afirmando que apesar de ser composta por homens de diferente partidos, a Liga trouxera uma harmonização entre esses elementos, sendo que a união entre eles nascera em razão dos acontecimentos políticos dos últimos anos. Em seu discurso declarou

Ai estava, porém, a longa experiência dos 14 anos para provar que não eram sinceros; existiam, todavia, entre eles [referência aos conservadores] homens leais que abraçavam essas idéias, que se tinham compenetrado da verdade delas, e que vendo por outro lado à frente do partido liberal caracteres amestrados pela experiência, não puseram dúvida em romper como o passado, e congregar-se em um pensamento comum.

E nada era mais natural do que esta aliança; nem uma razão havia para que estivessem separados, quando até mesmo partilhavam os ódios antigos. Tanto uns como outros, os liberais e os conservadores que se uniram, ecoaram as vozes, os reclamos da opinião nacional, tanto que vimos o espetáculo grandioso de uma câmara eleita sobre a influência do domínio conservador, dividir-se e equilibrar suas forças.

Daí nasceu o partido que se definiu liga ou progressista.

Ninguém dirá, porém, Sr. Presidente, que esse fato não é natural, e nem foi a consequência lógica dos acontecimentos. Onde está, pois, aqui a coligação dos interesses individuais? Quando os fatos políticos, os acontecimentos se encadeiam dessa forma e chegam a estes resultados, é forçoso reconhecer a importância e ação das idéias³³⁹.

Em texto publicado pouco antes da realização das eleições, Macedo também explicou como se dera a união entre liberais e conservadores. Para ele, essa comunhão – da qual surgiu a Liga – resultou da atitude “exagerada” dos conservadores que haviam feito de tudo para se manter no poder durante longos anos, o que fez com que a parte menos extremada de seus correligionários, “a parte mais brilhante e esperançosa da sua falange”, identificasse essa atitude e percebesse que ela era prejudicial ao país, levando-os a romper com o partido e “ligar-se com acordo decidido e identidade de idéias ao

---

³³⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 1864, sessão de 23 de maio.

partido liberal”³⁴⁰. Ao declarar que a Liga era uma aliança sólida entre membros menos extremados dos dois partidos, Macedo e os outros deputados “ligueiros” tinham por objetivo rebater a idéia de que essa era uma união frágil e transitória.

Nota-se, pela leitura dos discursos dos deputados progressistas, que houve uma tentativa de identificar a Liga com os liberais, apesar da participação dos chamados conservadores moderados; característica que acompanha quase todos os discursos que envolvem a Liga durante seu período de existência. O próprio Macedo fez, em um de seus apartes, uma declaração que reforçava essa idéia, perguntou ele “Qual é o liberal que deixa de ser progressistas?”³⁴¹. Tal indagação parecia remeter, portanto, aos próprios princípios defendidos pelo “novo partido”, que, apesar da nova denominação, adotara demandas anteriormente defendidas pelos liberais (e mesmo pelo gabinete de Conciliação), idéia que o programa publicado em 1864, como já apontamos, parece reforçar. Além disso, pode-se pensar também que o fato de defender determinados princípios (no caso, aqueles já defendidos pelos liberais) e de ter uma bandeira, além de reunir homens que tinham um interesse comum, é que tornava essa aliança um “partido”, o que trazia a idéia de algo sólido e durável.

A questão da denominação foi um ponto de constante ataque por parte dos opositores, que repisavam que, frente à dita ausência de diferença entre liberais e progressistas, eles deveriam simplesmente se declarar liberais. A esse questionamento respondiam os ligueiros que os nomes não importavam, pois progressista era o mesmo que liberal e o mesmo que conservador moderador. Uma discussão ocorrida entre os deputados de oposição Urbano Sabino Pessoa e Felipe Lopes Netto e o progressista Viriato Bandeira Duarte colocou a questão em evidência,

O Sr. Viriato: - Mas declararam-se progressistas; hoje não conheço diferença entre liberais e progressistas.

O Sr. Urbano: - Se não há diferença, declarem-se liberais.

O Sr. Lopes Netto: - Dizem os nobres deputados que se declararam progressistas, e não há diferença entre a palavra progressista e a palavra liberal. (*Apoiados*)

Uma Voz: - Ou conservador moderado.

O Sr. Urbano: - É tudo a mesma coisa.³⁴²

Macedo estava de acordo com essa opinião de que os nomes não eram a questão essencial, uma vez que o que realmente importava eram quais idéias eles defendiam. No

---

³⁴⁰ Joaquim Manuel de Macedo, “Crônica política”, *op. cit.*

³⁴¹ Anais da Câmara dos Deputados, 1864, sessão de 18 de janeiro.

³⁴² *Ibidem.*

texto que publicou um ano antes, já deixava clara sua posição sobre o assunto, afirmando “Tomem os partidos as denominações que quiserem, no Brasil como em todas as nações civilizadas, eles representam essencialmente um o *progresso*, outro a *conservação*”³⁴³, é isso que os diferenciava, mais do que os nomes que adotaram. E exatamente por isso ele concordava com a idéia de que ser progressista era o mesmo que ser liberal, uma vez que as demandas defendidas por eles eram as mesmas, e eram aquelas que representavam o “progresso”.

Por ser presidente do conselho e um dos líderes da Liga Progressista, Zacarias de Góis foi constantemente atacado pela oposição; sendo que as principais críticas giravam em torno das idéias por ele defendidas. Muito se questionou acerca do que ele havia dito em discurso anterior sobre a existência de uma Liga. O deputado Lopes Netto pediu explicações ao presidente do conselho sobre essas declarações, trazendo novamente à pauta o discurso proferido por Zacarias de Góis em 5 de julho de 1861:

A liga, se conta na alta administração do Estado número igual de homens de um e outro partido, nada produz que seja de préstimo; porque, assim como em mecânica o equilíbrio é inércia, assim em política a combinação de elementos opostos, em proporções iguais, traz consigo esterilidade. Se na Liga entram mais homens de Estado de uma crença que de outra, a minoria é levada a reboque pela maioria e sacrifica-se.

Eu só compreendo liga, Sr. Presidente, como uma combinação transitória e de circunstância, e nada mais; pode havê-la entre nós, como tem havido em todos os países; mas não é combinação própria do estado normal das sociedades. Em meu humilde modo de pensar, senhores, as coisas só marcham em regra, o sistema constitucional só funciona normalmente, quando ou só conservadores ou só liberais dirigem, na suprema administração, os destinos do Estado, mas isso sem excluir a presença, as advertências e as censuras dos seus adversários³⁴⁴.

Seus opositores também questionavam sua mudança de partido. Para se defender dos ataques da oposição, o presidente do gabinete sustentou que pertenceu ao partido conservador, mas que se afastou quando seu “emperramento” demonstrou que os conservadores não entendiam a situação do país; então, naquele momento, rompeu com eles e se uniu aos liberais. Já sobre a Liga, como havia feito na apresentação do seu programa, sustentou que ela existia e havia se transformando em um partido forte e unido.

Durante as discussões, Joaquim Manuel de Macedo não fez nenhum longo discurso, mas fez muitos apartes às falas dos deputados, principalmente às intervenções

---

³⁴³ Joaquim Manuel de Macedo, “Crônica política”, *op. cit.*

³⁴⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1861, sessão de 05 de julho.

de Joaquim Octavio Nebias. Nessas interpelações fica claro seu apoio não só à Liga, como ao gabinete Zacarias. Porém, mais do que isso, suas manifestações na Câmara, bem como seus escritos na imprensa, deixam clara a diferença que fazia entre a Liga e a política de Conciliação, o que explicava porque condenou uma, e apoiou a outra³⁴⁵.

Para Macedo a Conciliação, como, aliás, já colocamos em capítulo anterior³⁴⁶, foi uma tentativa de acabar com os partidos, uma vez que se tratava de uma organização feita por apenas um homem, visando à dar cabo das disputas partidárias. Assim, a seu ver, já que essa situação ia contra os princípios do sistema representativo, não era possível apoiar tal política. A Liga, por sua vez, não tinha essa pretensão, ao contrário, ela era de fato um partido, pois reunia todos os elementos para que pudesse ser caracterizada dessa forma; não só era uma reunião de pessoas em torno de interesses comuns, como também tinha um programa definido e propostas de reforma. Ou seja, para Macedo, um partido deveria ser uma aliança entre pessoas com interesses em comum, consubstanciado em um programa contendo propostas de reforma.

Dessa forma, enquanto a Conciliação tentava unir todos os elementos sob uma mesma “bandeira”, a Liga, por sua vez, unia elementos originários de grupos distintos, mas que, ao formarem um “novo partido”, não representava uma ameaça ao sistema representativo. Nesse sentido, era central a idéia de que, ao transubstanciar-se a aliança em partido, ela não ameaçava a existência dos partidos em geral e, portanto, não colocava em risco a existência de disputas, debates e oposições; pois Macedo defendia que “a luta nobre, inteligente e constitucional dos partidos não é só necessária, é condição indispensável da vida política de uma nação livre”³⁴⁷.

No plenário, manifestavam-se como principais opositores do partido progressista os deputados Joaquim Octaviano Nebias e Evaristo Ferreira da Veiga, pelo lado conservador, e Felipe Lopes Netto e Urbano Sabino Pessoa pelo lado dos liberais históricos. Em seus discursos procuraram salientar, e logo questionar, os pontos que acreditavam serem as principais fraquezas da Liga. Suas críticas se dirigiram à organização da Liga Progressista, sua definição, os princípios que defendia e que bandeira representava. Ou seja, buscavam por em dúvida a afirmação de que se tratava de um partido e o que representava essa união entre ditos moderados. Além disso, do

---

³⁴⁵ Joaquim Manuel de Macedo, “Crônica política”, in: *Biblioteca Brasileira*, ano 1, nº1, 1863; Joaquim Manuel de Macedo, *Memórias do sobrinho do meu Tio*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995 e Anais da Câmara dos Deputado, 1864-1868.

³⁴⁶ Ver capítulo 1.

³⁴⁷ Joaquim Manuel de Macedo, “Crônica política”, in: *Biblioteca Brasileira*, ano 1, nº1, 1863.

lado dos liberais históricos muito se questionou sobre a necessidade de continuidade dessa aliança, pois, para alguns deputados, ela tinha por fim debelar um inimigo comum, os conservadores “emperrados”, mas, uma vez alcançado esse propósito, ela não tinha mais razão para continuar existindo. Já por parte dos conservadores, foi a legalidade das eleições o ponto mais questionado, pois segundo esses deputados, a Liga conseguiu maioria, mas apenas por meio do uso de violência e perseguição contra os conservadores durante a eleição.

A falta de uma base eleitoral era exatamente um dos pontos debatidos pelos dois lados que lhe faziam oposição. Os deputados que se diziam progressistas, conforme conservadores e liberais históricos, não haviam sido eleitos sob essa bandeira, e sim sob a alcunha tanto de conservadores como de liberais. Acerca dessa questão, houve uma discussão acirrada entre Lopes Netto e Martinho Álvares da Silva Campos, grande defensor dos progressistas.³⁴⁸

É sintomático o fato de que nesse início de gabinete e de legislatura as discussões tenham se concentrado em torno da Liga Progressista. Para Joaquim Nabuco, a despeito das tentativas de transformá-la em um partido, a união proporcionada por essa aliança era apenas superficial e instável³⁴⁹. Isso parece tão mais verdadeiro quando se observa que essas discussões não se restringiram apenas à apresentação do programa ministerial, se estendendo pela resposta à Fala do trono e, posteriormente, às discussões dos orçamentos, quando voltaram constantemente à pauta. Foi durante essas discussões que seus principais defensores e opositores se enfrentaram e sua frágil união e instabilidade foram reveladas. Essas discussões revelaram ainda que apesar da tentativa de apresentar essa aliança como algo forte e organizado, havia grandes discordâncias

---

³⁴⁸ Lopes Netto em seu discurso procurou demonstrar que a Liga não havia chegado a muitas provinciais e que por isso não tinha uma base eleitoral e, como exemplo, citou os acontecimentos em Pernambuco e Minas Gerais. Sobre Pernambuco, o deputado afirmou que lá muitos liberais tinham motivos de queixas contra os líderes da Liga na província e por isso romperam com esses mesmos líderes e com a própria Liga. O mesmo teria ocorrido em outras províncias, como Alagoas, enquanto em outros ainda simplesmente não teria havido qualquer apoio à nova formação. Sobre Minas, Lopes Netto procurou demonstrar que nessa província apesar de alguns dizerem que havia Liga, os deputados na verdade haviam sido eleitos por seus antigos partidos, ou seja, elegeram-se se declarando liberais ou conservadores. Martinho Campos rebateu dizendo que em Minas, província da qual ele era representante, havia sim Liga Progressista; ao que Lopes Netto respondeu, “Diz o nobre deputado que houve liga em Minas, e ele como efeito trabalhou em comum com muitos conservadores, mas o resultado foi que apenas triunfaram seus adversários políticos em um distrito que, aliás, não elegeu liberal nenhum, mas nos outros em que os liberais preponderaram só foram eleitos liberais; pelo menos nunca nas correspondências de Minas publicada no Rio de Janeiro, nem mesmo nas comunicações dos nobres deputados de Minas com seus amigos, quer em público quer em particular, classificou-se o partido que tinha vencido em Minas como partido da liga ou progressista; eles sempre declararam em suas comunicações oficiais que a votação era do partido liberal”. Anais da Câmara dos Deputados, 1864, sessão de 18 de janeiro.

³⁴⁹ Joaquim Nabuco, *op. cit.*, tomo II, livro terceiro, 1975, p.130.

entre os próprios deputados progressistas, e os acontecimentos que se sucederam deixaram transparecer essa situação.

Após um desentendimento entre o ministro do Império, José Bonifácio (o moço), e o deputado Martinho Campos, a manutenção do gabinete Zacarias tornou-se insustentável, levando o presidente a pedir sua demissão³⁵⁰. D. Pedro chamou então Francisco José Furtado para organizar o novo gabinete; o novo ministério teve, porém, curta duração, sendo que seu período de existência coincide quase todo com o momento em que a câmara dos deputados esteve fechada; oito meses após a sua organização, o gabinete acabou caindo³⁵¹. D. Pedro teve grandes dificuldades para organizar um novo gabinete, José Antonio Saraiva, Joaquim Nabuco e o Visconde de Abaeté recusaram o

---

³⁵⁰ Durante a sessão de 29 de Agosto de 1864, o deputado Martinho Campos pediu urgência para que o projeto relativo à navegação entre o Rio de Janeiro e os Estados Unidos entrasse em discussão. Contra esse requerimento falou José Bonifácio, ministro do Império, afirmando que tal projeto, como estava elaborado, não traria qualquer benefício, ao contrário, era preciso, segundo ele, substituí-lo e sendo assim, opunha-se à urgência pedida pelo deputado mineiro. Desenrolou-se então um longo debate entre Martinho Campos e Bonifácio; o primeiro defendendo que se tratava de matéria conhecida e que a discussão sobre o assunto já havia aparecido durante a elaboração do orçamento geral do Império. Para o deputado, ao se colocar contra a discussão do projeto, o ministro estaria contestando a utilidade de tal projeto. Por sua vez, Bonifácio declarou reconhecer a utilidade do projeto, porém questionava a necessidade de se passar o projeto de forma urgente, principalmente porque a sessão da câmara estava chegando ao fim e essa matéria requeria maiores discussões para as quais não havia tempo naquele ano. Martinho Campos conseguiu a aprovação da urgência e mais, passou a questão para segunda discussão. Bonifácio viu na aprovação do requerimento um sinal de desconfiança da câmara, pedindo ao presidente do conselho a sua saída do ministério. Segundo o próprio Bonifácio, o gabinete teria achado melhor segui-lo, pedindo então sua retirada. Essa discussão, porém, foi apenas a gota d'água que faltava para a retirada do gabinete. Desde o seu início, como apontou Francisco Iglesias, não havia entendimento entre o gabinete e a Câmara; apesar de declararem a vitória da Liga, as opiniões continuavam divididas e a união pretendida pelo novo partido, entre liberais e conservadores moderados, era tênue e podia se desfazer a qualquer momento. Ainda segundo Iglesias, logo após as eleições já começaram aparecer divergências que foram abafadas durante algum tempo, mas que surgiam a “propósito de coisas mínimas”; além disso, o gabinete ainda tinha que enfrentar a oposição dos conservadores “ortodoxos” que conseguiram se eleger. Dessa maneira, como explicou o autor, devido à falta de entendimento entre os deputados e entre eles e a gabinete, o ministério não conseguia aprovar nenhuma matéria. Assim, o “que interessava a ministros é frequentemente posto de lado, enquanto o que eles não desejavam é objeto de consideração, como se viu, no fim de agosto, como o projeto concedendo auxílio à companhia de vapores norte-americana, para o movimento regular entre o Rio e Nova Iorque, animado pela Câmara e visto pelo Ministro José Bonifácio como não urgente”. Anais da Câmara dos Deputados, 1864, sessão de 29 de Agosto; Anais da Câmara dos Deputados, 1864, sessão de 01 de setembro e Francisco Iglesias, *op. cit.*, pp.93-95.

³⁵¹ Apesar do curto período que durou o gabinete, este teve que enfrentar questões serias como a crise comercial e a guerra do Paraguai. Além disso, as cisões internas continuavam, principalmente entre progressistas e históricos., Como apontou Francisco Iglesias, essas divergências sempre existiram, mas procurou-se diminuir sua existência. Naquele período, no entanto, ela ganhou força, principalmente porque Furtado, declaradamente liberal, preferiu escolher para suas nomeações membros do seu partido, deixando de lado antigos aliados, o que acirrou ainda mais as divergências existentes. Quando da reabertura da câmara, em maio de 1865, durante a eleição para a mesa da Câmara quase houve um empate entre o candidato do governo Camilo Maria Ferreira Armond, o Barão de Prados, que obteve 35 votos e Saldanha Marinho que obteve 34. Diante dessa situação, o barão pensou em pedir sua renúncia, pois acreditava não ter força suficiente para assumir a função; consultada a Câmara, sua renúncia não foi aceita e o presidente foi mantido. Apesar disso, o que se nota dessa situação, como apontou Iglesias, era a fragilidade e a falta de apoio que o gabinete tinha e tanto era assim que ele não conseguiu se sustentar e poucos dias depois acabou caindo. Francisco Iglesias, *op. cit.*, pp.95-98.

encargo. Diante dessas recusas o imperador recorreu novamente ao marquês de Olinda. Mas ele também não conseguiu manter o gabinete por muito tempo; sem apoio e após divergências entre os ministros da Fazenda, João da Silva Carrão, e o da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antonio Francisco de Paula Souza, o ministério se retirou³⁵². D. Pedro recorreu então, mais uma vez, a Zacarias de Góis e Vasconcelos, que assumiu seu último gabinete. Essa dificuldade na organização e manutenção dos gabinetes demonstra a existência de uma cisão dentro da câmara, causa da grande instabilidade política³⁵³.

As sucessivas mudanças de gabinete, somadas às políticas adotadas principalmente pelo marquês de Olinda e, posteriormente, por Zacarias de Góis, quando voltou para comandar seu terceiro e último gabinete – especialmente em relação à guerra contra o Paraguai e à escravidão, questões que analisaremos posteriormente – causaram uma mudança de opiniões e acirraram as diferenças existentes dentro da Câmara e da própria Liga.

Muitos dos deputados que até então haviam defendido não só o Partido Progressista como o próprio Zacarias de Góis passaram a lhes fazer oposição. Dentre eles, destacavam-se Joaquim Manuel de Macedo, Martinho Alvares da Silva Campos e Leandro Chaves de Mello Rastibona.

Até aquele momento, ainda que não tivesse proferido grandes discursos, as participações de Macedo nos debates deixavam clara sua posição favorável aos progressistas e aos gabinetes de Zacarias de Góis e Vasconcelos e Francisco José Furtado. Assim como outros defensores da Liga, acreditava na idéia de que ela se transformara em um partido forte, unido e seguidor dos princípios liberais. Contudo, sua posição se inverteu a partir do ministério organizado pelo marquês de Olinda, em 1865, pois, segundo ele, esse gabinete era uma “reunião de homens sem um nexo de idéias políticas”³⁵⁴ e, como tal, não representava situação alguma. Sua oposição tornou-se ainda mais contundente durante o terceiro ministério presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos.

---

³⁵² O desentendimento entre os deputados era antigo e se agravou no período, principalmente devido a questões da reforma do Banco do Brasil, problemas financeiros e dificuldades de guerra. Esse desentendimento entre os dois ministros culminou com Carrão pedindo, durante sessão de 27 de julho, sua saída do ministério. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, “seu gesto foi como um toque de reunir porque todos os colegas presentes a reunião se apressaram acompanhá-lo”, chegava ao fim o último gabinete Olinda. Francisco Iglesias, *op. cit.*, p100 e Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 40.

³⁵³ Francisco Iglesias, *op. cit.*, p103.

³⁵⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1866, sessão de 19 de março.

Nota-se, assim, que foi a partir do segundo gabinete do marquês de Olinda que essa mudança de posição aconteceu e que alguns deputados que antes defendiam, passaram a atacar a Liga. Ao longo desse ministério, eles questionaram a continuidade do Partido Progressista, elencando as causas que levariam ao seu fim e, mais ainda, se perguntando se esse momento já não havia chegado. Consideravam o governo do marquês responsável pela situação, uma vez que, ao invés de acalmar as disputas partidárias, já que esse era o seu programa, ou ao menos não acirrá-las ainda mais, para que todos os esforços pudessem se concentrar na guerra contra o Paraguai, ele estaria aprofundando as embates. Segundo os próprios deputados, o marquês acirrou ainda mais as disputas ao promover uma perseguição aos liberais por meio de demissões e nomeações inexplicáveis, principalmente para o cargo de presidente de província. Bernardo Duarte Brandão, um liberal representante da província do Ceará, chamou atenção para essa questão, afirmando que “quando era de esperar que o gabinete zelasse a sua alta missão de neutralidade entre os partidos em luta, a mais cruel perseguição foi dirigida contra os representantes da opinião liberal”³⁵⁵.

Por outro lado, aqueles que continuavam a apoiar a Liga e o ministério diziam não entender a mudança de posição que assistiam. Aristides da Silveira Lobo afirmou,

me espanta, quanto é certo que parte dos homens que, não há muitos dias, ocupavam a mesma posição que ora ocupo, sustentando com ardor a causa dessa situação que hoje combatem (*apoiados*). Em verdade digo que não posso atinar com os motivos de tal contraditório proceder!³⁵⁶.

Em outro discurso, Esperidião Eloy de Barros Pimentel confirmava a cisão existente dentro da Liga Progressista, afirmando que a tão apregoada união entre conservadores e liberais pouco durou.

A saída do marquês e a indicação de Zacarias de Góis para chefiar o novo gabinete não acalmou a situação, ao contrário, tornou-a ainda mais conflituosa. O próprio presidente do conselho de ministros passou a ser alvo de constantes ataques, e não só de seus antigos opositores, mas também daqueles que, em 1864, o haviam apoiado ³⁵⁷. Leandro Chaves de Mello Ratisbona afirmou que o então presidente não tinha mais a confiança política que detinha antes, para ele:

---

³⁵⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 1866, sessão de 11 de julho.

³⁵⁶ *Ibidem*.

³⁵⁷ Logo após a apresentação do programa, tentou-se, como em 1862, passar uma moção de desconfiança e derrubar o gabinete, a votação foi apertada e o gabinete saiu vencedor por apenas três votos de diferença, com 48 a favor e 51 contra. Anais da Câmara dos Deputados, 1866, sessão de 06 de agosto.

o atual presidente do conselho, tendo sido o organizador do gabinete de 15 de janeiro, desse gabinete que encontrou no seio da câmara um apoio sincero, no momento em que se inaugurava a situação progressista, infelizmente, apesar de conservar ainda esses amigos e as dedicações particulares, não pode contar mais hoje com a mesma confiança política que lhe deu tanta força, quando todos unidos saudávamos aquela situação³⁵⁸.

Havia reclamações sobre a forma como o gabinete conduzia as questões da guerra, bem como acerca do não cumprimento das reformas propostas. Joaquim Manuel de Macedo questionava o ministério, alegando que, como o gabinete anterior, ele não era representante da situação, já que não representava partido algum. O gabinete fazia, nas palavras de Macedo, “a política geográfica”:

Não conheço melhor geógrafo-político do que o ministério atual: em S. Paulo é liberal sem mistura, em outras províncias progressista, no Rio de Janeiro é conservador puro...aqui... que tem isso (risadas)? Está na regra da política geográfica.

Não faço, portanto, reparo algum; não faço observação alguma: os nobres ministros fazem muito bem (*risadas*), estão no seu direito, isso é lógico (*apoiados da oposição*); pois que querem ser sejam arco-íris e Deus o abençoe. (*Muito bem*)³⁵⁹.

Macedo destacava assim a falta de unidade entre os homens que compunham o ministério, bem como a falta de um programa que expressasse as propostas que defendiam e que representassem de fato o “partido” ao qual eles declaravam pertencer. Pode-se pensar também que, ao chamar atenção para a falta de consistência política em nível nacional, bem como à ausência de um programa definido, Macedo estaria justificando a retirada de apoio à Liga e ao ministério. Pois, uma vez que esse não defendia qualquer princípio, seus membros não podiam mais ser vistos como pertencentes a um “partido” e, portanto, colocavam-se em discordância com o sistema representativo, ferindo assim os princípios constitucionais defendidos pelo deputado que então passava a lhes fazer oposição. Em muitas ocasiões Macedo demonstrou sua preocupação com o sistema representativo, com a necessidade de garantir o seu perfeito funcionamento, questão fundamental para o país.

Nota-se ainda que a mudança de situação afetou a própria auto-denominação dos deputados, uma vez que muitos dos antigos “ligueiros” voltaram a se declarar liberais. Isso talvez se explique porque esses deputados perceberam que a Liga como partido já não tinha mais como continuar existindo, uma vez que os deputados que a compunham não se entendiam, existindo divergências entre os liberais e os conservadores que a

---

³⁵⁸ *Ibidem*.

³⁵⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 1868, sessão de 09 de maio.

integravam e até mesmo entre os próprios liberais. Além disso, dado os últimos programas apresentados, principalmente pelo marquês de Olinda e por Zacarias de Góis e Vasconcelos, eles perceberam que os ministérios não mais defendiam as suas propostas. Propostas estas que pareciam mais vinculadas aos antigos liberais históricos, com os quais passaram a se identificar novamente. Macedo foi um desses deputados e em seu discurso declarou:

Eu pertenço ao pequeno e insignificante grupo de liberais históricos, pobres liberais que se acham condenados... lançados a uma espécie de inferno em cuja porta se poderia escrever o dístico do inferno de Dante; pertenço pois a este pequeno grupo; não sou dos sôfregos, sou contado entre os intolerantes³⁶⁰.

Havia uma clara cisão dentro da câmara e uma crescente oposição ao governo; além disso, o “partido” que deveria dar apoio ao gabinete estava cada vez mais dividido; a situação mostrava-se insustentável e seu fim era eminente.

A experiência política da Liga terminou com a queda do terceiro gabinete Zacarias em 1868, à qual se seguiu uma inversão partidária, com a volta dos conservadores ao poder e uma reorganização das forças políticas.

Partindo das observações que fizemos, podemos fazer algumas considerações sobre o que era a Liga Progressista e como ela pode ser entendida. Primeiro podemos começar questionando se a Liga era de fato uma continuação da Conciliação como muitos autores afirmaram. Se pensarmos nessa continuação como entendida por exemplo Francisco Iglesias, na qual a Liga seria a continuação da política de Conciliação no sentido de que ambas tentaram acalmar as paixões partidárias, parece não ser possível sustentar tal afirmação; uma vez, que durante seu período à frente dos gabinetes houve, como visto, muitas disputas, debates e oposições, sendo que alguns deputados consideravam que naquele período não existiam apenas dois, mas então três partidos (o conservador o liberal e o progressista). Desta forma, torna-se paradoxal pensar em uma política de “acalmar” as paixões em meio à existência de diferentes partidos e de amplos debates entre seus representantes.

Por outro lado, parece possível pensar na Liga não como uma continuação, mas como um desdobramento das mudanças que ocorreram no período da Conciliação, isso se a entendermos como a definiu Bruno Estefanes como “um episódio das tentativas de reformas abertas ainda na década de 1840, contando com uma participação direta de

---

³⁶⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1868, sessão de 28 de maio.

Pedro II, e que se desdobraram em um novo quadro político na década de 1860”³⁶¹. A Liga parece estar inserida justamente nesse novo quadro político, que se organizou na década de 1860, quando não se buscou a extinção dos antigos partidos, mas sim uma alternativa; ou uma nova possibilidade de organização, na qual os indivíduos que a integravam, independente de sua filiação anterior, a qual, aliás, não negavam, se reuniram em torno da defesa de determinadas propostas de reforma que julgavam necessárias para o país. Apesar disso, é necessário destacar que não houve entre os seus integrantes uma total unanimidade de pensamento sobre o que era a Liga, sua organização e a maneira como deveria conduzir as reformas que defendiam, e isso pode ser observado nos constantes debates existentes entre os seus próprios membros.

Já sobre a mudança partidária observada, sobretudo a partir do gabinete do marquês de Olinda, quando muitos dos antigos defensores romperam com a Liga, talvez ela possa ser explicada pela falta de propostas comuns aos diferentes gabinetes. Quanto ao último gabinete Zacarias (3 de Agosto), havia o questionamento de como ele conduzia a política do país, principalmente no que se referia à guerra e ao não cumprimento, e nem sequer à discussão, das reformas propostas. Reformas pedidas há muito tempo como, por exemplo, a da lei de 3 de dezembro de 1841, proposta, aliás, de um dos homens apontados como responsável pela formação da Liga e pela redação do seu programa, Nabuco de Araújo. Diante dessa situação, os deputados não enxergavam nesses gabinetes qualquer representatividade.

Dessa maneira, a Liga precisa ser pensada para além de uma simples continuidade da política de Conciliação, como foi descrita durante muito tempo, sendo necessário observá-la dentro de um quadro maior de reorganização política ocorrida na década de 1860 e que teve um novo capítulo, após o seu fim, com a formação do Centro Liberal e posteriormente do Partido Republicano.

3.2 – A Guerra e o imperador

Para além das questões políticas partidárias, a década de 1860 foi, como bem indicou o historiador Sérgio Buarque de Holanda, um período dominado por duas questões: a escravidão e a guerra³⁶². Ambas foram fontes de acirrados debates e

---

³⁶¹ Bruno Fabris Estefanes, *op. cit.*, p. 193.

³⁶² Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.13.

discussões e contribuíram para a divisão e as mudanças de posição que ocorreram dentro da câmara dos deputados.

Em 1867, pela primeira vez, a Fala do trono fazia referência à necessidade de se tratar da questão da emancipação do elemento servil, fato que se repetiu em 1868. Como indicou Sérgio Buarque de Holanda, a inclusão desse tema na Fala do trono aconteceu devido à grande insistência de d. Pedro para que tal assunto fosse ao menos mencionado³⁶³; ao que Zacarias de Góis e Vasconcelos atendeu prontamente. Tal afirmação, porém, não foi bem aceita pela Câmara, o que provocou um longo debate entre os deputados e entre eles e o ministério; mesmo os liberais viam nessa declaração uma precipitação em se tratar de um assunto que só deveria ser colocado em pauta após o fim da guerra, e para o qual ainda era necessária a realização de amplo estudo.

As críticas à inclusão dessa questão na Fala do Trono partiram de todos os lados, liberais, conservadores e “progressistas” protestaram contra a menção ao elemento servil em um momento, segundo eles, tão inoportuno, já que o país estava em dificuldades em razão da guerra contra o Paraguai. Para esses deputados não se deveria falar no assunto antes que fossem encontradas soluções para o problema, sendo então uma imprudência do governo alardear o tema sem ter projetos concretos para sua solução. Por fim, uma vez que o ministério alegava a existência de estudos sobre o assunto, os deputados cobravam também maior esclarecimento acerca de tais estudos a que se fazia referência³⁶⁴.

Em defesa do governo, alguns deputados afirmaram que o ministério deixara claro que essa questão só seria tratada no momento oportuno e que haveria a manutenção do direito de propriedade, um dos pontos espinhosos do problema. Como presidente do conselho, Zacarias de Góis assumiu a defesa da inclusão do tema na Fala do Trono; para isso declarou que tal fato era motivo de “alegria” para o atual gabinete, pois “ficava-nos a satisfação de ter sido o primeiro governo a que coube a sorte de, em documento oficial, falar da emancipação do elemento servil e inculcá-la a, meditação e estudo do poder legislativo”³⁶⁵. Reafirmou também a existência de um projeto para emancipação, então em discussão no Conselho de Estado, e declarou que tal projeto garantiria a propriedade privada e tentaria evitar o abalo que a emancipação poderia causar na agricultura.

---

³⁶³ *Ibidem*, p.67.

³⁶⁴ Anais da Câmara dos Deputados, 1867, sessões de junho.

³⁶⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 1867, sessão de 07 de junho.

Cristiano Benedito Ottoni rebateu, alertando que se, por acaso, os estudos mencionados pelo governo consistiam nos projetos do conselheiro Pimenta Bueno³⁶⁶, eles não eram adequados, uma vez que não representavam um consenso sobre o tema. Além disso, alegou que o conselheiro, por estar há muito tempo afastado do governo, não tinha os meios necessários para abordar tal assunto, afirmando que

Em 1867, falando sobre este assunto o nobre ministro da justiça, pedi licença a S. Ex. para perguntar se, no dia em que o ministério subiu ao poder, havia já estudos anteriores da questão, ou se os iniciaram SS. EEx. A resposta do nobre ministro, dada depois de alguns segundos de visível hesitação, foi esta: - Havia estudos, havia um projeto do Sr. Conselheiro Pimenta Bueno. Foi a resposta que obtive.

Mas um projeto do Sr. Conselheiro Pimenta Bueno exprime a opinião deste estadista, que, não estando há longos anos no governo, não tem a sua disposição meios para instituir as investigações práticas que só o governo pode instituir, é dessa que eu falava.

Esse projeto, seja qual for, é filho das lucubrações do gabinete do Sr. Visconde de S. Vicente; deve ter idéias muito aproveitáveis, mas é a opinião somente de S. Ex., pode conter a indicação do modo como o governo deva encaminhar o estudo desta matéria tão importante a um estado social como o nosso. Seriam conselhos ótimos, não podiam ser os estudos em questão.

Para proclamar uma reforma desta ordem são precisas duas ordens de cuidados: 1º, substituição dos braços, contar com alguma coisa para o dia de amanhã; 2º, organizar estudos estatísticos, e, antes de tudo, o arrolamento da população escrava. Sem o arrolamento determinado por sexo, idade, sem que o governo possa fazer uma idéia do número de escravos que não chegaram a virilidade, dos que estão no vigor da idade e dos que chegaram a velhice, como é possível desempenhar o programa do governo, chegar a emancipação sem sacrifício das propriedade atual?³⁶⁷.

Ao assumir a defesa da inclusão dessa questão na fala do Trono, Zacarias de Góis acabou atraindo ainda mais oposição para o seu ministério, pois aqueles que se opunham a que essa questão figurasse na Fala passaram a questionar também o presidente do gabinete e sua atitude frente a tal assunto. E não era apenas isso, também cobravam explicações sobre a continuidade da guerra, a questão do recrutamento e a questão financeira. Em suma, Zacarias passou a ser criticado por todos os lados, tanto por opositores quanto por partidários. Segundo Cecilia Helena de Salles Oliveira, as “práticas” do presidente do gabinete foram os principais alvos da crítica, uma vez que para “os contemporâneos, havia profunda incongruência entre seu modo de agir e os pressupostos pelos quais combateu”³⁶⁸.

---

³⁶⁶ Os estudos de Pimenta Bueno “foram postos em discussão por meio de uma comissão do conselho de Estado em janeiro de 1866 e seria o primeiro esboço do que mais tarde (1871) se transformaria na Lei do Ventre Livre”. Wilma Peres Costa, *op. cit.*, p. 221.

³⁶⁷ Anais da Câmara dos Deputados, 1868, sessão de 25 de maio.

³⁶⁸ Cecilia Helena Salles de Oliveira, *op. cit.*, p.53.

Importante destacar que Macedo, durante as sessões da câmara, quase nunca se pronunciou acerca da questão da emancipação do elemento servil, ainda que tenha se posicionado contrariamente à inclusão do tema na Fala do trono. Durante sessão da câmara disse o deputado:

O Sr. Macedo – Se o oportunamente significa depois da guerra, semelhante medida não é para este ano. Por mais felizes que sejamos, até setembro não haverá tempo de se acabar a guerra, de chegarem as notícias de seu acabamento, e ao se apresentar e votar a proposta.

Por consequência, fica um grande erro cometido pelo ministério; fica ainda como em 1867 o vago, que para muitos será uma ameaça pela simples consideração da dúvida sobre o que se combina e há de vir.

Compreendo a necessidade de se preparar a opinião publica para receber medidas de tanta transcendência: mas é na imprensa que se prepara nestes casos a opinião publica (*Apoiados*).

O Sr. Albuquerque Mello – Este é um dos meios de prepará-lo.

O Sr. Macedo – O honrado presidente do conselho vê perfeitamente a inconveniência do anuncio de medidas, de proposta sobre o assunto tão grave, e da ignorância geral da natureza dessas medidas, das dúvidas que ficam adiando-se a apresentação de proposta, que aliás já estão estudada pelo governo³⁶⁹.

Podemos pensar até que ponto o silêncio de Macedo não derivava de sua interpretação de que não era chegado o momento ideal para tal discussão. Uma vez que o Brasil estava em guerra e todos os esforços deveriam se concentrar, primeiramente, na solução dessa questão, um assunto como a emancipação poderia dividir o país, colocando em risco a vitória. Paralelamente, parece que ele também percebia que essa questão iria dividir ainda mais a já cindida câmara, tornando a situação ainda mais insustentável, uma vez que não havia um consenso sobre o tema, pois, como ele mesmo viria a declarar posteriormente, havia muitos liberais escravistas. Além disso, levantar uma questão tão controversa, e sem resolução clara, poderia levantar desconfianças sobre a conduta do governo e causar agitações que seriam prejudiciais para o encaminhamento adequado do assunto.

Por fim, o discurso proferido na câmara parece indicar que, para Macedo, certas discussões deveriam ocorrer primeiro na imprensa, exatamente por ser esse o local para debate e formação de idéias, local para o desenvolvimento de uma opinião pública sobre o assunto, opinião essa que era importante para legitimar os atos do governo. Como explicou Marco Morel, a existência de uma opinião pública livre era requisito essencial para a existência de um regime representativo que tinha como uma de suas premissas a liberdade de expressão; por isso, a publicização dos atos do governo era necessária, pois

---

³⁶⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 1868, sessão de 28 de maio.

garantia que as diferentes opiniões sobre tais atos pudessem circular de forma mais ampla³⁷⁰.

Nesse sentido, como já apontamos anteriormente³⁷¹, a imprensa era o lugar privilegiado para discussões mais amplas, que atingiam um público maior do que aquele que frequentava os corredores da câmara dos Deputados; e Macedo, por ser um homem que pertencia à imprensa, sabia disso. Por acreditar nessa idéia foi que ele chamou atenção em seu discurso para a necessidade de primeiro se criar uma opinião pública sobre o assunto, para só então a questão ser levada a tribuna. E, talvez, em razão justamente de sua própria concepção acerca da importância da imprensa como espaço público de discussão e formação de opiniões, é que Macedo se utilizou dos jornais para apresentar seu ponto de vista sobre o assunto.

Além dos jornais, Macedo também se utilizou da publicação de livros, principalmente de suas sátiras para expressar suas idéias acerca de questões importantes que estavam em evidência no período. Assim, durante o período em que a câmara esteve fechada, entre os meses finais de 1867 e janeiro de 1868, Macedo escreveu o livro “*Memórias do Sobrinho do Meu tio*”, uma sátira política³⁷², continuação da que o autor publicou em 1855, intitulada a “*Carteira do Meu Tio*”. Porém, ao contrário da obra de 1855, que apareceu primeiro no jornal e depois foi transformada em livro, as *Memórias do Sobrinho de Meu tio* foram publicadas já como livro, dividido em dois volumes, pela tipografia Lamert em 1868³⁷³.

Nessa obra de 1868, o narrador – o sobrinho do meu tio, o mesmo narrador do livro de 1855 –, contava suas memórias, descrevendo como herdou a fortuna deixada pelo tio, como aconteceu seu casamento com a prima e, principalmente, como ocorreu sua entrada no “mundo da política”. Utilizando-se de seu narrador, Macedo traçou um retrato da política brasileira da época. Ainda nesse livro Macedo abordou temas importantes que estavam em discussão naquele momento, ou seja, a guerra e a emancipação dos escravos.

Ao falar sobre a emancipação dos escravos, Macedo apresentou algumas idéias que depois retomou em um discurso que proferiu, na Câmara dos Deputados, em maio

---

³⁷⁰ Marco Morel. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, pp.200-202.

³⁷¹ Ver capítulo 1.

³⁷² Para uma discussão acerca do gênero sátira política, ver capítulo 1.

³⁷³ José Galante de Sousa, *op. cit.*, p.173.

de 1868, e também em uma carta encaminhada ao Conde D'Eu, em janeiro de 1869³⁷⁴. Para Macedo a emancipação era inevitável, o que tornava imperativo que o governo assumisse a responsabilidade pelo encaminhamento da questão e começasse, assim, a pensar em medidas que diminuíssem os transtornos que a emancipação viria a causar, principalmente, aos lavradores. No entanto, censurava o governo por incluir essa questão na Fala do Trono sem apresentar projetos, pois entendia que expor o problema sem propor soluções era deixar um vazio que servia apenas para causar agitação, já que essa era uma medida “impolítica” e que ameaçava vários interesses³⁷⁵.

Como apontado, outro tema de destaque no período era a guerra contra o Paraguai, que, iniciada no final de 1864, foi motivo de inúmeras discussões na câmara dos deputados, gerando grandes polêmicas e acirrando as divergências já existentes entre os membros da casa. O combate demandou grande disponibilização de recursos e mobilização de homens para o *front*. Aliás, a mobilização de forças foi um problema permanente durante todo o período de duração da guerra; sendo o governo constantemente questionado sobre a organização e a formação de reservas para o exército. A preocupação dos deputados era como o governo pretendia conseguir o número necessário de soldados para guerra e mais, se acaso houvesse a necessidade de mais homens, se o governo teria condições de fornecer novos contingentes.

Durante o gabinete de Francisco José Furtado (31 de agosto 1864 a 12 de maio de 1865), foram aprovadas duas medidas que visavam mobilizar forças para atuarem na guerra. A primeira criava os Voluntários da Pátria, por decreto nº 3371 de 7 de janeiro de 1865; e, a segunda medida, efetivada pelo decreto nº 3383 de 21 de janeiro de 1865, destacava a Guarda Nacional em todas as províncias, além de fixar os contingentes que cada província deveria fornecer. Segundo Wilma Peres Costa,

olhando conjuntamente essas medidas e tentando-se resgatar o seu espírito original, percebe-se que elas são complementares, visando a recobrir – destacando a Guarda Nacional e buscando atrair Voluntários por meio de vantagens especiais – aqueles setores da população livre que até então estivera fora do alcance do recrutamento militar, que atingiria sistematicamente apenas as camadas mais pobres e desprotegidas da população³⁷⁶.

---

³⁷⁴ Esse documento será tratado com mais vagar no próximo capítulo, quando discutirmos a situação política pós-dissolução da câmara de 1868. Mas essa foi uma carta que Macedo enviou ao Conde e onde ele apresentou suas principais ideias sobre a emancipação dos escravos, traçando um panorama da questão e afirmando a necessidade de se cuidar desse assunto. Joaquim Manuel de Macedo. Carta de 12 de janeiro de 1869. Ao Conde D'Eu, sobre a emancipação dos escravos. Arquivo do IHGB, lata 276, doc. 23.

³⁷⁵ Joaquim Manuel de Macedo, *Memórias do sobrinho do meu Tio*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp.458-61.

³⁷⁶ Wilma Peres Costa, *op. cit.*, p.229.

Com essas medidas o gabinete procurava conseguir o número de soldados necessários, sem recorrer ao recrutamento forçado, ou a “caçada humana” como era chamado, veementemente condenado pelos liberais³⁷⁷. Porém, essas medidas não surtiram o efeito desejado e o gabinete seguinte, do marquês de Olinda, apelou para medidas mais drásticas. Olinda manteve a instituição dos Voluntários da Pátria, mas alterou o seu sentido inicial, primeiro estendendo para o final da guerra a validade do decreto que criou os Voluntários, depois permitindo àqueles que não pudessem, ou não quisessem, se juntar aos Voluntários a possibilidade de apresentar outra pessoa para o substituir ou de fornecer uma contribuição em dinheiro. Por fim, ainda equiparou as vantagens que os voluntários tinham com aquelas dos Guardas Nacionais, eliminando as distinções entre os dois corpos, o que na prática significava que os voluntários eram apenas um disfarce para o recrutamento compulsório³⁷⁸.

Essa decisão do marquês acirrou ainda mais a oposição ao governo, dificultando cada vez mais a situação do gabinete. Tais medidas contribuíram para que muitos deputados que antes apoiavam o governo, comesçassem a lhe fazer oposição; sendo esse um dos motivos pelos quais, posteriormente, alguns deputados entenderam que o gabinete do marquês de Olinda fora o responsável pelo fim da Liga Progressista.

O recrutamento forçado foi um dos pontos de grande tensão na câmara temporária, uma vez que era condenado pelos liberais que o consideravam um instrumento de perseguição, comumente empregado contra os adversários políticos. Mais de uma vez se cobrou o governo sobre a necessidade de se reformar o sistema de recrutamento. Joaquim Manuel de Macedo foi um dos grandes defensores dessa mudança; em vários momentos questionou o governo sobre a necessidade de se fazer tal reforma, pois “desde muito tempo que nesta casa se fala da necessidade de tal reforma, desde muito que os ministério que se sucedem reconhecem essa necessidade; a reforma porém, nunca se realiza”³⁷⁹. Sobre o recrutamento praticado no Brasil afirmou que

O sistema de recrutamento que atualmente se observam [sic] podem-se reduzir a dois: recrutamento voluntário e recrutamento forçado, que além de forçado pode também ser arbitrário, e é exatamente este o que temos adotado, embora também aceitemos voluntários, isto é, adotamos e mantemos um sistema condenado por todas as nações civilizadas, um sistema que a Europa inteira rejeitou, um sistema de recrutamento forçado e arbitrário que na Europa os

---

³⁷⁷ *Ibidem*, p. 230.

³⁷⁸ *Ibidem*, p. 231.

³⁷⁹ Anais da Câmara dos Deputados, 1865, sessão de 05 de junho.

próprios governos absolutos repeliram como o pior de todos. Não há questão neste ponto: reconhecem todos que tal sistema não é conveniente não é tolerável.

[...] Não é só mal, é péssimo: apresenta uma infinidade de inconvenientes; é um meio de opressão, uma caçada aos homens; dá lugar a que os senhores que se sentam naquele banco (*apontando para a direita*) se queixem do recrutamento como de uma arma de vingança e perseguição empregada contra eles por seus adversários políticos (*apoiados*), e já tem dado e nos dará ocasião para nos queixarmos desse sistema tornado em instrumento de vingança e de perseguição empregada contra os nossos adversários, quando estiveram no poder (*apoiados*)³⁸⁰.

Macedo também propôs outra forma de recrutamento, baseada no sistema de alistamento e sorteio, por ser esse sistema mais adequado e “igualitário”:

Assim, digo eu, reprovando completamente o sistema de recrutamento forçado e arbitrário, e não julgando suficiente o de voluntários, embora eu o repute indispensável, e entenda que nunca poderá ser posto de lado, entendo que o nosso recrutamento deveria fazer, chamando-se primeiramente voluntários e empregando-se para completar as forças decretadas a conscrição e o sorteio. Sustento o sistema de conscrição porque por ele sabe o governo de que forças pode dispor; porque por ele o tributo de sangue é pago igualmente por todos, pago pelo rico e pelo pobre, sem distinção de classes dos cidadãos; porque enfim por ele todos os filhos deste país serão soldados, soldados de seu país (*apoiados*)³⁸¹.

Alguns deputados concordavam com a proposta de Macedo, principalmente na questão da conscrição, porque achavam que ela seria a melhor medida a ser adotada para a solução da questão do recrutamento; entre eles o liberal Urbano Sabino Pessoa de Mello. Mesmo aqueles que não concordavam inteiramente com a proposta de Macedo, não negavam a necessidade de se fazer a reforma do sistema de recrutamento, tais como o deputado liberal Cristiano Benedito Ottoni e o progressista Manuel Buarque de Macedo. Aliás, como explicou Buarque de Macedo, a idéia da necessidade da reforma do recrutamento era algo com a qual a maioria dos deputados concordava, o problema era que não havia uma opinião única sobre como fazer essa reforma, o que existiam eram diferentes projetos e trabalhos sobre o assunto, com diferentes opiniões sobre qual seria melhor maneira de realizar o recrutamento³⁸².

O terceiro gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos também tomou medidas para aumentar o número de soldados e, tal como no ministério anterior, essas medidas novamente não foram bem recebidas pelos deputados. Para aumentar o número de

---

³⁸⁰ Anais da Câmara dos Deputados, 1865, sessão de 05 de junho.

³⁸¹ *Ibidem*.

³⁸² *Ibidem*.

soldados, Zacarias de Góis tomou uma medida extrema libertou escravos para que eles servissem no exército³⁸³, para realização de tal medida, dada a sua dificuldade, foi necessário por parte do gabinete realizar uma consulta ao Conselho de Estado.

Entre os deputados, principalmente os que se declaravam contra o gabinete, e entre eles estavam liberais, conservadores e ex-progressistas, tal medida foi vista como um ato autoritário do governo, já que ele assumia para si atribuições que não eram suas. Para os deputados o governo não poderia ter simplesmente tomado uma medida como essa, sem pedir autorização e principalmente sem consultar a Câmara sobre o assunto.

Além disso, a grande preocupação era que, com tal procedimento, o governo abriria caminho para se discutir a emancipação de uma forma imprudente, o que causaria grandes transtornos ao país. Como demonstrou Wilma Peres Costa, a questão era que ao assumir para si a alforria dos escravos, o gabinete acabou por passar a idéia de que essa era uma iniciativa do governo, e isso expunha a contradição entre o Estado moderno e a escravidão, o que abalava a “solidariedade” que existia entre o escravismo e a “razão de Estado”³⁸⁴; daí a medida ter gerado tanta polêmica e apreensão entre os deputados.

Outro ponto de tensão, naquele momento, foi a escolha de Luís Alves de Lima e Silva, o marquês de Caxias, para comando do exército, segundo Barman, na verdade, D. Pedro teria “forçado” o gabinete a aprovar a nomeação de Caxias³⁸⁵. O marquês era reconhecidamente um homem de partido e apontado como um dos principais líderes do partido conservador, além de ter sido o chefe do último gabinete conservador e contra o qual se formara a Liga Progressista. Sua escolha, portanto, desagradava “ligueiros” e liberais que passaram a fazer cada vez mais oposição ao gabinete³⁸⁶.

Além disso, para ter condições de comandar o exército, o marquês de Caxias precisou fazer algumas mudanças, substituindo certos oficiais por outros de sua confiança, o que fez com o consentimento do ministério. Tais mudanças não agradaram o plenário, principalmente quando atingiram o ministro da guerra, Afonso Muniz da Silva Ferraz, substituído por João Lustosa da Cunha Paranaguá. Tais substituições,

---

³⁸³ Segundo Roderick Barman, a opção em libertar os escravos, inicialmente apenas aqueles que pertenciam à nação, para que pudessem servir como soldados na guerra do Paraguai fora do próprio imperador, que vira na necessidade de aumentar o número de soldados a oportunidade para se avançar na questão da escravidão. Mas uma vez Zacarias de Góis e Vasconcelos atendeu aos desejos do imperador. Roderick J. Barman, *op. cit.*, p.211.

³⁸⁴ Wilma Peres Costa, *op. cit.*, p.248.

³⁸⁵ Roderick J. Barman, *op. cit.*, p.211.

³⁸⁶ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, pp. 42 e 113.

somadas à demora do marquês de Caxias em conseguir resultados positivos na guerra, geraram um onda de críticas ao gabinete e ao marquês³⁸⁷.

Com a demora na obtenção de resultados, a oposição começou a pedir informações sobre o andamento da guerra e a questionar o gabinete sobre seu fim, muitas vezes anunciado, mas ainda não alcançado. A capacidade do ministério para levar a guerra ao seu término foi também colocada em questão.

A crise entre Zacarias de Góis e o marquês de Caxias não passou despercebida aos deputados. O próprio Macedo foi à tribuna, em maio de 1868, para pedir explicações ao presidente do conselho sobre boatos que circulavam na corte de que Caxias havia dado um ultimato ao governo, exigindo a substituição do gabinete atual como condição para que continuasse à frente do exército. Sua preocupação era que “dessa notícia podia entrar no espírito público a idéia de que era possível no país a direção dos negócios públicos, a solução de problemas políticos pela influência da espada”³⁸⁸.

Em resposta a Macedo, Zacarias de Góis afirmou que tal fato não aconteceu que o marquês de Caxias havia pedido sua saída, alegando motivo de doença, mas em nenhum momento fizera tal exigência. Declarou ainda que nem Caxias seria capaz disso, nem o gabinete aceitaria tal situação. Reiterou, por fim, seu apoio ao marquês e à sua permanência à frente do comando do exército³⁸⁹. Sabe-se, porém, que esse incômodo entre o presidente do conselho e o marquês de Caxias fora causado por um pedido enviado por Caxias, em fevereiro de 1868, solicitando a sua substituição no comando do exército. Oficialmente a explicação para tal pedido foram seus problemas de saúde, porém, ao que parece, o verdadeiro motivo seriam as críticas feitas ao marquês e à sua condução na guerra; críticas essas publicadas principalmente nos jornais. Diante dessa situação, o marquês acreditava não ter o apoio que precisava para continuar na guerra, o que o levou a pedir sua retirada³⁹⁰. Contudo, tal ato foi entendido tanto por liberais como por correligionários do próprio marquês como uma tentativa de Caxias de derrubar o ministério e provocar assim a volta dos conservadores ao poder. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, essa situação na verdade significava “o desfecho de um longo período de deterioração nas relações entre o Governo e o General”³⁹¹. O

---

³⁸⁷ *Ibidem*, pp.107 e 116.

³⁸⁸ Anais da Câmara dos Deputados, 1868, sessão de 28 de maio.

³⁸⁹ *Ibidem*.

³⁹⁰ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 120.

³⁹¹ *Ibidem*, p.120.

fato é que, diante de tal pedido, o ministério também pediu a sua demissão, sendo a questão então levada ao Conselho de Estado que deveria decidir entre a demissão do gabinete e ou a retirada de Caxias. O Conselho teria respondido que era contrário tanto à exoneração do gabinete, como à de Caxias. D. Pedro não ficou satisfeito com a resposta, pois considerava que se fazia necessária uma solução para o problema já que, de um lado, Caxias esperava um resposta ao seu pedido, para poder tomar alguma iniciativa, e, de outro, o ministério alegava que era melhor que eles se retirassem, pois a substituição do gabinete causaria menos danos ao país do que a saída do general, que atrasaria ainda mais a solução das questões referentes a guerra. Diante dessa situação, foi feita nova consulta ao Conselho de Estado que, pressionado pelo imperador a dar uma resposta, optou pela permanência do ministério, mas, ao mesmo tempo, pediu que se tentasse demonstrar a Caxias como suas queixas eram infundadas e como o gabinete prestava total apoio à sua continuidade à frente das operações de guerra. Mais uma vez o imperador não ficou satisfeito com a solução³⁹². Nota-se daí que d. Pedro não era favorável à manutenção do gabinete, tornando-se claro, como apontou Sérgio Buarque de Holanda, que o fim do gabinete de 3 de agosto estava próximo, pois esse já não encontrava apoio na Câmara dos Deputados e tampouco no imperador; assim, sua queda era eminente, sendo apenas uma questão de tempo e oportunidade³⁹³. Tal oportunidade surgiu quando na escolha da lista tríplice de um senador pelo Rio Grande do Norte. O imperador preferiu um candidato que estava ligado aos conservadores e que, além disso, fora o candidato menos votado; Zacarias de Góis e Vasconcelos não concordou com a escolha e se recusou a referendar o candidato do imperador, usando essa questão como justificativa para a saída do ministério³⁹⁴.

Ao se observar os discursos proferidos na câmara, entre 1867-1868, nota-se que havia apenas dois pontos de concordância entre a maioria dos deputados. Primeiramente, que a guerra contra o Paraguai se fazia necessária, pois significava a defesa da honra nacional, atacada pelo ditador paraguaio. Macedo chegou a afirmar que “a guerra do Paraguai não é só guerra de desafronta da honra nacional, é mais alguma coisa, é uma grande guerra civilizadora, que vai dar vida ao Paraguai”³⁹⁵. O segundo ponto é que essa guerra só poderia chegar ao fim com a vitória total sobre Solano López, pois se ocorresse de maneira diferente a guerra chegaria ao fim, mas a honra

---

³⁹² *Ibidem*, pp. 121-122.

³⁹³ *Ibidem*, p.123.

³⁹⁴ *Ibidem*, p.124.

³⁹⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 1868, sessão de 28 de maio.

nacional ficaria abalada. Aliás, essa também era a posição de d. Pedro frente à guerra; para ele só era possível declarar seu final após a captura de López³⁹⁶. Ainda assim, essa não era uma opinião compartilhada por todos. Apesar da maioria dos deputados da câmara, da legislatura de 1867-1868, apoiar tal idéia, essa era uma questão polêmica e, devido ao prolongamento da guerra, muitos passaram a pedir seu fim logo depois da ocupação de Assunção, em 5 de janeiro de 1869, pois acreditavam que essa ocupação marcava o término da guerra. O próprio marquês de Caxias partilhava dessa opinião, além disso, ao perceber que a guerra continuaria, já que d. Pedro queria a captura de Solano López, se utilizou da alegação de estar com alguns problemas de saúde, que precisavam de tratamento imediato, para pedir sua dispensa do comando das tropas do Brasil³⁹⁷. Entre aqueles que concordavam que a ocupação marcava o fim da guerra, estava o próprio Visconde de Itaboraí, então presidente do conselho (gabinete de 16 de julho), e também alguns liberais, principalmente da ala histórica, como José Bonifácio (o moço). Acreditavam na necessidade da paz imediata e que era absurdo pensar que o país estaria humilhado se acaso declarasse o fim da guerra sem que Solano López fosse capturado³⁹⁸. Apesar disso, a guerra continuou e seu término só foi declarado em 1870, após a morte de López.

Como bem apontou Sérgio Buarque de Holanda, foi principalmente durante o período da guerra que os gabinetes apareceram como frutos da vontade de d. Pedro³⁹⁹. Somava-se a isso todas as imposições que, apesar de terem sido atribuídas ao gabinete, principalmente ao de Zacarias de Góis, haviam sido feitas pelo imperador, como a inclusão na Fala do trono da questão do elemento servil, a libertação dos escravos para que se tornassem soldados na guerra e a imposição de Caxias como general. Todas essas questões colocaram em evidência a centralidade do poder moderador exercido pelo monarca. A partir de então, começou a aparecer de maneira mais sistemática um questionamento, principalmente por parte dos liberais históricos, mas também dos conservadores, acerca do “imperialismo” de Pedro II⁴⁰⁰. Esse tema não era novo, há

---

³⁹⁶ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 131 e Roderick J. Barman, *op. cit.*, pp. 219-225.

³⁹⁷ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 131.

³⁹⁸ *Ibidem*.

³⁹⁹ *Ibidem*, p. 71.

⁴⁰⁰ Segundo Sérgio Buarque de Holanda, o termo “imperialismo” alcançou uma longevidade incomum e serviu mesmo após a proclamação da República para designar o famoso “poder pessoal” exercido pelo imperador. Para o historiador, “nesse sentido especial nada tem a ver como seria possível pensar com a política imperial no Prata, que muito denunciada, embora, pelos propagandistas da república, estaria mais de acordo com o uso moderno da palavra. No Brasil já se fala em ‘imperialismo’ como sinônimo de ‘poder pessoal’ do imperador, durante a década de 1860-70, ao passo que o significado hoje mais usual

muito que já se questionava o uso do Poder Moderador, como apontou Sérgio Buarque de Holanda tais acusações haviam começado já na primeira década após a maioria⁴⁰¹. Porém, foi nesse período que tal discussão ganhou força, sendo debatida de maneira mais sistemática e aparecendo cada vez mais na imprensa; mas não só, mesmo no plenário, ainda que de maneira sutil, o tema era abordado pelos representantes em seus discursos na Câmara já em 1867. Nessa ocasião, o deputado Francisco de Paula Belfort Duarte fez menção ao uso desse poder, mas rapidamente, chamada a atenção do presidente da câmara, ele lembrou ao deputado que o chefe de Estado não podia ser levado à discussão. Em sua defesa o deputado alegou que não falava do chefe de Estado, mas sim da responsabilidade do governo pelos atos do Poder Moderador. Apesar disso, a referência ao Poder Moderador parecia clara, pois afirmou o deputado;

O Sr. Belfort Duarte: - A primeira fonte de perturbação em um governo representativo, é o predomínio do poder executivo sobre os demais poderes, é a luta travada entre a coroa e a nação, é o que se está passando no país, onde vejo com magoa que tudo tende a concentrar-se em uma só cabeça, que, servindo-se do elemento servil, que todos nós devemos combater prepara-nos um despotismo disfarçado, verdadeiro punhal escondido em flores, cem vezes mais perigoso que qualquer outro, porque é o mais ruinoso e o mais fatal aos cofres públicos. (*Apoiados, muito bem, reclamações*).

O Sr. Presidente: - Lembro ao nobre deputado que esta expressão *em uma só cabeça* pode não ser cabível nesta casa, e seria bom dar uma explicação.

O Sr. Belfort Duarte: - Acuso o governo o responsável pelos atos dos poderes executivo e moderador.

O Sr. Presidente: - Precisava desta explicação, pois que, como V. Ex. sabe, não se pode trazer à discussão o chefe do Estado.

O Sr. Belfort Duarte: - Não o fiz, não o farei nunca; respeito a lei que o veda, acuso o governo responsável e com a minha declaração está perfeitamente salva a ficção constitucional⁴⁰².

Zacarias de Góis também foi questionado sobre o assunto, uma vez que já havia abordado o tema em seu conhecido livro *Da natureza e limites do Poder Moderador*⁴⁰³. Muitas vezes, durante seu governo, Zacarias de Góis e Vasconcelos foi interrogado sobre suas teorias, os deputados buscavam esclarecer a relação entre as teses que

---

dessa palavra só vai surgir, segundo alguns historiadores depois de 1890 na Inglaterra”. Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 76.

⁴⁰¹ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, pp.72-73.

⁴⁰² Anais da Câmara dos Deputados, 1867, sessão de 17 de junho.

⁴⁰³ As teorias de Zacarias de Góis e Vasconcelos sobre o poder moderador ficaram conhecidas em 1860 após a publicação desse livro. Segundo Cecilia Helena Salles de Oliveira, essa é uma obra de referência no estudo sobre o poder moderador. Ver: Cecilia Helena Salles de Oliveria, *op. cit.*, p.15.

defendia e a prática ministerial que iria adotar⁴⁰⁴. Questionado por deputados sobre suas teorias do Poder Moderador, o presidente do conselho, em discurso proferido na câmara em 1868, explicou quais eram suas teses sobre o assunto, destacando que a grande questão era a responsabilidade dos ministros pelos atos do moderador, dizendo

Sr. Presidente o que sustentei e sustento é que seja muito embora, como reconheço, o complexo de atribuições do poder moderador um depósito sagrado que a constituição confiou as mãos imperiais, a referenda do ministro nunca é um simples ato de tabelião que verifica a identidade da imperial assinatura (*muitos apoiados*); mas um ato que tem valor jurídico (*muitos apoiados*)⁴⁰⁵.

Diante dessa declaração nota-se, como destacou Cecilia Helena de Salles Oliveira, que Zacarias de Góis

julgava primordial que a inviolabilidade do monarca estivesse resguardada por agentes que assumissem a responsabilidade por seus atos, intermediando as pressões da sociedade e garantindo que a imprensa, a Câmara e a opinião pública não atingissem diretamente a pessoa do imperador⁴⁰⁶.

Joaquim Manuel de Macedo também se posicionou sobre esse assunto, no entanto, como já havia feito com a questão da escravidão, preferiu manifestar sua opinião fora da câmara, ou seja, na imprensa. Parece que essa era mais uma das questões difíceis e espinhosas que precisavam ser discutidas junto à opinião pública, para só então serem levadas a tribuna.

No mesmo livro em que abordou o tema da escravidão – *Memórias do Sobrinho do meu Tio* –, Macedo também fez referência aos questionamentos que estavam sendo feitos ao poder moderador, e demonstrou grande preocupação com o assunto, pois, como ele mesmo afirmou questionar o poder moderador era questionar a própria Coroa.

O narrador da obra, no caso o “sobrinho”, deixava claro que não existia o tal governo pessoal em que “a vontade do Imperador irresponsável” é “imposta ao governo dos ministros responsáveis”. Justificava sua opinião, alegando que esse governo pessoal se manifestava de dois modos. Primeiramente, na relação entre o Imperador e o ministério; ou seja, quando o monarca ou bem adotava a política de um ministro, ou então o fazia adotar a sua, sustentando o ministro à revelia da opinião pública manifestada no voto de “oposição-maioria em câmaras sucessivamente dissolvidas e

---

⁴⁰⁴ *Ibidem*, p.51

⁴⁰⁵ Anais da Câmara dos Deputados, 1868, sessão de 27 de maio.

⁴⁰⁶ Cecilia Helena Salles de oliveira, *op. cit.* p.33.

eleitas”⁴⁰⁷; fato que não acontecia no Brasil já que se observava uma constante mudança de ministros e ministérios. O segundo, quando o monarca não deixava que os ministros tivessem livre ação, impondo a eles sua política e opiniões em assuntos importantes e impedindo a realização de reformas; o que também não acontecia no país, pois, até então, não se observava que a coroa tivesse impedido a realização de reformas, nem que o Imperador houvesse imposto suas opiniões aos ministros. Por fim, para Macedo, se existisse esse governo pessoal, ele já teria sido denunciado por algum ministro ou ex-ministro e isso ainda não havia acontecido.

Assim, para ele, a contestação ao Poder Moderador derivava da degeneração do sistema representativo; e essa era causada pelo desequilíbrio entre os Poderes de Estado e o Poder Moderador. Esse desequilíbrio, não provinha do poder pessoal do imperador, como queriam alguns, mas “nasce de leis que corromperam o sistema, cuja regeneração agora depende do concurso, do acordo de muitos homens, do reconhecimento da verdade de muitos princípios que foram e que talvez sejam ainda pontos de discórdia política”⁴⁰⁸. Para Macedo, foram, principalmente, as leis de interpretação do Ato Adicional, da reforma do código de processo criminal e, posteriormente, da reforma da guarda nacional que criaram essa situação. Sob o pretexto de acabar com a anarquia criada pelo 7 de abril, o partido conservador fizera essas reformas e ao invés de acabar com a anarquia; “tirou à nossa monarquia o seu verdadeiro caráter que é o democrático (...) Atirou com o sistema representativo de pernas para o ar no salto mortal que deu”⁴⁰⁹. O autor volta às reformas feitas pelos conservadores na década de 1830 para explicar a situação de degeneração em que estava o sistema representativo e segundo ele, foram essas leis que causaram grande centralização do poder, tornando possível a um grupo, os conservadores, se manterem no poder, no entanto, eles se esqueceram de que ao fazer isso não criam “a onipotência do partido, criava somente a onipotência do governo”⁴¹⁰; causando o desequilíbrio entre os poderes, esse de fato era o problema e não o poder pessoal do Imperador.

Ainda segundo Macedo, o partido liberal, também errou, pois ao subir ao poder, não reformou essas leis, ao contrário aproveitou-se delas para oprimir o partido oposto, assim como havia sido oprimido. Ambos os partidos erraram e por isso o sistema

---

⁴⁰⁷ Joaquim Manuel de Macedo, *Memórias do Sobrinho do meu Tio*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 469.

⁴⁰⁸ *Ibidem*, p.476.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 481.

⁴¹⁰ *Ibidem*, p. 482.

representativo estava degenerado; e a única forma de acabar com essa situação seria a restauração do sistema representativo, com a promoção de novas reformas visando acabar com a centralização administrativa das províncias; reformar as leis de 3 de dezembro e da guarda nacional; e abolir o recrutamento forçado. Essas eram as reformas necessárias para a regeneração do sistema representativo, e somente se a coroa se opusesse a essas reformas é que se poderia afirmar que existia o tal governo pessoal.

Para Macedo, a situação do Brasil era então complicada já que se prometiam reformas que não se cumpriam; a guerra impunha grandes sacrifícios à população; a agricultura e o comércio viam seus interesses ameaçados; a crise financeira aumentava; a emancipação dos escravos atingia grandes interesses; e o recrutamento forçado e as injustiças decorrentes causavam um grande desgosto à população. Com isso, a população, ao ouvir constantemente que a culpa de tudo era do poder pessoal, acabaria tomando por culpado da sua situação o Imperador, e passaria a atacá-lo. Para Macedo, essa situação era extremamente preocupante, pois questionar o monarca significava questionar o princípio da monarquia. Abria-se com isso um caminho para a revolução e para o desconhecido⁴¹¹. Essa era sua grande inquietação.

Para ele, frente a esse quadro, como bem colocava o narrador das “memórias”, os únicos capazes de salvar o país eram os liberais, pois, quem “salvou a monarquia constitucional uma vez pode salvá-la outra vez”⁴¹². Assim, Macedo proclamava que diante da situação que estava se desenhando (1867-68), os liberais eram os únicos capazes de governar o país, regenerando o sistema representativo por meio de reformas e garantindo, com isso, sua manutenção.

Apesar de muitos liberais concordarem com essa afirmação de Macedo, a década seguinte, de 1870, foi marcada por seu ostracismo político; depois de anos na oposição, eles só retornariam à câmara dos deputados, como maioria, em 1878. Juntamente com o partido liberal, Macedo, também passou essa década no ostracismo político.

Por tudo que foi apresentado, fica evidente como a posição de Zacarias de Góis e de seu gabinete era frágil; atacado por todos os lados e sem o apoio de d. Pedro sua queda era iminente. Nota-se também que a própria Liga Progressista, da qual ele foi um

---

⁴¹¹ Em março de 1868, Macedo enviou uma carta para D. Pedro na qual expôs suas idéias sobre a degeneração do sistema representativo, a preocupação com o questionamento do poder moderador e as consequências que essas questões poderiam trazer; como no livro afirmou que a saída era a promoção de reformas e que os liberais eram os mais indicados para governar o país e promover essas reformas. Joaquim Manuel de Macedo. Carta de março de 1868. A D. Pedro II, memorial sobre os negócios públicos. Arquivo do IHGB, lata 333, pasta 60.

⁴¹² Joaquim Manuel de Macedo, *Memórias do Sobrinho do meu Tio*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 491.

dos grandes defensores, estava fragilizada. A aliança que começara em 1861, inicialmente como uma tentativa de unir os moderados das duas alas – liberal e conservadora – para fazer oposição aos conservadores “emperrados” e que depois se transformou em um partido, dava sinais de que estava próxima do fim. Apesar das tentativas de seus membros de descrevê-la como algo sólido e duradouro, o fato é que os homens que a compunham não conseguiram chegar a um acordo sobre o seu significado e como deveriam encaminhar as propostas de reforma que defendiam. Aliás, a falta de reformas foi um dos principais temas de discussão entre seus membros e entre eles e os ministérios que deveriam representá-los. Tais reformas, algumas delas pedidas há muito tempo, como a da lei de 3 de dezembro de 1841, sequer foram discutidas. Ao que parece, a falta de reformas e mesmo de sua discussão foi um dos pontos que levou essa aliança ao esgotamento e muitos dos correligionários a mudarem de posição e não mais se identificarem com a Liga. Dada à falta de unidade, o período de predomínio na Liga foi marcado por grande instabilidade política, com sucessivas subidas e quedas de gabinetes; o seu fim levaria a uma nova reorganização partidária.

Joaquim Manuel de Macedo foi um dos deputados que inicialmente aderiram a Liga e depois passaram a fazer oposição a essa organização; sua posição frente a ela mudou quando, percebeu que os gabinetes não tinham propostas comuns e que não estavam dispostos a fazer, nem sequer, discutir, as reformas a tanto tempo pedidas, o que levou o deputado a acreditar que os gabinetes principalmente a partir do gabinete Olinda não representavam situação alguma. Isso e as medidas tomadas por esses gabinetes, na condução da guerra e a inclusão na Fala do Trono da questão da emancipação, fizeram com que o deputado rompesse com a Liga e passasse a se declarar somente liberal. Apesar disso, é importante destacar que apesar das críticas que passou a fazer ao governo, principalmente ao gabinete de 3 de agosto, ao contrário do que fizeram outros deputados, em nenhum momento Macedo atribuiu a responsabilidade pelos acontecimentos ao monarca.

Cabe-nos agora analisar esse momento pós Liga Progressista e os caminhos tomados por Macedo nesse período, da década de 1870, que foi quase que totalmente marcado pelo ostracismo político dos liberais. Tal ostracismo afetou, como não poderia deixar de ser, o próprio Macedo que, uma vez longe da política, retomou algumas atividades como a de professor⁴¹³, ao mesmo tempo em que continuou se dedicando a

---

⁴¹³ Segundo Tania Serra, no período em que esteve na câmara dos deputados Macedo ficou afastado da função de professor no Colégio Pedro II. Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.175.

outras, então de maneira mais intensiva, como a de escritor. Além disso, seu prestígio junto a d. Pedro garantiu sua escolha para a produção de algumas obras de encomenda⁴¹⁴. Assim, se politicamente ele ficaria no ostracismo, como escritor ele passaria ser visto como “Escritor do Estado”, atividade que garantiu sua sobrevivência no período.

---

⁴¹⁴ Jeferson Cano, “Introdução”. In: Joaquim Manuel de Macedo. *Labirinto*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Cecult; São Paulo: Fapesp, 2004, p.188.

Capítulo 4 – Longe do Plenário, Próximo do Monarca: ostracismo político e obras de encomenda

Ao longo de sua vida, ao menos desde 1845, Joaquim Manuel de Macedo sempre foi muito próximo a d. Pedro e à família real. Essa proximidade, no nosso entender, em alguns momentos limitou suas críticas a questões que estavam diretamente ligadas à monarquia. Um exemplo disso é o tratamento que deu à questão do uso do Poder Moderador, alegando que o problema era a degeneração do sistema representativo e não o Moderador em si, como apontamos em capítulos anteriores.

Na década de 1870, essa proximidade foi muito frutífera para o autor, escolhido pelo imperador para escrever algumas obras de encomenda para o governo. A redação de tais obras foi importante para o escritor inclusive financeiramente, pois, como afirmou Tania Serra, após perder o cargo de deputado Macedo teria que voltar a produzir muito mais como escritor para conseguir “levantar fundos para viver”⁴¹⁵; o que reforça a idéia de que os homens daquele período exerciam diferentes atividades não apenas por opção, mas também como uma maneira de garantir sua sobrevivência. Assim, a lembrança de d. Pedro em convidá-lo para escrever algumas obras, somada à gratificação de seiscentos e quarenta mil réis anuais que passou a receber, por quinze anos de “efetivo exercício no Colégio Pedro II”⁴¹⁶, minoraram os problemas financeiros do escritor.

Como apontamos, tais problemas aumentaram quando ele perdeu o cargo de deputado, após a dissolução da câmara pedida pelo novo presidente do gabinete ministerial, o visconde de Itaboraí, o “Chefe respeitado da velha tribo saquarema”⁴¹⁷, que assumiu em julho de 1868. A ascensão de um conservador causou espanto, pois, como era de costume, o imperador deveria chamar para organizar o novo gabinete alguém que representasse a maioria da câmara dos deputados, o que não aconteceu⁴¹⁸.

---

⁴¹⁵ Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.175.

⁴¹⁶ Decreto de 30 de novembro de 1870. José Galante de Sousa, *op. cit.*, p.142.

⁴¹⁷ Sérgio Buarque de Holanda. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 8 edição, 2008, tomo II, volume 7, p. 15.

⁴¹⁸ Segundo José Murilo de Carvalho, pela prática parlamentarista que já havia se consolidado no Brasil, ao dissolver o gabinete, a escolha de um novo presidente do conselho deveria recair sobre um indivíduo que pertencesse à maioria parlamentar, no caso em questão sobre um progressista ou liberal. Por isso a escolha de um conservador causou tanta estranheza por parte dos deputados e gerou muitos protestos. José Murilo de Carvalho. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*, *op. cit.*, p.5.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a escolha dos conservadores e de Itaboraí tinha duas razões principais. A primeira era a conclusão da guerra do Paraguai, que, conforme opinião do monarca, implicava a permanência do marquês de Caxias à frente do exército, sendo então indispensável à escolha de um gabinete conservador. O segundo motivo advinha da necessidade de resolução do grave problema financeiro enfrentado pelo Império, problema esse causado pela guerra e agravado pelas medidas adotadas durante o gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos, quando o país foi inundado por papel-moeda sem valor⁴¹⁹. Assim, Itaboraí, aos olhos do velho monarca, parecia a escolha ideal, pois não só se dava com o marquês, como era então reconhecido, mesmo entre seus adversários políticos, como o grande financista do Império⁴²⁰.

O visconde aceitou o encargo e, em 16 de julho de 1868, assumiu a presidência do gabinete⁴²¹, mesmo tendo ciência de que iria enfrentar muitos problemas devido à súbita mudança política causada pela ascensão de um ministério conservador⁴²². De

---

⁴¹⁹ Como explicou Sérgio Buarque de Holanda, a manutenção da guerra implicava avultados gastos, que iam pouco a pouco consumindo o tesouro público e agravando a situação financeira do país. Além disso, não bastassem os seus próprios problemas financeiros, o Brasil também teve que socorrer seus aliados, que tinham problemas financeiros ainda mais graves, e que poderiam causar uma dissolução do laço que os unia, uma vez que a aliança que existia entre os aliados era muito frágil. Dessa maneira, segundo o historiador, frente à grande crise financeira enfrentada pelo Império, não havia outra solução a não ser recorrer à emissão de papel-moeda e foi o que o gabinete de 3 de agosto fez. Porém, tal recurso não surtiu o efeito esperado e a situação financeira foi se agravando cada vez mais. Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, pp.108-109.

⁴²⁰ Sérgio Buarque de Holanda afirmou que entre “outros homens públicos que se haviam especializado no Brasil em questões financeiras, Tôrres Homem parecia naturalmente afastado. Ligado como estava, mais do que qualquer outro, às origens da crise de que resultou a mudança de Governo, seria sua escolha um ato quase acintoso, mormente quando a crise assumia caráter pessoal e não apenas político. Sousa Franco, por sua vez, já tinha alarmado suficientemente D. Pedro, dez anos antes, com suas idéias heterodoxas, que lhe valeram, injustamente, aliás, a fama de ‘papelista’. Passaria por uma rematada loucura, entre muita gente, chamar ao poder, em hora tão difícil, um homem que de qualquer modo desaprovava as cautelosas doutrinas oficiais no tocante às finanças públicas. Itaboraí, este, sim, era ortodoxo, era a ortodoxia em pessoa, e as mesmas razões que aconselharam sua escolha desaconselhariam um convite a Sousa Franco. Outros existiam que haveriam de revelar depois aptidões especiais no trato das questões monetárias, como o conservador Francisco Belisário ou o liberal Afonso Celso, futuro Visconde de Ouro Preto, mas ainda não tinham tido ocasião de revelar esse talento ou ainda lhes faltava traquejo político”. *Ibidem*, p. 126.

⁴²¹ Esse gabinete era composto pelo Visconde de Itaboraí como presidente do conselho que também ficou com a pasta da fazenda; Paulino José Soares de Sousa assumiu a pasta do Império; José Martiniano de Alencar a da Justiça, substituído em janeiro de 1870 por Joaquim Otavio Nebias, que também foi substituído em 9 de junho de 1870 pelo Visconde de Muritiba; já a pasta de Estrangeiros coube a José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, que de fevereiro de 1869 a agosto de 1870 foi substituído pelo Barão de Cotegipe, a quem também coube a pasta da Marinha; o Visconde de Muritiba ficou com a da Guerra; já a da Agricultura, Comercio e Obras Públicas ficou com Joaquim Antônio Fernandes Leão, substituído em janeiro de 1870 por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Cavalcanti. Barão de Javari, *op. cit.*, pp. 151-155.

⁴²² Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.14.

fato, as incompatibilidades entre o gabinete e a casa temporária eram tantas⁴²³, que a câmara foi dissolvida pouco depois, em 18 de julho, sendo marcadas novas eleições para 03 de maio do ano seguinte.

Uma vez alijados do poder, os progressistas e liberais se uniram formando o Centro Liberal, grupo que passou a fazer forte oposição ao governo. Joaquim Manuel de Macedo pertenceu a esse grupo e junto com ele fez várias críticas ao gabinete de 16 de julho. O Centro Liberal fundou o jornal *A Reforma*, que utilizou para fazer críticas ao governo; esse periódico durou um ano (maio de 1869 - maio de 1870), tendo Macedo ativa participação. Há que se destacar que, mesmo após o periódico encerrar suas atividades, os liberais continuaram fazendo oposição aos ministérios que se seguiram ao de 16 de julho, e se sucederam até 1878, ano em que voltaram ao poder com o gabinete organizado por João Lins Viera Cansação de Sinimbu.

4.1 – Da situação para oposição: o Centro Liberal e a oposição ao governo

A preocupação de Macedo com o governo representativo, como vimos anteriormente, não era nova, mas no ano de 1868 ela se tornou ainda mais central para o autor. Antes mesmo do pedido de demissão do último gabinete Zacarias, Macedo enviou uma carta ao imperador expondo sua preocupação com tal questão e mostrando quais eram as medidas necessárias para solucionar o problema⁴²⁴. Vale destacar que a carta é datada de março daquele ano, portanto meses antes da ascensão de Itaboraí. Ou seja, Macedo dirigia-se então ao imperador em meio aos conflitos do ministério com o marquês de Caxias e também dos embates do gabinete com a Câmara dos Deputados. Como colocado anteriormente, esses conflitos foram causados, principalmente, pela demora em se colocar um ponto final à guerra, pela escolha de Caxias para o comando das forças brasileiras no Paraguai, por algumas medidas adotadas pelo ministério (como a libertação de escravos para servirem de soldados na guerra) e pela inclusão na Fala do Trono da questão da emancipação dos escravos. Antes, contudo, de se analisar o teor da

---

⁴²³ Segundo Francisco Iglesias, logo após o discurso do presidente do conselho, o visconde de Itaboraí, no qual apresentou o programa do seu gabinete, os deputados começaram a fazer oposição ao ministério, sendo o principal nome dessa oposição José Bonifácio (o moço). Francisco Iglesias. “Vida Política, 1848-1868”, *op. cit.*, pp.109-110.

⁴²⁴ Joaquim Manuel de Macedo. Carta de março de 1868. A D. Pedro II, memorial sobre os negócios públicos. Arquivo do IHGB, lata 333, pasta 60.

missiva, vale lembrar a ligação de Macedo com o monarca e com a família real. Tal proximidade poder ser percebida pela própria escolha de Macedo para professor de história e português das princesas Isabel e Leopoldina e também por sua participação no IHGB, onde o imperador era figura constante⁴²⁵.

Na referida carta ele alardeava que a situação política no país era extrema e perigosa e que se nada fosse feito tanto a monarquia como a “integridade” do Brasil estariam ameaçadas. Para ele o grande problema era que a degeneração do sistema representativo levava a suspeita e contestação do Poder Moderador exercido pelo imperador, e questionar esse poder era questionar a própria monarquia. Para Macedo essa degeneração era causada pela existência de algumas leis que davam ao monarca um poder exagerado e anormal, levando a um desequilíbrio entre esse poder e os outros Poderes do Estado, o que levava a uma crença na existência de um “poder pessoal” que se manifestava na ascendência da vontade do imperador em relação a tudo e todos.

Segundo o autor, essa situação derivara das leis aprovadas pelos “conservadores” a partir do chamado regresso, em 1837. Para Macedo especialmente problemática era a lei de 3 de dezembro de 1841 que criou delegados e subdelegados, não só com atribuições policiais, mas também judiciárias, e cuja atuação, juntamente com a prática do recrutamento forçado, acabaram com o que havia de “representativo” nas eleições, pois a partir daquele momento era possível, através do uso da força, manipular as eleições. Paralelamente, entendia que a reforma da Guarda Nacional, realizada em 1850, agravou esse quadro porque passou para o governo o direito de nomear os oficiais e assim “ficou de fato pertencendo aos ministros e aos seus delegados, presidentes das províncias, o direito de eleger os deputados”⁴²⁶. Quanto à interpretação do Ato Adicional, ponderava que ela causara grande centralização administrativa e que com isso quem mais sofria eram as províncias, que haviam ficado “na dependência da Corte” para resolver vários assuntos, como questões relativas a sua economia e “sua vida doméstica”, cuja consequência era ficarem “em atraso”, pois as decisões sobre essas questões demoravam a chegar. Além disso, o governo geral acabava por fazer o que “lhe aconselham os presidentes de província e, portanto carrega

---

⁴²⁵ Segundo Plínio Doyle Silva, a amizade de Macedo com d. Pedro e também com os demais membros da família real era tão forte que podia ser vista não apenas na escolha do escritor para professor das filhas do Imperador (cargo para o qual ele não aceitou receber remuneração); ou em sua participação no IHGB, mas também no fato de que Macedo enviava cartas à família real em ocasiões festivas como Natal e ano novo. Plínio Doyle Silva. “Joaquim Manuel de Macedo no Instituto Histórico”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 291, abril-junho, 1971, p.171.

⁴²⁶ Joaquim Manuel de Macedo. Carta de março de 1868. A D. Pedro II, memorial sobre os negócios públicos. Arquivo do IHGB, lata 333, pasta 60.

com a culpa e com a responsabilidade de que se podia eximir com proveito seu e das províncias”⁴²⁷.

Na opinião de Macedo, essas leis haviam dado aos ministros amplos poderes para escolherem/elegerem seus deputados e imporem, tanto às províncias como ao próprio imperador, seus senadores, sendo que ambos os partidos haviam se aproveitado dessa situação; condenando tais leis quando estavam na oposição e deixando de reformá-las quando estavam na situação, por isso tanto os conservadores “porque as fizeram”, quanto os liberais “porque as mantiveram são igualmente criminosos perante a nação, à quem deixaram sem o direito de eleger livremente, e perante a V.M. Imperial a quem comprometeram e comprometem”⁴²⁸. Conforme escreveu ao imperador, tal situação o comprometia porque todos os erros feitos pelos ministros recaíam sobre ele, uma vez que o monarca, detentor do Poder Moderador, era responsável por eleger, manter e demitir os ministros. Desta feita, todos os atos errados cometidos pelos ministros, seus escolhidos, eram vistos pela “opinião pública” como de responsabilidade dele, Pedro II; mas, não bastasse isso, as demissões e substituições ministeriais também haviam passado a ser entendidas como atos da “vontade pessoal” do imperador. Concluindo suas ponderações, Macedo afirmava que tal situação criava a impressão da existência de um poder que, para ele, o monarca não possuía de fato, sendo fruto apenas da degeneração do sistema representativo.

Dessa forma, Macedo acreditava que somente com a realização de algumas reformas seria possível corrigir o problema. Entre elas destacava a reforma da lei de 3 de dezembro, garantindo-se mais liberdade individual e fazendo da polícia apenas polícia, e não instrumento eleitoral daqueles que estavam no poder; da Guarda Nacional, que deveria ser completada pela reforma no sistema de recrutamento, pois o que era usado até aquele momento havia transformado a referida Guarda em instrumento de perseguição política; e, por fim, a reforma ou a elaboração de uma lei que garantisse a descentralização administrativa, tornando o Estado mais útil e satisfazendo as necessidades das províncias. Assim, somente com essas reformas o país estaria salvo da crise política em que se encontrava, porque elas colocariam o sistema representativo em seu curso normal; e mais, em sua carta à d. Pedro, fez questão de frisar que somente os liberais seriam capazes de realizar tais reformas e de sustentar a monarquia, assim como haviam feito em 1831.

---

⁴²⁷ *Ibidem.*

⁴²⁸ *Ibidem.*

Vale destacar ainda que, em sua missiva, Macedo criou uma genealogia para cada um dos grupos então no poder. Os conservadores que ora se opunham ao último gabinete Zacarias eram os descendentes diretos dos regressistas da regência, enquanto os liberais, que, naquele momento, também não mais se consideravam ligueiros, eram herdeiros dos políticos que haviam assumido o leme do governo após a abdicação de Pedro I. Curiosamente, em sua carta, não havia menção clara ao gabinete então no poder e à chamada Liga Progressista, da qual ele mesmo se dizia, até pouco tempo, parte. Podemos pensar ainda que, quando Macedo escreveu essa carta, a situação do gabinete Zacarias já era extremamente instável, não só vinha sofrendo críticas de todos os lados – conservadores, liberais e ex-ligueiros – como também já existia uma tensão entre o governo e o marquês de Caxias. Apesar de não falar desse gabinete, Macedo sabia que o ministério não conseguiria se manter por muito tempo, pois, como membro da Câmara dos Deputados, ele estava acompanhado todas as discussões e as tensões que envolviam a relação entre a Câmara e o ministério. Paralelamente, a situação da Liga Progressista era de divisão e instabilidade. Muitos deputados já haviam dela se afastado, inclusive o próprio Macedo, e vinham se declarando como membros do partido liberal, isso porque, ao que parece, acreditavam que a Liga não tinha mais condições de defender e mesmo de realizar as reformas necessárias ao país – reformas cuja importância Macedo defendia em sua carta. Dessa forma, o fim da Liga parecia iminente, assim como a queda do gabinete que se dizia representante desse partido. Parece possível então pensar que ao mesmo tempo em que se dirigiu ao imperador para falar da situação “perigosíssima” em que se encontrava o país, Macedo aproveitou para advogar em favor da ascensão dos liberais, que, em sua opinião, eram os únicos capazes de realizar as reformas pedidas e trazer a tranquilidade de volta ao Brasil. Isso parece tão mais verdadeiro quando vemos que ao final de sua missiva Macedo declarou que o imperador deveria

confiantemente abraçar-se com os princípios liberais, democráticos, com o partido liberal, que lhe conservaram fácil e decididamente o trono em 1831 e nos anos seguintes, e que são os únicos capazes de manter seguro e forte contra todos os furacões da adversidade que se pronunciam a monarquia constitucional do Império do Brasil⁴²⁹.

Pouco tempo depois que Macedo enviou a carta ao imperador, o gabinete de 3 de agosto pediu demissão, optando, d. Pedro, por chamar, para espanto de todos, o

---

⁴²⁹ *Ibidem*.

conservador visconde de Itaboraí para organizar o novo ministério, causando assim uma inversão partidária e muitos protestos por parte daqueles que foram retirados do poder. Quem sabe, justamente frente à iminência da queda de Zacarias, Macedo não tenha escrito ao imperador para evitar seja a continuação da Liga no poder, e mais ainda a volta dos conservadores – lembrando-lhe dos bons serviços dos liberais, por acaso partido com maioria na Câmara.

No mesmo mês de julho de 1868, logo após a subida dos conservadores ao poder, Nabuco de Araújo convocou em sua casa uma reunião para discutir a nova situação. Compareceram à reunião liberais históricos e antigos progressistas, porém as recentes divergências existentes entre os grupos impediram que o encontro tivesse algum resultado⁴³⁰. No entanto, em 3 de outubro realizou-se uma nova reunião, agora com a participação de nove senadores liberais, da qual resultou a criação do Centro Liberal, formado por liberais e progressistas liderados por Nabuco de Araújo. Em novembro de 1868, esse grupo fez sua primeira manifestação pública, lançando uma circular na qual aconselhava a todos que se opunham ao governo a não participarem das próximas eleições para a câmara dos deputados. A justificativa era que o governo havia usado de violência nas eleições provinciais e que provavelmente faria o mesmo nas eleições gerais, impossibilitando a competição no pleito a ser realizado, o que justificava o ato de abstenção como uma forma de protesto contra a atitude do governo. O pedido foi atendido e resultou na eleição de uma Câmara unanimemente conservadora⁴³¹.

Em 31 de março de 1869, o Centro Liberal divulgou um manifesto no qual descrevia os últimos acontecimentos como um “golpe de Estado” e fazia uma análise da situação do país, justificando não só sua abstenção nas eleições, como proclamando o lema “ou a reforma ou a revolução”⁴³². No entanto, como afirmou Sérgio Buarque de

---

⁴³⁰ Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Garnier, 1975, tomo 3, p.131.

⁴³¹ Sobre a formação do Centro Liberal ver: Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*; José Murilo de Carvalho, “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove”, *Working Paper 87 Centre for Brazilian Studies*, University of Oxford, 2007, José Murilo de Carvalho, “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”. In: José Murilo de Carvalho (org.), *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, Roderick J. Barman. *Citizen emperor. Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999; e Jeffrey D. Needell. *The party of order. The conservatives, the state and slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

⁴³² Esse Manifesto do Centro Liberal foi publicado no *Jornal do Commercio* em 31 de março de 1869 e também em folheto, e foi assinado pelos senadores José Thomaz Nabuco de Araújo, Bernardo de Souza Franco, Zacarias de Góis e Vasconcellos, Antonio Pinto Chichorro da Gama, Francisco José Furtado, José Pedro Dias de Carvalho, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Teófilo Benedicto Ottoni e Francisco Octaviano de Almeida Rosa. Américo Brasiliense de Almeida e Melo, *op. cit.*, pp. 203 -223.

Holanda, para que tal frase não causasse qualquer mal entendido, uma vez que os liberais não queriam a “revolução”, trataram logo de explicar: “Não há o que hesitar na escolha: a Reforma! E o país será salvo”⁴³³.

Em 7 de abril de 1869, houve outra reunião, na casa de Tavares Bastos, na qual foi fundado o Clube da Reforma, um complemento do Centro Liberal. Para José Murilo de Carvalho, a fundação de tal clube era uma tentativa de acabar com a divisão que ainda existia entre progressistas e liberais históricos, tentativa, porém, frustrada, já que, apesar do novo Clube, as divergências continuaram existindo⁴³⁴. Para divulgar suas idéias, fundaram o jornal *A Reforma*, publicação que começou em maio de 1869, durou um ano, e teve como diretor o liberal Francisco Otaviano. Não é possível saber se Macedo esteve na casa de Tavares Bastos quando da fundação do Clube, mas é certo que ele não só fez parte desse grupo como publicou uma série de artigos nesse periódico, em que tratou de questões como a guerra do Paraguai, o uso de violência nas eleições, os abusos cometidos pela polícia, etc. Nesse mesmo periódico foi publicado o programa do Centro Liberal. No qual foram propostas cinco reformas, consideradas por aqueles o elaboraram essências: a reforma eleitoral; a reforma policial e judiciária; a abolição do recrutamento; o fim da guarda nacional e a emancipação dos escravos⁴³⁵.

O cenário político brasileiro apresentava então uma nova divisão entre os partidos, com os conservadores de um lado, os liberais - progressistas e alguns históricos – reunidos no Centro Liberal de outro, e ainda um terceiro grupo, dos liberais “radicais”, formado por aqueles que não haviam se juntado à Liga e que, posteriormente, tampouco se uniram ao Centro Liberal. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, os membros desse grupo “se pretendiam os verdadeiros representantes da velha tradição luzia”⁴³⁶; donde saíam, aliás, os responsáveis pela formação do partido republicano em 1870.

---

⁴³³ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.137.

⁴³⁴ O Centro Liberal surgiu com a tentativa de reunir em um mesmo partido liberal os progressistas e os liberais históricos, o centro era controlado por senadores liberais e segundo José Murilo de Carvalho, isso deixava “pouco à vontade o grupo de históricos que o compunha”. Visando então tentar dissipar as divergências, principalmente pessoais que existiam dentro do Centro, em 1869, 27 históricos e progressistas reunidos na casa de Tavares Bastos, fundaram o Clube da Reforma, “mais a esquerda, diríamos hoje do que o Centro”, e para divulgar suas idéias o clube criou o jornal *A Reforma*. José Murilo de Carvalho, “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove”, *op. cit.*, pp.6-7.

⁴³⁵ Américo Brasiliense de Almeida e Melo, *op. cit.*, pp. 48-49.

⁴³⁶ Esse grupo começou a se organizar ainda em 1864, quando grande parte dos liberais históricos, não concordando com a posição adotada pelos progressistas, passou a fazer oposição ao gabinete de 15 de janeiro (Zacarias). Em 1866 fundaram o jornal *Opinião Liberal*, no qual defendiam suas idéias e faziam críticas ao governo; jornal então dirigido por Rangel Pestana, J. L. Monteiro de Sousa e Henrique Limpo

A inversão partidária de 1868, além de gerar muitos protestos por parte daqueles que se sentiram excluídos do poder, trouxe algumas questões à pauta do dia. A primeira delas foi a própria situação que levou à inversão, considerada pelos opositores como um verdadeiro “golpe de Estado” que trouxe a “ditadura do 16 de julho”. Segundo Sérgio Buarque, a “imprensa de oposição não hesitou em tirar todas as consequências da situação, e passou a fazê-lo de forma truculenta. A palavra ‘ditadura’ transformou-se, de repente, em estribilho dessa oposição e chegou a inquietar adeptos do Governo”⁴³⁷. O jornal *A Reforma* foi, talvez, um de seus principais porta-vozes, com o próprio Macedo se utilizando de tal expressão, em vários dos seus artigos, para se referir ao gabinete Itaboraí. Um de seus textos trazia a crítica no próprio título, “A ditadura de 16 de julho”, justificando sua afirmativa de que a situação do ministério não estava de acordo com o sistema representativo e que, portanto, o gabinete não representava a nação; os ministros não representavam nada porque não haviam subido ao governo, haviam, na verdade, tomado o poder⁴³⁸.

Porém não só, para Macedo o gabinete sequer representava o partido conservador de outrora, sendo que a única coisa que herdara desse partido foi “a violência opressora desta vez levada além de todos os limites”⁴³⁹. Pois,

A política iniciada pela fatal ditadura de 16 de julho manifesta a sua ruína de modo mais lamentável: o gabinete aborto político sem condições normais de viabilidade é um monstro de milagrosa mas repugnante vida artificial que pode ser tudo, menos a expressão das idéias do partido de que se presumiu genuíno⁴⁴⁰.

---

de Abreu. Nesse mesmo ano de 1866, os membros do grupo passaram a ser chamado de radicais, isso porque, em seu jornal, declararam que estavam filiados à “escola liberal radical”. Em 1868, fundaram o Clube Radical, sob a liderança do senador José Inácio Silveira da Mota. O manifesto lançado por eles nesse mesmo ano, se comparado com outros programas e manifestos do período, elegia propostas mais “radicais” como a abolição do Conselho de Estado, da Guarda Nacional e da vitaliciedade do Senado. Em muitas outras localidades foram criados Clubes Radicais. Em 1869, o grupo decidiu organizar uma série de debates que ficaram conhecidos como *As conferências radicais do senador Silveira Mota*, ocorrendo no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Recife. Nesse mesmo ano alguns membros do grupo se separaram e fundaram outro jornal, o *Correio Nacional*, sob a liderança de Francisco Rangel Pestana e Henrique Limpo de Abreu. Passaram então a atacar de maneira mais agressiva o Poder Moderador. Em 1870, após várias discussões, boa parte desses radicais decidiu fundar o Partido Republicano, o manifesto publicado por eles era maior que o do Centro Liberal e teve a assinatura de 57 pessoas. Contudo, em sua essência, como apontou Sérgio Buarque de Holanda, esse documento era “anti-revolucionário e contemporizador”. Aqueles que não aderiram ao Partido Republicano se filiaram ao Centro Liberal ou se afastaram da militância partidária. Américo Brasiliense de Almeida e Melo, *op. cit.*, pp.31-39; José Murilo de Carvalho, “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos”, *op. cit.*, pp.6-9; José Murilo de Carvalho, “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”, *op. cit.*, pp. 17-41 e Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, pp.137-139.

⁴³⁷ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.136.

⁴³⁸ *A Reforma*, 22 de setembro de 1869.

⁴³⁹ *Ibidem*.

⁴⁴⁰ *Ibidem*.

A ausência de idéias próprias se devia, segundo o autor, ao fato de o novo ministério tentar tomar para si algumas proposições há muito defendidas pelos liberais, propostas às quais os conservadores haviam se oposto e que agora passavam então a aceitar e defender. Porém, mais do que isso, se Macedo e os liberais acusavam o novo gabinete de se apropriar de idéias alheias, também o denunciavam por considerar que não estavam dispostos a fazer as reformas necessárias. O autor alegava que o próprio Itaboraí, ao assumir o governo, afirmou em seu discurso que não havia necessidade de reformas porque o problema não eram as leis e sim sua execução. Ou seja, para os novos partidários do Centro Liberal, ainda que os conservadores parecessem esposar idéias como a necessidade da regeneração do sistema representativo, não estavam dispostos a fazer as consequentes reformas, como a da lei de 3 de dezembro de 1841 e da Guarda Nacional.

No entanto, passado algum tempo, o ministro da Justiça do gabinete Itaboraí, José Martiniano de Alencar, alegou justamente que algumas leis deveriam ser modificadas; o ministro, no caso, referia-se especificamente à reforma da Guarda Nacional. Para Macedo isso demonstrava a grande contradição existente dentro do próprio gabinete, pois se, ao assumi-lo, o presidente do conselho deixou claro em seu programa que essa medida não era necessária, pouco tempo depois o ministro da Justiça alegou exatamente o contrário. Diante dessa situação ele perguntava:

Quem mudou de opinião? Quem cedeu e curvou-se à influência, ou a vontade do outro? O Sr. Presidente do conselho que declarou boas as leis e portanto condenou as reformas, ou o Sr. Ministro da justiça que propõe a reforma dessas leis e portanto em nome do ministro e do Sr. Presidente do conselho as denuncia como ruins e nocivas?⁴⁴¹

Para Macedo essa atitude do gabinete deveria ser vista com desconfiança. Ele questionava então se os conservadores queriam mesmo fazer algumas das reformas a tanto tempo pedidas pelos liberais, ou se anunciar a necessidade de reformas não seria apenas uma estratégia para tentar acalmar a oposição, que estava fazendo muitos ataques e críticas ao governo.

Nesse mesmo artigo ele chamou atenção para outra questão que esteve constantemente em pauta naquele período, ao menos entre a oposição, a necessidade de regeneração do sistema representativo. Para o autor estava claro que era necessário fazer as “reformas liberais”, porque somente assim poderiam colocar o sistema representativo

---

⁴⁴¹ *A Reforma*, 27 de maio de 1869.

de volta ao seu caminho normal. Um encaminhamento que não só era pedido pelos liberais, mas por toda a sociedade.

A despeito de se bater na imprensa pela necessidade de reformas que terminassem com o falseamento do governo representativo, Macedo, em seus textos, publicados n'A *Reforma*, pouco mencionava o Poder Moderador, diferenciando-se, nesse sentido, da maioria dos liberais. Para ele o grande problema era o desequilíbrio de poderes causado pela degeneração do sistema representativo e não o poder exercido por d. Pedro; na verdade, a grande preocupação de Macedo era que, ao se contestar o Poder Moderador, colocava-se em discussão era a própria monarquia, o que poderia levar a um questionamento sobre a continuidade do regime. Assim, parece que a grande questão de Macedo era que tanto d. Pedro como a monarquia deveriam ser resguardados de qualquer discussão para que sua existência não fosse colocada em debate e a sua continuidade ameaçada, pois como ele mesmo defendeu muitas vezes, esse era o melhor tipo de governo para o país.

Continuando suas críticas ao governo, no periódico *A Reforma*, e abordando um tema que, em seu entendimento, também estava ligado à degeneração do sistema representativo, Macedo publicou uma série de artigos intitulados “Os crimes da polícia”. Nessa série ele tratou de acusações que foram feitas contra a polícia, descrevendo diversos crimes e abusos cometidos e pedindo ao governo que tomasse as necessárias providências, fazendo as investigações e punindo os responsáveis. Sem dúvida, as críticas à polícia visavam reforçar a premência da reforma da lei de 3 de dezembro de 1841 e destacar seus efeitos deletérios em relação ao cidadão comum. Mas, para garantir a credibilidade de suas denúncias, alegou que tais acusações haviam sido feitas por “homens respeitáveis” e que por isso mesmo mereciam atenção do governo⁴⁴².

Esses “homens respeitáveis” de que fala Macedo eram o dr. Liberato de Castro Carreira⁴⁴³, que publicou um folheto falando dos crimes da polícia; o senador Tomas Pompeu de Souza Brazil⁴⁴⁴, que fez um discurso no Senado acerca de tais tipos de

---

⁴⁴² *A Reforma*, 7, 9 e 13 de julho de 1869.

⁴⁴³ Liberato de Castro Carreira nasceu em 24 de agosto de 1820, em Aracaty, Ceará. Formou-se em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro; foi membro do Conselho de Instrução Pública e provedor do asilo de Santa Leopoldina, membro do IHGB, da Academia Médico-Homeopática do Rio de Janeiro, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da Sociedade Farmacêutica Brasileira e fundador do Instituto Médico Fluminense. Em 1881 foi eleito senador. Sacramento Blake, *op. cit.*, v.5, pp. 310-312.

⁴⁴⁴ Tomas Pompeu de Souza Brazil nasceu em 06 de julho de 1818, no Ceará. Formou-se em ciências sociais e jurídicas pela Academia de Olinda. Foi advogado, sócio do IHGB, do antigo Instituto Histórico da Bahia, do Instituto Literário do Maranhão, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do

crimes; e finalmente os nove senadores⁴⁴⁵ que haviam assinado o Manifesto do Centro Liberal (em que, além de outras questões, também tratava do problema da violência policial). Ao que parece pelo que descreveu o autor, aqueles que fizeram as acusações à polícia eram os mesmos que estavam na oposição ao governo.

Assim, apesar de Macedo ter declarado que essa não era uma questão de partido, o que se nota é exatamente o oposto, que tal questão obedecia a recortes partidários. Sendo que, como se colocou acima, o uso da força para garantir as eleições serviu de argumento inclusive para explicar o porquê de o partido liberal ter se absterido de participar das eleições de 1869. Não era à toa, portanto, que em tais artigos o autor fizesse questão de destacar que tais crimes haviam ocorrido entre agosto de 1868 e janeiro de 1869, exatamente nos períodos de eleições,

Ora em setembro de 1868 deviam proceder-se e procederam-se em todo o império as eleições de juízes de paz e as municipais, e em janeiro de 1869 deviam proceder-se e procederam-se as eleições gerais para deputados.

A combinação destes fatos e destas datas demonstra pois evidentemente que enquanto houve eleições a preparar e a proceder a polícia desencabrestou livremente pelo campo medonho dos atentados e dos crimes, e que, terminadas as conquistas liberais, a polícia foi refreada, e teve de diminuir as proporções da sua fúria aterradora e violenta⁴⁴⁶.

Dessa situação afirmou Macedo que só era possível tirar uma conclusão, a de que as eleições haviam sido fraudulentas e de que os conservadores se utilizaram da polícia para garantir sua eleição. Esse para o autor era o exemplo máximo do falseamento do sistema representativo que só poderia ser revertido com as reformas defendidas pelos liberais.

Mas não foi apenas do falseamento do sistema representativo que Macedo tratou no periódico *A Reforma*, outras questões também foram colocadas em pauta, especialmente a Guerra do Paraguai, tema, aliás, que causou algumas discussões acirradas entre liberais e conservadores. Como já apontamos, foram assuntos ligados à Guerra que derrubaram o gabinete de 3 de agosto; sendo que a crise entre o presidente do conselho Zacarias de Góis e Vasconcelos e o comandante do exército, o marquês de

---

Instituto de Advogados de Pernambuco. Em Pernambuco recebeu a ordem de Presbiterado, cursou direito e foi lente de teologia do Seminário Episcopal. De volta ao Ceará foi nomeado lente de história e geografia do liceu, depois vigário geral e diretor da instrução pública. Foi ainda deputado geral e em 1861 foi eleito senador, sempre pelo partido liberal. Sacramento Blake, *op. cit.*, v.7, pp. 294-296.

⁴⁴⁵ São eles José Thomaz Nabuco de Araújo, Bernardo de Souza Franco, Zacarias de Góes e Vasconcellos, Antonio Pinto Chichorro da Gama, Francisco José Furtado, José Pedro Dias de Carvalho, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Teófilo Benedicto Ottoni e Francisco Octaviano de Almeida Rosa. Cf. Américo Brasiliense de Almeida e Melo, *op. cit.*, p. 223.

⁴⁴⁶ *A Reforma*, 13 de julho de 1869.

Caxias, foi a gota que faltava para a queda do ministério e para a inversão partidária que d. Pedro optou em fazer em 1868.

Ainda que somente após a subida do gabinete de 16 de julho tornou-se possível vislumbrar o fim da guerra, o historiador Sérgio Buarque ponderou que, a partir de uma análise detalhada dos fatos, o fim da refrega – alcançado pelo ministério Itaboraí – só foi factível em razão das preparações feitas durante o gabinete de Zacarias de Góis⁴⁴⁷. Independentemente disso, os conservadores fizeram questão de ressaltar seu papel na decisão da guerra, ao mesmo tempo em que acusavam os liberais pelo início da guerra e pela demora em sua conclusão. É preciso destacar que se os opositores usaram o jornal *A Reforma* para fazer críticas ao governo, os conservadores usaram o jornal *O Diário do Rio de Janeiro* tanto para se defender das acusações como para criticar os liberais⁴⁴⁸. O próprio Macedo teve alguns de seus artigos respondidos no *Diário*⁴⁴⁹.

Um dos tópicos de discussão sobre a guerra que causou grande polêmica entre os dois partidos versava justamente sobre seu início. Quando a guerra estourou, os conservadores acusaram o gabinete, na época um ministério da Liga, pelo ocorrido, e assim continuaram a fazer nos anos subsequentes. Com a ascensão do gabinete de 16 de julho novamente tal assunto foi levantado, naquele momento pelo deputado João José de Oliveira Junqueira Junior que, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, retomou a discussão. Agora, contudo, a acusação visava não só aos antigos ligueiros, mas aos liberais como um todo. Como já apontamos anteriormente, havia uma tentativa de identificar os ligueiros com os liberais, especialmente os conservadores pareciam querer forçar essa identificação, colocando a Liga como uma vertente dos liberais, razão pela qual, ao falarem do início da guerra, declaravam que essa era culpa dos liberais,

---

⁴⁴⁷ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.128.

⁴⁴⁸ *Ibidem*, p.136.

⁴⁴⁹ No que tange as réplicas e trélicas entre os jornais, podemos citar, como exemplo, a discussão que Macedo fez sobre a aprovação do orçamento do Império, em maio de 1869, quando alegou que o orçamento fora aprovado sem a discussão necessária e questionou o governo do porquê da pressa em aprová-lo. Foi então publicada uma resposta no *Diário do Rio de Janeiro*, na qual o colaborador explicava que as informações de Macedo eram equivocadas e que o tal orçamento ainda não havia sido aprovado, já que para votá-lo era necessário antes aprovar o orçamento do Ministério da Guerra. Macedo rebateu a resposta dada pelo colaborador do *Diário* e a discussão seguiu ainda por alguns artigos. No entanto, o importante a se destacar desse debate é que havia constantes discussões entre liberais e conservadores acontecendo na imprensa e que se os liberais fundaram um jornal para fazer suas críticas, o governo não deixou por menos, e se utilizou do *Diário*, que foi transformado em “folha ministerial”. Sérgio Buarque de Holanda apontou ainda que através do *Diário do Rio de Janeiro* os conservadores pediram um “corretivo” à imprensa liberal, alegando que ela vinha cometendo abusos e “não conhecia meios-termos em seus ataques ao Governo, perturbando seriamente a marcha da administração”. Tal embate público indica que, nos anos imediatamente posteriores à inversão partidária, os liberais conseguiram se organizar e fazer uma forte oposição ao governo. *A Reforma*, 17 e 21 de junho de 1869 e Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.136.

sem distingui-los dos progressistas. Por outro lado, após a reunião de ligueiros e liberais históricos no Centro Liberal, procurou-se evitar fazer a diferenciação entre os diferentes matizes de liberais, uma vez que pretendiam acabar com as divergências que ainda existiam entre históricos e progressistas. Dessa forma, ao serem acusados pelo início da guerra, assumiram a defesa em nome de todos os liberais. Anos mais tarde, ao se referir à Liga Progressista, o próprio Macedo afirmaria que essa, na verdade, era uma vertente dos liberais, tanto que depois de 1868 deixaram de usar nomes diferentes e se reuniram sobre a “grandiosa bandeira do partido liberal”⁴⁵⁰.

Macedo, através do jornal, rebateu a idéia de que os liberais eram os únicos responsáveis pelo início da guerra, alegando, primeiramente, que era preciso deixar claro que a guerra foi algo inevitável e que não foi provocada pelo Brasil e sim por Solano López; o Brasil tão somente respondeu a uma provocação do ditador paraguaio, como qualquer governo deveria fazer. Paralelamente, o autor também questionou o deputado Junqueira afirmando que ele também era representante na legislatura de 1864 e que nada fizera para se opor ao início da guerra, ao contrário, em alguns de seus discursos havia apoiado a atitude do governo⁴⁵¹.

Para além do simples enfrentamento entre os partidos, esse debate punha em questão novamente a necessidade constante de se justificar o início da guerra, um embate que implicou a mobilização de muitos homens, altos gastos por parte do governo, comprometendo as finanças do país, o que afetou muitos setores da população. Em razão da Guerra, as camadas mais pobres eram penalizadas com o recrutamento, enquanto as camadas mais abastadas, sobretudo os agricultores, sofriam com os altos juros gerados pela crise financeira, e essa situação gerava grande insatisfação da população. Tais circunstâncias, como o próprio Macedo declarou, geravam o temor de que a população pudesse se revoltar, o que agravaria ainda mais a já instável situação política do país. Daí a necessidade de justificar que o início da guerra como algo necessário, como uma defesa da “honra nacional”.

A mudança no comando do exército também gerou tensão entre os membros dos dois partidos. Se a escolha de Caxias agradou os conservadores, sua substituição pelo Conde d’Eu agradou os liberais, isso porque, segundo Sérgio Buarque de Holanda, existiam suspeitas, que tinham algum fundamento, de que o Conde se inclinava mais

---

⁴⁵⁰ Joaquim Manuel de Macedo. *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 1876, v.3, p.273.

⁴⁵¹ *A Reforma*, 16 de junho de 1869.

para o lado dos liberais⁴⁵². Oficialmente a saída do marquês de Caxias, em 16 de janeiro de 1869, dera-se em razão de problemas de saúde do marquês, problemas que exigiam pronto tratamento; no entanto, ao que parece, a saída de Caxias, aconteceu porque o comandante não mais concordava com a continuação da guerra, pois considerava que ela havia chegado ao fim quando da tomada de Assunção, mesmo sem a captura de Solano López. Aliás, essa parece ter sido a opinião de muitas pessoas, mesmo de alguns conservadores, entre eles o próprio presidente do gabinete, para quem, com a tomada de Assunção o embate havia terminado, sendo necessária uma paz imediata. Opinião compartilhada também por alguns liberais, entre eles José Bonifácio (o moço). Talvez, por isso mesmo (pela difusão de tal interpretação), o marquês tenha decidido deixar o comando e se recusado a seguir em uma cassada à López⁴⁵³. Ao que parece, o desejo pelo final imediato da guerra logo após a tomada de Assunção, não era, como colocado antes, necessariamente uma questão de partido, pois tanto alguns conservadores como alguns liberais⁴⁵⁴ apoiavam essa decisão. Aliás, a defesa de que a guerra deveria continuar até a captura de López foi feita, na verdade, pelo próprio imperador, a quem, segundo Barman, muito desagradou o pedido de retirada de Caxias, antes que ele tivesse, na opinião do monarca, colocado um ponto final à guerra⁴⁵⁵. Macedo estava justamente entre aqueles que defendiam a necessidade da captura de López para que a guerra pudesse ser considerada concluída, uma vez que considerava que apenas com a derrota total de López a guerra teria fim e a “honra nacional” estaria salva.

Frente à opção pela continuidade da guerra, considerou-se que o conde d’Eu seria a melhor opção para assumir o comando do exército naquele momento. Ao longo da guerra, segundo Wilma Costa, o conde teria, por diversas vezes, pedido para participar, sem que fosse, contudo, autorizado a tanto; entre algumas das justificativas apresentadas, a mais central decorria de ser ele uma “encarnação” da monarquia, sendo então sua presença eventualmente prejudicial, mas, além disso, consideravam-se como incompatíveis a presença simultânea do príncipe e do marquês de Caxias⁴⁵⁶. Após o

---

⁴⁵² Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 131.

⁴⁵³ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.131 e Wilma Peres Costa, *op. cit.*, p.258.

⁴⁵⁴ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.131.

⁴⁵⁵ Segundo Barman, o imperador via na atitude de Caxias o incentivo para que outros homens também quisessem regressar para casa, independentemente do fato de que Lopez estava foragido e reunia forças no leste do Paraguai. Além disso, havia um grande vácuo no alto escalão então em Assunção, isso porque muitos generais, após a batalha de dezembro de 1868, haviam sido mortos ou feridos. Dessa maneira, a saída de Caxias causava outro problema, de se arrumar um substituto para o marquês, capaz de levar a guerra até seu término total. Roderick J. Barman, *op. cit.*, p.224.

⁴⁵⁶ Wilma Peres Costa, *op. cit.*, pp. 260-261.

pedido de demissão do marquês este último obstáculo deixou de existir, e, paralelamente, sua condição de encarnação do regime tornava-se doravante, conforme Wilma Costa, um ponto a seu favor.

Paradoxalmente, os mesmos motivos que antes impediam o Conde d'Eu de participar da guerra eram agora, em 1869, os que o qualificavam para o comando – ser a encarnação da monarquia. Se a presença do príncipe era inseparável da representação da monarquia e se a monarquia é que fazia da continuação da guerra, até a destruição de López, uma questão de Estado, tornava-se natural que fosse o príncipe a assumi-la. É possível que o efeito buscado fosse o de incrementar por meio do prestígio a ser adquirido pelo príncipe, o da própria monarquia⁴⁵⁷.

Porém, como a historiadora ponderou, essa tentativa teve um efeito contrário ao esperado e, ao invés de conferir prestígio, acabou por colocar em evidência o isolamento da monarquia. Ainda assim, ao menos durante certo tempo, os liberais comemoraram sua escolha. Macedo fez elogios à sua atuação, considerando que a vitória garantida por ele foi honrosa e grandiosa

O jovem e hábil general traz ao Brasil com as palmas triunfais a paz mais honrosa, e deixou no Paraguai, além da memória de seus belos feitos militares, o seu nome fulgentemente ligado a uma grande e gloriosa conquista civilizadora e humanitária, a emancipação dos escravos paraguaios⁴⁵⁸.

A questão da emancipação, que trataremos mais adiante, foi um dos grandes temas discutidos ao final da guerra e a atitude do Conde d'Eu de libertar os escravos paraguaios contribuiu para que tal debate se acirrasse. Antes, porém, outra questão indispôs conservadores e liberais, a volta da Guarda Nacional e dos Voluntários da Pátria.

Com o fim da guerra era preciso pensar em como fazer para trazer de volta ao Brasil os homens que haviam lutado pelo país. Os liberais ou, ao menos, grande parte deles, como explicou Macedo em *A Reforma*, queriam que esses homens do exército voltassem com toda a pompa que lhes era devida e mais, deveriam voltar de maneira organizada, “em corpos reunidos”, com desembarque no Rio de Janeiro. O ministério, ao contrário, queria que a volta do exército acontecesse sem muito alarde, sem que eles estivessem reunidos e que o desembarque não ocorresse no Rio de Janeiro. Segundo Macedo, o conde d'Eu também se opunha ao posicionamento do gabinete, pois achava

---

⁴⁵⁷ *Ibidem*, p.261.

⁴⁵⁸ *A Reforma*, 29 de abril de 1870.

que seria uma demonstração de ingratidão por parte do governo. Para o autor, a atitude do governo trazia alguns problemas para o Brasil. Primeiramente, traria um problema político, pois, diante da demora do ministério em retirar o exército brasileiro do Paraguai, os governos de Buenos Aires e Montevideú poderiam questionar o Executivo brasileiro sobre os motivos na demora de sua retirada; o que traria desconfianças em relação às intenções do Brasil para com o Paraguai (ou seja, se não haveria algum plano de conquista por parte do Brasil). Ao mesmo tempo, tal demora poderia gerar um desentendimento entre os governos brasileiro e os de Buenos Aires e Montevideú, pois uma vez anunciado o término da guerra não haveria motivo para que o Brasil continuasse mantendo soldados no território paraguaio. Em segundo lugar, isso traria um problema financeiro, já que manter as tropas gerava gastos desnecessários. Finalmente, Macedo destacava ainda uma questão de fundo patriótico, alegando que a demora em transportá-los de volta ao Brasil era uma grande crueldade, que castigava os grandes heróis do país. Diante dessa situação, na opinião do autor, só havia uma explicação para os atos do governo, o gabinete de 16 de julho tinha medo que o exército desembarcasse reunido e organizado e trazendo à sua frente o Conde d'Eu, em seu artigo declarava “Oh! é triste, é vergonhoso dizê-lo: os pigmeus da política interna tem medo dos Hércules da desafronta nacional”⁴⁵⁹. Ao que parece, como apontou Vitor Izecksohn, havia um temor por parte do governo de que os liberais fizessem uso político dessa vitória⁴⁶⁰, ao destacarem que a vitória total foi alcançada pelo conde d'Eu, figura mais próxima aos liberais. Além disso, havia também, segundo o mesmo autor, o temor de revoltas das tropas, o que levou o governo, na medida do possível, a esvaziar as paradas e manifestações de júbilo ligadas ao retorno dos soldados⁴⁶¹.

Em defesa do governo saiu o ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos, que apresentou duas razões para a oposição do governo ao retorno conjunto dos Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional. Em primeiro lugar, alegou que isso determinaria uma despesa injustificável; e, em segundo, respondeu que o desembarque das tropas no Rio de Janeiro sob aplausos poderia ser interpretado como um ato de sarcasmo e ironia contra aqueles homens que estavam já na Corte e devido à

---

⁴⁵⁹ *A Reforma*, 26 de janeiro de 1870.

⁴⁶⁰ Vitor Izecksohn, “A Guerra do Paraguai”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, vol. 2, p. 416.

⁴⁶¹ *Ibidem*, p. 416.

guerra haviam ficado inválidos, doentes e mutilados. Macedo, não se furtou a contraditar a opinião do ministro⁴⁶².

À primeira observação respondeu que quanto mais tempo se mantivesse o exército no Paraguai, maiores seriam os gastos para a manutenção desses homens, esses sim, segundo ele, gastos desnecessários. Já quanto à segunda observação, respondeu que ao contrário do que afirmou o ministro, tanto aqueles que estavam retornando ao país, sendo recepcionados com aplausos, como aqueles que já tinham voltado devido a enfermidades (causadas durante a guerra) ficariam felizes e honrados com a recepção, porque entendiam que os “grandes heróis da pátria” deveriam ser recebidos com festa.

Mas para Macedo a questão central, no que tangia à posição do governo, era seu medo de receber esses homens, porque sabia que ao retornarem reunidos e organizados eles iriam exigir aquilo que lhes foi prometido, sendo dever do gabinete cumprir e pagar-lhes o que foi acordado como forma de reconhecimento e gratidão. E mais ainda, Macedo fez questão de deixar claro que mesmo se o governo não honrasse com seus compromissos em hipótese alguma esses homens iriam se utilizar de suas armas para provocar qualquer distúrbio no país

E que as não pagasse o gabinete atual, aqueles heróis que se chamam – *voluntários da pátria* – apelariam para governo mais honrado, conservariam plena fé na lealdade do Brasil - que seria vingada em breve época moralizada e não deslumbrariam as armas fulgentes saídas das vitórias admiráveis da guerra do Paraguai, perturbando com elas a ordem pública e a interna do Estado⁴⁶³.

É necessário pensar no significado dessa insistência de Macedo quanto ao retorno do exército reunido e, ainda mais, com o Conde d’Eu à sua frente, conduzindo esses soldados. Aliás, a figura do conde é amplamente defendida por Macedo no jornal *A Reforma*, em que ele apresenta o genro do monarca como um dos grandes responsáveis por colocar um fim à guerra. Dessa maneira, dois pontos merecem consideração, o primeiro é que exaltar a figura do conde, dada à aproximação que ele tinha com os liberais, seria uma forma de chamar atenção para a atuação dos próprios liberais em relação à guerra, e seu fim. Ou seja, desta forma, acentuava-se que não foi o marquês de Caxias, um conservador, mais sim o Conde d’Eu, um liberal, ou ao menos uma figura próxima a eles, o responsável por colocar um ponto final ao embate. O outro ponto a ser pensado é que ao acusar o gabinete conservador de não querer receber os soldados, ele estaria ao mesmo tempo enfatizando que o governo não tratava como

---

⁴⁶² *A Reforma*, 27 de janeiro de 1870.

⁴⁶³ *Ibidem*.

deveria os seus verdadeiros heróis, aqueles que haviam lutado “patrioticamente” na guerra, o que poderia gerar protestos contra os conservadores que estavam então no poder; protestos que poderiam vir tanto das tropas que estavam regressando, quanto do “povo”, o que ajudaria a levantar questionamentos sobre o gabinete, aumentando, eventualmente, sua instabilidade e levando até, quem sabe, à sua substituição.

Pensar nessas hipóteses parece possível não só porque, como já apontamos, havia por parte dos conservadores o temor de que os liberais fizessem um uso político da questão do regresso dos soldados, mas também, como argumentou Sérgio Buarque de Holanda, porque, ao menos desde 1869, a situação do gabinete de Itaboraí não era muito instável. O visconde foi escolhido principalmente devido à necessidade da manutenção de Caxias frente ao comando do exército, assim, após a retirada do marquês o gabinete teria perdido o seu sentido. Porém, mais do que isso, depois da saída do general, o ministério perdeu também parte do apoio do imperador em razão da recusa de seu presidente de incluir na Fala do Trono, como acontecera em 1867 e 1868, uma menção à questão do elemento servil⁴⁶⁴. Ainda segundo o historiador, circulavam boatos de que o imperador estaria preparando “novos hóspedes” para assumir o ministério, e muitos nomes foram aventados, entre eles José Antônio Pimenta Bueno (visconde e depois marquês de São Vicente). Mais do que isso, também não era descartada a possibilidade de que o Imperador optasse por recorrer aos liberais para a organização de um novo gabinete, já que, segundo rumores, ele iria optar por alguém que estivesse disposto a abordar o tema da emancipação. O problema com essa escolha era que ela incorreria na necessidade de nova dissolução da Câmara, o que não era aconselhável naquele momento⁴⁶⁵, dado as intensas discussões que estavam ocorrendo sobre o Poder Moderador, causadas em grande parte pela inversão partidária de 1868 e a subsequente dissolução da Câmara.

A Guerra do Paraguai, no entanto, não gerou discussões apenas sobre o comando do exército ou a volta dos Voluntários da Pátria, ela trouxe à tona novamente outra questão, causa de muitos debates e polêmicas, a emancipação dos escravos. Segundo conta parte da historiografia, o governo brasileiro, respondendo a um apelo dos abolicionistas franceses, havia se comprometido a tratar de tal assunto logo após o final da guerra⁴⁶⁶; além disso, a atitude do Conde d’Eu de abolir a escravidão no Paraguai

---

⁴⁶⁴ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, pp. 144-145.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p.144.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, pp. 133-134.

colocou em evidência a contradição entre a política externa e interna do país, uma vez que se abolia a escravidão lá fora enquanto era mantida no país. E não apenas isso, como apontou Wilma Costa, o ato praticado pelo Conde serviu como um alerta para a elite política brasileira de que não era possível mais contar com a coroa como a grande defensora da permanência da instituição⁴⁶⁷.

Macedo também participou da discussão sobre a questão do “elemento servil”, como apontamos no capítulo anterior, inicialmente ele teve algumas ressalvas em falar sobre o tema, primeiro porque não acreditava que fosse o momento ideal para tal discussão, já que o país estava em guerra; depois porque tratava-se de uma questão polêmica que causaria uma maior divisão dentro da Câmara dos Deputados, da qual fazia então parte; e, por fim, porque acreditava ser necessário que o tema fosse melhor discutido. Discussão que deveria começar pela imprensa, de maneira que a opinião pública fosse contemplada no encaminhamento e resolução, da questão. No entanto, frente às mudanças dos últimos meses, com a guerra próxima do fim e depois de dissolvida a Câmara, Macedo procurou expor suas idéias sobre o assunto.

No início de 1869 ele enviou uma carta ao Conde d’Eu, abordando a emancipação dos escravos⁴⁶⁸. Nessa carta, que foi enviada meses antes do conde ter seguido para guerra, Macedo começou afirmando que essa era uma questão que causaria muitos problemas, pois inevitavelmente iria atingir muitos interesses, mesmo sendo realizada de maneira gradual e respeitando o direito a propriedade, muitos seriam os prejuízos e sacrifícios necessários para sua resolução. Assim, seu encaminhamento traria inevitavelmente ressentimentos contra o governo, vindos principalmente dos centros agrícolas que sofreriam os maiores prejuízos. Se admitia que membros do partido liberal também sofreriam com uma política emancipacionista, alegava que as principais vozes contrárias viriam do partido conservador. De certa maneira, Macedo parecia reforçar que esse era um assunto a ser mais bem encaminhado por figuras de seu partido – até porque o novo gabinete Itaboraí sequer mencionara, até então, o assunto.

Porém, mais do que isso, Macedo chamava atenção para uma questão considerada por ele central, ao se discutir a emancipação dos escravos era preciso que os ministros fossem responsáveis por resolver tal questão, resguardando o imperador e

---

⁴⁶⁷ Wilma Peres Costa, *op. cit.*, p.262.

⁴⁶⁸ Joaquim Manuel de Macedo. Carta de 12 de janeiro de 1869. Ao Conde D’Eu, sobre a emancipação dos escravos. Arquivo do IHGB, lata 276, doc. 23.

seus herdeiros, para que sobre eles não recaíssem os ressentimentos daqueles que seriam atingidos por tal ato⁴⁶⁹.

Podemos pensar que ao chamar atenção para essa questão Macedo deixava claro que a emancipação deveria ser abordada e resolvida pelos partidos, para que assim a monarquia ficasse resguardada. Ao mesmo tempo também apontava para o fato de que os conservadores não iriam tratar o assunto como se deveria, principalmente porque eram contra a emancipação. Dessa forma, enfatizava que os liberais eram a escolha certa para resolver o assunto, primeiro porque essa já era uma reivindicação dos liberais, não de todos, mas de sua maioria, constando inclusive do programa do Centro Liberal; depois porque eles seriam os únicos capazes de tratar da questão da maneira correta, ou seja, promovendo a emancipação lenta e gradual dos escravos, resguardando o imperador e a monarquia. Macedo não deixava assim de fazer uma propaganda em favor dos liberais, e isso em um momento que, como apontamos, o gabinete Itaboraí estava perdendo o apoio de d. Pedro exatamente porque se negava a abordar a questão, sendo que já havia rumores de que o gabinete seria substituído por um que estivesse mais disposto a tratar do assunto.

Naquele mesmo ano de 1869, Macedo publicou o livro *Vítimas-Algozes: quadros da escravidão*, no qual voltou a reforçar a necessidade de se fazer emancipação gradual. O livro está dividido em três novelas que narram histórias envolvendo escravos e as mazelas causadas pela escravidão. Logo na introdução, o autor deixou claro que seu intuito ao escrever a obra era chamar atenção para os malefícios da instituição e suas consequências tanto para os escravos como para os senhores.

Trabalhar no sentido de tornar bem manifesta e clara a torpeza da escravidão, sua influência malvada, suas deformidades morais e congênicas, seus instintos ruins, seu horror, seus perigos, sua ação infernal, é também contribuir para condená-la e para fazer mais suave e simpática a idéia da emancipação que a aniquila.

Seguindo dois caminhos opostos, chega-se ao ponto que temos fitado, à reprovação profunda que deve inspirar a escravidão.

Um desses caminhos se estende por entre as misérias tristíssimas, e aos incalculáveis sofrimentos do escravo, por essa vida de amargurar sem termo, de árido deserto sem um oásis, de inferno perpétuo no mundo negro da escravidão. É o quadro do mal que o senhor, ainda sem querer, faz escravo.

O outro mostra a seus lados os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos do escravo, inimigo natural e rancoroso do seu senhor, os miasmas, deixem-nos dizer assim, a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores, e a sua raiva concentrada, mas sempre em conspiração latente atentando contra a formatura, a vida e a honra dos seus incôscios opressores.

---

⁴⁶⁹ *Ibidem*.

Preferimos este segundo caminho: é o que mais convém ao nosso empenho⁴⁷⁰.

E foi exatamente o que Macedo fez nas três novelas que compõe o livro – “Simeão, o crioulo”; “Pai-Raiol” e “Lucinda, a mucama” -, descrevendo todos os vícios e rancores dos escravos e destacando que em razão de sua condição eles se transformavam em algozes, cometendo muitas vezes crimes contra os seus senhores ou corrompendo os costumes, transformando-os, dessa forma, em vítimas da própria instituição de que se beneficiavam. Para evitar essa situação, o autor afirmou que havia apenas uma solução, a emancipação gradual dos escravos com a devida indenização dos senhores por parte do governo.

Para reforçar sua tese o autor se utilizou do recurso do medo para pintar um quadro aterrorizante, salientando todas as mazelas causadas pela escravidão, como apontou Flora Sussekind ao se utilizar desse recurso o narrador tinha como intenção defender

a camada proprietária, demonstrando a necessidade de decretar ela mesma a emancipação antes que tal pudesse se dar por meios mais cruentos, antes que a ‘nefasta influência’ de tais ‘vítimas-algozes’ e de ameaçadoras senzalas pudesse macular de modo irremediável fazendas e sobrados brancos⁴⁷¹.

No correr das novelas, ele apresentou ainda algumas questões de ordem econômica e de defesa da soberania nacional como justificativa para pleitear a emancipação. Economicamente, chamava a atenção para os prejuízos – tanto financeiros quanto de ordem social - que poderiam ser causados caso a escravidão terminasse de forma brusca, daí a necessidade de ser feita de forma lenta e gradual e com garantida indenização para os senhores. Macedo reconheceu, porém, que o fim da escravidão causaria alguns problemas financeiros inevitáveis e afirmou que

a escravidão, que é cancro social, abuso invertebrado que entrou em nossos costumes, árvore venenosa plantada no Brasil pelos primeiros colonizadores, fonte de desmoralização, de vícios e de crimes, é também ainda assim instrumento de riqueza agrícola, manancial do trabalho dos campos, dependência de inumeráveis interesses, imenso capital que representa a fortuna de milhares de proprietários e, portanto a escravidão para ser abolida fará em seus últimos arrancos de monstro cruelíssima despedida⁴⁷².

---

⁴⁷⁰ Joaquim Manuel de Macedo. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*, op. cit., p.2.

⁴⁷¹ Flora Sussekind “As Vítimas –Algozes e o imaginário do medo”. In: Joaquim Manuel de Macedo. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. SP: Editora Scipione, 3ª edição, 1991, p.XXIII.

⁴⁷² Joaquim Manuel de Macedo. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*, op. cit., p. 3.

Já no que se refere à soberania nacional a preocupação de Macedo residia no fato de ser o Brasil um dos últimos países a manter a escravidão, instituição contra a qual se colocava o resto do mundo. Assim, tornava-se premente encaminhar a emancipação, pois diante deste grande apelo internacional o país não tinha como resistir, “o Brasil só e isolado, marcado com o selo ignominioso da escravidão diante do mundo, seria o escárnio e o maldito do mundo, e se exporia ao opróbrio da coação pela força”⁴⁷³. Já não era apenas a Inglaterra que pressionava o Brasil pelo fim da escravidão “agora é o mundo, agora são todas as nações, é a opinião universal, é o espírito e a matéria, a idéia e a força a reclamar a emancipação dos escravos”⁴⁷⁴. Ou seja, era impossível resistir, a escravidão estava próxima do fim, cabendo ao Brasil fazer a emancipação por seus próprios meios, garantindo sua soberania e evitando que o país entrasse em “convulsão”.

Nota-se, porém que em nenhum momento Macedo se utilizou de argumentos humanitários para justificar a necessidade de emancipação, o que o afastava dos argumentos usados pelos abolicionistas para pedir o fim da escravidão. A preocupação do autor era, na verdade, com a camada senhorial, com aqueles que eram atingidos pelos males da escravidão que corrompia os costumes e as famílias senhoriais.

É preciso destacar que Macedo sofreu várias críticas após a publicação do livro. Como afirmou Tania Serra, as principais críticas ao autor giravam em torno da mudança na maneira de escrever, pois, se até aquele momento Macedo era o autor das “mocinhas” com romances como *A moreninha*, a partir desse livro ele passou a tratar de temas mais realistas e que tocavam no cotidiano vivido por seus leitores⁴⁷⁵. Uma das críticas mais negativas contra essa obra foi publicada na *Vida Fluminense*, em janeiro de 1870, sob o pseudônimo de “Um Dr. Pancrácio”:

Pílulas e Confeitos

Será lícito a um professor do Colégio de Pedro II [...] ignorar as leis da gramática, e as regras mais mezinhas da acentuação portuguesa [...]?

Certas descrições são feitas demasiado ao vivo, e há cenas verdadeiramente repugnantes. É levar muito longe a escola realista.

[...] Em resumo: a obra pode aproveitar a homens feitos, mas é sobejamente imoral para penetrar no lar doméstico⁴⁷⁶.

---

⁴⁷³ *Ibidem*.

⁴⁷⁴ *Ibidem*.

⁴⁷⁵ Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.156.

⁴⁷⁶ *Vida Fluminense*, 8 de janeiro de 1870 (p.14-15). Apud Tânia Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p. 161.

Essas críticas evidenciam o incômodo causado pelas descrições que Macedo fez sobre a escravidão e, ao mesmo tempo, apontam para o fato de que, ao atacar o autor, a crítica se utilizou justamente do seu prestígio como escritor – do fato de ser o escritor “das donzelas”, alguém que penetrava os lares – para recriminá-lo por ter abordado tal tema. É preciso lembrar que Macedo escreveu em um momento em que a escravidão era um tema espinhoso e polêmico, para uma sociedade que ainda era escravista e que não queria ver retratadas as mazelas causadas pelo cativo, ainda mais por um autor muito lido pelas “senhoras e senhoritas”. Dessa maneira percebe-se que falar da escravidão ou da emancipação não era algo simples e fácil de ser feito, sendo que as críticas recebidas por Macedo, após a publicação de seu livro, expõe essa dificuldade.

Fica evidente que, naquele período, o tema da emancipação dos escravos ganhou grande destaque, tanto que foi um dos responsáveis pela queda do gabinete de 16 de julho. Como ocorreu nos anos anteriores, d. Pedro queria que fosse incluído na Fala do Trono de 1869 um tópico acerca do problema do elemento servil, ainda que apenas apontasse para o fato de que o governo se interessava pela questão. Como mencionado, o gabinete do visconde de Itaboraí se recusou a fazer menção a tal assunto, o que gerou certa crise entre o gabinete e o imperador⁴⁷⁷.

Interessante destacar que na carta que enviou ao Conde d’Eu, em janeiro de 1869, Macedo atentou para o fato de que rumores davam conta de que o gabinete não pretendia tratar da emancipação, o que significava então que os ministros estavam com seus dias contados, levando o imperador a organizar outro gabinete:

Confidencialmente eu não ouvi em dezembro a que sabe das intenções do Visconde de Itaboraí mais do que os ministros do gabinete que o visconde está resolvido a opor-se as medidas que devem apressar a emancipação; penso que com exceção de um ou dois ministros os outros acompanham o presidente do conselho e como penso também que, estando acabada a guerra é força que, da emancipação seriamente se cuide, estou prevendo a retirada do atual ministério no fim de breves meses e a organização de um outro gabinete conservador, gabinete Caxias-Paranhos – Caxias-S.Vicente – isto é (Vossa Alteza me perdoe) cabeleira e cabeça. O visconde de Itaboraí deixará o poder, sendo aplaudido por todos os escravistas, e contando com o apoio simples dos centros agrícolas. O marquês de Caxias levará ao poder o prestígio da nossa tão custosa e demoradíssima vitória no Paraguai, e começara a campanha da emancipação, se é que não se opõe a esta⁴⁷⁸.

---

⁴⁷⁷ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.141.

⁴⁷⁸ Joaquim Manuel de Macedo. Carta de 12 de janeiro de 1869. Ao Conde D’Eu, sobre a emancipação dos escravos. Arquivo do IHGB, lata 276, doc. 23.

Parece que ao falar da queda de Itaboraí e da possibilidade de subida de outro gabinete conservador, Macedo questionava se de fato os conservadores iriam levar à frente questão da emancipação, uma vez que a grande maioria dos membros do partido era contrária a isso. Mais uma vez, parece que Macedo queria destacar que apenas os liberais seriam capazes de tratar desse assunto da maneira correta, tentando minimizar os prejuízos e tensões que as discussões sobre essa questão causaria, sendo assim os mais bem preparados para assumir o governo.

De fato o gabinete durou apenas mais alguns meses e, após sua queda, d. Pedro convocou José Antonio Pimenta Bueno, Visconde de São Vicente para a organização do novo ministério. Ainda que Macedo não tenha acertado no que tange ao marquês de Caxias, sua aposta em São Vicente fora certa; este, segundo muitos, identificava-se com a questão da emancipação⁴⁷⁹.

Durante os anos de 1868 a 1870 os liberais fizeram acirrada oposição ao governo e se utilizaram para isso do jornal *A Reforma*, fundado por eles e com Macedo como um dos principais redatores. Ainda que o jornal tenha deixado de circular em 1870, devido à falta de recursos para continuar sua publicação, as críticas ao governo continuaram. Apesar disso, os liberais amargariam aquela década no ostracismo, conseguindo voltar ao poder apenas em 1878, com a organização, em 05 de janeiro, do gabinete liderado por João Lins Viera de Sinimbu.

Para Macedo esse período de 1868 a 1870 foi de intensa atividade no periódico *A Reforma*, onde, juntamente com outros liberais, fez ataques frequentes ao governo dos conservadores e aos seus atos. Além disso, defendeu a emancipação lenta e gradual da escravidão, inclusive por meio da redação de um livro sobre o assunto. O escritor também foi um árduo defensor da monarquia e do imperador, então muito atacado devido ao uso do Poder Moderador, sobretudo após a inversão partidária de 1868. Acerca dessa questão, Macedo se afastou das críticas feitas pelos liberais em geral, alegando que o problema não era o Poder Moderador e sim a degeneração do sistema representativo. Demonstrou então toda sua preocupação com essa degeneração e defendeu as reformas da lei de 3 de dezembro, da Guarda Nacional, do recrutamento e a necessidade de descentralização administrativa; fundamentais, segundo ele, para o retorno do sistema representativo ao seu curso normal. Reformas, aliás, que não só eram defendidas pelos liberais, como constavam do programa do Centro Liberal publicado

---

⁴⁷⁹ Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.149.

em 1869. Macedo também defendeu que os liberais eram os únicos capacitados para assumir o governo e conduzir todas as reformas de que o país necessitava, inclusive a emancipação dos escravos. E mais, eram os únicos capazes de fazer as reformas e ao mesmo tempo garantir a permanência da monarquia resguardando-a de qualquer discussão que pudesse colocar em cheque sua continuidade.

Após esse intenso período de ataque aos conservadores, entre 1868-1870, Macedo, juntamente com os liberais, continuaria na oposição, porém com menor intensidade, talvez pela percepção de que, apesar de suas tentativas, ao menos naquele momento, o imperador não tinha planos de conduzi-los novamente ao poder. O escritor então retomou muitas de suas atividades e também assumiu uma nova, a de redigir obras de encomenda para o governo. Como explicou Tania Serra, o “homem público vai ser reconhecido pelo Estado e convocado a trabalhar em seu nome”⁴⁸⁰.

4.2 – O Escritor do Estado: propaganda do país e defesa da monarquia

Como apontamos, o período de 1868 a 1878 marca o ostracismo político dos liberais, e com eles Macedo também esteve afastado do Parlamento. No entanto, com a subida do gabinete presidido por João Lins Viera Cansação de Sinimbu, em 1878, os liberais tiveram uma nova chance, e Macedo conseguiu se eleger novamente para a Câmara dos Deputados. Porém, ao contrário do que observamos nas legislaturas anteriores para as quais foi eleito – quando foi muito presente, participando das principais discussões –, no período de 1878 a 1881 sua atuação no plenário já não foi tão ativa. Devido a problemas de saúde, muitas foram suas ausências principalmente no ano de 1880, quando quase não apareceu às sessões. Segundo Tania Serra, nesse período, a participação de Macedo na Câmara se restringiu à redação final de textos parlamentares⁴⁸¹. Para, além disso, o escritor proferiu pouquíssimos discursos e praticamente não participou das principais discussões do período, como a reforma constitucional (considerada pelos deputados essencial para que se pudesse fazer a reforma eleitoral) e a própria reforma eleitoral.

---

⁴⁸⁰ Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.187.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p.213.

Também notamos que se, entre 1868 e 1870, a participação política de Macedo na imprensa, através dos seus artigos publicados no jornal *A Reforma*, foi intensa, o mesmo não aconteceu após 1870 quando o referido jornal deixou de circular. Apesar do seu afastamento da imprensa política, Macedo continuou exercendo outras atividades como a de professor (pela qual, como mencionamos, recebeu uma bonificação por quinze anos de serviços prestados). Além disso, também assumiu algumas funções, ordens e títulos honoríficos. Em 1873, por exemplo, aceitou ser o presidente da Sociedade da Biblioteca Popular de Itaboraí e, em seguida, inaugurou a Primeira Exposição Municipal de Itaboraí⁴⁸². No ano seguinte, por serviços prestados a pátria, recebeu a Ordem de Cristo e também a comenda da Ordem da Rosa (em 1847 recebeu o título de cavaleiro da Ordem da Rosa, em 1857 o oficialato). Em 1876 foi promovido a vice-presidente do IHGB e presidiu a Sessão Magna que recebeu a Princesa Isabel, em substituição ao Imperador que viajara para a Europa⁴⁸³. Interessante notar que apesar desse destaque Macedo nunca foi agraciado com qualquer título de nobreza, fato que pode indicar que para se obter esses títulos havia algumas regras e/ou alguns limites a serem obedecidos, nos quais o escritor de Itaboraí não se encaixou.

Segundo Tania Serra, apesar de todas essas atividades desenvolvidas, os principais rendimentos de Macedo provinham de sua atuação como professor e principalmente como escritor⁴⁸⁴. Entre 1870 e 1880, ele continuou escrevendo, publicando algumas peças de teatro e também alguns romances, mas suas principais publicações nesse período foram as obras que escreveu por encomenda do governo.

Nesse período ele publicou dos romances *Um noivo a duas noivas*, *Os quatro pontos cardeais*, *A Misteriosa*, todos de 1872; e também *A baronesa do amor* de 1876. Além desses romances, Macedo publicou o livro *Memórias da Rua do Ouvidor* de 1877⁴⁸⁵ e duas peças de teatro, *Cincinato quebra-louça* de 1873 e *Antonica da Silva* de 1880⁴⁸⁶. Porém como apontou Tania Serra essas obras do escritor não tiveram a

---

⁴⁸² Segundo Galante de Sousa, em 1871, Macedo recusou participar do Conservatório Dramático, o segundo que existiu no Rio de Janeiro. Ele foi nomeado no mesmo dia em que o conservatório foi criado em 4 de janeiro de 1871, mas acabou recusando o encargo. José Galante Sousa, *op. cit.*, p.142.

⁴⁸³ José Galante Sousa, *op. cit.*, pp. 142-145 e Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.187 e 199.

⁴⁸⁴ Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, pp.175-176.

⁴⁸⁵ *Memória da Rua do Ouvidor* é a reunião das crônicas que Macedo publicou primeiro anonimamente no *Jornal do Commercio* e que reunidas deram origem a esse livro; no qual o escritor conta a história da Rua do Ouvidor desde que foi o Desvio do Mar (em 1568-1572), até os dias contemporâneos a ele.

⁴⁸⁶ *Antonica da Silva* foi a última obra publicada em vida do escritor e a polêmica que surgiu em torno dessa peça contribuiu para que Macedo se afastasse da vida pública. Essa peça é uma comédia e seu enredo conta a história de Bejamim que para fugir da perseguição do capitão-mor se vestiu de mulher e buscou refúgio na casa de Peres, um velho amigo de seu pai. Lá Benjamin se apresentou como Antonica

mesma recepção que as anteriores, o que fez com que o escritor publicasse cada vez menos, ao mesmo tempo em que foi se afastando da vida pública⁴⁸⁷.

É preciso lembrar que quando Macedo apareceu no cenário cultural do Império, o predomínio era do romantismo. Na década de 1870, contudo, ganhava força outro movimento literário e cultural conhecido como realismo, cuja principal característica, era, segundo Antonio Cândido, a abordagem de temas sociais e um tratamento objetivo da realidade do ser humano.⁴⁸⁸

Mesmo buscando se adequar às mudanças no gosto, com algumas de suas obras trazendo certo olhar “realista”, o autor passou a sofrer muitas críticas, principalmente da geração de “intelectuais” surgida por volta de 1868 e que identificava Macedo como um representante “oficial da literatura romântica”⁴⁸⁹. A partir de então, as obras do escritor pouco interesse despertaram entre os editores e mesmo no público, que dava preferência às obras da primeira fase do autor. Assim, obras como *A Moreninha*, *Vicentina*, entre outras, continuavam sendo reeditadas, enquanto suas novas obras não tiveram grande repercussão⁴⁹⁰.

No ostracismo político, juntamente com o Partido Liberal, severamente atacado pela crítica, o que reduzia suas oportunidades de publicação, Jefferson Cano afirmou que foi o prestígio junto a d. Pedro que garantiu que Macedo fosse escolhido para

---

da Silva, todos os homens presentes na peça, bem como o público sabem que se trata de um disfarce, porém as mulheres da casa não sabem; começa então uma série de confusões, que terminam com a descoberta de que Antonica na verdade era Bejamim, e com o casamento dele com Inês, filha de Peres, que durante o desenrolar da história acabou se apaixonando por Bejamim. A peça contém uma cena na qual as meninas, filhas de Peres, durante a noite se vestem de fantasma e vão ao quarto de Antonica, para assuntá-la, aliás, é nesse momento que vão descobrir a verdadeira identidade da “moça”, justamente devido a essa cena a peça foi duramente crítica pela a imprensa que a considerou indecente. As críticas foram tantas que o autor teve que mudar algumas frases da peça e também ir a imprensa se defender das acusações de imoralidade. Mesmo assim a peça teve 11 apresentações antes de ser retirada de cartaz. Segundo Galante de Sousa, as críticas na verdade não eram direcionadas a Macedo, mas sim ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde ele era membro de destaque; e ao Conservatório Dramático. Além disso, o fato de o sobrinho do escritor, Manuel Joaquim de Macedo, ser o autor da partitura, também serviu de pretexto para as críticas. José galante de Sousa, *op. cit.*, p. 145.

⁴⁸⁷ Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p. 193.

⁴⁸⁸ Antonio Candido de Mello e Souza. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*, *op. cit.*

⁴⁸⁹ Angela Alonso, estudando a chamada “geração de 1870”, aponta que a tônica daqueles que identificamos como pertencentes a essa geração era, justamente, a manifestação de contestação ao *status quo*. Esse grupo era composto de “indivíduos oriundos de grupos negativamente privilegiados pela estrutura de distribuição de recursos estamentais e de status e/ou de posições politicamente relevantes”, mas que, segundo a autora, dispunham dos recursos necessários para fazer com que suas reivindicações e opiniões fossem ouvidas, e para isso se utilizaram de publicações, eventos e associações como uma maneira de divulgar suas idéias. Portanto, esse teria sido um período de discussões e muitas transformações, com mudanças em vários campos, entre eles a literatura. Angela Alonso. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.87, 101.

⁴⁹⁰ Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.176.

escrever algumas obras de encomenda para o governo⁴⁹¹. Já Tania Serra destaca que foi exatamente essa atitude de “escritor do Estado” que o identificou ainda mais com o “romantismo ultrapassado”, criticado pela nova geração de escritores dedicados à voga do realismo⁴⁹².

Em 1873, Macedo aceitou o encargo de escrever *Noções de Corografia do Brasil*, obra encomendada pela Comissão Diretora da Exposição Nacional para representar o Brasil em Viena, o que garantiu sua tradução para o francês, inglês e alemão. Além disso, o autor foi secretário do júri que selecionou o material que deveria integrar a referida Exposição⁴⁹³. Nessa obra Macedo fez uma descrição de todas as províncias do país, destacando os principais atrativos de cada região⁴⁹⁴. Parece, de fato, se tratar de uma obra de propaganda, mas o que chama especial atenção é que, ao fazer tal descrição, o autor ressaltava a contribuição da monarquia para a grandeza do país. Como bem explicou Tania Serra

De fato, essa obra oficial oferece ao mesmo tempo, descrição e interpretação do país: os ‘principais aspectos étnicos, psicológicos e morais da população brasileira’ servem, aqui, para explicitar a grandeza da terra mãe. São, portanto, criados ‘mitos nacionais’, necessários a uma sustentação ideológica que pudesse embasar a afirmação dessa grandeza. Assim como Gonçalves de Magalhães havia possibilitado a emergência do Romantismo no Brasil, quando lhe ofereceu a infra-estrutura ideológica do nacionalismo indianista no ‘Manifesto’ do Romantismo publicado em 1836, Macedo, agora, fornece o instrumental ideológico necessário para que a monarquia se justifique moralmente e possa exigir a permanência no poder. Se temos um Império majestoso e um Imperador que sabiamente o conduz, por que haver República? (Não esqueçamos que o Partido Republicano fora fundado três anos antes). A melhor forma de manter o grande Império é mantendo-o monárquico e dando continuação ao programa econômico e civilizatório em que o governo está empenhado. Essa é a mensagem sub-reptícia, parece-me, por trás do discurso ‘sebastianista’ de Joaquim Manuel de Macedo⁴⁹⁵.

Ao mesmo tempo em que ajudava a justificar a permanência da monarquia, a obra de Macedo parece que tinha outro papel, o de mostrar o Brasil, através de uma visão otimista, como um “país do futuro” e dessa maneira atrair um maior número de

---

⁴⁹¹ Jefferson Cano. “Introdução”. In: Joaquim Manuel de Macedo. *Labirinto*. Campinas, SP: Mercado das Letras, CECULT; São Paulo: Fapesp, 2004, pp. 7-32.

⁴⁹² Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.176.

⁴⁹³ José Galante Sousa, *op. cit.*, p.142.

⁴⁹⁴ Para a descrição das províncias, o autor dividiu sua obra em alguns tópicos que contribuíam para que as grandezas de cada província fossem destacadas, são eles: esboço histórico; posição astronômica; limites, clima; aspectos físicos; orografia; hidrografia, ilhas (quando existiam); produções naturais; indústria, comércio e agricultura; estatística; divisão civil, judiciária e eclesiástica; topografia; catequese e colonização. Joaquim Manuel de Macedo. *Noções de Corografia do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1873.

⁴⁹⁵ Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.188.

imigrantes. Dada a crise financeira enfrentada por alguns países, pintar o Brasil como um lugar de prosperidade ajudaria a atrair imigrantes colaborando para resolver o problema da falta de mão-de-obra e o encaminhamento da emancipação dos escravos.

Em 1875, a Comissão Superior da Exposição Nacional fez nova encomenda para Macedo, que passou a escrever o *Ano Biográfico Brasileiro*⁴⁹⁶, obra que faria parte da Exposição da Filadélfia, comemorativa do centenário da Independência americana, daí sua tradução para o inglês⁴⁹⁷. Tal obra é composta por três volumes e traz a biografia de 365 personalidades que teriam sido importantes para a história do Brasil⁴⁹⁸; curiosa é sua organização, com a distribuição de uma biografia para cada dia do ano, de acordo com a data de nascimento, morte ou algum acontecimento histórico com o qual tivesse alguma relação. De certa forma, tal obra parecia representar um resgate de personalidades que tiveram importância para o Império; o resgate dos “heróis” que ajudaram a construir o país.

Em 1880 o autor escreveu um suplemento ao *Ano Biográfico Brasileiro*, um complemento à obra que publicara em 1876. Tal suplemento teria sido feito em razão de críticas recebidas pelo autor logo após a publicação do *Ano Biográfico*, e que destacavam o fato de ter deixado algumas personagens importantes de fora, como, por exemplo, Evaristo Ferreira da Veiga. Macedo foi, então, obrigado a se justificar nos periódicos da Corte sobre essas ausências. Segundo o escritor, elas haviam ocorrido devido à exiguidade do prazo de redação dos três volumes, estabelecido pela Comissão Superior da Exposição Nacional⁴⁹⁹. O dito suplemento apareceu então para suprir tais ausências e também para corrigir alguns erros apresentados nos volumes anteriores.

É necessário destacar que antes de começar a escrever o *Ano Biográfico*, Macedo já havia se utilizado desse mesmo gênero, de breves biografias, na imprensa em 1874, quando começou a publicar, no jornal *O Globo*, a *Efemérida Histórica do Brasil*, que, três anos depois, foi transformada em livro⁵⁰⁰.

---

⁴⁹⁶ Joaquim Manuel de Macedo. *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 3 vols., 1876.

⁴⁹⁷ José Galante Sousa, *op. cit.*, p.142.

⁴⁹⁸ Acerca de alguns dos biografados Macedo já havia falado em alguns de seus discursos proferidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.199.

⁴⁹⁹ Segundo Galante de Sousa, em carta enviada ao amigo Lopes Neto, Macedo explicou que a verdade era que tinha emprestado ao visconde de Inhomerim parte de seus originais e que não só o visconde esquecera-se de devolvê-los, como o autor de cobrá-lo; por isso a ausência de algumas personagens em sua obra. José Galante Sousa, *op. cit.*, p. 175.

⁵⁰⁰ Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.199.

Outra obra de encomenda escrita por Macedo naquele período foi *Mulheres Celebres*, de 1878, um manual destinado à educação de meninas que deveria ser “adotada pelo Governo Imperial para a leitura nas escolas de instrução primaria do sexo feminino do Município da Corte”⁵⁰¹. Mais uma vez, assim como acontecera com suas *Lições*, suas *Mulheres* deveria ser utilizado como obra de referência para o ensino. Este novo manual trazia a biografia de 25 mulheres conhecidas na história ocidental e que eram “virtuosas e caridosas”, servindo assim como verdadeiros exemplos a serem seguidos⁵⁰². Macedo mostrava-se preocupado com o que se ensinava aos jovens, para não se colocar idéias indevidas na cabeça dos estudantes, principalmente das meninas,

que além de mil condições excepcionais que vão apertá-las em estreito e acanhado horizonte social, tem de carregar com o desempenho e imensa responsabilidade (ainda mal compreendida pela mulher e igualmente mal refletida pelo Estado) de primeiras e principais reguladoras do futuro da pátria, como mães de família⁵⁰³.

Parece possível pensar em alguns paralelos entre as obras escritas por Macedo nesse período, principalmente *Noções de Corografia e Ano Biográfico*, e os manuais de história escritos pelo autor na década de 1860, não só pela retomada de certos temas que lhe eram caros, mas também pelo de fato de se tratarem de obras que buscavam passar certa idéia de Brasil.

Se em seus manuais a uberdade da natureza tinha um papel importante, aparecendo logo nas primeiras lições, por meio da descrição de toda sua grandeza, e principalmente, da potencialidade que ela oferecia; dessa maneira o Brasil era o país do futuro, nas *Noções de Corografia* o autor voltou à questão, destacando a os recursos naturais de cada província – e que, mais uma vez, atestava que o Brasil era de fato um país de futuro. Porém essa mesma idéia assumia, em se comparando as obras, dois

---

⁵⁰¹ Como constava da folha de rosto da obra. Joaquim Manuel de Macedo. *Mulheres Célebres*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878.

⁵⁰² São elas Amália Sieveking; Barbara Uttmann; Célia, Clemência Isaura; Santa Clotilde, Cornélia (mãe dos Gracos); Damiana da Cunha; Mlle. Delleglace; Duquesa de Abrantes; Eponina; D. Francisca de Sandi; Grizelda; as heroínas de Tejucupapo; Isabel, rainha da Inglaterra; Joana D’arc; D. Joana de Gusmão; Luiza Amélia, rainha da Prússia; D. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas (Marília de Dirceu); Maria Simon; D. Maria Úrsula de Abreu e Lancastro; Princesa de Lamballe; Raquel Varnhagen Von Ense; Mme. De Sévigné; As espartanas e Verônica. Joaquim Manuel de Macedo. *Mulheres Célebres*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878.

⁵⁰³ Para Tania Serra essa preocupação com a questão da educação das meninas revela outro aspecto do autor, certo “feminismo”, que ela afirma não ter encontrado em outro autor da mesma época, nenhum se preocupou tanto com a questão da “educação e da emancipação feminina” como Macedo. É claro que esse é um tema que requer maiores estudos que vão além das pretensões dessa pesquisa, mas vale a pena ser citado, pois desvenda outra faceta de Macedo que merece atenção. Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p. 210.

significados distintos. Enquanto em seus compêndios a uberdade trazia a idéia da predestinação, pois toda a potencialidade que a natureza apresentava já demonstrava que o Brasil estava destinado a ser um grande país, um grande Império; já nas *Noções* a natureza aparecia de forma a comprovar a grandeza de país que ainda tinha muito a oferecer àqueles que o habitavam ou que viriam a habitá-lo. Diferença fácil de ser compreendida em se considerando os contextos e públicos a que se destinavam.

Em suas obras de encomenda Macedo também retomou a questão dos heróis, das personalidades que tiveram importância para a história do Brasil, pois haviam contribuído para que o país chegasse ao estado de civilização e desenvolvimento em que ele encontrava naquele momento; tema tratado mais amiúde em seu *Ano Biográfico*. Vale destacar, contudo, que nessa obra, ao contrário dos manuais (cujos textos terminavam em 1822), lhe foi possível falar de personagens temporalmente mais próximos, figuras com as quais ele chegou a conviver.

Dessa maneira, em sua obra de encomenda, buscou falar de diversas pessoas que considerava terem participado de momentos importantes na história do Brasil, desde o seu descobrimento e colonização – já presentes em seus manuais –⁵⁰⁴, passando por figuras ligadas ao processo de Independência⁵⁰⁵ - também mencionadas em seus compêndios didáticos –, até homens que haviam se destacado em fases mais recentes. Entre estes, escreveu textos sobre figuras ligadas à experiência regencial como Diogo Antonio Feijó –, e à Maioridade, caso do padre Alencar e Antônio Carlos de Andrade e Silva. Importante destacar que Macedo não deixou de ressaltar a participação que os liberais (ou futuros/ex-progressistas) tiveram na história recente, como Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda), Francisco José Furtado e até mesmo Teófilo Ottoni; ainda que não tenha se furtado a escrever biografias sobre, por exemplo, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí). Mas não foram apenas os políticos que mereceram a atenção de Macedo, ele também tratou de nomes importantes no campo da literatura, destacando os partícipes do romantismo, tais como Álvares de Azevedo, Manuel Antônio de Almeida, Antônio Gonçalves Dias, entre outros.

Pode-se estranhar a ausência de algumas pessoas importantes daquele período –

---

⁵⁰⁴ Nesse caso destacou os principais donatários como Martim Afonso de Souza e também os governadores gerais Mem de Sá e Tomé de Souza, além de figuras como Diogo Álvares, o Caramuru; sempre destacando o papel que tiveram na organização inicial do “Brasil”.

⁵⁰⁵ Como Inácio José Alvarenga Peixoto, Joaquim Gonçalves Ledo, Cipriano José Barreto de Almeida, José Bonifácio de Andrade e Silva.

como Zacarias de Góis e Vasconcelos, Nabuco de Araújo, o marquês de Caxias, e o próprio imperador (uma vez que o autor escreveu sobre d. Pedro I) –, porém elas se explicam pelo fato de que o autor tratou apenas de personalidades que já estavam mortas, evitando falar daqueles que ainda estavam vivos e atuantes.

Importante destacar que se nos manuais as guerras foram os episódios que forneceram os principais heróis de Macedo, principalmente a guerra contra os holandeses, já em no *Ano Biográfico* e nas *Noções de Corografia* foi a guerra contra o Paraguai que cumpriu esse papel, ao fornecer novos heróis para o país. Assim, foi dessa luta que surgiram heróis como Antonio Joaquim Rodrigues Torres, o menino Torres, um jovem de dezessete anos, sobrinho do visconde de Itaboraí, e que apesar da pouca idade conseguiu licença para ir lutar na guerra do Paraguai, onde, segundo Macedo, teve grande atuação na batalha realizada em Corrientes, mas que, ao final – como todo grande herói –, custou-lhe a vida (numa descrição que muito lembra o velho Macedo do romantismo)⁵⁰⁶. Percebe-se assim que as guerras continuavam sendo os episódios de onde emergiam os heróis brasileiros e, se a guerra contra os holandeses marcava o surgimento da nacionalidade brasileira, a guerra contra o Paraguai era a defesa da soberania do grande Império, ultrajada pelo ataque do ditador paraguaio Solano López; o que também era motivo para unir todos os brasileiros em torno de um único sentimento.

Nessa busca por destacar as figuras importantes da história do Brasil algumas mulheres também ganharam destaque e apareceram como verdadeiras heroínas. Dentre elas estão Damiana da Cunha, que ajudou o governo da província de Goiás na luta contra os índios caiapós, sendo por isso considerada por Macedo um “elemento da civilização”⁵⁰⁷; e as heroínas anônimas de Tejucofopo (atualmente município de Goiânia), que conseguiram evitar que o almirante holandês Lichthant conseguisse invadir a localidade, onde ele pretendia conseguir suprimentos para continuar a luta contra os pernambucanos⁵⁰⁸. Essas mulheres mereceram biografias não só em *Mulheres Celebres*, como no próprio *Anno Biográfico*, eram exemplos femininos de virtudes morais e de dedicação na defesa da pátria

Ao apresentar todas essas figuras Macedo parece querer descrever um Brasil civilizado e desenvolvido e que conta na sua história com grandes personalidades, todas

---

⁵⁰⁶ Joaquim Manuel de Macedo. *Anno Biográfico Brasileiro*, op. cit., vol. 2, pp.503-506.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, vol.1, pp.55-59.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, vol.3, pp.511-514.

exemplos de dedicação ao país e que ajudavam no seu desenvolvimento. Desenvolvimento esse garantido não apenas por sua atuação, mas, principalmente, pela monarquia e pela figura do monarca, essenciais para o progresso do país.

Há que se destacar que apesar dos vários temas retomados por Macedo um assunto permaneceu ausente, os escravos. Eles praticamente não apareciam nos manuais, a não ser na questão referente à destruição do quilombo dos Palmares, e tampouco em suas obras de encomenda; a não ser nas estatísticas, pois quando descrevia as províncias tratava do número de habitantes, relacionando quantos eram livres e quantos eram escravos (sempre em número bem menor do que a população de livres). Para, além disso, eram citados apenas quando tratou da província de Alagoas, exatamente porque ali se localizara o quilombo dos Palmares. Interessante notar que Macedo aproveitou a referência a esse episódio para ressaltar, como já havia feito nos manuais, que apesar de alguns autores darem destaque ao acontecimento, na verdade ele não tinha representado grande perigo (sem conseguir, sequer, alcançar uma organização digna de nota).

Cabe aqui ponderar sobre o significado dessa ausência e observar que ela assumiu dois sentidos diferentes na trajetória de Macedo e, no limite, do próprio país. Quando escreveu seus manuais, como mencionado, havia por parte da elite o medo de insurreições escravas, principalmente após a Revolta dos Malês de 1835. Esse medo de insurreições também estava relacionado com as discussões sobre o fim do tráfico de escravos, que ocorreram em 1850, e que impunham a necessidade de começar a se pensar em formas de substituição da mão-de-obra escrava; assuntos que geraram acalorados debates e polêmicas. Momento em que era preciso evitar publicizações acerca do perigo que os cativos eventualmente representavam, com um silêncio calculado – se possível – acerca de suas condições de se organizarem e causarem qualquer agitação. O que teria levado o autor a minimizar o significado do quilombo dos Palmares.

Já na década de 1870, quando escreveu suas obras de encomenda, era a emancipação dos escravos que estava na pauta, tendo sido recentemente aprovada a Lei do Ventre Livre (em 1871). Agora as questões eram ainda mais prementes, o Centro Liberal falara na necessidade de emancipação, a escravidão (dada a conjuntura americana, ao menos,) estava na ordem do dia, e o país continuava, a despeito de tudo, a contar com a mão-de-obra escrava (com francos defensores, senão de sua permanência, ao menos do retardo de qualquer definição mais peremptória acerca de sua fim) – para

não falar no impacto que a permanência da instituição poderia ter no estrangeiro e na capacidade do Brasil de atrair imigrantes.

Por fim, cabe analisar o destaque que o autor deu ao papel da monarquia, e como ele abordou esse tema em dois momentos distintos. Nos manuais a monarquia aparecia como a responsável por manter a unidade do país e também pelo seu desenvolvimento, confirmando tratar-se da melhor forma de governo para o Brasil. Já no *Ano Biográfico* e nas *Noções de Corografia*, a preocupação do autor não era mais de justificar a escolha da monarquia como a forma de governo mais adequada ao país, e sim justificar sua continuidade em um período de grandes tensões, quando sua permanência estava sendo contestada. Assim, Macedo aproveitou essas obras para defender sua continuidade, provavelmente continuasse acreditando que essa era a melhor forma de governo para o Brasil, a única capaz de mantê-lo unido e garantir que ele se desenvolvesse cada vez mais (para não mencionar o óbvio, que se tratava de obras de encomenda, mas provavelmente a eles encomendadas inclusive por seus posicionamentos pessoais).

Ainda que tinha, em 1880, escrito uma última peça, como mencionamos acima, após essa data Macedo foi cada vez mais se afastando da vida pública. Com o agravamento de seu estado de saúde, pouco apareceu às sessões da Câmara e também pouco frequentou as reuniões do Instituto Histórico e Geográfico, onde, aliás, era figura constante. Sua última aparição nessa instituição foi em 13 de maio de 1881, quando presidiu a sessão. Depois disso, o escritor permaneceu recolhido em sua residência e raras foram suas aparições públicas. Macedo faleceu em abril de 1882. Morria um dos próceres do romantismo, um membro importante do IHGB, um deputado liberal, um grande defensor da monarquia e, talvez, acima de tudo, um representante da geração que tomara parte ativa na consolidação do Estado-nacional. Uma figura que, tal como o regime, sentia a mudança dos tempos.

Considerações Finais

Definir quem foi Joaquim Manuel de Macedo não é tarefa fácil. Porém, parece certo dizer que ele foi alguém se utilizou das diferentes atividades que desenvolveu para defender as idéias e projetos que acreditava serem importantes para o país, ao mesmo tempo em que buscou questionar e pensar soluções para os problemas do Império.

Para isso ele foi à tribuna defender a necessidade de substituição da mão-de-obra escrava, surgida, sobretudo, após a aprovação da lei que colocou fim ao tráfico africano. Defendeu essa substituição porque temia que a agricultura sofresse com a falta de mão-de-obra. E como acreditava ser a agricultura a principal fonte de riqueza do país, ressaltava a necessidade de protegê-la, garantindo os braços de que ela necessitava. Mesmo não vendo com especial simpatia, como deixou claro em algumas de suas obras (ainda que de ficção), fossem os africanos, fossem aqueles saídos da experiência do cativeiro. Suas razões eram de Estado.

Iniciada na tribuna, essa questão também seria debatida por Macedo na imprensa, aliás, foi esse o espaço, então entendido como o local privilegiado para a formação da opinião pública, usado pelo escritor para debater e divulgar suas idéias, principalmente aquelas que causavam acirrados debates.

Político ativo, membro do partido liberal, Macedo também se utilizou da imprensa para defender as idéias dos liberais, principalmente as reformas propostas por eles. Foi árduo defensor da reforma da lei de 3 de dezembro, da Guarda Nacional, da legislação eleitoral, etc. Em vários momentos defendeu não apenas a necessidade dessas reformas, mas também que os liberais eram os únicos capazes de realizá-las, sendo então os mais indicados e preparados para estar à frente do governo.

No entanto, é importante destacar que apesar de sempre apoiar e mesmo reiterar as críticas feitas pelos liberais, Macedo se afastou deles quando questionaram pontos que estavam diretamente ligados à monarquia. Por isso, ao contrário de muitos de seus correligionários, não questionou, de maneira incisiva (ao menos), o Poder Moderador exercido pelo monarca.

Como demonstramos ao longo da dissertação, os momentos em que o escritor atuou, primeiro na Assembléia Provincial e depois na Câmara dos Deputados, foram marcados por significativas mudanças políticas e reorganização partidária. A primeira dessas mudanças deu-se a partir do início da política de Conciliação, conduzida pelo

marquês de Paraná, política a qual Macedo sempre se opôs por entender que ela ia contra o sistema representativo ao ameaçar a própria existência dos partidos; como ele mesmo explicou, esse sistema pressupunha ao menos a existência de dois partidos para o seu correto funcionamento. Mas, a despeito de toda oposição que fez ao gabinete de Conciliação, Macedo não deixou de apoiar a lei dos círculos, aprovada pelo gabinete em 1855, pois via nessa lei a possibilidade de que as eleições ocorressem sem tanta interferência dos partidos e, por isso, de maneira mais livre, o que garantiria o perfeito funcionamento do sistema representativo.

A outra grande mudança vivida por Macedo – diretamente no plenário – foi a organização do Partido Progressista, que contou com a participação direta e o apoio do deputado, para quem essa nova organização representava a possibilidade de se fazer as reformas de que o país precisava. Reformas essas que há muito eram pedidas, que, inclusive, haviam feito parte do programa do gabinete da Conciliação (caso, por exemplo, da revisão da reforma da lei de 3 de dezembro de 1841). Aliás, a não realização das reformas foi um dos motivos que levou Macedo a fazer críticas à Conciliação, mas não só. Ao que parece, foi esse mesmo motivo que o levou a romper com a Liga Progressista, deixando de se declarar progressista para se declarar, novamente, apenas liberal; como muitos de seus correligionários, aliás. Vale lembrar, contudo, que tempos depois de extinta a Liga, Macedo e outros liberais (ex-ligueiros como ele) mobilizaram-se para reafirmar que o Partido Progressista nada mais fora do que uma vertente do Partido Liberal, e que ganhara outro nome apenas devido a denominações “caprichosas”⁵⁰⁹ (afirmação que tinha especial importância frente aos novos rumos de parte dos antigos liberais históricos). Macedo ainda participou do Centro Liberal, que com o objetivo de reorganizar os liberais, reuniu ex-progressistas e outra parcela dos liberais históricos “sob a grandiosa bandeira do partido liberal”⁵¹⁰.

Macedo parece ter sido assim um representante daqueles liberais que, apesar de sempre declararem sua filiação primeira, não estavam completamente presos ao que esse partido (ou parcela de seus líderes) ditava. Dessa maneira, não tinha problemas em se afastar do partido quando faziam-se críticas a assuntos (como o Poder Moderador) com os quais ele não concordava; ao mesmo tempo em que não via problema em apoiar o gabinete de Conciliação, mesmo se dizendo contra essa política, quando tal ministério se dispunha a aprovar uma medida que ele considerava benéfica para a política do país

---

⁵⁰⁹ Joaquim Manuel de Macedo. *Ano Biográfico Brasileiro*, op. cit., v.3, p.273.

⁵¹⁰ *Ibidem*.

(como a Lei dos Círculos). Dessa forma, ainda que Macedo afirmasse a centralidade do sistema representativo e sua filiação ao Partido Liberal, parecia-lhe claro, talvez mais claro do que para os olhares de hoje, que a política pedia mudanças e rearticulações, em defesa de sua própria existência e objetivos.

Percebemos que a maioria das críticas feitas pelo escritor apareceu em seus artigos e também na tribuna, até porque, como apontamos, tribuna e imprensa se completavam, eram dois lados de uma mesma moeda. Porém esses não foram os únicos meios utilizados pelo escritor; suas crônicas, livros e peças de teatro também serviram para que o escritor apresentasse suas idéias e criticasse as questões que achava que não estavam corretas. Assim, Macedo também se utilizou de seus narradores, de suas personagens e dos temas tratados em algumas de suas obras de não-ficção para censurar costumes políticos que julgava prejudiciais para a política e a sociedade brasileiras. Advertiu seus contemporâneos, por esses variados meios, acerca dos perigos do uso de violência na realização das eleições; da falta de preparo dos deputados para assumirem os cargos para os quais eram designados (principalmente a presidência das províncias); dos melindres causados pelas constantes mudanças de partido por parte dos deputados, etc. Em muitos dos seus escritos demonstrou especial preocupação com o sistema monárquico representativo brasileiro, alertando que certos costumes praticados desmoralizavam todo o sistema, colocando-o em perigo. Quanto a isso, centrava-se na questão da realização das eleições, pois, para o escritor, era preciso garantir a liberdade de voto para que assim o sistema pudesse funcionar como deveria.

Macedo não foi apenas político, jornalista e escritor, ele participou das principais instituições do Império, foi membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e professor de história e corografia do Colégio Imperial de Pedro II. Exercendo essas funções teve a oportunidade de se aproximar do imperador, com quem manteve uma relação que lhe garantiria a escolha, na década de 1870, para escrever algumas obras sob encomenda do governo.

Em razão de tais atividades, especialmente à frente do Colégio, foi-lhe possível se tornar o primeiro autor brasileiro a redigir compêndios de história, dedicados ao ensino primário e também secundário. Nesses manuais ele de certa maneira respondeu às preocupações da época, com a escrita e divulgação da uma história pátria que contribuísse para formação da idéia de nação – mas que também lhe facultava divulgar seu próprio projeto de país. Ao escrever tais manuais as funções de professor e membro do IHGB se encontravam, pois a preocupação com a história pátria também era a

preocupação central do Instituto. Preocupação de homens de letras, de homens da política, como ele.

Ao observamos a trajetória de Macedo e, como não poderia deixar de ser, seus escritos, fica claro que entre os assuntos por ele tratados, presente na maior parte de seus discursos ou obras – fossem romances, crônicas, artigos, peças ou manuais – um merecia grande destaque: a defesa da monarquia e do imperador d. Pedro II. Para o autor, ambos estavam acima de qualquer crítica, resguardados de qualquer questionamento; se a monarquia era a forma de governo ideal para o Brasil, pois garantiria a sua unidade e também seu desenvolvimento, d. Pedro era, sem dúvida, o grande responsável pelo progresso do país, a figura que, a frente do trono, conduzia todo o processo, a quem, como discursou, “devemos tudo quanto temos”⁵¹¹.

Por acreditar que a monarquia fosse a melhor opção para o Brasil e também devido à sua proximidade com o imperador, o escritor defendeu sua continuidade e, mais de uma vez, se mostrou temeroso quanto ao futuro do país, principalmente quanto à sua integridade, caso a monarquia fosse derrubada.

Parece possível concluir que Macedo foi uma figura muito ativa, ainda que não tenha alcançado todos os seus objetivos, como, por exemplo, uma cadeira no Senado⁵¹². Ainda assim, dedicou-se intensamente a todas as atividades que exerceu. Por todas suas atividades e pelas discussões das quais participou é possível afirmar que Macedo foi um importante representante de um tipo de figura característica do século XIX, de homens que exerciam várias atividades, muitas vezes simultaneamente. Figuras que integravam as principais instituições (políticas e culturais) do período e, dessa forma, participavam das grandes discussões do período (políticas, econômicas, culturais, etc). Figuras para as quais, para a própria época, a atuação em diferentes frentes, em campos hoje aparentemente distintos, não eram senão essencialmente complementares.

Macedo viu o auge do Império e assistiu o início da sua decadência⁵¹³, mas não viveu o suficiente para ver a sua queda, faleceu às 4h30 da manhã do dia 11 de abril de

---

⁵¹¹ Joaquim Manuel de Macedo. Relatório do 1º secretário. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo XIX, tomo XIX, 1856, p.122.

⁵¹² Em 1866 Macedo concorreu a uma vaga para o Senado, chegou a ser incluído numa lista sêxtupla, mas seu nome foi preterido em favor de Francisco Otaviano e Luís Pereira do Couto Ferraz (visconde de Bom Retiro). Tania Rebelo Costa Serra, *op. cit.*, p.129.

⁵¹³ Sérgio Buarque de Holanda afirmou que a partir de 1869 o Império, que já tinha revelado todo o seu potencial e também os seus limites, começaria a viver um período de crise que levaria à sua queda, em 1889. Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p.13.

1882, em Itaboraí, sua cidade natal⁵¹⁴. Era o fim da trajetória de uma importante figura do Império brasileiro, poucos anos antes do próprio crepúsculo do regime.

---

⁵¹⁴ Segundo Galante de Sousa, os conterrâneos de Macedo inauguraram em 1º de novembro de 1887 um mausoléu em sua homenagem. Depois disso, ao fundar-se a Academia Brasileira de Letras, em 1897, Salvador de Mendonça, escolheu Macedo para patrono da Cadeira nº 20. Ele também é patrono da cadeira nº 23 da Academia Fluminense de Letras. José Galante de Sousa, *op. cit.*, p.147.

Fontes e Bibliografia

FONTES

Documentos Oficiais

Anais da Câmara dos Deputados. Versão eletrônica. Site da Câmara dos Deputados, 1863-68 e 1878-1880.

Atas da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, 1853-1859.

Manuscritos e Periódicos

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Carta de Joaquim Manuel de Macedo a D. Pedro II, memorial sobre os negócios públicos. Março de 1868. Lata 333, pasta 60.

Carta de Joaquim Manuel de Macedo ao Conde D'Eu, sobre a emancipação dos escravos. 12/01/1869, lata 276, doc. 23.

Carta de Joaquim Manuel de Macedo ao Conde D'Eu, memória acerca do recrutamento. 05/12/1869, lata 276, doc. 19.

Biblioteca Nacional

Sessão de Periódicos

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1856-1862.

Sessão de Obras Especiais

A Nação, Rio de Janeiro, 1852-185.

A Reforma, Rio de Janeiro, 1869-1870.

Livros, Artigos e Manuais

- MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Carteira de Meu tio*. Rio de Janeiro, RJ, República Federativa do Brasil: J. Olympio Editora, 1995.
- _____. *Ano Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico, 3vols., 1876.
- _____. “A torre em concurso”, In: *Teatro Completo*. Rio de Janeiro, MEC/SNT, Tomo I, 1979.
- _____. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. SP: Editora Scipione, 3ª edição, 1991.
- _____. “Antonica da Silva”, In: *Teatro Completo*. Rio de Janeiro, MEC/SNT, Tomo II, 1979.
- _____. “Crônica política”, in: *Biblioteca Brasileira*, ano 1, nº 1, 1863.
- _____. “Dúvidas sobre alguns pontos da História pátria”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 25, p. 3-41, 1862.
- _____. *Efemérida Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia do Globo, 1877.
- _____. *Labirinto*. Campinas/SP: Mercado das Letras, Cecult; São Paulo: Fapesp, 2004.
- _____. *Lições de História para uso das Escolas de Instrução Primária*. Rio de Janeiro: Imparcial, 1861.
- _____. *Lições de História para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*. Rio de Janeiro: typ Imparcial de JHN Garcia, vol. 1. 1861, vol. 2 1863.
- _____. *Memórias de um sobrinho de meu tio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Mulheres Célebres*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1878.
- _____. *Noções de Corografia do Brasil*. Rio de Janeiro: [s.n], 1873.
- _____. Relatório do primeiro-secretário do IHGB, por ocasião das comemorações do aniversário da instituição em 15 de dezembro de 1852, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 15 (8): 480-515. Out./dez. 1852.
- _____. Relatório do 1º secretário. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XIX, 1856.
- _____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ Imparcial, 1862-63.

BIBLIOGRAFIA

Artigo Não Publicado

DOLHNIKOFF, Miriam *et alli*, “Representação política no Império”, artigo inédito cedido pelos autores.

Bibliografia Geral

ABREU, J. Capistrano de. “Fases do Segundo Império”. In: *Ensaaios e estudos (crítica e história)*. Rio de Janeiro, 1969.

ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Compêndio da História do Brasil*. RJ: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

ALENCAR, Heron de. “Joaquim Manuel de Macedo” In: Coutinho, A. (dir) *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Sul- Americana/ Livraria São José, 1955-1959, vol. 2.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil - Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II. Um lugar da Memória*. Tese de doutoramento/ História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

ARMITAGE, John. *História do Brasil desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de Pedro I em 1831: compilada a vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da Historia do Brasil de SOUTHEY*. Rio de Janeiro: S. N., 1835.

BANDECCHI, Brasil. *Prefácio*. In: SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977, 4º ed, vol. I.

BARÃO DE JAVARI. *Organizações e programas ministeriais*. Regime parlamentar no Império. Rio de Janeiro, 1962.

BARBOSA, Januário da Cunha “Discurso”, in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, tomo 1, 1839.

- BARBOSA, Silvana Mota. “A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860”, in: José Murilo de Carvalho e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (organizadores), *Repensando o Brasil do Oitocentos. Cidadania, política e liberdade*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- BARMAN, Roderick J. *Citizen Emperor: Pedro II and the making of Brazil, 1825-91*. California: Standfor University Press, 1999.
- _____. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo: Editora Centro Universitário, 1967.
- _____. *Formação Política do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1876.
- BERGSON, Henri. *O Riso: Ensaio sobre a significação do cômico*. Trad. Miguel Serras Pereira, Relógio d'Água Editores Ltda., 1991.
- BESSONE, Tânia; FERREIRA, Maria da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos P. (orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP & A: Faperj, 2006.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese de doutorado/Departamento de História - FFLCH, São Paulo: USP, 1993.
- BRASILIANSE, Américo. *Os Programas dos Partidos e o Segundo Império*. Brasília: MEC, 1979. (1ªed 1878).
- “BREVE notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro” In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, 2º ed. Rio de Janeiro, tomo I, 1839.
- BALKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionario Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.
- CÂNDIDO, Antônio. *A Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. São Paulo, 1971, 2vols.
- CANO, Jefferson. “Introdução”. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Labirinto*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Cecult; São Paulo: Fapesp, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. “Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento”, in CARMAGNANI, Marcelo (coord.), *Federalismos*

latinoamericanos: México, Brasil, Argentina. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. (org.) *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, Série Formadores do Brasil, 1999.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove”, *Working Paper 87 Centre for Brazilian Studies*, University of Oxford, 2007.

_____. “As conferências radicais do Rio de Janeiro: novo espaço de debate”. In: José Murilo de Carvalho (org.), *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de e NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência Republicana” In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIELFEL, Tomo II, vol. 2, 1964.

CHALHOUB, Sydney; NEVES, Margarida de Souza e PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª edição, 1978.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república, momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Editora da Fundação UNESP, 4ª edição, 1998.

COSTA, Wilma Peres. “Política e guerra” In: *A espada de dâmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do império*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora da Unicamp, 1996, pp. 221- 264.

- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Legislação Indigenista no século XIX: uma compilação 1080-1889*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: Um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Lisboa: typ. De L. C. da Cunha, 1845.
- DIAS, Maria Odila da Silva Leite “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- _____. *O Fardo do Homem Branco: Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Editora Alameda, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio de Andrada e Silva. Projetos para o Brasil*. SP: Companhia das letras, 1998.
- _____. *Construindo o Brasil: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites (1820-1842)*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 200?.
- _____. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2005.
- _____. “Representação na monarquia brasileira”, in: *Revista Almanack Braziliense*, nº9, maio de 2009. (versão online)
- EGAS, Eugênio. *Ao leitor*. In: ARMITAGE, John. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981, 3º ed.
- ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico, (1842-1856)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2010.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 2 vols. São Paulo: Globo, 1989.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império. O debate entre Tavares Bastos e visconde do Uruguai*. São Paulo: DCP-USP/ Ed. 34, 1999.
- FLEIUSS, Max. “Macedo no Instituto Histórico” In. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 87, vol. 141.

- FLORY, Thomas. *El juez de paz y el jurado en Brasil imperial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. São Paulo: Obelisco, 1964.
- GARPARELLO, Arlette M. *Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Editora Iglu, 2004.
- GOMES, Flavio dos Santos. *Quilombos no Rio de Janeiro do século XIX*. In: REIS, João José & GOMES, Flavio dos Santos (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Narrativa biográfica e escrita da história: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo”. In: *Revista de História* 150 (1º - 2004); p. 129-155.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 3 vols.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Debaixo da mediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Tese de Doutorado/ História Social, São Paulo: USP, 1994.
- _____. “A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” In: *Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH – História e Cidadania*. São Paulo: Humanitas, ANPUH, vol. II, 1998.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos (1), 1988.
- _____. “História e Nação: Uma pedagogia para a modernidade” In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia e GONDRA, José G. (orgs.). *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: Estudos CDAPH/ Universidade São Francisco, 2003.
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1972.
- HODGART, Matthew. *La sátira*. Trad. de Angel Guillén, Madrid, Guadarrama, 1969
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. São Paulo: DIFEL, 1985. 5 Vols.
- _____. *Capítulos da História do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- IGLESIAS, Francisco. “Vida Política, 1848-1866” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da civilização Brasileira*. São Paulo: DIEFEL, Tomo II, vol. 5, 2004.
- _____. *Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- IZECKSOHN, Vitor. “A Guerra do Paraguai”. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles (org.), *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, vol. 2.
- JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G., “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. In: Mota, Carlos Guilherme(org). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-200)*. *Formação: histórias*. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec/Unijuí, 2003.
- KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam e MORAIS, Marcus Vinícius de. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.
- LACOMBE, Américo Jacobina. “A construção da historiografia brasileira o IHGB e a obra de Varnhagen” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, 152(370), jan/mar 1991.
- LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *O Senado nos anos finais do Império, 1870-1889*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- LESSA, Monica Leite & FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (orgs.). *Entre a Monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2008.
- LIMA, Manoel de Oliveira. *O império brasileiro (1822-1889)*. Brasília: EDUNB, 1986.
- LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil, 1817-1820*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- LUCAS, Fábio. “O Romantismo e a fundação da nacionalidade”. In: *Do Barroco ao Moderno*. São Paulo: Ática, 1989.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LYRA, A. Tavares de. *Instituições políticas do Império*. Brasília: EDUNB, 1978.

- MADELÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984.
- MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Claudia e GONDRA, José G. (orgs.). *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: Estudos CDAPH/ Universidade São Francisco, 2003.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. "Os indígenas do Brasil perante a História. Memória oferecida ao Instituto História e Geográfico do Brasil". *Revista trimestral do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XXIII, 1860.
- MAGALHÃES Jr., Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, n.286, 1956.
- MANIN, Bernard. *The principles of representative government*. New York: Cambridge University Press, 1997.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Tese de doutorado, Campinas, UNICAMP, 2005.
- MARTIUS, Carl F. P. Von. "Como se deve escrever a História do Brasil" In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, tomo 6, 1844.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MATTOS, Selma Rinaldi de, *O Brasil em Lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- MELO, Ciro Flavio de Castro Bandeira de. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1997.
- MENDONÇA, Salvador de Mendonça. "Cousas do meu tempo" In: *Revista do Livro*, ano V, nº 20, dezembro de 1960, pp.107-198.
- MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil Império*. São Paulo: Editora Ática, série princípios, 1986.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. "Nação e Território: Ideologias Geográficas na Formação Histórica do Brasil" in: Instituto Prometheus (org.), *Rumos da cidadania. A crise da representação e a perda do espaço público*. São Paulo, Instituto Prometheus, 2010.

- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*, Rio de Janeiro: Garnier, 1975, 3 vols.
- NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of Order: The Conservatives, the State and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. California: Standfor University Press, 2006.
- NEVES, Lucia Bastos. *Corcundas e constitucionais. A cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro, Editora Revan/ FAPERJ, 2003.
- NEVES, Lucia Maria Bastos P.; MOREL, Marco e FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: Dp&A, Faperj, 2006.
- ODALIA, Nilo (org.). *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1977.
- _____. *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PRADO, Maria Ligia Coelho e JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco (orgs.). *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.
- PANTALEÃO, Olga. “O reconhecimento do Império: Mediação Inglesa”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, Tomo 2: O Brasil Monárquico, volume 5.
- PARRON. Tâmis Peixoto. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH/USP, 2009.
- PAVIS, Patrice. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- PEIXOTO, Antonio Carlos; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal e PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.
- PEREIRA, Batista. *Figuras do Império e outros ensaios*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931.

- PRADO, Décio de Almeida. "A comédia brasileira (1860-1908)", In: *Seres, Coisas, lugares: do teatro ao futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 15-63.
- PORTO, Costa. *O marquês de Olinda e o seu tempo*. Recife: Governo de Pernambuco/Conselho Estadual de Cultura, 1874.
- PUNTONI, Pedro. "A Confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império. *Novos Estudos do CEBRAP*. São Paulo, v. 45, 1997.
- _____. "O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira", in JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo, Hucitec/ Unijui, 2003.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil - A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (coleção temas brasileiros).
- RIZZI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1945.
- RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: O Poeta armado do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. São Paulo; Editora da UNICAMP/ CECULT, 2000.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- _____. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1965.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SANTOS, José Maria dos. *A política geral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Coleção Reconquista do Brasil, v. 153, 1989.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- SERRA, Tânia Rebelo Costa Serra. *Joaquim Manuel de Macedo ou, Os dois Macedos: a luneta mágica do II Reinado*. Rio de Janeiro: Edições do Departamento Nacional do Livro, Fundação Biblioteca Nacional, 1994.
- SENA, Ernesto. “Joaquim Manuel de Macedo” In. *História e Histórias*. Paris: Editorial Hispano-Americana.
- SILVA, Plínio Doyle. “Joaquim Manuel de Macedo no Instituto Histórico”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 291, abril-junho, 1971.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *O Problema da Imprensa*. São Paulo: Edusp, 1997, 3^o edição.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Editora Civilização Brasileira S.A., 1966;
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.
- SOUZA, Jose Galante. “Joaquim Manuel de Macedo” In. *Machado de Assis e outros estudos*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Cotada, 1979.
- SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- SUSSEKIND, Flora. “As Vítimas –Algozes e o imaginário do medo”. In: Joaquim Manuel de Macedo. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. SP: Editora Scipione, 3^o edição, 1991.
- _____. *O sobrinho pelo tio*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.
- URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: DIFEL, 1978.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. “Os índios perante a nacionalidade brasileira”, publicado como “Discurso Preliminar” na 1^a edição da *História Geral do Brasil*, 2^o. vol., 1857, pp. XV-XXVIII.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1857, 2 vols.
- VASCONCELLOS, Luiz Paulo. *Dicionário de Teatro*. São Paulo: L&PM.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *O ocaso do império*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1959.

_____. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro, 1974. 2 vols.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa: 1812-1869*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

WEHLING, Arno. *Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.